

ANDRÉA CRISTIANA SANTOS

Ação entre Amigos:

História da Militância do PC do B em Salvador (1965-1973)

Salvador, 06 de Agosto de 2004.

ANDRÉA CRISTIANA SANTOS

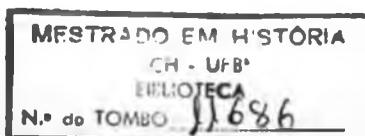
Ação entre Amigos:

História da Militância do PC do B em Salvador (1965-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ação entre Amigos:

História da Militância do PC do B em Salvador (1965-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Banca Examinadora

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (orientador)

Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal da Bahia.

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Prof. Dr. Sônia Serra, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
Contemporânea, Universidade Federal da Bahia

Aos militantes dos anos 60/70, pelos sonhos e o exemplo de resistência.

Aos meus pais Pedro (in memoriam) e Nininha, e a minha irmã Ana Cláudia, pela generosidade e afeto.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa só se realiza satisfatoriamente pela confiança e partilha de várias pessoas e a disponibilidade de algumas instituições, com as quais gostaria de registrar agradecimentos:

A Muniz Ferreira, pela orientação segura, liberdade e generosidade em compartilhar o conhecimento, além da amizade acolhida generosa no Mestrado em História.

Ao Grupo Tortura Nunca Mais-Ba (GTNM-BA) pelo apoio e viabilização, via Ministério da Justiça, ao acervo da Superintendência da Polícia Federal dos estados Bahia e Sergipe. Agradecimentos ao superintendente da Polícia Federal, Sinval Frenzel. A Diva Santana, incansável na luta pelas circunstâncias e esclarecimentos das mortes e desaparecimentos políticos, Ana Guedes, Zé Carvalho, João e Gino Taparrelli.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial às coordenadoras, em momentos distintos, Maria Hilda Paraíso, e a professora Lina Aras pela viabilidade para pesquisa em outros estados e a sua prima Regina Yager que generosamente me acolheu em Brasília.

A CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos professores e membro da Banca Examinadora de defesa da Dissertação, Dr. Sonia Serra e Ricardo Figueiredo de Castro, pela análise e considerações sobre a pesquisa. Aos professores Dr. Israel Pinheiro e Dr. Maria Vitória Espiñeira pelas sugestões e críticas no exame de qualificação, e aos pesquisadores Jean Rodrigues Sales, pelo diálogo constante, Maurício Brito, Sandra Regina Barbosa da Silva pelos livros, documentos e depoimentos gravados. A gentil colaboração do pesquisador e professor Franklin Oliveira, que me auxiliou na execução do anteprojeto.

Aos Funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, e do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador, lugares que preservam a memória da esquerda. A Marina da Silva Santos, pela generosidade e apoio imprescindível na biblioteca do Mestrado.

Aos amigos: Carlos Eduardo pelo apoio, contatos com ex-militantes em São Paulo e em Campinas na pessoa de Valter Pomar, que gentilmente me hospedou na cidade. Colegas do mestrado pela convivência alegre, em especial Denilson, Jackson, Ricardo e Zeneide, sem esquecer dos pimpolhos Vítor e Fernanda. A Bira Felix, Alessandro J. Santos, Marcelo Lins, Marlúcia Araújo, Mônica Cabral e Carlos Machado pelas gentis conversas. A minha família e aos cunhados Bira, Nize e Nize. A Bel, Ana Cláudia e os sobrinhos Raul e Bruna, por tantas coisas belas e muitas outras que estão por vir.

Particular reconhecimento aos depoentes, militantes e ex-militantes, que se dispuseram a compartilhar as trajetórias pessoais, os projetos de outrora, as experiências e vivências. Pelo respeito, compreensão e disponibilidade de acervos, contatos pessoais e tempo para os depoimentos, revisões e contatos por telefone e e-mails pessoais, meus agradecimentos a: Antônio Ubirajara D. Batista, Amalio Couto, Ana Guedes, Arnóbio Viana, Carlos Augusto D. Pinheiro, Carlos Eduardo F. Carvalho, Carlos Machado, Celeste Dantas, Célia Bandeira, Elsa Souza, Fabio Novoa, Gabriel Kraychete, Haroldo Lima, Hildebrando Dias, Jacy Célia Rocha, Jorge Almeida, José Sergio Gabrielli, Juca Ferreira, Juracy Novato, Luzia Ribeiro, Manoel Neto, Maria Alba Mello, Maria Cristina Sá Oliveira, Maria José da Silva, Osvaldo Barreto, Olival Freire, Paulo Cunha, Raimundo Batista, Ruy Medeiros, Sérgio Farias, Sergio Miranda, Vítor Hugo Soares.

Agradeço também a Ângela Brasileiro, Dilma Santana, Edson Silva, Edmilson Carvalho, Creusa Ione Borges e Ubirajara Coqueiro, pelos testemunhos, embora não inclusos diretamente nesta dissertação.

Ação entre Amigos:

História da Militância do PC do Brasil em Salvador (1965-1973)

RESUMO

Esta pesquisa visa discutir aspectos da história da militância do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na cidade de Salvador no período de 1965 a 1973. A análise procurou entender a adesão da militância ao grupo político, identificar propostas, elementos da cultura partidária e da ação política, que esteve direcionada para fomentar lutas de massa e armada no processo de resistência ao regime militar brasileiro, instalado no país desde 1964. As fontes utilizadas foram os processos judiciais do **Fundo Brasil: Nunca Mais**, depoimentos orais de militantes e ex-militantes e imprensa.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil –PC do B; Militância, Ditadura Militar, Luta de Massa, Luta armada.

Action Among Friends:

An study on the action of Partido Comunista do Brasil (Communist Party of Brazil) in Salvador (1965-1973)

ABSTRACT

This research aims at discussing aspects of the activity of Partido Comunista do Brasil (Communist Party of Brazil), PCdoB, in the city of Salvador, State of Bahia, from 1965 to 1973. The analysis is focused on the origins of the party members, their point of view about theoretical proposals, their political culture and actions. The center of their political activities was in trying to develop a mass movement and armed struggle against Brazilian military dictatorship, then in power since 1964. The analytical approach is based in sources such as documents from Brasil Nunca Mais Archives, interviews with present-day and former communists, and the press.

Keywords: Partido Comunista do Brasil; PCdoB; Communist Party of Brazil; Political Activism; Leftism; Military Dictatorship; Mass Movement; Armed Struggle.

LISTA DE TABELAS

MILITANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO -----	203
MILITANTES POR FAIXA ETÁRIA -----	203
MILITANTES POR OCUPAÇÃO -----	202
MILITANTES POR NATURALIDADE -----	202
MILITANTES POR SEXO -----	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES: Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas

AI-5: Ato Institucional nº 5

AP: Ação Popular

BNM: PROJETO Brasil: Nunca Mais

C.C: Comitê Central

C.R: Comitê Regional

C.S: Comitê Secundarista

C.U: Comitê Universitário

CARB: Centro Acadêmico Rui Barbosa

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha.

CODI: Centro de Operações de Defesa Interna.

D.A: Diretório Acadêmico

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DI: Dissidência do PCB

JEC: Juventude Estudantil Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

IPL: Inquérito Policial

OCRM-POLOP: Organização Comunista Revolucionária Marxista – Política Operária.

LIBELU: Liberdade e Luta.

MOLIPO: Movimento de Libertação Popular

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

UEB: União dos Estudantes da Bahia

UNE: União Nacional dos Estudantes

VAR-PALMARES: Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Resumo -----	vii
Abstract -----	viii
Lista de Tabelas -----	ix
Lista de Abreviaturas e Siglas -----	x
Introdução -----	12
Capítulo I: Construindo o Partido	
1.1: A Origem: os Estudantes da Faculdade de Direito -----	33
1.2: Notas sobre a Cisão no Partido Comunista -----	39
1.3: O Movimento Estudantil em Salvador -----	44
1.4: A Conquista do CARB: Imersão no Movimento Estudantil -----	51
1.5: Radicalização dos Estudantes e do Regime -----	58
1.6: O AI-5 dentro da Universidade: Prisão dos Militantes -----	65
Capítulo II: Ação Política da Militância	
2.1: As Organizações de Esquerda na Bahia -----	72
2.2: Os Universitários e a Reestruturação da UEB -----	75
2.3: Trabalho Estudantil na Universidade Católica -----	81
2.4: Os Secundaristas: dos Grupos Culturais à Militância -----	84
2.5: Atividades Políticas para reestruturação da ABES -----	91
2.6: A Reorganização dos D.As e DCE: Atividades Culturais na Universidade ---	96
2.7: Composição Social da Militância -----	101
Capítulo III: Organização da Luta Armada: Concepções Políticas e Deslocamento de Militantes para Araguaia e Interior da Bahia	
3.1: O PC do B e o Caminho da Luta Armada -----	110
3.2: Formulações Político-Ideológicas em Defesa da Luta Armada -----	113
3.3: Após o AI-5: Ênfase nos Preparativos para a Luta Armada -----	122
3.4: A Política de Revolucionarização -----	124
3.5: O Deslocamento de Militantes para Área da Guerrilha -----	129
3.6: Em Busca dos Trabalhadores Rurais: A Migração Interna -----	138
Capítulo IV: Estertores da Luta Armada: Repressão e Prisões	
4.1 O Aparato Repressivo e as Organizações de Esquerda -----	148
4.2: As Prisões -----	154
4.3: A Clandestinidade -----	170
4.3: Términos e Mudanças: Novos Sujeitos em Cena -----	173
Conclusão -----	179
Fontes e Referências Bibliográficas -----	184
Apêndice -----	201
Anexos -----	204

INTRODUÇÃO

Após o golpe militar de 1964, organizações de esquerda se mobilizaram junto aos segmentos sociais organizados, especialmente o movimento estudantil, para estabelecer práticas e estratégias de resistência ao regime militar. Na Bahia, entre essas novas organizações, estava o Partido Comunista do Brasil (PC do B), formado originariamente por um grupo de estudantes da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1965. No curso da radicalização política dos movimentos de massa do ano de 1968, este grupo tentaria conquistar representatividade social, ampliar o número de militantes e se apresentar como partido de matriz comunista capaz de realizar junto com os trabalhadores a revolução no país.

Herdeiros de um período de efervescência cultural e política, os militantes comunistas adotaram a luta armada e alguns aderiram à guerrilha rural na região sul do Pará, outros continuaram o trabalho de organização partidária e tentariam enraizar o partido no movimento de massa nas difíceis condições de repressão política intensificada após o golpe militar. Nesse

período, esses homens e mulheres encontraram no PC do B o projeto de identidade pessoal e social e procuraram criar uma ação comum de contestação ao regime militar.

Em busca de entender a ação comum destes homens e mulheres, esta dissertação procurou construir uma história social da militância do PC do B em Salvador no período de 1965-1973. A partir das fontes coletadas, a análise se debruçou sobre a ação política dos militantes na capital do estado, embora, ocasionalmente, se referiu à participação em cidades como Alagoinhas, Itabuna, Ilhéus, Jequié e Vitória da Conquista, locais onde houve uma inter-relação na medida em que alguns dirigentes partidários estabeleceram contato com as bases locais.

Interessa-nos saber de que forma a ação política se concretizou, em que segmento encontrou ressonância e quem as protagonizou, as estratégias e os desafios para executá-la. Trata-se de analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estritamente pelo entendimento da linha político-partidária, como se esta se auto-explicasse e não precisasse criar um campo de interlocução para interpretar e colocá-la em prática. A investigação sobre a ação coletiva dos militantes pode nos revelar aspectos pouco conhecidos da vida partidária, ainda mais se considerarmos que alguns ativistas políticos estão mortos e não deixaram registros de sua participação nem das estratégias políticas usadas para organizar o partido¹.

O problema que norteou a pesquisa era entender como se desenvolveu a atuação da militância no contexto social e político de institucionalização do regime militar e supressão de liberdade política. Nos estudos sobre o regime militar, o movimento de guerrilha no sul do Pará, entre 1972 e 1974, centralizou, comumente, a atenção sobre a trajetória partidária sem que houvesse uma investigação sobre a organização do partido nos estados. Para alguns autores, como Jacob Gorender (1994), o PC do B realizou atividades de proselitismo discreto e ações de propaganda nas cidades, enquanto a tática do partido estaria voltada às ações armadas no campo.

Partimos da idéia de que, se foi possível ao partido planejar e desenvolver ações de guerrilha rural, a militância nas cidades teria tido alguma importância, conseguido arregimentar membros para o partido, acumular experiências da atividade partidária e engendrar uma “cultura política”. Além disso, os militantes que aderiram à luta armada e foram deslocados para realizar ações de guerrilha rural tinham acumulado experiência ou haviam tido alguma participação no movimento estudantil. Contudo há poucos registros dessa trajetória, como se não houvesse

¹ Participariam da guerrilha os militantes baianos Antônio Carlos Monteiro Teixeira; Demerval Pereira; Dinaelza Santana Coqueiro; Dinalva Oliveira; José Lima Piauhy Dourado; Maurício Grabois; Nelson Lima Piauhy Dourado Rosalindo Souza; Vandick Reidner Coqueiro e Uirassu Batista.

ocorrido movimento de contestação e resistência ao regime militar na esfera local. De modo que a ação coletiva parece estar relegada ao esquecimento ou não tem sido suficientemente compreendida. Após 40 anos do golpe militar, a memória sobre o que ocorreu e a participação de oposição ao regime militar ainda é um processo em construção, sujeito a investigações, pois não podemos tomá-la por concluída nem menosprezar novas fontes que podem dar contribuições significativas sobre o passado.

Na literatura referente à ditadura militar, a Bahia quase não foi mencionada, e só recentemente surgiram estudos que abordaram a participação dos militantes baianos nos movimentos de resistência política. A principal referência tem sido o estudo historiográfico realizado por Sandra Regina Barbosa da Silva (2003), no qual a autora analisou a composição social, estrutura e organização dos grupos de esquerda armada urbana - Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) - que atuaram em Salvador no período de 1969 a 1971. Em outro estudo, Maurício Brito (2003) analisou o movimento estudantil na UFBA no período de 1965-1968 com abordagem centrada nas reivindicações dos estudantes. Além desses trabalhos, foram pioneiras as dissertações de matriz sociológica realizados por Silvio Benevides (1999) e por Antônio Eduardo Alves Oliveira (2002), que refletiram sobre o movimento estudantil durante os anos sessenta e setenta. Esses estudos preenchem uma lacuna presente na bibliografia historiográfica e de matriz sociológica e ousam trazer novas reflexões sobre as organizações de esquerda e os movimentos sociais no período.

Em relação a esta dissertação, a periodização da pesquisa seguiu um eixo definido: consideramos o ano de 1965 um marco temporal da origem e formação do partido na capital do estado a partir de um núcleo de estudantes da Faculdade de Direito, da UFBA; enquanto que o ano de 1973 significou o término de um ciclo na trajetória da militância, com prisões que provocaram interrupção na ação política em curso, desestruturação dos órgãos dirigentes e, conseqüentemente, inflexão nos modos de organização do trabalho político.

O período analisado significou um percurso da militância, durante o qual os militantes buscaram construir o partido, consolidar-se no segmento estudantil, orientar-se por uma linha política que convergia para lutas de massa e a perspectiva da luta armada e, por fim, se concluiu com o refluxo nas ações políticas em curso, provocado pela repressão política direcionada ao

partido. Essa trajetória seria marcada pelas dificuldades, tensões e aspirações a se constituírem como grupo político de contestação ao regime militar.

Embora os trabalhos referentes aos partidos políticos tenham sofrido críticas eventuais no sentido de que investidas semelhantes se restringiram aos estudos monográficos sobre a estrutura partidária, crônicas históricas e a ideologia que professavam, o tema voltou a suscitar interesse. Alguns estudos nos serviram como balizas metodológicas para pensar a militância política na perspectiva da História Social.

No ensaio em que discuti os estudos historiográficos sobre os movimentos operários, o historiador Eric Hobsbawm nos ofereceu uma pista interessante para pensar não somente como a classe operária tem sido objeto da História Social, mas também os partidos políticos. Fazendo referência ao livro *Storia del Partito Comunista Italiano*, de P. Spriano, Hobsbawm nos alertou para o quanto esta narrativa, apesar de “erudita”, pôde ficar circunscrita à história política do partido, às atividades e aos debates ideológicos, deixando de vislumbrar o que pensavam as bases militantes, “[...] quem eram esses membros e simpatizantes, quais eram suas relações com os militantes não-comunistas ou não-militantes, ou sobre o papel e a função do movimento e do partido em cidades e regiões determinadas”(HOBSBAWM, 2000, p. 20). Assim como a historiografia tradicional teria associado as experiências de luta da classe operária aos partidos, deixando de vê-los no contexto de seu próprio movimento, as pesquisas em história política também negligenciaram os militantes. De modo que o ensaio nos ofereceu pistas interessantes para a pesquisa.

Uma outra contribuição foi a do historiador Alexandre Hecker que, na tese sobre o Partido Socialista Brasileiro, fez algumas considerações, com as quais compartilhamos que revitalizam o estudo sobre as organizações de esquerda: primeira, sendo o partido compreendido nas sociedades contemporâneas como lugar de mediação entre as necessidades sociais e as relações políticas efetivas, cabe analisar criticamente as razões que provocam a sua existência e o discurso reelaborado por ele próprio para se legitimar como ator político, a fim de observar a distância entre o real e o conjunto de idéias e propostas professadas; segunda, identificar elementos de uma “cultura política”, no sentido de perceber a “[...] tradição, símbolos e heróis comuns, reivindicados pelos seus porta-vozes, identificar o repertório de palavras e expressões padrões e reconhecer documentos básicos para formação do militante” (HECKER: 1998, p.28-29).

Algumas destas preocupações relatadas foram analisadas pelo historiador Sergio Berstein (1996) em artigo que discute novos paradigmas para estudar os partidos políticos.

Outro trabalho relevante para pensar a relação partido e militantes comunistas é o livro, resultante da tese de doutorado em História Social, de Jorge Ferreira (2003), no qual se propôs a resgatar vivências e experiências dos “revolucionários” comunistas durante os anos de 1930-1956, no período em que construíram uma identidade social tendo como referências míticas Luís Carlos Prestes e Josef Stálin. Analisando fontes como memórias e biografias, o autor procurou resgatar idéias, valores, conceitos, padrões de comportamento e imagens socialmente reconhecidas pelos militantes. O foco central de Ferreira foi o imaginário construído, numa perspectiva também da História Cultural. Sem dúvida, o imaginário político dos comunistas da primeira metade do século XX pode sugerir comparações para pensar a construção de uma identidade comunista nos anos sessenta e setenta, mas são especificidades que não tratamos nesta dissertação.

À luz dessas contribuições, pretendemos identificar aspectos da ação coletiva, da composição social da militância e da cultura partidária em relação às motivações que os levaram a aderir ao PC do B. Procuramos trazer também elementos da estrutura da organização, tarefa particularmente difícil, pois não foi possível identificar alguns dirigentes que somente eram conhecidos pelos “codinomes”, permanecendo desconhecida a identidade verdadeira.

Por fim, cabe uma reflexão final sobre o título da dissertação, uma vez que ela pode levar a questionamentos díspares². “Ação entre amigos” surgiu em alusão a uma reflexão suscitada pelas fontes sobre a possibilidade de recrutamento e adesão a um partido de matriz comunista e clandestino ser intermediado por relações pessoais, afetivas e por redes de solidariedade. Em determinada passagem do texto, quando há referência à militância de estudantes secundaristas, fazemos uma inferência de que, em regimes de exceção, as relações pessoais mantidas entre os membros foram elementos persuasivos à adesão partidária.

² “Ação entre amigos” é o título do filme produzido por Beto Brant (1998), cujo enredo da trama expõe o dilema de quatro ex-militantes do período de resistência à ditadura militar e a possibilidade de se depararem, anos mais tarde, com o torturador do passado. O filme produz quatro perfis de ex-militantes torturados que ainda trazem marcas do passado e se envolvem numa rede que mistura conformismo com sede de vingança e travam um debate sobre anistia e justiça. A decisão de colocar o título homônimo na dissertação em momento algum teve a intenção de reproduzir o sentido do filme nem contém concepção “pejorativa” acerca da ação política da militância.

O PC do B na historiografia brasileira

Os estudos historiográficos referentes ao PC do B se centraram basicamente na discussão sobre a cisão em 1962 no, até então, único partido comunista, e em dois acontecimentos relevantes: o primeiro, a “Guerrilha do Araguaia”, movimento guerrilheiro rural no sul do Pará onde foram deslocados 69 militantes, destes 59 são desaparecidos políticos (MIRANDA, 1999, p. 170)³; o segundo, a morte e prisão de militantes envolvidos no episódio conhecido como “Massacre da Lapa”, ocorrido em 16 de dezembro de 1976, quando foram assassinados os dirigentes Pedro Pomar e Ângelo Arroyo numa casa (aparelho) localizada no bairro paulistano da Lapa que foi cercada e monitorada pelo Exército, e a morte de João Baptista Franco Drummond, outro dirigente da organização, acontecida na madrugada do mesmo dia nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI), do II Exército, em São Paulo.

Se pretendermos conhecer um pouco mais a configuração partidária seria preciso selecionar informações transversais em alguns textos para poder ter uma idéia do que foi o PC do B nos anos sessenta e setenta. Algo que nos pareceu, particularmente, estranho, visto que se a organização planejou o movimento de guerrilha, pressupõe-se que pudesse ter uma rede de contatos e de militantes ramificada pelo país, pelo menos com alguma presença significativa. Resta-nos perscrutar se isto de fato ocorreu. Vale a pena analisar as produções recentes sobre aspectos da história do partido.

No início dos anos 90, o cientista político Antônio Carlos Galdino (1993) realizou dissertação sobre a linha politico-partidária e as estratégias para o desencadeamento da luta armada. O autor se propôs a entender como o partido fez a travessia de uma linha política radical, de defesa da luta revolucionária, para a posição moderada nos anos 80 ao abraçar aspectos institucionais do novo regime. Segundo autor, a linha política se bascou na tentativa de estabelecer um campo de interlocução em oposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as forças de esquerda armada urbana para conseguir ampliar seu número de adeptos em torno de si, e na defesa da revolução nacional e democrática. Esta “ideologia” explicaria, segundo avaliação de Galdino, porque a defesa da violência revolucionária não teria incidência real na sua linha

³ Com base em informação dos familiares e do próprio partido, a Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal contabilizou o número de 69 militantes. O pesquisador Romualdo Campos Filho se referiu a 89 guerrilheiros que teriam participado do movimento de guerrilha (CAMPOS FILHO, 1997, p. 86).

política mesmo que a sustentasse retoricamente⁴. Apesar de formular a noção de campo de interlocução, evidentemente, a preocupação do autor é analisá-lo com base na formulação da ideologia política, e não se deteve a “conhecer” os membros partidários.

Um outro trabalho relevante é a dissertação do historiador Jean Rodrigues Sales (2000), na qual procurou identificar aspectos da trajetória do partido desde a sua “fundação” até o final da guerrilha do Araguaia. Sales não se restringiu a discutir intrinsecamente os documentos partidários, embora o faça detalhadamente, mas procurou refletir sobre a trajetória partidária no contexto da realidade brasileira e do movimento comunista internacional, tais como as relações, em momentos distintos, com a URSS, Cuba e a China. A aproximação com a China, segundo o autor, ocorreu apenas em 1963 e as relações estabelecidas influenciaram na definição do modelo da guerra popular prolongada como meio para desencadear a luta armada no Brasil. O estudo apontou ainda para a relevância de analisar as relações entre memória e história para construção da identidade partidária, uma vez que o PC do B não abdicaria de reivindicar para si o legado e a continuidade da tradição, mito e conquistas do partido criado em 1922. Apesar de, em alguns momentos da dissertação, o autor abordar a ação política dos militantes, estes não são objetos de análise.

Ainda temos o trabalho de Valter Pomar (1999) que se propôs a analisar historicamente as razões sociais que levariam a cisão de 1962 no PCB, tendo como referência discutir como o tema aparece na bibliografia existente e em depoimentos de ex-dirigentes. Autores como Daniel Aarão Reis Filho (1990), Marcelo Ridenti (1993) e Jacob Gorender (1994) também abordaram a trajetória partidária dentro do contexto das demais organizações de esquerda nos anos sessenta e setenta.

O historiador Romualdo Campos Filho (1997) analisou o movimento de guerrilha no sul do Pará entre 1972 e 1974. O estudo ofereceu uma análise historiográfica de acordo com a visão “oficial” partidária, ao defender a prerrogativa do PC do B como continuidade do partido comunista criado em 1922. A dissertação trouxe repertório de fontes relevantes, cujos relatórios dos órgãos de segurança e depoimentos orais com moradores locais relataram a repressão policial

⁴ Com a redemocratização brasileira, o partido participou do jogo democrático e de coalizões que o levaram a ter representação no Executivo e no Legislativo. O PC do B pertence, atualmente (2004), ao campo de forças do governo de Luís Inácio Lula da Silva e cumpre funções no Ministério dos Esportes e também no Ministério da Articulação Política.

aos guerrilheiros e a população local, aspectos fundamentais para entender como a guerrilha se desenvolveu na região.

Além desses trabalhos monográficos, há textos produzidos por ex-dirigentes partidários e ex-militantes⁵. Lançado no início da década de 80, o livro *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*, de Wladimir Pomar (1980), tornou-se uma referência bibliográfica nas produções historiográficas ao refletir sobre as concepções políticas acerca da luta armada e a organização da guerrilha. Por meio de análise dos documentos partidários e dos editoriais de *A Classe Operária*, Pomar defendeu que a concepção que norteou a guerrilha no Araguaia teria sido “voluntarista e blanquista”, espelhando o “foco revolucionário”, prática e concepção política revolucionária condenada pelo partido nos documentos partidários. O livro revelou que a guerrilha do Araguaia estava em fase de avaliação pelo Comitê Central (C.C), fato que não foi possível de ser concluído ante o assassinato dos dirigentes na reunião no bairro paulistano da Lapa, em 1976, citada anteriormente. Em biografia recente sobre o pai e dirigente Pedro Pomar, o autor revelou informações relevantes sobre a concepção política, a organização e a logística do partido nos anos sessenta e metade da década de 70 (POMAR, W. 2003).

Vale registrar ainda a produção realizada por militantes partidários como o livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1980). Ex-militantes da Ação Popular (AP), os autores relatam o processo que levou a organização católica à adesão ao marxismo-leninismo e a posterior crise interna que culminaria com a entrada de membros no PC do B em 1973. Numa análise oposta à defendida por Lima&Arantes, Franklin de Oliveira Jr (2002) analisou a trajetória da organização e o processo de cisão, defendendo que a mesma atuou politicamente até o início dos anos oitenta, embora sem o apogeu conquistado no início da década de sessenta.

Nesses trabalhos historiográficos, uma lacuna se tornaria evidente: o desconhecimento sobre a face do militante do PC do B que executaria a política partidária. Não basta o conhecimento de que os militantes foram fazer a guerrilha do Araguaia e esta se revelou a última expressão da luta armada a ser desbaratada no país. Seria preciso entendê-los no conjunto da

⁵ Entre os livros de memória produzidos por ex-militantes, Antônio Carlos Félix Nunes (1980) relatou a experiência da militância na década de 50/60 e os momentos posteriores a cisão no PCB. O autor concluiu o livro fazendo menção às primeiras caminhadas rumo a Serra da Mantiqueira (SP) para treinamento militar. No início da década de 80, o ex-dirigente Nelson Levy (1980) escreveu artigos que fazem crítica à concepção política do PC do B assumida nos anos sessenta e setenta. Em outro livro, os ex-militantes Péricles de Carvalho e Francisco Almeida (1985) criticam a linha política partidária e o relacionamento com a China e a Albânia. Os autores se propuseram a demarcar as diferenças entre o PC do B e o PCB, privilegiando na análise as diretrizes deste último.

sociedade, conhecer os militantes atraídos pelo discurso, as relações estabelecidas e o repertório de idéias que, naquele momento, foram responsáveis por fazê-los aderir à proposta partidária.

Ao concluir a dissertação “Ação entre Amigos: história da militância do Partido Comunista do Brasil em Salvador (1965-1973)”, esperamos que algumas das reflexões e conclusões decorrentes da análise possam contribuir para uma reflexão sobre a trajetória partidária e ação comum da militância nos anos sessenta e setenta, respondendo a algumas dessas proposições que apontamos como lacunas presentes na historiografia baiana e nacional.

Interessante observar ainda que somente muito recentemente começou a surgir biografia a respeito dos principais dirigentes partidários e que podem nos trazer reflexões sobre a ação política nos anos sessenta e setenta.

A historiografia sobre o regime militar

Existe toda uma considerável produção bibliográfica sobre o regime militar. Os chamados “anos de chumbo” despertam, particularmente, indagações sobre o desencadeamento da luta armada no país, a repressão política institucionalizada e principalmente pelas implicações histórico-políticas da interrupção do desenvolvimento da experiência democrática durante o intervalo de 21 anos. Podemos ressaltar, resumidamente, três blocos distintos que nos ofereceram interpretações sobre o regime militar e a atuação das organizações de esquerda.

O primeiro bloco se refere aos estudos que se debruçaram sobre a história das organizações, como os livros de Daniel Aarão Reis Filho (1990), Marcelo Ridenti (1993) e Jacob Gorender (1994) que procuram entender e explicar o desencadeamento da luta armada nos anos sessenta e setenta e o conseqüente fracasso.

Produzido fora do âmbito da produção acadêmica, Gorender fez uma reconstituição histórica sobre os grupos de esquerda armada e não-armada e os acontecimentos que os marcaram. O autor defende que a luta armada desencadeada no pós-64 teve o efeito de “violência retardada”. Segundo Gorender, como não foi desenvolvida nos meses anteriores, em março-abril de 64, a opção pelas armas por parte da esquerda armada se consolidaria “em definitivo” a partir de 1968, “[...] quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas

fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados” (1994, p. 249). Em síntese, em condições desfavoráveis e fatalmente fadadas ao fracasso. O autor concluiu que a esquerda brasileira só não pegou em armas quando as condições históricas determinavam que assim o fizesse. E este momento teria sido a efervescência dos movimentos sociais no pré-64, quando cometeu o “erro” fundamental de não preparem a si mesmos nem os movimentos de massa organizados.

Em artigo sobre as condições sociais que levariam as esquerdas ao caminho armado e discutindo basicamente essa análise feita por Gorender, João Quartim de Moraes (1996) considerou que a luta armada se constituiu em uma resposta violenta à usurpação da democracia, porém questionou que o sujeito que pegou em armas não seria o mesmo que militava no pré-64. Para Quartim de Moraes, “[...] aqueles que não lutaram em 1964 continuaram decididos a não lutar em 1968, enquanto os que impulsionaram a luta armada em 1965 foram os que a desencadearam em 1968 em diunte [...]” (p.146-147). Para o autor, a conjuntura no primeiro semestre de 1968, com a radicalização das lutas de massa, tendia a se apresentar a mais favorável para uma ofensiva antiditatorial, o que levaria alguns jovens radicalizados a pegar em armas.

Fazemos questão de ressaltar esse diálogo entre os dois autores porque não podemos restringir a ação política a favor da luta armada e a não-armada à composição das esquerdas dos anos de 1964-1968. Como se, após esse período, o potencial de contestação ao regime militar tivesse retroagido ante o refluxo dos movimentos de massa, ou como se houvesse um sujeito mais propenso à revolução a depender da geração. A experiência dos militantes do PC do B na Bahia, por exemplo, revelou que o discurso a favor da luta armada após o AI-5 levou a um fortalecimento do partido no estado, no sentido de conseguir arregimentar membros. Número significativo de militantes aderiu ao partido no período de maior repressão ao regime militar, e alguns que tinham entrado no período favorável à radicalização dos movimentos de massa abandonaram a militância. Nem todos também fizeram a opção por integrar destacamentos da luta armada e continuaram realizando lutas de massa na cidade.

Um dos autores pioneiros na tentativa de analisar as raízes sociais das esquerdas armadas foi Marcelo Ridenti. Utilizando-se de uma análise sociológica, o autor defendeu que, progressivamente, as organizações padeciam da “ilusão da permanência representativa”, pois, embora tivessem conquistado representatividade de massa no pré-64 e impulsionado relativamente os movimentos sociais durante os anos de 67/68, foram isolando-se socialmente,

distanciando do corpo social que queriam representar. Com o acirramento da repressão política e com a política de afrontamento direto nas condições adversas, restaram-lhes a clandestinidade que, significou, em muitos casos, o completo distanciamento da realidade social.

Daniel Aarão Reis Filho utilizou-se de uma abordagem histórica para estudar os comunistas como uma elite revolucionária capaz de dirigir o processo revolucionário em permanente tensão máxima, cumprindo uma incessante cadeia de tarefas partidárias, sintonizados com a “iminência da revolução” e preparados para agir como vanguarda. Para o autor, assim que o processo social se convertesse em condições favoráveis à insurreição e os movimentos sociais se tornassem incontroláveis, haveria a vanguarda para conduzi-los. Para Reis Filho, não obstante os militantes estarem comprometidos com a luta armada, não houve a situação revolucionária, pois a “revolução faltou ao encontro”.

O segundo bloco consistiu nos escritos memorialísticos que procuraram analisar a ação política com caráter de testemunho pessoal. Os livros trouxeram relatos da vivência pessoal dos militantes dentro das organizações e ressaltaram episódios relativos às prisões e às torturas sofridas. No primeiro momento, alguns desses livros, especificamente o de Fernando Gabeira (1980) e o de Zuenir Ventura (1988), conceberam a prática da militância de esquerda no limite da ingenuidade, ilusão, assemelhando-se a uma atitude irresponsável, “*porra-louca*”, como uma grande “aventura romântica” fadada ao fracasso diante dos mecanismos de repressão profissional do Estado⁶. A memória construída dessa forma orbitava, segundo Reis Filho (1996), numa esfera em que era preciso fazer uma transição - sem grandes traumas - entre os anos de ditadura e a redemocratização com a anistia política, as eleições diretas e o novo Estado de Direito. Foram publicados outros livros com as memórias de ex-militantes como as de Álvaro Caldas (1981) e Flávio Tavares (1999), nas quais os autores justificam a adesão aos grupos de esquerda armada pelo bloqueio institucional advindo pelo golpe de 64, razão pela qual trilharam o caminho da resistência armada à ditadura militar.

Dentro do campo memorialístico, ganharam destaque os trabalhos realizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Os pesquisadores usaram a metodologia da história oral para construir uma memória acerca da ditadura militar sob o ponto de vista dos participantes dos governos militares e

⁶ Essa análise pode ser encontrada em artigo escrito por REIS FILHO (1996), no qual o autor fez considerações sobre como a memória coletiva pode ser construída a partir de versões e disputas mais coerentes com as lutas no tempo presente.

representantes das Forças Armadas, considerados peças importantes na implementação e manutenção do regime (D'ARAUJO, 1994a; 1994b).

O terceiro bloco de análise se revelou um campo profícuo para a pesquisa de gênero, abordando a participação das mulheres no processo de resistência à ditadura militar. Utilizando depoimentos orais e análise das relações de gênero, os estudos contribuíram para reconstruir as experiências e vivência das mulheres em situações-limite como a clandestinidade, prisão e tortura. Podemos ressaltar o estudo realizado por Elisabeth Xavier Ferreira (1996), cuja reflexão se baseia em depoimentos orais com ex-militantes e almeja a construção de uma memória sobre a participação feminina. Outro trabalho que merece destaque é a tese de Maria de Fátima Cunha (2002) que analisou documentos partidários, depoimentos e memórias de ex-militantes para descobrir se havia diferenciações, baseadas em distinção de gênero, na atuação política entre homens e mulheres. Além desses trabalhos, o livro do jornalista Maklouf de Carvalho (1998) relatou a experiência de militantes das esquerdas armadas, abordando aspectos subjetivos e íntimos, como relacionamento amoroso, aborto, gravidez, entre outras. As análises sobre a perspectiva de gênero revelaram-se importantes documentos porque podem apontar diferenciações de atuação política que se tornariam mais acentuadas no decorrer dos anos setenta com a emergência dos novos movimentos sociais.

Apesar desses estudos, existem algumas perspectivas a serem investigadas no que se refere à trajetória da militância em diversos grupos de esquerda nos estados e a sua interlocução com segmentos da sociedade. O conhecimento adquirido sobre essas atividades pode trazer novas reflexões acerca da atuação das organizações de esquerda, principalmente porque a literatura existente sobre o regime militar se concentrou em ações políticas ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Diálogo com as fontes

Ainda nos resta, nesta introdução, fazer algumas considerações sobre o uso das fontes que corroboram a pesquisa. Na dissertação, foram utilizados depoimentos orais de militante e ex-

militantes, processos judiciais, documentos partidários e edições do periódico *A Classe Operária*, além de pesquisa nos jornais *A Tarde* e *Jornal da Bahia*.

É particularmente difícil reconstruir a história da militância pela escassez de dados tanto em relação à trajetória do partido na Bahia quanto em outros estados. O novo partido que se construía na década de 60 tinha à frente pequeno número de militantes e precisou se organizar nacionalmente. As condições de partido proscrito pela ditadura e o trabalho conspirativo na clandestinidade trouxeram dificuldades como a inexistência de arquivos contendo materiais políticos (jornais e documentos internos) assim como a correta identificação de nomes de dirigentes. Além disso, muitos militantes se desligaram do partido em virtude de afastamento voluntário como também por cisão ocorrida no final da década de setenta, quando iriam compor o grupo conhecido como “Dissidência” e originariam o Partido Revolucionário Comunista, de vida curta.

Foram usados na dissertação 27 depoimentos orais⁷ com militantes e ex-militantes do PC do B que nos permitiram reconstruir as ações e as experiências vividas pelo grupo, além de identificar elementos da história de vida que serviram para traçar um perfil da militância. A escolha dos entrevistados seguiu o critério de identificar os que exerceram cargos de direção, militantes de organismo de base e simpatizantes. Além desses depoimentos, recolhemos testemunhos de seis ex-militantes das organizações AP e Dissidência Comunista (DI/Ba), esta originária de cisões no PCB. Foram consultados depoimentos de dois ex-militantes - um da VAR-Palmares, outro da Di-Ba -, cedidos pelos pesquisadores Muniz Ferreira e Sandra Regina Barbosa da Silva.

Os depoimentos orais foram usados como técnica da História Oral complementar ao conjunto das demais fontes escritas. Com isso não desprezamos a potencialidade da História Oral ser utilizada com status de metodologia, como defenderam as historiadoras Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1996), no sentido de que a fonte oral “estabelece e ordena procedimentos de trabalho - tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa [...]” (1996, p. xvi).

⁷ Deste apenas dois depoimentos orais não foram gravados. A ex-militante Luzia Reis Ribeiro autorizou apenas a publicação da versão do depoimento transcrito e revisto pela depoente. O testemunho de Ruy Hermann de Araújo Medeiros foi coletado por meio de contato telefônico e as informações transcritas e usadas ao longo da dissertação. Por incompatibilidade de horário, tempo, prazo não foi possível ir a Vitória da Conquista, cidade onde o depoente mora para colher pessoalmente o testemunho e registrá-lo em fita cassete. No contato pessoal que houve em Salvador, não foi possível compatibilizar horários e tempo suficiente do pesquisador e do depoente para gravar o depoimento.

Para alguns historiadores que utilizam a fonte oral nas suas pesquisas, o testemunho permitiria trazer à tona um conjunto de informações, esclarecimentos e conhecimentos acerca das trajetórias individuais e de grupos sociais, eventos ou processos que, às vezes, não tiveram registro escrito nem puderam ser esclarecidos de outra forma. Assim como possibilitariam revelar aspectos da subjetividade, das emoções e do cotidiano das pessoas ou, mais precisamente, das histórias dos movimentos sociais, das lutas cotidianas esquecidas ou versões menosprezadas pelo discurso oficial (ibidem, xv e xvi).

Ao analisar a trajetória da militância, os depoimentos orais nos ofereceram um rico manancial sobre as atividades políticas e a história de vida pessoal. Como argumentou, Alessandro Portelli, a especificidade e maior contribuição da fonte oral para a pesquisa historiográfica tem sido revelar a subjetividade do expositor. Segundo o autor, mais do que revelar o significado quantitativo e material de um evento, as “fontes orais contam-nos não o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Se considerarmos que grande parte dos militantes de esquerda evitavam deixar vestígios escritos sobre a sua militância e ação e, eventualmente, podem realizar exercício de não lembrar de nomes e fatos ocorridos no passado, o depoimento oral consistiu uma forma de expor uma subjetividade, muitas vezes, relegada ao esquecimento. Como alguns militantes abandonaram, posteriormente, o partido, ou foram expulsos, o depoimento oral foi o registro de uma experiência singular, uma vez que, seguramente, não fariam questão de alardear na sua vivência presente a militância de outrora.

O depoimento oral, no entanto, ainda suscitaria desconfiças quanto ao seu uso como instrumento de pesquisa. Um dos problemas seria tomar o “depoimento” como se fosse o próprio passado, sem levar em conta que há uma série de fatores que envolvem o ato de rememorar um acontecimento. Tecendo reflexões sobre o ato de relembrar, a historiadora Janaina Amado (1995) distinguiu o “vivido” da “memória”. O vivido remeteria à ação, às experiências dos indivíduos, enquanto que a memória surgiria de mecanismos de elaboração e seleção das experiências vividas. A partir da consciência do tempo, os homens se perceberiam atores sociais, capazes de compreender e combinar as tradições e as heranças herdadas das pessoas com as quais conviveram e os lugares por onde passaram.

Ainda sobre a questão de tomar o “depoimento” pelo real, Alberto Caldas assinala que não devemos cultivar a idéia de deixá-lo falar por si só e expor a transcrição, “como se ao mostrar a ‘coisa’ se dissesse tudo”, mas fazer uma análise interpretativa da fala do depoente a fim de interpretar e ler os conjuntos textuais transcritos para que o pesquisador possa ter a liberdade da imaginação criativa sobre um documento que permite ver melhor o que ocorreu. O testemunho seria carregado de uma “[...] perspectiva polifônica de diálogo, apreensão, compreensão, reconstrução, imaginação, criação e destruição de realidades, políticas, experiências, falas e vidas” (CALDAS, 1999, p. 69).

Isto implica dizer que devemos ficar atentos às sutilezas, ou armadilhas, que podem ocorrer no processo de “contar” o fato, principalmente quando lidamos com militantes e ex-militantes de organizações de esquerda. Quais informações o depoente seleciona e quais ele pode não revelar ao entrevistador? Existe um processo de elaboração própria que os faz lembrar alguns acontecimentos e não outros, além da concepção de mundo que compartilha hoje.

Contudo isso não inviabiliza a utilização das fontes orais. Apenas exige uma leitura crítica como quando fazemos ao ler um documento escrito para verificar os nexos e as contradições existentes. Alessandro Portelli no artigo sobre as memórias de habitantes de Civitella Val di Chiana⁸, cidade próxima a Toscana, Itália, alertou-nos para os seguintes cuidados metodológicos: primeiro, entender que as memórias são fragmentadas, internamente divididas e mediadas pela ideologia e a cultura; segundo, estar atento à análise e interpretação dos relatos e observar se existem contradições, além é claro de ouvir os participantes envolvidos no acontecimento e colher seus depoimentos; terceiro, compreender que os relatos devem passar pelo crivo de uma análise crítica, mesmo quando são experiências traumáticas e “indizíveis” (PORTELLI, 1996, p.106-108).

A partir dessas considerações, os depoimentos orais serviram para orientar balizas, referenciar a história pessoal e a do partido e contar aspectos pessoais da experiência da militância. De modo algum foi um relato homogeneizado e mumificado, ele estaria vivo em toda

⁸ O episódio conhecido como “Massacre de Civitella” ocorreu em 29 de junho de 1944. Neste dia, tropas de ocupação alemã executaram 115 civis em Civitella Val di Chiana. O ato seria uma represália ao assassinato de três alemães por membros da “Resistência” em 18 de junho. Portelli discute esse acontecimento sob a perspectiva da disputa pela memória. Existiria uma memória “oficial” que comemora o massacre como um episódio de resistência à ocupação alemã e outra memória preservada por membros da comunidade sobreviventes, na qual eles negam qualquer vinculação política e acusam os membros da “Resistência” de terem provocado a retaliação dos alemães. As contradições e os nexos de ambos os discursos são analisados pelo autor. Cf. PORTELLI, 1996, p.105.

sua complexidade e com suas contradições inerentes, e que foram trazidas à tona para reconstruir a história do partido com o qual durante um período de suas vidas se identificaram.

Em relação aos processos judiciais, a principal fonte utilizada foram as peças processuais que tramitaram na Justiça Militar e arquivados no fundo **Brasil: Nunca Mais (BNM)**⁹ que nos permitiram ter uma noção do perfil da militância quanto a representação de gênero, idade, escolaridade, local de nascimento e área de atuação política. Vale registrar que tivemos acesso ao acervo da Superintendência da Polícia Federal dos estados Bahia e Sergipe, contendo os inquéritos policiais (IPLs) com os “depoimentos cartoriais” prestados aos agentes federais. Apesar de, na sua maioria, as fontes sejam as mesmas catalogadas no **BNM**, tivemos acesso a IPL que não foi enviado à Auditoria Militar. A pesquisa nas “caixas-arquivo” ainda não-catalogadas permitiu encontrar informações cruciais e inquéritos policiais que foram utilizados para corroborar alguns relatos orais dos militantes e familiares¹⁰. Esperamos que o acervo seja disponibilizado ao público, a fim de que as informações possam ser usadas à luz de novas reflexões.

Os documentos judiciais podem nos revelar a visão e o modo da repressão agir, pois enumeram e classificam as ações políticas consideradas “subversivas”. São registros oficiais do próprio regime, provas dos mecanismos de obtenção de informações, invariavelmente sob tortura¹¹.

Nesta dissertação, as informações presentes nos processos militares foram usadas para corroborar dados dos depoimentos orais. Contudo não se trata de confrontar aleatoriamente o depoimento oral com o processo judicial, mas ter acesso aos dados disponíveis para a análise do pesquisador.

⁹ O projeto Brasil Nunca Mais (BNM) foi organizado pela Arquidiocese de São Paulo e disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas. Os processos analisados na pesquisa foram **BNM 71/69** (cedido pelo pesquisador Maurício Brito), **BNM 363/1970**; **BNM 367/1971**; **BNM 376/1972**; **BNM199/1973**; **BNM 213/1973**; Além destes foram analisados **BNM 696/1973** (sobre o PC do B no Ceará); **BNM 188/1972** (militância da OCML-PO).

¹⁰ Os IPLs usados na pesquisa foram **IPL 09/67** (sobre manifestações estudantis ocorridas em agosto de 1967); **IPL 20/69** (referente à prisão de militantes na Faculdade de Direito em março de 1969), **IPL 31/69** (relata a prisão do secundarista Gildário Vieira de Freitas e a apreensão de panfletos políticos) e **IPL 52/71** (refere-se a prisão de secundaristas e depoimentos de familiares).

¹¹ Os registros oficiais que formaram o arquivo **BNM** tornaram acessíveis ao público por uma estratégia utilizada pelos coordenadores. Durante o processo de anistia em 1979 os advogados de presos políticos puderam ter acesso ao arquivo do Supremo Tribunal Militar para realizar petições de anistia em nome dos clientes ainda presos e/ou no exílio. Os advogados podiam retirar as pastas no período de 24 horas, depois devolvê-las. Isso possibilitou que pudessem ser fotocopiados e integrassem o fundo documental.

Um dos cuidados que tivemos ao lidar com a fonte judicial foi respeitar a integridade das pessoas que responderam ao inquérito policial e observar a natureza dos processos no que diz respeito às condições em que eram realizados os interrogatórios. Geralmente, o militante era levado preso, tentava-se obter a identidade pessoal, o nome da organização, a função que exercia, a área de atuação e a identificação de pessoas que compunham a rede de contatos e de dirigentes. A maioria dessas informações seria obtida pelos órgãos encarregados da repressão política. Os agentes da repressão tinham que extrair da pessoa detida o máximo de informação no mais curto espaço de tempo para que pudessem efetuar novas prisões antes que “companheiros” dos presos ficassem sabendo da detenção e deixassem de comparecer aos “pontos”, encontros previamente marcados entre os membros da organização. Invariavelmente, os presos políticos seriam conduzidos aos locais de encontro e residências de outros militantes, onde poderiam ocorrer novas detenções ou levantamento de informações e apreensão de armas e material político.

Depois de obtida a confissão, cabia aos órgãos do aparato institucional colocá-la na forma processual quando os presos políticos seriam encaminhados à Superintendência da Polícia Federal para prestar as declarações nos “depoimentos cartoriais”, nos quais os agentes federais ficavam encarregados de “formalizar” o inquérito e manter na essência as informações extraídas na fase preliminar de interrogatório. O indiciado confirmava ou detalhava as informações obtidas geralmente sob coação. Por último, atuava a Justiça Militar propriamente dita, comparecendo o acusado a presença de juiz militar para o julgamento. A confissão do envolvimento na militância partidária era atestada pela assinatura da vítima na versão escrita de suas declarações. Quando compareciam aos tribunais militares, os presos denunciavam a confissão obtida sob pressão e coação e, em alguns casos, absolvidos por falta de provas (PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p.173-174, WESCHLER, 1990, p. 23).

Os processos judiciais nos permitiram conhecer aspectos da composição social da organização, tomando um pouco mais precisas as informações quanto ao número de militantes e indicaram o universo de militantes que foram atingidos pela repressão política. Com a leitura dos inquéritos policiais, foi possível identificar os membros da estrutura organizativa no nível de Comitê Secundarista (C.S) e Comitê Regional (C.R) e as relações estabelecidas, além das atividades políticas. A fonte judicial nos possibilitou ainda registrar o discurso da repressão policial sobre o movimento estudantil no ano de 1968, especificamente os acontecimentos ocorridos na Faculdade de Direito, episódio relevante para entender a ação política.

A documentação judicial juntamente com o cotejamento das fontes orais possibilitou uma análise mais densa e complexa. Não queremos contrapor uma fonte a outra, mas significa dizer que cotejar e entrelaçá-las fez com que episódios antes pertencentes à lembrança pessoal pudessem vir à tona, agora sob o olhar do outro, dos órgãos repressivos que viram nos episódios de rebeldia estudantis elementos da “subversão”.

Uma outra informação importante revelada pela documentação judicial foi a confirmação das ações políticas realizadas nas cidades do interior do estado (Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Camacã, entre outras) e a participação de dirigentes do PC do B atuando no local. Os depoimentos orais, apesar de ricos, ofereciam-nos apenas uma visão do processo. Cotejar as fontes deu maior complexidade às informações e elas podem ser exploradas com maior riqueza em pesquisas futuras.

A leitura dos documentos partidários nos auxiliou na compreensão da linha política adotada e o percurso que o partido fez até se decidir pelo caminho da luta armada. Considero fonte relevante para entender como o partido compreendia a situação brasileira e como se constituiu em materiais para a formação e educação política dos militantes.

Uma outra fonte interessante é o periódico *A Classe Operária*, principalmente os exemplares do ano de 1972, quando aparecem as primeiras notícias da guerrilha do Araguaia. Por ser um jornal com caráter organizador da vida partidária, na concepção defendida por Lênin em “Que Fazer”, a análise evidenciou o discurso de exaltação à luta armada (por exemplo, frases como “gloriosa jornada de luta”, “viva as forças guerrilheiras”), além de trazer textos sobre como deveria ser o comportamento da militância, entre outros. Utilizo também os periódicos *A Tarde* e *Jornal da Bahia*, a fim de entender o contexto sócio-político local e nacional. Por exemplo, o registro da repressão tanto ao PC do B quanto PCBR, MR-8, AP e PCB.

Vale lembrar que as fontes utilizadas estão disponíveis para novas pesquisas e interpretações como pesquisa de gênero e a relação entre memória e história.

Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo, “*Construindo o Partido*”, aborda as origens do PC do B na cidade de Salvador. O capítulo enfatiza a inserção no movimento estudantil e as atividades políticas realizadas no contexto social e histórico de “relativa” liberdade para a prática política. Após o AI-5, esses militantes seriam atingidos pela suspensão de matrículas na universidade.

O segundo capítulo, “*Ação Política da Militância*”, refere-se ao processo de organização político-partidária da militância em Salvador nos segmentos universitário e secundarista no período pós-AI-5. O partido conseguiria recrutar militantes com uma perspectiva de trabalho de massa no período em que, tradicionalmente, houve refluxo dos movimentos sociais. Fazemos referência a membros do partido em Alagoinhas por estes terem mantido uma co-relação com os estudantes em Salvador. Pretendemos abordar motivações e identificar ações políticas e práticas desenvolvidas no processo de reestruturação das entidades estudantis.

O terceiro capítulo, “*Organização da luta armada: concepções políticas e deslocamento de militantes para a região do Araguaia e cidades do Interior da Bahia*”, consiste na análise das concepções que norteariam o processo de definição da luta armada no campo. Consideramos importante ressaltar que esse processo foi marcado pela combinação das lutas de massa com a perspectiva do caminho armado. Abordamos as circunstâncias e possíveis motivações que levariam os militantes baianos a aderirem às áreas de trabalho no campo, cujo destino não seria apenas o Araguaia, mas cidades do interior do estado, onde dirigentes pensavam organizar o partido junto com profissionais liberais e trabalhadores rurais.

O quarto capítulo, “*Estertores da luta armada: repressão e prisões*”, faz referência à repressão política ocorrida entre os anos de 1971 e 1973, que levaria a prisões, a entrada na clandestinidade e o deslocamento de dirigentes para outros estados. Ao contrário do que ocorreu com as organizações de guerrilha armada urbana, a repressão dos órgãos de segurança ao PC do B não significou a completa desestruturação do partido. Houve interrupção de trabalhos políticos em curso e recuo nos métodos de recrutamento. Em contrapartida, os militantes de base localizados no Comitê Universitário (C.U) puderam intensificar atividades de massa com perspectiva cultural que contribuiriam para construir a hegemonia do partido nos anos setenta.

No tópico “*Conclusão*” faz-se considerações e reflexões finais sobre a trajetória do partido no período analisado. Na seção “*Anexos*”, reproduzimos alguns documentos referenciados ao longo da dissertação.

♦♦♦♦

Por último, gostaria de fazer um breve registro pessoal. Militantes e ex-militantes me questionaram o interesse pelo tema. A resposta é simples. O trabalho começou com o hábito de ler memórias de ex-militantes políticos. Álvaro Caldas (1981), Alex Polari (1981) Carlos Eugênio Paz (1996) e Flávio Tavares (1999) revelaram uma visão humana sobre o drama e a experiência de ser militante de esquerda e “embalaram” algumas reflexões que poderiam ter me levado a realizar uma pesquisa relacionada à literatura e memória. Porém não seria esse o caminho que acabou sendo trilhado. A dissertação dialoga com a monografia de conclusão de curso **Memórias da Resistência: perfil biográfico sobre os desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia**, defendida em 2001 na Faculdade de Comunicação, na qual já refletia a vontade e o desejo de pesquisar a ação política da militância partidária nos anos sessenta na cidade de Salvador. Fontes orais utilizadas na monografia também foram retrabalhadas nesta dissertação.

Acima de tudo, esta dissertação tem uma dívida com Ecléa Bosi (1994), autora do livro **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. As histórias narradas me trazem alegria e admiração. Ao “recolher” memórias de homens e mulheres paulistanos que passaram a vida a trabalhar, sonhar e agir, Bosi nos faz pensar o quanto nos aproximamos da essência humana ao parar para ouvir e compartilhar experiências.

Então, propus-me a recolher, emaranhar e tecer os fragmentos da história da militância comunista. Nada mais justo concluir esta introdução com as generosas palavras de Ecléa Bosi:

“[...] a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na esada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e scria preciso um escutador infinito” (1994, p. 39).

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO O PARTIDO

ORIGEM: OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO

A Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) significou um “lugar de memória” para os comunistas baianos¹². Em 1938, o Partido Comunista do Brasil (cujá sigla era PCB) sob iniciativa do estudante de Direito João Falcão, recém-ingresso no partido, fundaria a revista literária *Selva*, criada para expressar o pensamento da intelectualidade baiana e nacional em favor da democracia e da luta antifascista¹³. Duas décadas depois, durante regime militar instaurado após 1964, e agora sob a existência de dois partidos comunistas em atividade no país, estudantes da Faculdade de Direito criaram a primeira base do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na cidade de Salvador no ano de 1965, após a cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962¹⁴.

¹² Por analogia, usamos reflexão de Pierre Nora (1993) quando diz que os “lugares de memória” nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, por isso os homens teriam necessidade de criar arquivos, museus, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e construir monumentos para manter os marcos testemunhais de uma era (p.13). Na memória dos ex-militantes, a Faculdade de Direito seria um desses “lugares”, sendo recorrente na narrativa a vinculação com a unidade de ensino para justificar a formação do partido.

¹³ A revista contava com colaborações de intelectuais e militantes comunistas e foi distribuída nacionalmente até o ano de 1943, quando foi impedida pela ditadura getulista. Cf. FALCÃO, 1988.

¹⁴ Como apontamos na introdução, o PC do B foi criado em 1962 após a cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB). O partido oficialmente alude ao fato como “reorganização”. Para entender como o processo ocorreu há dissertação de POMAR, V. 1999

No ano de 1965, Amalio Couto, Demerval Pereira, João Ribeiro Souza Dantas, Rosalindo Souza e Sara Silva eram alunos da primeira série do curso noturno da Faculdade de Direito, situada na Rua da Paz, no bairro da Graça¹⁵. Entraram na universidade e encontraram uma escola que se destacava por ser um ambiente cultural efervescente, pelas discussões políticas e por uma tradição de mobilização estudantil. Disputavam o Centro Acadêmico Rui Barbosa (CARB), o PCB e a Ação Popular, principais forças no movimento estudantil.

Antes mesmo de existir como grupo político vinculado a uma organização de esquerda, esses estudantes mantinham laços de identidade como jovens que partilhavam a mesma sala de aula e elos de solidariedade. A consciência política que adquiriram e os levou ao encontro do PC do B nasceria de um diálogo entre semelhantes que começavam a perceber a política estudantil e a necessidade de conquistarem representação e expressão política numa escola tradicionalmente politizada. Podemos dizer que o PC do B veio ao encontro de um grupo que desejava ter uma expressão política para reivindicar conquistas estudantis, como a melhoria na qualidade de ensino e verbas, e se posicionar como corrente política - palmo a palmo - junto com o PCB e a AP no segmento estudantil. O advogado João Ribeiro Souza Dantas nos relatou da seguinte maneira a formação do PC do B:

"[...] Nós fomos fundadores do PC do B aqui na Bahia, a partir dessa célula na Faculdade de Direito em 1965. Surgiram alguns membros do PCB que foram para o PC do B que entraram em contato com a gente. No início, o partido não tinha grande expressão. Depois de um ano ou dois, nós crescemos bastante, principalmente na Faculdade de Direito" (SOUZA DANTAS, 21/03/2000).

O ex-militante do PCB e acadêmico de Direito, Antônio Almeida, entrou em contato com Amalio Couto que seria responsável por coordenar o primeiro organismo de base do PC do B na cidade de Salvador no ano de 1965. À época funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos, onde tinha se empregado em 1959 como mensageiro, Amalio Couto trabalhava no

¹⁵ As referências à formação inicial do grupo foram obtidas nos depoimentos de João Ribeiro Souza Dantas (21/03/2000); Amalio Couto (26/06/2000); Vítor Hugo Soares (27/01/2000).

período diurno e estudava à noite. Ele seria o secretário político da base e, posteriormente, iria compor o Comitê Regional (C.R). Couto nos relatou a formação do partido com uma fala imbuída da autoridade de ter sido o “fundador”: “[...] quem criou o partido no movimento estudantil fui eu, que arregimentei estudantes. Não havia praticamente PC do B na Bahia” (COUTO, 26/06/2000).

A formação do partido não foi imediata. O grupo se encontrava para fazer reuniões, discutir o estatuto partidário, documentos e *A Classe Operária*, órgão oficial do Comitê Central (C.C). Como nos relatou Vítor Hugo Soares, também estudante de Direito, as reuniões geralmente eram feitas em bairros populares como São Caetano e Alto das Pombas e também na Lagoa do Abaeté, no bairro de Itapuã, e na ilha de Itaparica. As reuniões afastadas do centro da cidade sugerem o caráter clandestino a que estava submetido o partido, mas refletiam também as condições da pouca representatividade na Faculdade de Direito. Possivelmente, o grupo ainda não se sentia completamente a vontade para ostentar a recém-adquirida identidade política. No ano de 1966, seriam recrutados por Amalio Couto estudantes de outras unidades de ensino como José Caldas de Almeida, da Faculdade de Medicina, Antônio Carlos Teixeira, Dinalva Oliveira e Gileno Amado, da Faculdade de Geologia. O processo de recrutamento foi lembrado por Couto da seguinte maneira:

“[...] primeiro, nós conversávamos sobre a situação para ver o grau de politização. Depois passava documentos do partido para ele ler. Nós discutíamos os textos para ver se ele concordava ou não com a linha política do partido. Depois que ele se convencia, ele começava a participar integralmente do partido. Ele começava como um simpatizante, o militante aí começava a criar uma base na sua escola [...]”. (COUTO, 26/06/2000)

Durante o período de 1965 até 1968, Amalio Couto seria reconhecido pela maioria dos depoentes como o militante responsável pela organização do partido. Contudo alguns militantes dessa primeira geração traziam resquícios de uma militância anterior ao PC do B. A principal referência seria Vítor Hugo Soares, que iniciou os estudos no ano de 1964 na Faculdade de Direito e também participaria do núcleo inicial do partido. Líder secundarista na cidade de Petrolina (Pe), onde estudou o primeiro ano secundário em colégio religioso, Soares tinha sido dirigente da União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) no início da década de 60. Em 1963, veio morar em Salvador e foi estudar no Colégio Estadual da Bahia, o Colégio “Central”, à

época uma referência de ensino público e um ambiente marcado pela efervescência cultural e política. Ativista cultural, Soares nos relatou que o contexto de efervescência cultural e política dos anos sessenta foi preponderante para o envolvimento posterior na política-partidária, como deixou transparecer no depoimento:

“[...] Eu passei a integrar a direção de Petrolina da União de Estudantes Secundários (UBES) e começamos a exercer atividades. Estas eram de reivindicação estudantil e também políticas. Naquele período, a Bahia e Pernambuco viviam um processo intenso de mobilização política. Miguel Arraes começou a sair como candidato a governador. Havia uma campanha intensa. Waldir Pires também se mobilizava para sair candidato a governador. E no início de 60 eu me mudei para Salvador. (...) Eu me matriculei no Central e era um dos ambientes mais efervescentes da política estudantil na Bahia. Comecei a fazer contatos com amigos. Na época, o PC do B ainda estava em formação. A AP era um movimento católico em extensão. Eu sempre atuei bastante no movimento cultural e tinha contato com todas as organizações (...) No ano do golpe, eu entrei na Faculdade de Direito e (também na Faculdade) de Jornalismo (...). No primeiro ano, eu me matriculei na Faculdade de Direito, e lá sim começou o movimento de resistência à ditadura. Os estudantes tinham um papel muito importante” (SOARES, 27/01/2000).

Os depoimentos orais nos revelaram que os estudantes adquiriram a consciência política de que o movimento estudantil passaria a ser o setor “dinâmico” na luta contra o regime militar, isto após medidas restritivas à participação social e política. O Golpe de 64 tinha sido um retrocesso contra a mobilização de segmentos sociais, como os sindicatos de classe e os trabalhadores do campo, através das Ligas Camponesas que vinham se organizando desde o final dos anos 50 e início de 60. Neste período, setores da classe operária, profissionais liberais, intelectuais e estudantes reivindicavam mudanças em profundidade na sociedade brasileira, como as chamadas “reformas de base”, dentre as quais tinham prioridade a reforma agrária e a legislação nacionalista sobre o capital estrangeiro (ALVES, 1987; GORENDER, 1994, RIDENTI, 1993).

Em artigo recente, Jacob Gorender (2004) disse que a deposição do governo eleito de João Goulart refletiu uma sociedade cindida e funcionou como “contra-revolução preventiva”. Segundo o autor, o “golpe militar” não resultou apenas de manobra entre o círculo político-militar, mas teve apoio social, “[...] de um lado estariam, a favor do rumo progressista e democrático, os trabalhadores. No lado contrário, a classe média em peso”.

A Bahia é um exemplo desse processo de cisão na sociedade. Nos primeiros meses antes da deposição de Goulart, o governador Lomanto Júnior era considerado um aliado do governo

constitucional. No dia 1º de abril, o governador divulgou nota pública na imprensa a favor da legalidade democrática, mas sem fazer menção ao governo Goulart. Permaneceu no cargo de governador por um desses “rearranjos” da política local ainda não suficientemente compreendido. Na Bahia, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação no Estado da Bahia (SINDIPRETO/Ba), que representava setores organizados da sociedade civil, teve a sede invadida, depredada e a diretoria presa e destituída (OLIVEIRA Jr, 1996). O imediato pós-golpe de 64 teve reflexos na UFBA. Haveria aceitação do golpe por parte do reitor Alberico Fraga e do conjunto de professores por meio de medidas para investigar professores e funcionários que, supostamente, foram reconhecidos como “comunistas”, bem como ações para reorganizar os diretórios acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) “enquadrado” nas exigências governamentais e depurados da influência de “infiltração comunista”(BRITO, 2003)¹⁶.

No plano nacional, a concepção também seria a implantação de medidas restritivas à participação dos estudantes mais politizados nas entidades estudantis. Em novembro de 64, o marechal Castelo Branco encaminhou ao Congresso Nacional a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais de Estudantes, proibia reuniões e manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Contudo o que foi uma medida punitiva serviu para reorganizar os segmentos em torno da autonomia de suas entidades estudantis (POERNER, 1979; BRITO, 2003).

O ano de 1965 seria marcado pelo início de manifestações de descontentamento advindas das restrições políticas e por campanhas em defesa da autonomia da UNE. Também não podemos esquecer que a efervescência cultural dos anos pré-64 não terminaria abruptamente, houve uma dispersão, mas existia uma juventude predisposta a participar da vida política do país.

Seria sob esse contexto social de reorganização do movimento estudantil em 1965 que os estudantes da Faculdade de Direito organizariam o PC do B em Salvador. Porém a articulação com o C.C ocorreu com a chegada do militante “Rafael”, cuja identidade é desconhecida pelos depoentes e identificado em processo judicial pelo nome de José Barbosa Oliveira¹⁷. Enviado

¹⁶ Não é objetivo da dissertação abordar especificamente os acontecimentos na UFBA durante o imediato pós-golpe. Para isso a dissertação de Maurício Brito traz informações relevantes. Ressaltamos, apenas, que o autor interpretou a atuação do reitorado da UFBA como a de “colaboracionismo”, entendido assim pelas medidas tomadas para “depurar” a instituição da ameaça da “infiltração” de ativistas e professores tidos como “subversivos”.

¹⁷ No processo militar (BNM 199/73), referente às atividades de militantes do PC do B na região de Itabuna e Vitória da Conquista, “Rafael” foi identificado por um depoente, por meio de fotografia apresentada pelos órgãos de segurança, pelo nome de José Barbosa Oliveira e condenado à revelia a pena de quatro anos. As referências e a descrição das atividades política comprovaram tratar-se do dirigente regional. Porém como não conseguimos

pelo C.C na função de secretário político do C.R, “Rafael” seria responsável pela coordenação do trabalho partidário. Chegou a Salvador, segundo depoimentos, depois de 1965 e teve atuação destacada entre os anos de 68 e 70 (COUTO, 26/06/2000; BATISTA DA LUZ, 19/11/2000). Depoentes revelam que ele deixou a militância partidária, provavelmente, no ano de 1971 (MIRANDA, S. 25/11/2003).

É possível que, no imediato pós-golpe de 64, o partido tivesse na cidade de Salvador alguns militantes com vínculo organizativo, entre os quais Nelson Lima Piauhy Dourado, que participaria posteriormente da guerrilha do Araguaia. Piauhy Dourado nasceu em Jacobina em 3 de abril de 1941 e morava em Salvador desde 1961, recém-chegado da cidade de Barreiras onde vivia desde 1942. Quando chegou na capital iniciou o curso científico no Colégio “Central”. Meses depois, transferiu-se para o curso noturno do Colégio Ipiranga, pois começara a trabalhar no Laboratório de Análise de Petróleo, na Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe. Trabalhou lá até ser demitido em abril de 64¹⁸.

Nascido em 1937, na cidade de Juazeiro, Raimundo Batista da Luz, era funcionário publico municipal, estudante secundarista do Colégio “Central” e participava da Associação Baiana dos Estudantes Secundarista (ABES), em 1962. À época, se definia como militante independente, sem estar ligado nem ao PCB nem aos grupos de ação católica, hegemônicos no movimento estudantil. Logo após o golpe de 64, conheceu Nelson Lima Piauhy Dourado à época ainda estudante do Colégio Ipiranga e trabalhando como taxista. A partir desse contato, formaram um grupo que tinha a participação de um ex-funcionário da Petrobrás, com o prenome de “Joel”, cuja identidade permanece desconhecida. O grupo realizava reuniões e discussão a partir da leitura de *A Classe Operária*. As atividades consistiam em leituras e reprodução do jornal que tinha distribuição restrita. Sobre Piauhy Dourado, o depoente traçou o seguinte perfil: “ele era uma pessoa dedicada, mas possuía dificuldade de formulação, de se expressar e construir idéias. Ele era um operário. “Joel” era um intelectual mais experiente, mais intelectualizado” (BATISTA DA LUZ, 19/11/2000).

comprovar a identidade pessoal com outra fonte, apresentamos o dirigente pelo “codinome”, nome pelo qual foi conhecido pela militância. Os processos militantes geralmente apresentam fotografias dos indiciados, neste processo não foi encontrada nenhuma foto dos acusados.

¹⁸ A demissão de Piauhy Dourado foi revelada a autora pelo irmão Epaminondas Dourado. Conversei com ex-sindicalistas do período, como Jair de Brito e Nilo Calazans, que lembram de Piauhy Dourado como profissional da empresa, e não como militante do PC do B. Cf. SANTOS, 2001. Já sobre a repressão política aos funcionários da Petrobrás, ver dissertação de Franklin Oliveira Jr (1996). A empresa tinha 35 mil funcionários, deste 526 foram demitidos, segundo nota no boletim “Informativo Petrobrás”, de 20/10/64. Cf. OLIVEIRA JR, 1996, p.197.

No início de 1965, Piauhy Dourado deixou a cidade de Salvador em direção ao Rio de Janeiro. Em 67, morava em Colinas de Goiás (atualmente a cidade chama-se Nova Colinas e faz parte do estado de Tocantins) onde ficou até final de 1969, deslocado em seguida para a região onde se desenvolveria a guerrilha do Araguaia¹⁹. Batista da Luz teve uma participação ativa na militância estudantil a partir de 1969, quando passou a cursar História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Católica, e realizou trabalho político-estudantil com outros estudantes.

A incipiente organização do PC do B em Salvador não se diferenciava de outras cidades, nas quais o partido teria atuação. E para compreendê-la torna-se necessário rememorar o processo que daria origem ao partido nacionalmente.

1.2: NOTAS SOBRE A CISÃO NO PARTIDO COMUNISTA

Fundado em 1962, o PC do B teve sua origem no processo de cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB), na época o maior partido de esquerda no país. As origens da cisão remontam ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em Moscou, em 1956, que colocou novas perspectivas no horizonte da experiência comunista. As denúncias de “culto à personalidade” e os métodos extremos de repressão e as violações praticadas contra os comunistas por Josef Stálin, quando a revolução já estava vitoriosa e as relações socialistas consolidadas, abalaram os partidos comunistas de todo o mundo. Stálin tinha revelado intolerância, brutalidade e abuso para se perpetuar no poder (FALCÃO, 1988: 449). O Congresso também reafirmou e consolidou a política de “coexistência pacífica” praticada pela URSS em relação aos estados do mundo capitalista e abandonou a tese da inevitabilidade do caminho armado para alcançar a revolução socialista.

¹⁹ As informações sobre as atividades de Piauhy Dourado foram relatadas a autora pelo ex-dirigente Wladimir Pomar que morou com o militante em Colinas de Goiás. No arquivo do DOPS/SP, relatório “Terroristas com curso na China” cita Nelson Lima Piauhy Dourado como um dos militantes com curso no país chinês. Cf. pasta 30Z,160,13872.

No PC brasileiro, as novas diretrizes políticas são acentuadas na Declaração sobre a política do PCB, de março de 1958, assumindo uma “posição nacionalista, democrática e, aceitando, oficialmente, a tese da possibilidade do caminho pacífico da revolução brasileira”, contrapondo-se à linha política insurrecional e isolacionista em relação aos movimentos de massa adotada no Manifesto de Agosto de 1950 (PACHECO, 1984, p. 217).

Vale lembrar que o Manifesto de Agosto ocorreu depois do endurecimento do Governo Dutra com os comunistas. O partido foi colocado na ilegalidade em 1947 e os mandatos dos parlamentares eleitos para as Assembléias Legislativas no ano de 1946 foram cassados em janeiro de 1948. Os sindicatos dirigidos por comunistas sofreram intervenção. Em resposta às novas sanções, o partido por meio do Manifesto propôs a insurreição imediata contra a ordem vigente e defendeu o voto nulo nas eleições presidenciais quando seria eleito Getúlio Vargas. A retomada de uma postura mais moderada se iniciou nos debates dos anos de 1956 e 1957.

Presente na Declaração de 1958, a tese da possibilidade da transição pacífica para se alcançar o socialismo e a proposta de transformação do PCB em um amplo partido de massa são ratificadas no V Congresso (1960), exigindo a intensificação dos comunistas no trabalho ideológico voltado à eliminação do sectarismo e dogmatismo identificado em representantes da Comissão Executiva do C.C que estavam à frente do partido desde 1945. São destituídos do C.C os dirigentes Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas e Maurício Grabois entre outros, por estarem identificados com essa visão dogmática.

As divergências entre o antigo núcleo dirigente e a nova política se aprofundam. A publicação no semanário *Novos Rumos* do Programa e os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro - PCB (até então o partido tinha a nomenclatura de Partido Comunista do Brasil), em 11 de Agosto de 1961, serviu como estopim para representantes do antigo núcleo dirigente articularem um manifesto público subscrito por 100 militantes, chamado “Carta dos Cem”²⁰. No documento, os dirigentes afirmavam que a direção incorreu em infração de princípios, afastava-se do marxismo, renegava o partido criado em 1922 e oficializava um novo partido “revisionista”,

²⁰ De acordo com GALDINO (1994: p.45), o manifesto “Carta dos Cem” foi publicada no órgão oficial do partido, *A Classe Operária*, nº 419, abril de 1962. Valter Pomar (1999) assinala que o Comitê Regional do Rio Grande do Sul publicou em setembro de 1961 uma resolução, na qual se posicionava a respeito da mudança do nome do partido e no Estatuto. Na bibliografia sobre a trajetória do PCB que fala da cisão consultada pelo autor, esta resolução não consta, sendo feita menção apenas a “Carta dos Cem”.

termo pejorativo atribuído à linha política dos pecebistas. Com exceção de Diógenes Arruda²¹, os dirigentes reuniram-se na Conferência Nacional Extraordinária do PC do B, em fevereiro de 1962, e proclamaram que o mesmo partido criado em 1922 estava sendo “reorganizado”.

Para Jacob Gorender, trata-se de uma duvidosa versão “historiográfica” elevada à questão de princípio, “[...] pois se trata de afastar toda dúvida acerca de qual é o partido do proletariado brasileiro. De acordo com o dogma estalinista, o proletariado não pode ter mais de um autêntico partido revolucionário”(GORENDER, 1994, p.34).

A origem da cisão no PCB em 1962 foi detalhadamente analisada por Valter Pomar (1999), tendo como base a bibliografia existente sobre o movimento comunista no Brasil. Esta consolidou uma linha interpretativa que explicaria o processo de cisão a partir da combinação de três fatores: disputa entre stalinistas e anti-stalinistas no interior do PCB; reflexo da disputa entre a linha “soviética” e “chinesa”; conflito entre a “via pacífica” e a luta armada. O autor defendeu que, para entender a cisão, seria preciso contextualizá-la na “influência que a crise do populismo, em particular a crise do sistema partidário, possa ter tido nos prazos e nas formas de luta interna do Partido Comunista (POMAR, V, 1999, p.106)”. O populismo, segundo o autor, teria conferido “[...] plausibilidade ao esquema estratégico do Partido Comunista, à possibilidade de uma aliança entre trabalhadores, camponeses e ‘burguesia nacional’, em defesa da ‘nação’ e do ‘progresso’”. O autor concluiu que o contexto político-social de confrontação e radicalização entre as classes sociais vigente no início dos anos sessenta teve um papel relevante na constituição do PC do B, pois não haveria condições sociais para sustentar a “ambigüidade programática e estratégica tão característica” da história no tradicional PC (id. ibdem, p.136).

Na dissertação de mestrado sobre a linha política partidária do PC do B, Jean Rodrigues Sales afirmaria que as razões para a cisão encontrariam ressonância numa tradição do modelo organizacional herdado do partido bolchevique e da III Internacional que não admitia divergência em seu interior e quando surgiu passou a ser resolvida através de expulsões. Após analisar o processo de cisão, o autor concluiu:

²¹ Diógenes Arruda Câmara foi destituído da direção do PCB em 1957 e afastou-se da vida partidária. No primeiro momento, não fez parte do grupo que liderou o processo de cisão no PCB. A sua entrada no PC do B ocorreu após 1964 na condição de dirigente do partido. Cf. POMAR, V, 1999, p.44.

[...] a partir das divergências de linha política que surgiram no interior do PCB na segunda metade da década de cinquenta sobre problemas candentes da conjuntura - - como o posicionamento a respeito da profundidade das mudanças necessárias após as denúncias de Khrushchev, a análise da conjuntura política, e, a partir disso, a formulação da estratégia e da tática do partido na época dos governos JK e Jango -, formaram-se grupos com opiniões diferentes no interior do partido sobre os rumos que deveriam ser tomados naquela conjuntura. Esta situação, agravada pela luta pelos postos-chaves do partido e pela longa tradição de resolução de divergências através de expulsões, levou a saída do grupo de militantes em 1961, que viriam a formar, no ano seguinte, o PC do B. (SALES, 2000, p. 70)

A reivindicação do PC do B pela tradição, a história e os mitos fundadores da matriz originária do partido comunista criado em 1922 também pode ser compreendida por uma disputa pela “memória”. Para os partidos políticos que passaram por processos de cisão, o enquadramento da memória exerceu, neste caso, um papel fundamental, pois, como nos diz Michael Pollak, a referência ao passado serviria para manter a coesão interna e defender as fronteiras do que um grupo mantém em comum. O entendimento sobre o passado teria uma vinculação estreita com a atuação no presente e a perspectiva futura.

Para Pollack, a organização política veicularia seu próprio passado à imagem que ela criou para si, e não pode mudar de direção brutalmente a não ser sob o risco de criar tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo correr o risco de desaparecimento, pois os membros podem não “[...] mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e de sua organização” (POLLAK, 1989, p. 10). Os feitos passados seriam reivindicados pelo PC do B para que pudesse legitimar o discurso político como “verdadeiro partido do proletariado” e justificar a ruptura, mas sem correr o risco de perder a coesão interna. Além disso, a disputa com o PCB seria um elemento de diferenciação para atrair novos membros.

Do ponto de vista da militância o passado teve um peso fundamental, pois tornou-se um elemento de identidade partidária. Enquanto se consideravam membros do partido, os militantes acreditavam serem eles os herdeiros da tradição do partido comunista de 1922. Em momento de ruptura, como ocorreu no final da década de 70, a evocação desse passado seria um elemento para comprovar os desvios do partido.

O fundamental, conforme nos apontou Jacob Gorender (1994), foi que a consumação da dissidência teve pequena dimensão e não afetou o PCB, então em vigoroso processo de ascensão política e orgânica. Nos primeiros anos após a cisão, a contraposição ao PCB se desenvolvia em

quase todo o país na disputa pela base de militantes e pelas áreas de influência pecebista. Mas em termos de composição partidária, o novo partido aglutinou número insignificante comparado ao PCB²², além de não ter, no primeiro momento, uma base social própria.

Segundo Galdino, os novos dirigentes, reconhecidos como “homens do aparelho partidário” do PCB durante os anos 40 e 50, com tradição de vida clandestina e com cargo de direção, tinham-se distanciado da frente dos movimentos de massa e, portanto, não seriam os interlocutores preferenciais junto às forças políticas organizadas. Em síntese, eram homens com experiência partidária, mas distanciado do cotidiano do militante de base. A “Conferência Nacional Extraordinária”, onde foi decidida a “reorganização” em 1962, reuniu cerca de 80 pessoas representando militantes espalhados nos estados de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (GALDINO, 1994, p. 48). O ex-dirigente Dinéas Aguiar revelou aspectos da composição partidária:

“[...] para o partido, praticamente, do movimento sindical só veio alguma coisa do Rio de Janeiro, em particular, dos ferroviários da Leopoldina, ali o Comitê da Leopoldina ficou conosco. Alguma coisa no Rio Grande do Sul. Aqui em São Paulo todos os dirigentes estudantis, sindicais, de frente de massa, assim como nos outros estados tinham ficado com Prestes. ...Amazonas todo mundo sabia quem era, Grabois, Pomar todo mundo sabia... mas não tinha relacionamento ou era pequeno...(...)..Em 63, o partido já começa, primeiro ele se espalha (sic), ele organiza em Minas, organiza em Brasília, organiza em Goiás, no Paraná, organiza no Nordeste, Bahia, Pernambuco, depois Paraíba, mas são ainda núcleos, porque daí a gente desligado do partido nós procurávamos antigos camaradas que se conheciam, pessoal que tinha ficado dentro do PCB, mas que ainda tinha uma posição de luta [...]” (apud GALDINO: 1994, p.71)

Na Bahia, pelo que pudemos coletar de fontes, o PC do B tinha presença pequena e poucos seriam os militantes do PCB que aderiram ao novo partido. A situação não era a mesma no estado como o Ceará. Lideranças importantes do PCB, como Ózeas Duarte, romperiam com o partido para organizar o PC do B no estado. A partir de 1965, o núcleo atuou organicamente e com

²² Na bibliografia consultada, GALDINO (1994) e POMAR, V (1999) afirmaram que não existem dados precisos quanto ao número de militantes que foram para o PC do B. Moisés Vinhas (1982) disse que a dissidência teve pouca representatividade e não afetou o crescimento do partido. Em 1962, o PCB tinha 30 mil militantes. De 1962 a 1964, atingiu 50 mil. Cf. VINHAS, 1982.

maioria formada por ex-militantes do PCB. Nos anos seguintes, conquistou a hegemonia no movimento estudantil. O Ceará, inclusive, foi o único estado no qual o PC do B teve controle do Diretório Central dos Estudantes (DCE), vinculado a Universidade Federal do Ceará, nos anos de 1967 e 1968 e da União Estadual dos Estudantes em 1968 (RIDENTI, 1993, p.135). Em Salvador, os militantes começam a participar, de forma discreta, do movimento estudantil em 1967 e a conquista de diretórios acadêmicos ocorreria apenas em 1968, como veremos a seguir.

1.3: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SALVADOR

Durante os anos de 1966 e 1967, os estudantes universitários e secundaristas participaram de mobilizações estudantis que significaram a reorganização do movimento estudantil baiano, após as restrições políticas, repressão e o desmantelamento no imediato pós-golpe de 64. Nesse período, a participação dos militantes do PC do B foi discreta, continuavam no processo interno de organização e atuavam no movimento estudantil junto com os demais grupos de esquerda sem alardear a presença como grupo vinculado a partido político. Acumulavam força e experiência.

Em 1966, os estudantes de Salvador deram demonstração de rebeldia política e promoveram manifestações de rua com grande amplitude. Sob influência do PCB, secundaristas do Colégio “Central” pertencentes ao Grupo de Divulgação Artística, através do sub-grupo de Teatro, resolveram encenar a peça “Aventuras e Desventuras de um Estudante”, de autoria de Carlos Sarno que, em 1969, iria militar na Var-Palmares²³. Em linguagem de cordel, a peça narrava as atribulações de um interiorano que vem estudar na capital e se defrontava com as exigências burocráticas para encontrar vaga nas escolas públicas, a falta de liberdade política, o autoritarismo e a necessidade de se organizar politicamente por meio de suas entidades estudantis (SILVA, 2003, p.40-46).

A peça foi proibida de ser encenada pelo diretor do colégio, Walter Reuter, em maio, por considerá-la imprópria para o ambiente estudantil. Os membros do Grupo de Teatro Amador

²³ A participação dos militantes secundaristas em atividades culturais foi analisada por Sandra Regina Barbosa da Silva (2003). Em 1968, alguns deles atuaram como membros da Dissidência (DI-Ba) e, no ano seguinte, organizaram os grupos MR-8, PCBR e VAR-Palmares.

(GTA) foram às salas de aula denunciar aos colegas a atitude autoritária do diretor, programavam declarar greve na instituição de ensino e reivindicavam a substituição do diretor. O resultado foi a suspensão da matrícula de sete alunos do GTA: Carlos Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Ruth de Brito Lemos, Alexandrina Luz Conceição, Zoroastro Pena Santana, Nemésio Garcia e Francisco Ribeiro Neto (BENEVIDES, 1999, P. 72; SILVA, 2003, p. 45).

A proibição da peça e as suspensões da matrícula desencadearam a primeira manifestação estudantil na Bahia pós-golpe militar em solidariedade aos estudantes do “Central”. Em junho, os alunos do colégio em greve saíram às ruas contra o que julgavam cerceamento à arte, falta de liberdade de expressão e autoritarismo do diretor (A TARDE, 02 e 03/06/1967). Solidários, os universitários convidaram o GTA para encenar a peça na Residência Universitária no bairro da Vitória que, não obstante, foi invadida pela polícia e os estudantes presentes submetidos a agressões.

O governador Lomanto Júnior divulgou resolução que proibia qualquer tipo de manifestação de rua, passeatas e agrupamentos em frente aos estabelecimentos de ensino ou próximo das universidades, colégios e ginásios (BENEVIDES, 1999). A medida também tinha sido tomada após um incidente envolvendo o Ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, na tarde do dia 4 de junho, quando este retornando da casa do filho fora vaiado e hostilizado por estudantes que se encontravam em frente à Reitoria da UFBA, no bairro do Canela. Os estudantes acabavam de decidir por uma greve de 48 horas em solidariedade aos estudantes do “Central”. No episódio, o segurança pessoal do ministro foi atingido por uma pedra arremessada por um dos estudantes.

Apesar da repressão física e política, as manifestações estudantis para reaver o direito de assistir à peça teatral reforçaram os laços de solidariedade entre os estudantes. Em setembro, secundaristas e universitários voltariam às ruas em protesto contra a prisão de 178 estudantes paulistanos que tentavam organizar o congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE/SP) e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Esse clima político evidenciou a necessidade de organização das entidades estudantis na esfera local. Em 1967, a base do PC do B decidiu partir para ação política e apresentar candidato à eleição do CARB, na Faculdade de Direito, na UFBA. Como era insignificante perante a hegemonia do PCB e da AP na escola, apoiaram uma chapa independente e a mais ampla possível sem que esta fosse identificada com o organismo partidário a qual pertencia – PC do B.

O estudante Pedro Milton de Brito foi escolhido, reconhecido como uma pessoa com capacidade intelectual e respeitado na escola, inclusive por militantes de outras organizações à época como a DI-Ba (CASTRO, 29/09/00).

Apesar dos esforços para conquistar o CARB, Pedro Milton é derrotado por Aluísio Franca Rocha, indicado por militantes do PCB. Considerado de tendência “independente”, Pedro Milton de Brito avaliou assim a derrota²⁴:

“O grupo considerado independente quase sempre se alinhava ao PCB. Depois, veio o PC do B, que cresceu bastante na Faculdade de Direito, e apoiou a minha chapa. Nós perdemos porque a turma do 1º semestre, que estava comprometida a votar, no último minuto, recusou o apoio, liderado por Marcelo Cordeiro, do PCB (MILTON DE BRITO, 30/10/2000)”.

Líder estudantil no colégio “Central”, o advogado Pedro Milton foi preso em abril de 1964. Não chegou a ser militante do PC do B, mas considerado um aliado, até mesmo uma referência intelectual, como nos contou Vítor Hugo Soares. A base de Direito quis recrutá-lo para o partido. Não conseguiu. No depoimento, Pedro Milton nos confessou se identificar como “simpatizante do socialismo” e, apesar de na época “estar de acordo com muitas diretrizes” do PC do B, não se filiou, pois a filiação lhe tirava uma “certa liberdade individual”. A crítica mais acerba ao partido se referiu à presença de dogmatismo ideológico, presença do stalinismo e, mais explicitamente, ao princípio do centralismo democrático, como nos contou:

“[...] a filiação lhe tirava uma certa independência. Você era obrigado a certas orientações que você não estava de acordo. (...) Então, no PC do B não havia isso. Dentro do partido, se você baixasse uma tarefa teria que cumprir. Eu sempre achei que as liberdades individuais eram fundamentais, sem as quais o socialismo não pode sobreviver.” (MILTON DE BRITO, 30/10/2000).

As questões levantadas por Pedro Milton de Brito nos levou a inferir que, no movimento estudantil, surgiram laços de afinidade eletiva, amizade e mesmo relação de colaboração sem que houvesse um alinhamento com o partido político. Mesmo tecendo críticas ao PC do B sobre os

²⁴ O advogado faleceu em 5 de dezembro de 2000, um mês depois de prestar depoimento à autora. Pedro Milton também foi proibido de se matricular na UFBA no ano de 1969, mesmo tendo concluído o curso no final do ano de 1968.

métodos de organização partidária e discurso ideológico, Pedro Milton de Brito e os militantes do partido desenvolveram na Faculdade de Direito uma relação de colaboração e respeito mútuo. Possivelmente, a militância do PC do B demonstrou ter uma postura “aberta” para conquistar simpatizantes e não se fechou - estritamente - num posicionamento sectário.

As eleições para os diretórios acadêmicos vinham num prolongamento das mobilizações estudantis que passavam a serem retomadas e da crescente politização dos estudantes. Em meados de 1967, os secundaristas voltaram às ruas para protestar contra a aprovação da Lei Orgânica do Ensino, em tramitação na Assembléia Legislativa, que entre seus artigos estabelecia que as escolas de ensino médio mantidas por fundações poderiam cobrar anuidade. Os estudantes entenderam que a aprovação da lei significaria o fim da educação pública gratuita, uma expressão do acordo do MEC-USAID (Ministério da Educação e United States Agency for Development) na esfera do ensino secundário.

Os protestos começaram na tarde de segunda-feira do dia 21 de agosto e terminariam cinco dias depois após uma intensa movimentação social. A imprensa calculou que mais de dois mil estudantes, professores e populares saíram às ruas (JORNAL DA BAHIA, 22/08/67).

A repercussão do movimento levou o governador Luís Viana Filho, três dias após o início dos protestos, a fazer um pronunciamento público televisivo, no qual declarava que não havia nenhuma intenção de implantar a cobrança de anuidades no ensino médio em todo o Estado. Confessava também seu “estranhamento” quanto ao caráter das manifestações estudantis. E concluía: “as manifestações ocorridas neste momento interessam a propósitos subversivos” (A TARDE, 24/8/1967). A partir daquele momento, o governo do Estado anunciava que não seria mais condescendente com as manifestações, e a polícia militar trataria de conter os ânimos dos estudantes.

Os estudantes ante a ameaça do governador declaram-se em greve e convocam os universitários a participar da mesma luta. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a União dos Estudantes da Bahia (UEB) decidiram pela greve geral na UFBA. Na noite do dia 24 de julho, nova ocupação das ruas. Os policiais militares colocaram barricadas da Rua Chile até a Praça da Sé. O confronto foi inevitável. Pedços de pau e pedras contra as bombas de gás lacrimogêneo da tropa de choque da Polícia Militar.

Numa tática de recuo, os manifestantes decidiram retornar e fazer a manifestação na Reitoria da UFBA, no bairro do Canela. Durante o percurso de volta, eles procuram driblar o

aparato policial que obedecia à ordem de acabar com a manifestação a qualquer custo. Abrigados no palácio da Reitoria, os estudantes ficam impedidos de sair sob a ameaça de sofrer repressão. Foi necessária a intervenção do reitor Roberto Santos que interveio junto com a polícia militar para que os estudantes pudessem sair, pacificamente, do salão principal e retornassem às suas residências.

Não obstante toda a manifestação contrária, a Lei Orgânica do Ensino foi aprovada. No dia 26 de agosto, Luís Viana Filho assinava, simultaneamente a sanção da lei, o decreto no qual se comprometia a manter a gratuidade do ensino médio e a “preferência da matrícula nos colégios oficiais aos alunos economicamente desfavorecidos” (JORNAL DA BAHIA, 27 e 28/08/1967). O decreto seria uma medida de conciliação diante da insatisfação crescente com a situação crítica do ensino público. Pesquisa realizada pela Comissão de Planejamento Econômico, durante o ano de 1966, apontava os baixos índices de escolaridade da população soteropolitana, constituída de 26% de analfabetos, 16% alfabetizados, 33% com instrução primária, 22% com nível secundário e uma pequena parcela, 3%, ostentava o curso superior (A TARDE, 06/03/67). Tinha sido contra esse quadro caótico que os pais, professores e estudantes saíram às ruas para protestar, pois a aprovação da lei poderia gerar maior precariedade nos níveis de instrução.

A avaliação final da mobilização estudantil, contudo, foi de vitória contra a política governista de tentativa de cobrança de anuidade e a constatação de que uma geração de estudantes estava predisposta a ir às ruas para demonstrar insatisfação. Militante da DI-Ba e estudante secundarista, João Luís da Silva Ferreira (Juca Ferreira) ressaltou a amplitude do movimento de massa, com a participação de pais e professores unidos contra a cobrança do ensino. Na avaliação de depoentes, começava a despontar um sentimento de repúdio à ditadura militar (FERREIRA, 1/12/99; SOARES, 27/01/2000).

As manifestações foram significativas do poder de mobilização contra a cobrança da anuidade e atraíram a atenção dos órgãos de segurança. No dia 29 de agosto, após o fim dos protestos, o Setor de Ordem Política e Social (SOPS) da Polícia Federal instaurou inquérito policial para investigar o que eles classificaram como “agitação estudantil que adquiriu caráter subversivo”²⁵. Os principais acusados foram Mário José de Souza Filho, líder secundarista do

²⁵ Para apurar denúncias contra a ordem política e social (manifestações, distúrbios, panfletagem de organizações políticas, anúncios de greve e paralisações, entre outras), a Superintendência da Polícia Federal tinha seção chamada Setor de Ordem Política e Social (SOPS), como consta no Livro Tombo da instituição com o registro dos inquéritos policiais e os depoimentos cartoriais. Após o ano de 70, o departamento adotou a terminologia DOPS (Departamento

Colégio “Central” e militante da AP, Marcelo Cordeiro, presidente da UEB e ativista do PCB, como consta no IPL 09/67.

Os protestos contra a Lei Orgânica significaram o fortalecimento do movimento estudantil com a união dos universitários e dos secundaristas. Diferentemente de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a luta estudantil fora conduzida predominantemente por universitários, os secundaristas baianos apresentavam um grau de mobilização maior e desencadearam as duas primeiras lutas estudantis relevantes no período pós-64 (BENEVIDES, 1999, p.76-77).

Essas primeiras manifestações provocaram o surgimento de lideranças estudantis emergentes com os protestos e o reagrupamento para as eleições da UEB, entidade extinta e colocada na clandestinidade. Neste contexto, em novembro de 1967, militantes do PC do B junto com segmentos estudantis independentes lançam o estudante de geologia Antônio Carlos Monteiro Teixeira a presidência da UEB.

A estratégia foi montada pelo estudante de economia da UFBA, Paulo Cayres de Brito, primo de Milton Cayres de Brito, militante histórico do PCB. Líder estudantil na cidade de Vitória da Conquista, ele foi preso dias depois do golpe de 64, acusado de fazer pichações na cidade contra a tomada de poder pelos militares. À época, Paulo Brito tinha simpatia ideológica pelo “Grupo dos Onze”, agrupamento de teor nacionalista estimulado por Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul. Em 1967, para ganhar a UEB, o estudante de economia defendeu junto aos militantes do PC do B que fizessem a opção por uma chapa de massa ampla e sem vinculação partidária, uma forma de atrair estudantes independentes que ainda não tinham se alinhado à AP ou ao PCB, que recebeu o nome de “Renovação”. A escolha por Monteiro devia-se a atuação na Faculdade de Geologia e a liderança de Dinalva Oliveira na residência universitária feminina²⁶.

Apesar dos objetivos do grupo, a chapa “Renovação” não conseguiu romper com a hegemonia do PCB no movimento estudantil que, apesar das dissidências que sofria, esteve à frente de entidades estudantis como o DCE e a UEB. Sérgio Dias, à época estudante de

de Ordem Política Social). À época, respondia pela Polícia Federal o Cel Luis Arthur de Carvalho. Tradicionalmente, a repressão política esteve vinculada ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS ou DOPS), coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e pela polícia estadual.

²⁶ As informações foram extraídas do depoimento de Paulo Cayres de Brito a autora, em 25/11/2000, e constam na monografia SANTOS (2001)

arquitetura e militante do PCB, ganhou a eleição com a chapa “Vanguarda”, e conduziria o movimento estudantil no ano de 1968.

A experiência dos militantes do PC do B no movimento estudantil só seria capitalizada no ano seguinte, em 68, em meio às discussões do movimento estudantil e a conquista do diretório de duas importantes escolas da UFBA: o CARB, em Direito, com Rosalindo Souza, e na Faculdade de Medicina, com Nilton Gomes Oliveira. Sem superestimar a participação dos estudantes, a conquista dos dois diretórios, principalmente o de Direito, representou para os militantes e para o partido a possibilidade de imersão no movimento estudantil e um momento de afirmação como grupo político e com lideranças estudantis proeminentes. Além destes dois diretórios, o presidente do Diretório Acadêmico (D.A) de Direito da Universidade Católica, Luís Cayres Tunes, também era militante do partido.

A conquista também representou um momento de mudança e refletia planos e estratégias para uma maior articulação em nível nacional dos militantes estudantis vinculados à organização, a fim de reverter a presença inexpressiva no cenário estudantil nacional. Em março de 1967, pela primeira vez, o coletivo baiano tinha participado de uma reunião, um “Ativo Estudantil”, em São Paulo com a presença de Maurício Grabois e Pedro Pomar. Foram enviados Amalio Couto e José Caldas Almeida. Também em julho de 1967, os militantes participaram do XXIX Congresso da UNE, em Vinhedo (SP), com a participação de 400 delegados e realizado clandestinamente com a ajuda dos padres católicos que forneceram o sítio para o encontro. Na ocasião, Luiz Travassos foi eleito presidente da UNE (POERNER, 1979, p 290).

Para se ter uma idéia da pouca expressão nacional do partido naquele momento, o militante Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, à época estudante de Engenharia, na UFCE, nos relatou um episódio sintomático da participação minoritária do partido. Foi interessante observar como o acontecimento ficou registrado, pois o depoente ressaltou o fato de o grupo se reunir debaixo de uma árvore, enquanto que os demais militantes, com articulação maior, estarem em convenção numa “sala”, significativo da dimensão exata das reais condições de participação:

“[...] Em 67, no Congresso de Valinhos²⁷, eu participei do Congresso, era a Ação Popular, (com) muita gente (que) se reunia numa sala. Era a Dissidência que se reunia, (com) muita gente que se reunia numa sala. E o PC do B que se reunia debaixo de uma árvore com 11 pessoas, o pessoal do Ceará, o pessoal da Bahia, acho que Monteiro

²⁷ O depoente se referiu a Valinhos, e não Vinhedo onde ocorreu o encontro.

(Antônio Carlos Montenegro), e o pessoal de Minas, que estava saindo do partido, era o pessoal que saiu para a Ala-Vermelha, o pessoal foi para o foquismo. Foram onze pessoas apenas, está entendendo.. Em 68, não. Nós já fomos... fruto já de uma maior sistematização da linha política, nós já fomos com força maior, tanto que começamos a participar da UNE a partir daí em 69, final de 68...” (PINHEIRO, 23/12/2003).

Para reverter a pequena inserção no movimento estudantil, em maio de 1968, o Comitê Central (C.C) lançou o documento **Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil**, no qual traçava a tática dos estudantes no encaminhamento de suas lutas. Do ponto de vista tático, os militantes deveriam apoiar as atividades das entidades estudantis, participar dos centros acadêmicos²⁸ e trabalhar pela organização do movimento estudantil integrado as bases. Segundo o documento, “[...] na medida em que o trabalho pela base ganha solidez e se articula, os estudantes vão às ruas mais organizadamente, fazem demonstrações vigorosas e melhor enfrentam a repressão política” (**POLÍTICA E REVOLUCIONÁRIZAÇÃO DO PARTIDO**, 1977, p.33).

A estratégia política a ser seguida seria ‘consolidar a esquerda’, numerosa entre os estudantes, ganhar o “centro” e isolar a minoria de estudantes ligados a “direita”. A maior parcela, “a massa intermediária”, atuaria na luta contra a ditadura militar e contra o “imperialismo norte-americano”. Caberia aos militantes comunistas recrutar os melhores e mais combativos elementos do meio estudantil e estruturar novos organismos de base para consolidar a estrutura do partido (ibidem, p.36-44). Seriam com estas orientações que os militantes se conduziram no movimento estudantil no ano de 1968.

1.4: A CONQUISTA DO CARB: IMERSÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A conquista do CARB por militantes do PC do B que, até então, não havia conquistado nenhum diretório acadêmico foi considerada uma verdadeira surpresa, um espanto, como nos relatou Vitor Hugo Soares. No dia 8 de maio de 1968, assumiu a presidência da entidade, Rosalindo Souza, um rapaz negro, nascido em Caldeirão Grande, interior do estado. Seu pai, Rosalvo Souza, era presidente da Associação de Artífices de Itapetinga e sustentava a família de

²⁸ A decisão de participar dos diretórios acadêmicos era uma revisão que o partido assumiu em 1965, quando decidiu, em represália, a Lei Suplicy de Lacerda não apoiar as eleições nos diretórios acadêmicos (POERNER, 1979).

cinco filhos trabalhando como pedreiro e encanador, e qualquer função compatível com um trabalhador braçal cujo rendimento pudesse sustentar a família.

Nascido em 2 de janeiro de 1940, Rosalindo tinha 25 anos quando conseguiu ser selecionado no curso de Direito. Estudando à noite, conciliava os estudos com o trabalho para subsidiar sua estada na capital. Em 68, funcionário da Diretoria do Ensino Industrial, do SESI, recebia mensalmente NCR\$ 550, necessários para pagar a estada no pensionato na Rua Sodré, nº 49, e despesas pessoais. Parte da renda ainda era destinada aos pais que construíam uma casa na cidade onde moravam, como o estudante respondeu ao agente na Polícia Federal que lhe interrogou sobre o que fazia para viver e quanto ganhava no inquérito policial instaurado para apurar as atividades estudantis na Faculdade de Direito (BNM 71/69, p.226). Vítor Hugo Soares ressaltou o fato de Rosalindo ser negro e pobre, dentro de uma escola de alta sociedade da Bahia com estudantes na sua maioria “brancos” e com padrão socioeconômico elevado (SOARES, 27/01/2000).

Rosalindo Souza tinha um perfil singular entre os estudantes da Faculdade de Direito e mesmo face o padrão médio do estudante brasileiro predominante no movimento estudantil. No microcosmo da universidade, o grupo ligado ao PC do B seria reconhecido pelos militantes de outras organizações pela sua origem rural, pessoas com raízes sociais em cidades do interior e por se caracterizarem como estudantes-trabalhador e pertencentes a famílias que mantinham pequeno comércio local ou eram filhos de funcionário público. À época estudante de Direito e ligado a DI-Ba, o professor de História Ubiratan de Castro Araújo, compôs, em depoimento aos pesquisadores Sandra Regina Barbosa da Silva e Muniz Ferreira, o seguinte perfil do membro do PC do B, onde, de maneira geral, o militante é identificado como de menor “expressão intelectual”, comparado aos integrantes de outra organização, como a DI-Ba, por exemplo.

“ [...] o PC do B era muito recente, um grupo de dissidentes de partido ainda muito magoado, muito minoritário. Por outro lado, uma pequena expressão dentro do estudante padrão que era o pequeno burguês, tinha um padrão bem mais humilde de gente mais simples com menos expressão intelectual, meio primitivo. (...) Era essa coisa simples, mais popular, ou então era aquele menino filho de farmacêutico, filho do pequeno empregado do interior que vinha para a cidade. Então eles tinham toda uma dose de rejeição ao capitalismo mas era uma rejeição ao capitalismo muito fisiológica, de rejeição (...) A base do PC do B era muito mais noturna, que era de funcionários, empregados do comércio, gente que estudava Direito para subir na vida, ser advogado,

fazer concurso, gente velha. Então, eles eram objeto de um grande preconceito entre os professores que diziam que eles eram os mais fracos, de manhã tava a elite, todo mundo fresquinho, e de noite [...]” (ARAUJO, 29/09/00).

Não foi possível dispor de dados sobre a renda dos estudantes baianos ao longo dos anos 60. Mas a bibliografia e pesquisas disponíveis podem conduzir a algumas reflexões sobre o perfil do estudante universitário. Pesquisa feita por Regina Espinheira revelou que, em 1965, 63% dos estudantes, matriculados na UFBA e instituições de ensino privado, eram filhos de pais com “ocupação média” (correspondente a 15% da população brasileira). Vinte e nove por cento dos alunos vinham de famílias com “nível alto” (somente 2% de toda população brasileira). Os níveis sociais considerados mais “baixos”, de acordo com a tipologia usada na pesquisa, referente à metade da população brasileira, estavam representados em apenas 8% dos alunos²⁹.

Apesar da pouca representatividade de estudantes com baixo nível de rendimento socioeconômico, em comparação com a maioria classificada na categoria de “camadas médias”, um dado significativo dizia respeito ao nível de escolaridade da família: 51% dos alunos tinham pais com nível de instrução baixo (primário incompleto e sem grau de escolaridade concluído, classificado como analfabetos), contra 34% dos estudantes com pais com terceiro grau concluído. A maioria dos alunos pertencia à primeira geração familiar que tinha a oportunidade de frequentar o curso superior. Espinheira concluiu que estava em curso um processo de ascensão de “setores médios”. Famílias que não tiveram acesso sequer ao ensino médio tinham a oportunidade de oferecer educação universitária aos filhos nessa nova conjuntura de industrialização do país e de acesso a bens simbólicos como viagens, frequentar ambientes intelectualizados (teatro, cinema) ou mesmo pagar hospedagem aos filhos na capital (ESPINHEIRA, 1965, p.9-14).

Autores ressaltaram a predominância de “setores médios em ascensão” no ensino superior, como um fenômeno recente e posterior aos anos cinquenta provocado pelo processo de industrialização do país, aumento da demanda de profissionais técnicos para ocupar as novas funções e implantação de um sistema de ensino gratuito e público. Marilene Foracchi (1977)

²⁹ A pesquisa está disponível no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador. O trabalho foi feito pelo Ministério da Educação no Distrito Federal e na capital de nove estados (Pernambuco, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Bahia). Segundo Espinheira, as pesquisas, realizadas à época, sobre a escolaridade da população compartilhavam a concepção de que era necessário facilitar o acesso ao ensino superior para que o país pudesse “sair do desenvolvimento tardio” que se encontrava nos setores econômico e social.

apontou que, nos anos sessenta, a Universidade de São Paulo abrigava filhos de trabalhadores urbanos não operários, relativamente privilegiados economicamente, que a autora denominou de “classe média em ascensão”, com potencial de ser “revolucionária” a sua maneira. Roberto Martins Filho creditou a esta geração de estudantes vindos de “camadas médias” a crescente politização do movimento estudantil a fim de reivindicar mais verbas para a universidade e garantir o ensino público, considerado uma conquista social³⁰ (MARTINS FILHO, 1997, p.75-81).

Ex-militante do PC do B, Juracy Novato nos revelou que o ensino superior poderia representar melhoria da qualidade de vida e garantia da sobrevivência financeira futura. Novato nos contou que morava na cidade baiana de Caetité, o pai trabalhava na Secretaria da Fazenda, no setor de fiscalização, mas tinha uma prole numerosa e os filhos precisavam custear os estudos:

“ [...] Ele tinha 11 filhos. Já pensando como é que meu pai podia manter 11 filhos, eu fui para Belo Horizonte pensando em conciliar o trabalho com os estudos, porque em Salvador era mais difícil arrumar trabalho (...) Em Belo Horizonte, eu fiz cursinho e comecei a participar de passatas. Em 68, eu passei em Direito na UFMG, mas consegui me transferir para Bahia (NOVATO, 6/5/2000)³¹”.

Semelhante a Novato, outros estudantes também vinham de famílias do interior, moravam em pensão ou na residência universitária, havia estudantes-trabalhador, pessoas que necessitavam trabalhar para sobreviver e continuar os estudos em Salvador. Estudante de geologia, Dinalva Oliveira era filha de pequenos sítiantes de Argoim (à época povoado de Castro Alves) e para se manter em Salvador precisava morar na residência universitária pois não tinha como pagar pensionato³². Esse perfil socioeconômico do militante baiano ligado ao PC do B se diferenciava do padrão do estudante brasileiro na década de sessenta, classificado por Ridenti (1993) como

³⁰ MARTINS FILHOS se referiu ao estudante universitário na década de 60 como pertencente a uma “geração estudantil” vinculada a “classe média” com uma configuração de sua prática num momento cultural específico e de abertura para o ensino superior (1997, p.76). Em 1945, havia 27.253 matrículas no país. Em 1950, 72 mil; em 1960, as matrículas chegaram a 90 mil, e em 1964, havia 142 mil pessoas matriculadas no ensino superior (p.77-78).

³¹ Além de Juracy Novato, outro membro da família teve envolvimento com a militância estudantil, Josué Tude Novato, e respondeu a processo judicial em 1972.

³² As dificuldades financeiras de Dinalva Teixeira foram relatadas por Teodora Rocha, à época amiga e colega do curso de Geologia, em depoimento à autora em 30.10.2000. Cf. SANTOS, 2001.

representantes de “camadas médias intelectualizadas” e com pouca ou quase nenhuma predominância de estudantes vindos de setores mais baixos da população³³.

Podemos dizer que, além das afinidades eletivas e políticas que surgiram no ambiente universitário entre os militantes do PC do B, eles tinham algumas particularidades no que se referem à origem e estratificação social. A origem de estudantes de cidades do interior, o contato com o mundo agrário, trouxe consigo uma compreensão crítica de que o sistema capitalista ressaltava as contradições de classe, visíveis numa cidade como Salvador que passava por um processo de expansão do capital financeiro na cidade e redefinição do espaço urbano com o deslocamento progressivo, ao longo da década de sessenta, das camadas mais pobres para os bairros periféricos. No último decênio 50/60, a população urbana de Salvador tinha sido acrescida por um foco migratório proveniente do interior do estado na ordem de um crescimento demográfico de 60,81%. Essa população rural migrou para a capital em grande medida devido à agricultura estagnada, em busca de novas oportunidades de trabalho no centro econômico mais dinâmico (MATTEDI, 1979, p.77).

Na universidade, os militantes do PC do B seriam reconhecidos, no ano de 1968, como “radicais” e identificados como maoístas, simpatizantes da Revolução Cultural e defensores da guerra popular prolongada. A identificação com a China era um elemento importante de identidade, à época, para o grupo, que desejava contrapor-se ao PCB, bem como seria utilizado para se diferenciar do que eles chamavam de grupos ligados ao “foco”, cujas formulações teóricas fundamentavam-se na concepção da luta armada inspirada na Revolução Cubana.

Sobre uma possível discriminação em relação à base estudantil ligada ao PC do B, alguns ex-militantes o relacionam a uma discussão político-ideológica. Havia uma disputa acirrada pela condução do movimento estudantil com a hegemonia dos militantes do PCB, AP e com a presença também da Polop. Os militantes pcedobistas tinham oposição sistemática ao PCB, chamando-os de “revisionistas”, um termo pejorativo entre os comunistas. Por outro lado, como nos relatou Vítor Hugo Soares, a identificação com o maoísmo também se expressava em uma discussão no movimento de massa, de acabar com professores e (re)ensinar o professorado, o que teria gerado uma certa resistência por parte do corpo docente, particularmente, na Faculdade de Direito (SOARES, 27/01/2000).

³³ Ridenti se referiu como um caso único de “estudantes menos favorecidos” os que se encontravam regularmente no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, onde seria assassinado Edson Luiz, em 68.

Podemos inferir que no movimento estudantil existiu um processo de diferenciação, pois durante este período surgiu o apelido com conteúdo de galhofa que identificaria os militantes do PC do B por “cururus”. O termo surgiu numa Assembléia Estudantil, na Escola Politécnica, onde estavam presentes as correntes políticas que disputavam o movimento estudantil. Durante a discussão acalorada, Júlio Ferreira, militante da DI-Ba, se dirigiu aos militantes do PC do B: “vocês parecem um bando de cururus”. O termo adquiriu o seguinte significado: “aquele sapo com olho grande, que tem merda na cabeça mas fica só uh, uh, uh...” (ARAÚJO, 29/09/00). O apelido emplacou durante o período e tem resquício até hoje, com as variáveis do contexto específico.

Se havia preconceito em relação ao PC do B, parece que foi indiferente a conquista do grupo minoritário no universo estudantil que conseguiu ascender a mais alta hierarquia na entidade representativa dos estudantes na Faculdade de Direito e derrotar o PCB, a maior força política dentro da Escola, e a AP, cuja liderança era de Eduardo Collier.

À frente do CARB, os militantes vão combinar uma ação política de massa dentro da escola, mas com uma perspectiva política. O “Boletim Informativo”, editado pelo CARB, em julho de 1968, evidenciava já no editorial a nova concepção que norteava a ação da entidade:

“ [...] Queremos todos UNIDOS. Só assim poderemos desenvolver uma administração profícua, cujos primeiros passos já são sugestivos. É chegada a hora de todos apresentarem sua parcela de trabalho. Mas não devemos permanecer tão somente nessa tarefa administrativa. A situação por que passa a sociedade brasileira exige que cada estudante se transforme em político; que cada estudante conheça a realidade brasileira e participe das manifestações pela liberdade; que cada um esteja em comunhão com os ideais de nosso povo” (BOLETIM INFORMATIVO DO CENTRO ACADÊMICO RUI BARBOSA – JUNHO DE 1968).

Neste boletim, os dirigentes estudantis informavam ainda as medidas administrativas da nova gestão: criação do “Departamento de Apostilas” para facilitar o acesso dos alunos a livros e a bibliografia das disciplinas; curso pré-vestibular noturno e uma discoteca para doação de discos ao corpo discente. Além disso, os estudantes solicitavam a diretoria da faculdade melhoria na biblioteca, ampliação do horário de seu funcionamento e abertura aos sábados e feriados para permitir o acesso a alunos do curso noturno.

Tradicional, o CARB tinha prestígio intelectual e editava a revista *Ângulos*, criada em 1950 com o objetivo de ser “uma verdadeira revista de cultura aos universitários e intelectuais do Brasil” (CARVALHO, M, 1999, p. 131). Até 1966, foram publicadas 18 edições. No boletim de junho de 1968, os estudantes afirmavam que estava em curso um estudo para voltar a publicá-la, o que não veio a ocorrer³⁴. Sintomático para entender a identidade do grupo, suas origens e padrão socioeconômico, o fato do CARB se comprometer, de imediato, a editar apostilas, e não a revista de cunho mais intelectual.

Na avaliação de Ubiratan Castro de Araújo, os militantes do PC do B vão conduzir o movimento estudantil na escola de forma extremamente radicalizada e politizada (ARAÚJO, 29/09/00). Como presidente do CARB, Rosalindo Souza participou das assembleias estudantis e defendeu o maior engajamento político na contestação ao regime militar. Quando foi decretada a greve geral na UFBA contra o corte de verbas, o militante defendeu uma maior participação dos estudantes nas lutas de massa e a ampliação do movimento grevista para outros segmentos sociais: “os estudantes precisam traçar um programa de passeatas, comícios-relâmpago, trabalho junto à população e a depender das condições nos sindicatos” (A TARDE, 12/06/1968).

Essa postura frente ao movimento estudantil se coadunava com o repúdio ao descaso com a universidade pública, o crescente corte de verbas e o número, cada vez maior, de excedentes. Em 65, a UFBA calculava redução de 20% das verbas; em 66, o índice chegou a 33%; em 67 e 68, o Conselho Universitário estimava que a diminuição de recursos inviabilizaria o funcionamento da universidade, pois metade do orçamento destinava-se somente ao pagamento de pessoal (BRITO, 2003, p 91). Em protesto contra a política educacional do governo, 13 faculdades decretaram greve geral contra o corte progressivo de verbas (A TARDE, 11/06/1968)

Há estudos realizados que demonstraram a vitalidade do movimento estudantil, como os realizados por BENEVIDES (1999) e BRITO (2003). Sem aprofundar a discussão, vale ressaltar que dos protestos contra a morte do secundarista Edson Luis, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, pelos policiais, às mobilizações contra o progressivo corte de verba, os estudantes decidiram radicalizar a sua ação para manifestar-se contra um problema que atingia diretamente a população: o aumento das tarifas do transporte público.

Ao longo do segundo semestre de 1968, o movimento estudantil deixava de lado as questões específicas para adquirir um caráter político de protesto contra o regime militar. Nesse

³⁴ A revista só voltaria a ser receditada nos anos de 1981/1982.

momento, também iniciavam os preparativos para XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, que acabou em prisões. A Faculdade de Direito também foi palco de manifestações estudantis e de conflito que refletiam a radicalização do período.

1.5: RADICALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES E DO REGIME

O segundo semestre do ano de 1968 presenciou uma maior radicalização do regime militar e aumento da repressão policial, cujo desfecho final seria a promulgação do AI-5 em dezembro. Em meados de julho, o Conselho de Segurança Nacional se reuniu para apreciar o relatório apresentado pelo general Jayme Portella sobre o “movimento subversivo no Brasil”. A posição do governo Costa e Silva foi clara: as Forças Armadas interviriam para reprimir qualquer manifestação estudantil. A nova postura ficaria evidente em dois episódios ocorridos em agosto: a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira e a invasão do campus da Universidade de Brasília, no final do mês, numa operação conjunta da Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI e Exército, cuja finalidade seria prender lideranças estudantis com prisão preventiva e resultou em salas arrombadas, alunos e professores espancados (VALLE, 1999, p.151).

Ante a ameaça de repressão, os estudantes reagiram com maior disposição de mobilização de massa, conferindo caráter ainda mais político às suas reivindicações, assumindo-se como vanguarda na luta política contra o regime³⁵. Fora assim com a prisão do líder estudantil no Rio de Janeiro.

No dia 6 de agosto, o centro da cidade de Salvador se transformou numa “praça de guerra”. Em protesto contra a prisão de Palmeira e o aumento de tarifas do transporte público, as lideranças estudantis convocaram uma manifestação pública. Foram surpreendidos pela repressão da polícia militar que utilizou tiros de baionetas, revólveres e bombas de gás lacrimogêneo para

³⁵ Não pretendemos fazer uma análise da linha política do movimento estudantil. De maneira geral, duas linhas políticas divergentes se tornaram evidentes: os partidários de Vladimir Palmeira, que era militante da DI-GB defenderão a impossibilidade de promover manifestação, seja passata comício relâmpago, etc. Já o presidente da UNE, Luis Travassos, militante da AP, se posicionou contrário ao recuo na mobilização e reiterou a proposta de reagir a violência (VALLE, p. 150). Mobilizações estudantis brasileiras são abordadas por BENEVIDES, 1999; BRITO, 2003; OLIVEIRA, A, 2002.

impedir que chegassem a Praça Municipal, onde estavam localizados a sede do governo do Estado, a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal.

O aluno do curso de Ciências Sociais, da UFBA, Júlio Pavese foi ferido com um tiro disparado pelos policiais e levado para o Hospital das Clínicas, da UFBA. O claustro do Mosteiro de São Bento, cujos beneditinos acolheram os manifestantes fugindo da repressão, seria invadido por tropas policiais, semelhante fato só havia ocorrido quando da invasão dos holandeses à Bahia em 1624. Sem temer à ação policial, os estudantes utilizaram a tática de concentração e dispersão em vários pontos, da Praça da Sé, Ladeira da Praça, Baixa de Sapateiros, e realizavam comícios-relâmpagos enquanto uma onda sucessiva de prisões ocorria.

João Souza Dantas, militante do PC do B, foi detido quando distribuía panfletos na Praça Castro Alves. À noite, por volta das 21 horas, os estudantes resolveram reagir à prisão e fizeram prisioneiro o agente estadual do DOPS, Edson Ferreira de Souza, quando este se encontrava em frente à Residência Universitária, no bairro do Corredor da Vitória, cumprindo, supostamente, função de “espionagem”. O agente foi desarmado e conduzido com os olhos vendados para Assembléia Estudantil, na Residência Universitária, para ser enxovalhado pelos estudantes. A intenção seria mantê-lo preso em local sigiloso até que os colegas detidos fossem libertados, segundo afirmou o agente policial (A TARDE, 8/08/1968). A imprensa informou que os estudantes liberaram o agente policial de madrugada no local próximo ao bairro da Pituba.

A prisão do agente teria sido uma iniciativa de um grupo de militante estudantis ligado ao PC do B. Segundo João Ribeiro Souza Dantas, a ação ocorreu em represália a sua prisão:

“[...] Eu descia para Castro Alves, no sentido Rua Chile/Castro Alves, fazendo distribuição de panfletos. Foi quando eu avistei os dois agentes policiais. Eu já conhecia. Tentei correr. Eles me prenderam e levaram para a Secretaria de Segurança Pública, na Piedade. Em seguida, levaram-me para a Polícia Federal. Esse mesmo agente, insatisfeito, com a minha prisão foi à residência universitária onde estava sendo realizada uma assembléia. Chegando lá, ele acabou sendo preso pelos estudantes. Rosalindo e Monteiro participaram dessa prisão. Depois o levaram para a Reitoria e depois Veterinária [...]” (SOUZA DANTAS, 21/03/2000).

Sete dias após o “seqüestro”, o agente policial relatou em depoimento a Polícia Federal que cumpria ordem de prender “terrorista”, quando viu João Ribeiro Souza Dantas - “conhecido da polícia por suas atividades de agitador subversivo-comunista” -, lançar panfleto contra o aumento

dos transportes públicos, incitando a população a derrubar a ditadura militar, o que o levou a prendê-lo. Às 19h50min, estando, “casualmente”, como relatou para os agentes federais, em frente à Secretária de Saúde Pública, viu um grupo de homens, um deles gritou: “o homem é este”. O agente descreveu o seu aprisionamento da seguinte maneira:

“ [...] foi agredido por todo o grupo, cerca de vinte, iniciando uma luta em que tentou defender-se, mas levou uma dentada na nádega, outra na coxa, ao tempo em que possivelmente outro indivíduo procurava estacocar os seus testículos; um outro metia-lhe o polegar no olho esquerdo; conseguiram elevá-lo do solo só voltando a pisá-lo na casa dos universitários, onde, ao chegar, lhe vendaram os olhos. Dai por diante, foi levado para um carro³⁶ [...]” (BNM 71/69, p. 31).

Fundamentalmente, o episódio seria usado pelos órgãos de segurança para alimentar na opinião pública a impressão de que havia um clima de subversão na cidade, inclusive de quebra da ordem político-social. Assim como utilizavam o discurso para se justificar da repressão policial que tinha ocorrido anteriormente.

O “seqüestro” anunciado nos jornais teria sido reprovado por Amalio Couto, à época Secretário de Organização, como um ato inconseqüente:

“ [...] Não foi uma posição do partido. Um grupo – Rosalindo estava no meio – pegou o investigador. Eu não vi. Eu ouvi a conversa e questionei a validade da ação. Que sentido tinha tido aquela ação? Colocaram-no no táxi e pegaram o revólver dele. Quando eu questionei Rosalindo: “pô, não é para fazer a revolução?”. Ele era um cara com raciocínio simplista. Achava que tinha solução para tudo” (COUTO, 27/01/2000)

Não foi possível identificar o grupo que participou da agressão, pois nos depoimentos orais, os ex-militantes não informaram quem participou da agressão ao policial, assim como nem todos, possivelmente, seriam vinculados ao PC do B. Ex-militantes trazem em seus depoimentos uma preocupação em diferenciar suas atividades das empregadas pelos grupos da guerrilha urbana, que realizariam ações armadas na cidade, como assalto para arrecadar fundos para a organização. Não encontrei referências sobre a participação de estudantes em treinamento militar na cidade de

³⁶ É importante observar como este episódio foi narrado no depoimento judicial, ressaltando o caráter violento do episódio. Seria bastante inverossímil ser atacado por um grupo de 20 homens que, para subjugar-lo, teria desferido dentadas nas nádegas e coxa.

Salvador. Porém o secretário do C.R, Amalio Couto, relatou-nos um treino na Ilha de Itaparica, onde praticaram “tiros com espingardas”. O depoente ainda contou sobre o “furto” de uma arma praticado por Rosalindo Souza.

“ [...] Rosalindo (Souza) era um militante prático de pegar armas de fogo na mão. Uma vez à noite, depois de uma reunião de ABES, ele passou em frente a 6ª Delegacia de Brotas. O guarda, sentinela, estava dormindo com um fuzil encostado na parede. Ele passou a mão nesse fuzil e se mandou. Ele pegou esse fuzil (...) Depois, ele contou para gente. Eu disse que utilidade tem esse fuzil. Se você fosse pego, seria preso como ladrão. Ponha a cabeça no lugar, Rosalindo. Ele dizia: é arma para o movimento. De vez em quando, ele nos perguntava: ‘o que é que nós vamos fazer com o fuzil?’ Você que sabe, não foi você que pegou? Eu não tenho onde guardar. O movimento de guerrilha era no campo. Não defendíamos assalto, nada. Somente uma vez nós fomos a Itaparica treinar alguns tiros com espingardas. Estávamos eu, Rosalindo, João Dantas ... Isso no começo porque nos percebemos que pegar em arma é coisa séria. (COUTO, 27/01/2000)

As atitudes refletem um processo em curso no movimento estudantil de radicalização política. Além de realizar protestos contra o aumento do transporte público, estudantes distribuíam panfletos em bairros populares como Nordeste de Amaralina com a proposta de conscientizar a população para refletir sobre os problemas do país (A TARDE, 23/08/1967).

Paralelo a isso, o governador Luís Viana Filho decidia não mais tolerar as manifestações estudantis, solicitando colaboração de tropas federais para agir “preventivamente” e impedir organização de novas passeatas (A TARDE, 9 e 10/08/1968).

Os incidentes de rua com a repressão policial tiveram reflexos na Faculdade de Direito. O CARB solicitou a expulsão dos estudantes Átila Brandão de Oliveira, Francisco José Pitanga e Rodolfo Buonavita da faculdade sob a acusação de que seriam agentes policiais a serviço dos órgãos de repressão.

No dia 22 de agosto, os estudantes se recusaram a assistir às aulas com os policiais Átila Brandão e Francisco Pitanga, alegando que eles tinham comandado a repressão contra os estudantes. Os estudantes-policial defendiam-se dizendo que agiam em cumprimento do dever. Em resposta, os alunos não aceitavam a convivência com os que julgavam “traidores infiltrados” na escola e reagiam aos gritos de “não fica! não fica!”. Os estudantes-policiais tiveram que se retirar (A TARDE, 23/08/1967).

Durante três meses, de agosto a novembro, a Faculdade de Direito enfrentou uma situação de conflito permanente entre os estudantes e a Direção da Escola. Os alunos recusavam a assistir as aulas com a presença dos policiais, e, muitas vezes, os agrediam verbalmente. A situação chegou a tal grau de incompatibilidade que teria havido agressão pessoal ao diretor e professor Orlando Gomes³⁷ e aos estudantes-policiais. As agressões ao professor seriam qualificadas pela Polícia Federal no relatório enviado a Justiça Militar como implacável “manifestação desrespeitosa, sem a reverência devida, não só pelo cargo, mas pela fama internacional do mestre” (BNM 71/69, p 841). Os estudantes teriam reagido “com fúria e lançaram-se, ao revés, agredir física e moralmente o diretor da escola, que chegou a ter seus óculos quebrados” (ibidem, p. 963).

No dia 17 de setembro, o CARB encaminhou uma representação, solicitando a reabertura da escola, porém não foi encontrado o diretor da faculdade em nenhum local na cidade. Diante disso, os estudantes resolveram ocupar a unidade de ensino e criaram uma comissão para entrar em contato com os professores para que retornassem à escola, mesmo sem a autorização da diretoria. No final da tarde, dois oficiais da Justiça chegaram com uma liminar para que os alunos deixassem a faculdade. Ainda houve um princípio de recusa, pois alegavam que os oficiais estavam acompanhados de um policial federal, motivo pelo qual não aceitavam receber a liminar. Atendendo ao conselho do juiz Álvaro Peçanha Martins resolveram desocupar a escola (A TARDE, 18/09/1968).

O CARB entrou com Mandado de Segurança contra a determinação da Diretoria de manter a escola fechada, alegando que a mesma não tinha sido aprovada pela Congregação Universitária. Para solucionar o impasse, o corpo docente criou uma comissão formada por professores a fim de decretar ou não a expulsão, com base nos depoimentos prestados pelos estudantes, professores e os estudantes-policiais. Divulgado no dia 21 de novembro, o relatório da comissão defendia a expulsão de Rodolfo Buonavita por ter sido comprovada a sua vinculação com órgãos de segurança; a suspensão de Francisco Pitanga por trinta dias; e Átila Brandão não recebeu penalidade devido a inexistência de provas.

Sobre a participação dos militantes do PC do B, Juracy Novato, à época um dos diretores do centro acadêmico, ressaltou que eles apoiavam a criação da comissão de inquérito, mas que esta

³⁷ Depoimentos dos ex-militantes relataram que um estudante arremessou um ovo em direção ao professor Orlando Gomes. Quem jogou? Ninguém assumiu a autoria.

seria a posição defendida por todos os estudantes. Sobre a decisão de expulsá-los, Novato admitiu: [...] “nós levamos para a discussão em assembléia, porque não havia condições deles conviverem no ambiente acadêmico. Afinal, eles estavam a serviço da ditadura!” (NOVATO, 6/05/2000).

A Polícia Federal tomou depoimentos dos estudantes-policiais que relataram as agressões sofridas na Faculdade de Direito³⁸. Nos depoimentos, as referências foram ostensivas a militantes do PC do B e fazem atribuições como a de realização de “Tribunal Popular” dirigido por “soviets, fidelistas e maoistas”. Em depoimento no dia primeiro de outubro em 1968, o agente Rodolfo Buonavita contou a expulsão ocorrida no mês de agosto:

“[...] primeiramente, fez uso da palavra o presidente do CARB, Rosalindo Souza, que presidiu este Tribunal, fazendo uma preparação psicológica dos presentes condicionando-os ao fato da brutal e sanguinária repressão policial do governo da ditadura. (...) Depois de dramatizar muito o assunto, (Rosalindo Souza) disse haver expulsado os dois tenentes sanguinários da Polícia Militar, responsáveis pelo bárbaro trucidamento de colegas, estando ali, presentemente, para procederem à expulsão do colega, não sei se pode ser chamado de colega Rodolfo Buonavita, que é agente secreto da Marinha, espião, delator, oficial informante voluntário do Exército, gorila, macaco, agente da ditadura (BNM 71/69, p. 161)”.

Houve uma postura de confronto explícito, mas a presença de estudantes-policiais no ambiente de ensino era considerado uma ofensa aos estudantes. Solidário com os alunos de Direito, o presidente do DCE e militante do PCB, João Almeida, levou a questão para ser solucionada no Conselho Universitário. Em reunião com os conselheiros e o reitor Roberto Santos, Almeida argumentou: “[...] essa faculdade se encontra fechada há algum tempo, ou por muito tempo, com o prejuízo de 600 e tantos alunos que lá fazem o seu curso. São quase 600 alunos prejudicados por causa de 3 alunos [...]. (apud BRITO, 2003, p.110. Ata Consultada 31/10/1968).

O reitor Roberto Santos não colocou o assunto na pauta de discussão, abstendo-se de posicionar e informava que “o processo encontra-se sob júdice”, cabendo ao CARB esperar posicionamento do Poder Judiciário sobre a reabertura da faculdade via Mandado de Segurança.

³⁸ O inquérito contou ainda com o depoimento de Gleidy Maria Figueiredo Pinto, estudante de Direito da Universidade Católica, no dia 5 de setembro, que acusou os estudantes da Faculdade de Direito de tê-la mantido em cárcere privado, enquanto investigavam se ela era agente policial. Nenhum dos ex-militantes lembrou de tal episódio.

Após a repressão aos protestos estudantis contra a prisão das lideranças estudantis baianas presas em Ibiúna (SP) quando participavam do XXX Congresso da UNE³⁹, em 12 de outubro, a Secretaria de Segurança Pública divulgou uma nota oficial em que acusava o movimento estudantil de “visar a derrubada das instituições e implantação do caos no país”, cabendo as autoridades restabelecer a ordem. Abaixo, o último parágrafo da nota se referiu aos episódios ocorridos na Faculdade de Direito:

“[...] – para esclarecer de uma vez por todas a criminosa ação que busca destruir as nossas fontes de cultura, transformando as universidades, os colégios e as Escolas em templos do terrorismo cultural, onde mestres são alvo de ovos podres e cascas de bananas, onde os poucos que ousam reagir a nova ordem são vítimas de agressões físicas. (...) Os apóstolos da “nova ordem estudantil” simplesmente pretendem substituir o que o país ainda tem por algo que nem eles mesmo sabem o que é. Somente uma bem financiada minoria que não mais necessita sofrer os percalços da vida escolar sabe até onde pretende conduzir a juventude. Para muitos não haverá futuro. Seriam sacrificados no gigantesco holocausto em que se transformaria o país. Eis o trabalho a que se propõem os instrumentos da Bifra Moral que comanda a subversão nos setores do ensino local e nacional”. (A TARDE, 22/10/1968).

Foi sob o auspício do AI-5 que os episódios acontecidos na Faculdade de Direito adquiriram maior relevância para a Justiça Militar que julgaria as atividades ocorridas na escola “como palco de intolerável subversão” (Relatório Complementar do Inquérito 28/68, BNM 71/69, p. 962). Em 8 de janeiro de 1969, em atenção à solicitação da Procuradoria Militar, a Polícia Federal iniciou investigações junto a professores para apurar as atividades realizadas no ano de 1968 e concluiu pela intimação de vários estudantes como incurso na Lei de Segurança Nacional⁴⁰. Entre os indícios de provas estavam a utilização de verbas do DCE para realizar congresso clandestino de entidades extintas como UNE e UEB, paralisação das escolas, greves,

³⁹ Participaram do XXX Congresso 54 lideranças estudantis baianas, que foram presas por agentes do DOPS/SP (BRITO, 2003). Os militantes do PC do B escolhidos nas Assembléias Estudantis para participar do congresso foram Amalio Couto, Aurélio Miguel Pinto Dórea, Celso Cotrim, Luiz Cayes Tunes, Marcos Arruda Paraguassu, Nilton Gomes Oliveira e Terezinha Martins dos Santos. Cf. BNM 71/69.

⁴⁰ Foram processados Nefretite Soares de Oliveira, Moacir da Silveira, Mário José de Souza Filho, Marival Nogueira Caldas, Sérgio Soares Dias, Eduardo Collier Filho, Rosalindo Souza, Sara Silva, João Ribeiro Souza Dantas, Antônio Carlos Monteiro Teixeira (BNM 71/69, p. 1068). Sara Silva e João Ribeiro Souza Dantas também seriam acusados de distribuir panfleto às professoras primárias em romaria à Igreja do Bonfim, no dia 26 de julho de 1968.

ocupações e furto de produtos químicos do Laboratório de Química, da Escola de Geologia, que teriam sido utilizados para preparação de explosivos⁴¹.

1.6: O AI-5 DENTRO DA UNIVERSIDADE: PRISÃO DOS MILITANTES

Em 14 de março de 1969, a tranqüilidade parecia rondar a Faculdade de Direito da UFBA. O semestre letivo reiniciava as atividades e os calouros conversavam entre si no 1º andar do prédio. Circulava entre eles o burburinho de que os alunos que participaram do movimento estudantil no ano de 68 fariam uma Assembléia Geral. Desejavam reaver o direito à matrícula, indeferida sob a alegação de que tinha sido cassada pelo Decreto 477, promulgado em 26 de fevereiro de 1969. Assinado por Costa e Silva, decretava no artigo 1º, infração à lei e à ordem o aluno que alicie, incite a deflagração de movimento que tenha a finalidade de paralisação da atividade escolar, realize passeatas, desfiles ou comícios; conduza ou realize, confeccione, imprima e distribua material subversivo de qualquer natureza sob pena de cassação da matrícula por três anos.

Antes do início das aulas, Amalio Couto, Armando Paraguassu de Sá Filho, Demerval Pereira, Eduardo Monteiro Teixeira, João Ribeiro Souza Dantas, Juracy Novato, Genebaldo Queiroz, Rosalindo Souza, Ruy Hermann de Araújo Medeiros, Sara Silva e Vítor Hugo Soares preencheram o requerimento de matrícula, como recomendava o regulamento escolar. A resposta da diretoria da faculdade foi sucinta: "Indefiro por ordem superior", assinava professor Orlando Gomes, diretor da Faculdade de Direito.

A ordem superior a qual se referia seria uma lista enviada pela Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar com os nomes dos estudantes universitários que estavam proibidos de retornar à vida acadêmica. Quando foram requerer a matrícula, os alunos não tinham conhecimento da lista. Havia, entre eles, a suspeita de que as matrículas poderiam ser cassadas e, por julgarem que o decreto 477 publicado no ano de 1969, não poderia ser aplicado retroativamente decidiram realizar uma assembleia geral estudantil para discutir a punição. Vítor Hugo Soares nos relatou que os estudantes conversavam e articulavam a reunião, quando o

⁴¹ Antonio Carlos Monteiro Teixeira, Dinalva Conceição, João Almeida e Manoel Conceição Araújo foram apontados pela diretora Faculdade de Geologia, Maria Alba Lacerda de Farias, como as principais lideranças estudantis responsáveis pela ocupação da escola, durante as greves. Cf. BNM 71/69 p. 911-012.

diretor Orlando Gomes e o secretário da escola Otávio Senna de Farias entraram no 1º andar do prédio, acompanhados pelo coronel Luís Arthur de Carvalho, superintendente da Polícia Federal. A Faculdade de Direito estava cercada por tropas federais. Os alunos, atônitos, não esboçaram nenhuma reação. Para ex-militantes, houve aquiescência da diretoria da unidade de ensino para convocar a polícia e prendê-los (COUTO, 26/06/2000; NOVATO, 06/05/2000; SOARES 27/01/2000; SOUZA DANTAS, 21/03/2000;).

Com uma lista em mãos, o secretário Otávio Senna de Farias junto com Luís Arthur de Carvalho e o professor Orlando Gomes “promoveu a seleção dos alunos que estariam realizando o comício-relâmpago”, como o secretário descreveu aos agentes policiais no IPL 20/69, instaurado em 1º de abril de 1969. Foram levados presos, sem direito à defesa, os estudantes Armando Paraguassu de Sá Filho, Genebaldo Queiroz, Vitor Hugo Soares que estavam no hall do 1º andar. Além deles, Amálio Couto, Eduardo Monteiro Teixeira, João Ribeiro Souza Dantas e Rui Hermann de Araújo Medeiros que estavam dentro da sala de aula junto a outros estudantes. Amálio Couto teria se dirigido ao secretário Otávio Senna de Farias e não hesitou em acusá-lo: traidor!⁴².

Os estudantes foram levados ao 19º Batalhão de Caçadores, no bairro do Cabula, onde ficaram presos por cerca de 30 dias e responderam a inquérito policial na Polícia Federal relatando os acontecimentos ocorridos na Faculdade de Direito⁴³.

A prisão dos estudantes representaria, de forma dramática, o desenlace final do movimento estudantil na Bahia após o AI-5. No setor secundário, foram cassadas as matrículas de 157 alunos do Colégio Estadual da Bahia, Colégio “Central”, dentre 240 que abrangiam tanto secundaristas quanto universitários (A TARDE, 14/02/1969)⁴⁴.

⁴² Existem duas versões para este acontecimento. Em depoimento, Rui Hermann de Araújo Medeiros, Vitor Hugo Soares e João Ribeiro Souza Dantas afirmaram que a ofensa foi deferida contra o diretor Orlando Gomes. Amálio Couto teria dito: “quem diria, o Sr, começou como comunista e terminou sendo um dedo duro”. Amálio Couto não nos confirmou, mas declarou que [...] “houve uma assembléia em que eu disse que lamentava que Orlando Gomes tivesse tendo uma atitude fazeista, depois de um passado democrático. Eu não lembro de tê-lo visto na porta da sala”. Na dissertação, fiz a opção pela versão apresentada no IPL 20/69 que tramitou na Polícia Federal, no qual o secretário Otávio Farias acusou Amálio Couto de tê-lo chamado de traidor, atribuindo a si próprio a palavra ofensiva. No inquérito policial, o diretor Orlando Gomes não foi ouvido. Possivelmente, a acusação foi dirigida ao diretor Orlando Gomes, uma vez que ele estava no dia do episódio.

⁴³ Cf. IPL 20/69. Acervo da Polícia Federal, pesquisado pela autora.

⁴⁴ Não tivemos acesso a nenhum dado oficial que informasse o número exato de cassação dos estudantes na UFBA. Depoimento de Amálio Couto faz referência a 27 alunos suspensos na Faculdade de Direito, entre eles Marcelo Cordeiro, militante do PCB e ex-presidente da UEB em 1967; e Eduardo Collier, militante da AP e desaparecido político desde 23/02/1974. Doze militantes do PC do B tiveram a matrícula suspensa.

A suspensão da matrícula teria sido um atentado à autonomia universitária, uma vez que não havia base legal para o decreto ser aplicado retroativamente, assim como o próprio AI-5. A UFBA aceitou, passivamente, sem contestação, o desrespeito à autonomia universitária, reservando aos alunos o direito de readquiri-la pela via judicial.

No dia 20 de março de 1969, na reunião do Conselho Universitário, o representante dos estudantes, José Sérgio Gabrielli, solicitava aos professores um posicionamento quanto às medidas suspensivas e até quando duraria o impedimento. O reitor Roberto Santos não deixou brechas para tergiversações:

“[...] o assunto tem sido ventilado em várias oportunidades e ocasiões e o pronunciamento é claro. Nós estamos diante de uma situação de fato, perante o qual os que se julgarem por ele prejudicados, poderão adotar os recursos de ordem judicial que lhes parecerem mais convenientes. Era esse o pronunciamento que tem a Reitoria a fazer, no momento, sobre o assunto” (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 20/03/1969, apud BRITO, 2003, p. 119).

Amalio Couto, João Ribeiro Souza Dantas, Victor Hugo Soares, Dermeval da Silva Pereira, Armando Paraguassu de Sá Filho, Ruy Hermann Araújo Medeiros, Eduardo José Monteiro Teixeira e Juracy de Souza Novato entraram com Mandado de Segurança na Justiça Federal contra o diretor da Faculdade de Direito para readquirir o direito de acesso à série imediata aquelas em que foram aprovados. No requerimento, alegavam que tinha sido negada a matrícula sem razão plausível, sem haver inquérito ou processo, e que a decisão tinha se respaldado na suposição de que os mesmos tinham participado das passeatas estudantis. Em resposta a Justiça Federal, a Direção da Faculdade de Direito, declarava textualmente:

“[...] O Diretor desta Faculdade limitou-se a negar-lhes simplesmente a matrícula para o ano letivo em curso, com base na decisão unânime adotada para todas as unidades em situação de colegiado no âmbito da universidade, decisão essa à vista de comunicação da autoridade repressora da criminalidade informando que os impetrantes, além de vários outros, estavam indiciados como autores de fatos criminosos contra a segurança nacional, envolvidos em inquéritos policiais o que lhes retirava, como retira, aquele requisito, também essencial para a matrícula, de idoneidade.” (SENTENÇA MANDADO DE SEGURANÇA –AUTOS nº 2002/69, folha 10 do LIVRO DE SENTENÇA)

É importante observar que os estudantes que impetraram Mandado de Segurança respondiam a inquérito policial pelas manifestações estudantis, porém nem todos foram indiciados à Auditoria Militar. Com base nas informações cedidas pela instituição de ensino, o juiz federal Antônio de Seixas Salles Filho, denegou, no dia 9 de setembro de 1969, a solicitação com a seguinte justificativa:

“[...] lamentando que uma minoria da gloriosa mocidade brasileira tenha se deixado arrastar pelos inimigos da ordem e da disciplina, que pretendiam mudar o regime democrático, em que vivemos, abusando da tolerância das nossas autoridades constituídas, as quais, felizmente chegaram a tempo de salvar a nossa pátria estremecida de uma catástrofe iminente. É o toque de clarim dos brasileiros patriotas” (id. ibidem, p. 12).

A leitura da sentença demonstrou que havia na sociedade um apelo a “defesa da ordem e da disciplina” e apoio ao regime militar. Novas pesquisas podem surgir que possam investigar as razões sociais que fizeram com que as medidas restritas pós AI-5 também encontrassem aquiescência no tecido social. As fontes nos sugerem que houve aquiescência da instituição de ensino à suspensão das matrículas, comportamento quase semelhante ao que tinha ocorrido no imediato pós-64 quando a instituição antecipou medidas para “disciplinarizar” as entidades estudantis e realizou investigação na própria universidade para expulsar professores tidos como “comunistas”. Podemos afirmar também que faltou à instituição universitária transparência, pois nunca tomou pública, oficialmente, a lista com o nome das lideranças estudantis que foram impedidas de continuar os estudos. Emblemático também que, em agosto de 69, o reitor Roberto Santos proporia moção de título Doutor Honoris Causa a Costa e Silva, por ocasião da inauguração dos edifícios onde se instalariam os Institutos de Geociências, Matemática e Ciência da Saúde, exemplos de uma etapa modernizadora na universidade que ganharia novos institutos e maior estrutura física (BRITO, 2003, p120-121).

Impedidos de continuarem os estudos na UFBA, os alunos terminaram o curso na Faculdade de Direito, da Universidade Católica, no ano de 1970. O diretor Manuel Ribeiro aceitou matriculá-los com a seguinte condição, como nos contou Juracy Novato: estavam proibidos de promover discussão política, bem como participar de tentativa de reorganizar o movimento estudantil (NOVATO, 6/05/2000).

A instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar lideranças estudantis, a conseqüente desorganização das entidades organizativas dos estudantes (diretórios acadêmicos) e o “clima de medo” que passou a existir dentro da universidade seriam expressões do AI-5 dentro da universidade. Algumas lideranças estudantis aprofundaram os laços com as organizações de esquerda armada, no processo de imersão na luta clandestina contra o regime militar, ficando suscetíveis às prisões que se sucederiam, as mortes e desaparecimentos.

Todos esses acontecimentos tiveram desdobramento na organização do PC do B nos anos seguintes. Dos militantes do PC do B, Rosalindo Souza e Sara Silva viajaram em 1969 para o Rio de Janeiro e foram aceitos na Faculdade Cândido Mendes, onde concluíram o curso de Direito. Em 70, retornavam a Salvador. Indiciados na Justiça Militar, Rosalindo Souza e João Ribeiro Souza Dantas compareceram a primeira audiência na Auditoria Militar no dia 5 de fevereiro de 70. O mesmo não ocorreu com dois militantes: Sara Silva e Antônio Carlos Monteiro Teixeira.

Em 1969, Antônio Carlos Teixeira e Dinalva Oliveira se casaram e foram trabalhar no Departamento Nacional de Petróleo, do Ministério de Minas e Energia, no Rio de Janeiro. Em 70, entraram na clandestinidade e foram para a região do Araguaia. Sara Silva ficou clandestina e foi presa pelo CODI-6, em 1973.

A conseqüência mais visível para a estrutura partidária seria o afastamento de Amalio Couto do partido, sem apresentar nenhuma justificativa aos militantes à época. Em depoimento, Couto alegou razões pessoais, as quais preferiu não revelar. Houve, de algum modo, um refluxo na própria militância, com antigos militantes diminuindo as atividades políticas.

Em contrapartida, ascenderiam à estrutura partidária Demerval Pereira e Ruy Hermann de Araújo Medeiros. Militantes do organismo de base, os dois foram responsáveis por manter a infra-estrutura partidária no ano de 1969. Demerval Pereira se impôs como uma pessoa com capacidade política para organizar o partido horas após a prisão dos militantes na Faculdade de Direito. Juracy Novato foi quem lhe relatou o que tinha acontecido. Pereira propôs fazer, de imediato, um manifesto em repúdio à prisão arbitrária e, principalmente, à invasão da unidade de ensino. Novato se incumbiu da tarefa e o manifesto continha agressões à ditadura militar e ao diretor Orlando Gomes. Quando Demerval Pereira leu o texto, nos contou Novato, o reprovou de imediato. Disse-lhe que o manifesto devia restringir-se à prisão em si e lhe recomendou devolver o mimeógrafo, que o mesmo tinha retirado do CARB, e o alertou sob o risco de mantê-lo escondido e ser procurado pela polícia com a suspeita de tê-lo roubado (NOVATO, 6/5/2000).

Demerval Pereira passaria a compor o Comitê Regional junto com Ruy Medeiros, juntos serão responsáveis pela organização dos estudantes no setor secundarista e na universidade. Dos antigos membros do C.R, "*Rafael*"⁴⁵ permaneceu como secretário político e com funções políticas restritas a organização interna. No final de 69, fixou residência em Salvador o militante cearense Carlos Augusto Diógenes Pinheiro que entrou na clandestinidade. Sérgio Miranda de Brito, estudante cearense, também viria para Salvador em 1970. Ambos compuseram o C.R.

Com o AI-5, a proibição de estudar na UFBA e a instauração do processo judicial que atingiu alguns dos militantes se concluiu uma etapa no percurso da primeira geração da militância política em que a tônica tinha sido a construção do partido. Depoimentos revelam que, nesse período, o partido teve 50 membros efetivos, segundo avaliação de Amalio Couto (26/05/2000). Com base nos processos judiciais, conseguimos contabilizar 18 pessoas que responderam a interrogatório sobre o movimento estudantil, destes 15 homens e 3 mulheres (BNM 71/79; IPL 20/69).

Refletindo sobre os acontecimentos ocorridos na Faculdade de Direito no ano de 1968 e a radicalização da ação política no movimento estudantil, não transparece no discurso dos ex-militantes uma autocrítica dos métodos adotados. De certo modo, o que prevaleceu foi o sentimento de injustiça de terem tido as matrículas suspensas e o trauma do cerco da Polícia Federal à unidade de ensino. Como fica evidente no depoimento de Juracy Novato ao refletir sobre os episódios ocorridos no ano de 1968 e a suspensão de matrículas no imediato pós-AI-5: "[...] enquanto defendíamos a expulsão dos agentes policiais por julgar que eles não eram pessoas honradas para conviver no ambiente acadêmico, nós é que fomos expulsos".

⁴⁵ Ver nota explicativa (número 17) na página 37.

CAPÍTULO II

AÇÃO POLÍTICA DA MILITÂNCIA

AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA NA BAHIA

Para entender a ação política da militância no período posterior ao AI-5, é preciso fazer considerações breves sobre as organizações de esquerda em atuação no país e na cidade de Salvador. O AI-5 seria interpretado pelas organizações de esquerda de vários matizes como uma comprovação de que vias pacíficas não bastavam para reconquistar a liberdade e acabar com o regime autoritário no país. Organizações como Ação Libertadora Nacional (ALN), sob a liderança do ex-dirigente do PCB Carlos Marighella, e a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), surgida pela fusão da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o COLINA, consideraram que não podiam se constituir em partidos políticos com “braços armados”, mas teriam que ser grupos de corpo inteiro militarizados e voltados às tarefas da luta armada. Aconteceu, segundo análise de Jacob Gorender, a imersão geral na luta armada. De forma progressiva, as organizações de guerrilha urbana afastavam-se do movimento de massa, intensificaram as ações de desapropriação de recursos, os assaltos aos bancos e rendiam-se ao “militarismo” (GORENDER, 1994, p.153)⁴⁶. De maneira geral, as ações armadas urbanas eram vistas como tarefas táticas, enquanto que a guerrilha rural estava no horizonte estratégico dos grupos armados (ibidem, p.155).

⁴⁶ O termo “militarismo” recebeu entre as organizações de esquerdas o significado de tendência à luta armada imediata, adotando formas de luta e de propaganda armada e desprezando o trabalho de massas (GORENDER, 1994; SILVA, 2003).

Na Bahia, parcela significativa das lideranças estudantis com participação de massa no ano de 1968 criou Direções Regionais do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da VAR-Palmares, ambas oriundas da DI-BA, que teve atuação significativa no Colégio “Central”, Escola Técnica Federal da Bahia, Severino Vieira e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Economia da UFBa⁴⁷. Progressivamente, estas organizações prepararam a militância como militantes profissionais (“quadros”), investiam tempo e recursos em discussões e leituras sobre a luta armada, adotavam a clandestinidade como medida de segurança e restringiram as atividades estudantis a “ação clandestina de massa” com colagem de cartazes e pichações nas paredes e distribuição de panfletos e informes (SILVA, 2003, p. 55). Além do MR-8 e da VAR-Palmares, houve também coletivo do PCBR no estado, cuja Direção foi reorganizada com a incumbência de fazer ações armadas, como o assalto a agência do Banco da Bahia, no bairro da Liberdade, em 25 de maio de 1970.

Diante de uma situação de imersão na luta armada imediata, o PC do B e a AP dirigiram sua ação política de maneira diferenciada. Estas organizações defendiam a luta armada sob a forma de uma guerra popular prolongada e adotaram o princípio de não realizar ações armadas na cidade, investindo na possibilidade de fazer movimento de massa entre os operários, estudantes e profissionais liberais. Aproximando-se, cada vez mais, do maoísmo, a AP iniciou o processo de integração às áreas produtivas no campo e na cidade, deslocando alguns dos seus militantes para esses setores.

Já o PC do B apressava, de forma clandestina, os preparativos para a preparação da guerrilha rural que se desenvolveria na região Sul do Pará entre os anos de 1972 e 1974. A partir de 1969, de acordo com o PC do B, seria tarefa do militante comunista organizar-se de forma aberta ou clandestina na cidade e no campo entre os operários, camponeses, estudantes e intelectuais, realizar propaganda em círculos limitados, agitação de massa e recrutar novos membros para as fileiras comunistas (GUERRA POPULAR – CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL, 1974a, p. 156).

⁴⁷ Originariamente, a DI-Ba se formou no processo de crítica à linha política do PCB, adotando uma perspectiva de aderir à luta armada como meio para resistir à ditadura militar e fazer a revolução no país. Dois grupos coexistiam dentro da DI-Ba. Por razões de afinidade pessoal e “diferenças programáticas”, organizaram-se em dois blocos distintos. Um grupo ligado a Juca Ferreira e Sérgio Landolfo Furtado daria origem ao MR-8; outro vinculado a Chantal Russi, Marie Hélène Russi Carlos Sarno, Jurema Valença e Israel Pinheiro formaria a VAR-Palmares. As organizações foram objetos de pesquisa de Sandra Regina Barbosa Silva (2003).

Nesse sentido, seria nas grandes cidades e no segmento estudantil onde poderia haver maior possibilidade de recrutar pessoas com capacidade de adquirir consciência e mobilização política para lutar contra o regime militar. Como tarefas táticas imediatas, AP e PC do B procuraram retomar o trabalho estudantil na universidade e reorganizar as entidades. Em alguns momentos, as duas organizações fizeram alianças e trabalharam conjuntamente.

O PC do B direcionou a ação política da militância para participar do movimento de massa e reorganizar as entidades estudantis extintas como a UEB e Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas da Bahia (ABES). Os militantes do PC do B, no período de 1971 e 1973, também promoveriam ações para organizar os Diretórios Acadêmicos (D.As) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) das universidades existentes na cidade, UFBA e Universidade Católica. Tarefas particularmente difíceis no contexto de refluxo do movimento estudantil. Porém seria por meio de atividades legais e culturais que o partido conquistaria adeptos e inserção no movimento estudantil.

Paralelo a essas ações de massa no movimento estudantil, o partido não perdia a perspectiva da luta armada, visando estimular os militantes para que estes se comprometessem com a luta revolucionária e a organização partidária, no sentido de executar tarefas, difundir a proposta político-partidária, integrar-se em áreas nas quais havia trabalho político no campo. Podemos dizer que a defesa da luta armada assim como da luta de massa fez parte da “cultura política” da militância, entendida como “[...] sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas, vocabulários de palavras [...]” (BERSTEIN, 1996, p.88). A “cultura política” da qual é partidária uma organização permite que os militantes se reconheçam entre si e a transmitam através das gerações.

As fontes coletadas nos levam a afirmar que o PC do B na cidade de Salvador foi, entre os anos de 1965 e 1973, um partido formado e estruturado no segmento estudantil universitário e secundarista na cidade de Salvador. Deste grupo, saíram militantes para se integrar ao movimento de guerrilha no sul do Pará. Além deles, havia um contingente de 26 militantes nas cidades do interior como Camacã, Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista. Dentre suas atividades, estava o trabalho de organização do partido entre assalariados rurais nas fazendas de cacau da região e profissionais liberais⁴⁸ (BNM 199/1973).

⁴⁸ Trazemos alguns dados sobre a ação política desses militantes no capítulo III, quando analisamos o deslocamento de dirigentes e ex-militantes estudantis para o interior do estado.

Neste capítulo, analisamos o modo como os militantes universitários e secundaristas procuraram intervir socialmente por meio de ações políticas legais e ilegais para reorganização das entidades estudantis. Também buscamos entender as motivações e circunstâncias históricas que os levaram a aderir ao PC do B, e trazer dados referente à composição social da base partidária.

2.2 OS UNIVERSITÁRIOS E A REESTRUTURAÇÃO DA UEB

Com a cassação das matrículas das lideranças estudantis em março de 1969, o trabalho político-estudantil na universidade foi retomado com a incorporação de novos alunos que concluíram o curso secundarista e ingressaram na universidade. Em março de 1969, passaram a estudar na UFBA Vandick Reidner Coqueiro, no curso de Economia, e as irmãs Luzia e Noélia Reis Ribeiro, em Ciências Sociais e Enfermagem respectivamente. Os três seriam identificados como membros do “Grupo de Jequié”, cidade onde tinham nascido. Além deles, Dinaelza Santana e Emília Teixeira cursaram Geografia na Universidade Católica do Salvador.

Eles não eram líderes estudantis com longa experiência no movimento estudantil, a militância surgiu sob a influência das manifestações de 1968 e as passeatas de rua. Com exceção de Dinaelza Santana, recém-chegada de Jequié, onde estudara no Instituto Régis Pacheco, os demais concluíram o curso secundário em Salvador: Vandick Coqueiro, Noélia Reis e Emília Teixeira foram estudantes do Colégio “Central”. Luzia Reis Ribeiro estudou no Instituto Isaias Alves (ICEIA). Durante o ano de 68, este grupo participou de reuniões de estudo com militantes que faziam parte da dissidência do PCB (DI-Ba), como Sérgio Furtado, assim como militantes do PC do B com os quais se alinhou. A adesão ao PC do B se concretizou motivada pela proposta de fazer trabalho político no campo (RIBEIRO, 2003).

Responsável pelo trabalho de massa do Comitê Universitário (C.U), do PC do B, no período de 1970 até outubro de 1971, quando foi deslocada para a região do Araguaia, Luzia Ribeiro relatou que a orientação partidária era atuar em entidades legais para que pudesse ter acesso às salas de aula e conversar com os colegas de turma com a finalidade de defender

reivindicações estudantis. Como o clima após o AI-5 foi de medo e apreensão pelos estudantes seria importante ter reconhecimento da própria congregação. Ao longo da trajetória na universidade, conseguiu ser designada pelo corpo discente para ser representante do curso de Ciências Sociais junto a Congregação do curso (RIBEIRO, 2003).

A bibliografia referente à ação das esquerdas no regime militar apresenta uma visão consensual de que o movimento estudantil no país após o AI-5 sofreu refluxo, pois a maioria das lideranças estudantis teria aderido à luta armada imediata e entrado na clandestinidade. Então, como explicar a atuação de militantes estudantis vinculados ao PC do B buscando atuar no movimento de massa na universidade, mesmo que, em paralelo, o objetivo principal do partido fosse a guerrilha rural? Podemos interpretar a ação política dos militantes como tentativa de criar mecanismos de resistência ao regime militar com uma proposta de organizar os segmentos sociais, mesmo estes estando em refluxo.

A partir de 1969, houve uma mudança significativa na correlação entre as organizações de esquerda que atuavam no movimento estudantil. Os militantes do PCB que, durante os anos de 1967 a 1968 tiveram uma liderança significativa, não participaram das entidades colocadas na ilegalidade pelo regime militar – como a UEB, ABES, UBES - restringindo sua ação ao campo legal na universidade por compreenderem a impossibilidade de organizar e mobilizar as massas na clandestinidade. Nos anos seguintes, militantes do PCB na Bahia procuraram aliar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para atuar nos marcos institucionais do regime. Isto, contudo, não quer dizer que estivessem, completamente, ausentes da universidade. Havia a presença de militantes do PCB em História, com Eduardo Santiago, e Ederval Araújo Xavier, da Faculdade de Economia. Contra Xavier foi movido inquérito policial no ano de 1972⁴⁹.

Progressivamente, ao longo do ano de 69, militantes da DI-Ba/VAR-Palmares pautaram a ação política com vista a recrutar estudantes e preparar “quadros” para a luta armada imediata. É o que podemos depreender do depoimento de Israel Pinheiro⁵⁰, estudante de Ciências Sociais, da UFBA. Embora estivesse presente no segmento estudantil, o trabalho realizado em 1969 consistia, segundo seu relato, da seguinte maneira:

⁴⁹ O militante Ederval Araújo Xavier respondeu a inquérito policial, datado de 20/02/1972, sob a acusação de participar do movimento universitário, quando estudava na Faculdade de Economia e era membro do Centro Acadêmico em 1971 (IPL 14/72).

⁵⁰ Depoimento a Sandra Regina Barbosa Silva e Muniz Ferreira, consultada pela autora

[...] fazia o movimento, aporrihava.. fechava sala, enfrentava professor, aporrihava o diretor...Mas era uma coisa assim muito de você ostar militante pra esquerda revolucionária “Bom, fulano é bom, então...”. Você fazia uns assanhamentos dentro da escola e aí você ia vendo os que despontavam pra você catar pra revolução... porque você já estava agora amarrado na revolução. O movimento de massa já havia terminado com o AI-5, já havia todo um discurso da esquerda revolucionária, clandestina (PINHEIRO, I. 31/03/2000)

Após as prisões de militantes da VAR-Palmares em Salvador, no segundo semestre de 1969, Israel Pinheiro foi para Rio de Janeiro. Quando retornou à universidade no ano de 72, encontrou apenas militantes do PC do B atuando no segmento estudantil universitário, como o próprio declarou.

No espectro das organizações de esquerda presente na universidade, ficaram AP, PC do B e a OCRM-PO - Organização Comunista Revolucionária Marxista – Política Operária – com atenções voltadas ao movimento de massa no meio estudantil, embora com linha política e práticas distintas⁵¹.

No início de junho de 1969, os militantes do PC do B e da AP organizaram uma greve de protesto contra a visita do governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller, ao Brasil, marcada para o dia 15. A viagem estava no roteiro da “Missão Rockefeller” que consistia em visitas oficiais aos países latino-americanos como El Salvador, Peru, Colômbia e Argentina para melhorar as relações diplomáticas e econômico-financeiras entre os Estados Unidos e a América Latina. O resultado foi um rastro de protestos estudantis a “política colonialista norte-americana” e aos governos locais, chamados de “entreguista”, o que levou a onda de repressão à população. Face às manifestações de oposição, a administração Nixon planejava suspender as viagens. Rockefeller reagia a mobilização popular referindo-se à viagem como “[...] um enorme sucesso, no que se refere a averiguar o pensamento da gente deste hemisfério” (A TARDE 16/05/1969 e 04/06/1969).

⁵¹ No depoimento à autora, o professor de economia José Sérgio Gabrielli explicitou de forma contundente as diferenças: “a AP acreditava que não existia um partido de vanguarda da classe operária. Poderia até haver uma possibilidade desse partido ser construído a partir da fusão entre as duas organizações. Em contraposição, o PC do B já se considerava o Partido de vanguarda da classe operária”. Essa exploração deriva no contexto da crise interna vivida pela AP quando da sua transformação em Ação Popular Marxista Leninista (APML), cujo desfecho foi a adesão de parte de militantes da AP ao PC do B, outra continuou como militante da APML. Para entender a trajetória da AP, ver análise de OLIVEIRA JR (2002); RIDENTI (2002). Já a OCML-Po teria trabalho na universidade e buscou atuar no meio dos operários (BNM 188/1972).

Apesar do refluxo no movimento estudantil comparado aos anos anteriores, os estudantes baianos planejaram uma greve geral para o dia 11 de junho e distribuíram panfleto assinado pela UNE e UEB. O manifesto, “ROCFELLER - representante do imperialismo norte-americano sangue-suga (sic) do povo brasileiro”, considerava que a política norte-americana aos países latino-americanos era um fracasso, pois “as ‘ajudas’, ‘auxílios’ do imperialismo, a aliança ‘contra’ o progresso, o FMI e outras formas de exploração estão completamente desmascaradas pelo povo”. A avaliação era a de que a América Latina seguia um trajeto de luta contra a exploração econômica, não deixando alternativa às autoridades norte-americanas senão sair em missão pelo continente a fim de “exigir obediência às ditaduras militares e a seu chefe supremo: o imperialismo ianque”. O manifesto conclamava os estudantes baianos a seguir o “exemplo dos irmãos latino-americanos, lançando-se contra a visita do governador, a fim de que esta não passasse em brancas nuvens como pensa a ditadura” (ROCFELLER - REPRESENTANTE DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO SANGUE-SUGA (sic) DO POVO BRASILEIRO, IPL 31/69).

A movimentação para deflagrar a greve também foi percebida pelos órgãos de repressão. No dia 9 de junho, seria preso em flagrante, às três horas da manhã, o estudante do Colégio “Central” Gildário Vieira de Freitas que fazia pichação no muro do estabelecimento de ensino contra a visita. No dia seguinte, policiais federais foram à Faculdade de Geologia e apreenderam “panfletos e cartazes com desenhos e dizeres subversivos contra o governo revolucionário de Costa e Silva”, assinados pela UNE, UEB e DCE, da UFCe, como consta no IPL 31/69.

Além da “vigilância” dos órgãos de segurança, o trabalho político-estudantil na universidade também tinha que se adaptar ao regulamento da universidade que estipulou códigos próprios para restringir a ação política. No início de agosto, o Conselho Universitário aprovou o novo regimento, no qual proibia “toda ação, manifestação ou propaganda política-partidária, bem como greves coletivas” sob pena de dissolução do DCE e diretórios acadêmicos (A TARDE, 15/08/1969). Vale lembrar que, neste momento, os D.As estavam sem representação alguma, pois havia tido a suspensão de matrículas de lideranças estudantis sem uma justificativa formal da universidade. O novo regulamento demonstrava o interesse incontestado de “disciplinarizar” e controlar possíveis formas de organização que poderiam vir a surgir.

A maior instância da representação estudantil, como o DCE, da UFBA, refletiu sua atividade em comparação com os anos anteriores. A última eleição ocorreu no final de 1968 e foi ganha

pelo militante do PC do B, Aurélio Miguel Pinto Dórea, que teria a matrícula suspensa no início de 69. Ficaria a frente da entidade, o militante da AP, José Sérgio Gabrielli, que compôs chapa com Pinto Dórea. Segundo nos relatou Gabrielli, o trabalho do DCE ficaria restrito à fiscalização dos preços no restaurante universitário e às reivindicações específicas por salas de aula e melhores professores. A idéia era preservar a existência da própria entidade e garantir que houvesse continuidade em eleições futuras para os diretórios acadêmicos (BNM 367/71 p. 22; GABRIELLI, 15/04/2000).

Observamos que o DCE voltaria a ser reorganizado em 1973 com a eleição indireta de Olival Freire, militante do PC do B, à presidência da entidade. Nos anos de 1971 e 1972, militantes e simpatizantes do partido conseguiriam reestruturar os diretórios acadêmicos.

A ação política de militantes estudantis do PC do B se pautou no pós-AI-5 até pelo menos 1971 pela combinação de duas táticas: a perspectiva de fazer trabalho legal de massa na universidade, estar próximo dos estudantes, conhecê-los e recrutá-los para organização, e a intensificação do trabalho clandestino de reestruturação das entidades estudantis.

Militantes do PC do B e da AP, no ano de 1970, criariam uma comissão clandestina de reestruturação da UEB com a participação de Vandick Reidner Coqueiro, Emília Teixeira, Luzia Ribeiro, a estudante de Direito Edilene Barros e José Sérgio Gabrielli e Ana Guedes, os dois últimos pela AP (RIBEIRO, 2003).

A intenção de reestruturar a UEB esbarrava na perda de sua representatividade. Até o ato institucional, a entidade tinha sido reduto do PCB⁵². A última assembléia ocorreu no dia 10 de novembro de 1968 para oficializar a realização do 29º Congresso da entidade. O jornal *A Tarde* do dia 11 de novembro informava que a eleição, no entanto, não havia sido realizada por divergências entre os grupos estudantis com a apresentação de três chapas. O PC do B se fazia presente com a chapa “Unidade na Luta- Ofensiva 68”, com a candidatura do estudante de Direito Aurélio Miguel Pinto Dórea, tendo como vice José Sérgio Gabrielli (reeditada na eleição para o DCE). O Congresso parece ter se prolongado por alguns dias, mas a chapa vencedora foi a de Filemon Matos, militante do PCB.

A intenção dos membros da comissão era revitalizar a UEB e tentar dar-lhe uma sobrevida, apesar de operar na clandestinidade (GABRIELLI 15/04/2000; GUEDES 30/11/1999; RIBEIRO, 2003). A “Comissão Pró-UEB” ficou restrita às ações clandestinas com trabalho partidário de

⁵² Em 1967, o presidente era Marcelo Cordeiro; Em 1968, Sérgio Dias.

agitação e propaganda política, distribuição de panfletos e realização de comícios-relâmpago. Um deles foi realizado em 1970 para lembrar a morte do estudante secundarista Edson Luis. Houve também reuniões clandestinas com a presença de representante da UNE, como Helenira Rezende. Porém essas atividades não foram suficientes para reorganizar a entidade. A idéia de realizar um Congresso da UEB para eleição indireta não foi adiante, conforme nos relatou Gabrielli (15/04/2000).

As razões pelas quais as atividades da UEB não tiveram sucesso derivam também do grau de envolvimento de membros da comissão em outras atividades políticas-partidária que os levaram a se afastar da frente dos movimentos de massa. Pelo menos, parece ter ocorrido algo semelhante com o militante Vandick Reidner Coqueiro, secretário político do C.U. Paralelo a isso, houve um esvaziamento da própria comissão.

José Sérgio Gabrielli lembrou, em depoimento, que Vandick Coqueiro era um “quadro com capacidade de trabalho muito grande, capacidade de conversar e articular”, porém foi diminuindo a participação na comissão e já não freqüentava com assiduidade a Faculdade de Economia: Ele (*Vandick Coqueiro*) começou a adotar um estilo de vida clandestino, começou a freqüentar menos a faculdade, ele foi aos poucos desaparecendo³³ (GABRIELLI, 15/04/2000).

³³ Vandick Reidner Coqueiro deixou Salvador, em março de 1971, em direção à região do Araguaia. Falaremos sobre o deslocamento de militantes à região do Araguaia no capítulo III.

2.3: TRABALHO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Embora realizassem atividades partidárias clandestinas, militantes estudantis não perdiam a perspectiva de fazer trabalho legal. Estas atividades demonstraram pelo menos algum nível de sobrevivência política e de mobilização estudantil de massa, como a construção do DCE da Universidade Católica no ano de 1970. Nesse período, a liderança na Católica era de Emilia Teixeira, indicada para a UNE⁵⁴, e de Dinaelza Santana Coqueiro (à época casada com Vandick Reidner Coqueiro). As duas também seriam diretoras do D.A de Geografia, criado a partir de atividades legais realizadas na universidade.

Dentre essas atividades legais, os estudantes realizaram eventos culturais como a “Semana de Cultura” com festas e realização de palestras com intelectuais e professores para conseguirem reconhecimento do DCE, conforme nos revelou Celso Cotrim, à época Estudante da Escola Baiana de Medicina, vinculada à Universidade Católica (COTRIM, 9/05/2000). Os estudantes realizaram um “Festival de Música” e distribuíram panfletos com poesias, uma delas censurada. Segundo relato de Raimundo Batista Luz, “[...] a Direção do Instituto de Ciências Humanas (Geografia, História e Filosofia) censurou uma poesia de Castro Alves, uma das mais revolucionárias” (BATISTA DA LUZ, 19/11/2000).

As “Semanas Culturais” e “Semanas Científicas” relacionadas aos cursos universitários também aconteceram na UFBa e foram momentos de estabelecer contatos entre os estudantes. Essas atividades podem ser entendidas como uma tática utilizada pelo partido para estar presente no segmento estudantil e procurar fazer mediações sem que houvesse a vinculação política ao PC do B, uma vez que a agremiação política tinha sido extinta pelo regime e operava na clandestinidade. Consistiam em criar e aproveitar espaços de convivência, nos quais poderiam ocorrer mobilização estudantil para reivindicar propostas, atos de conscientização política, relações de solidariedade, apoio logístico e possível recrutamento futuro. Foram, sobretudo,

⁵⁴ Apesar do pequeno, o trabalho na Universidade Católica parece ter tido reconhecimento da UNE, pois Emilia Teixeira não seria indicada para a entidade se não tivesse alguma participação de massa. Uma outra hipótese provável seria o fato de haver poucas lideranças estudantis de destaque que o PC do B pudesse indicar para a UNE. Contudo não consideramos essa hipótese por julgar que o trabalho feito na Católica teve repercussão local entre os estudantes.

espaços de convivência. É o que podemos depreender do depoimento da ex-militante Maria José da Silva, estudante do curso de História Natural⁵⁵, na UFBA, que nos relatou um desses eventos:

“[...] As semanas científicas, no caso as semanas de História Natural, eram sempre momentos de envolvimento de outras pessoas, porque necessariamente (*elas podiam*) não entrar no partido, mas seriam fundamentais no apoio seja (*auxiliando*) com colaboração financeira, seja para guardar material, seja para arrumar um espaço de reunião. A cada ano, sempre tinha um (*colega de turma*) mais próximo, em função dos desdobramentos das atividades provocadas pela própria semana e também (*as semanas*) agregavam pessoas. Por exemplo, naquela época tinha a Universidade Federal da Bahia e tinha a Católica, então era um momento também de aproximação. Naquela semana, se revelavam também outras figuras que não eram do dia-a-dia. E era um contato que, necessariamente, não acabava no partido, ou até fosse do partido ligado a outra base (SILVA, 16/11/2002).

As atividades legais – seja as realizadas na UFBA e na Universidade Católica - demonstram que os militantes preocupavam-se em encontrar meios de estarem inseridos no movimento de massa e também como praticas de resistência ao planejarem reativar as entidades estudantis.

Oportunidades não faltariam. No final de janeiro de 1971, a Universidade Católica seria palco de mobilização estudantil. O episódio “Contra a anulação do Vestibular”, como ficou conhecido, aconteceu após o reitor Monsenhor Eugênio Veigas ter decidido anular o processo seletivo sob a suspeita de que haviam ocorrido irregularidades. Os estudantes recém-aprovados sob a liderança de Carlos Eduardo Carvalho entraram com Mandado de Segurança para assegurar o direito dos estudantes a se matricularem. Após manifestação de rua em frente a Reitoria, no Campo Grande, com a presença de mães e estudantes, o reitor desistiu de impedir a matrícula dos aprovados. O movimento repercutiu na Assembléia Legislativa com os deputados se predispondo a mediar e encontrar soluções para solucionar o problema junto ao reitorado da instituição católica (A TARDE, 2/2/1971).

Recém-aprovado nos curso de Economia da Universidade Católica e da Faculdade de Economia da UFBA, Carvalho se matriculou nos dois cursos para continuar fazendo trabalho político na instituição católica, uma recomendação partidária devido a sua liderança na condução do movimento. Como veremos mais adiante, este ex-militante atuou como membro da Juventude Estudantil Católica e foi presidente do grêmio do Colégio Antônio Vieira antes de aderir ao PC do B em novembro de 1970. Em depoimento a um grupo de estudantes paulistanos na década de

⁵⁵ À época, o curso fazia parte da área de “Ciências Naturais”. Atualmente, o curso corresponde a Ciências Biológicas.

80⁵⁶, Carvalho relatou que o partido considerou os protestos de rua como uma “ascensão do movimento estudantil de massa na Bahia”. O ex-militante diz que o episódio foi citado no noticiário da Rádio Tirana, Albânia, como manifestação de descontentamento estudantil, quando não passava de uma atividade localizada no âmbito restrito da universidade (CARVALHO, C. 1980).

Embora localizadas, as atividades legais na Universidade Católica podem ser entendidas no contexto da retomada das atividades de mobilização estudantil, muitas delas infrutíferas como, por exemplo, a greve geral que pretenderam deflagrar quando ocorreu a visita de Rockefeller ao Brasil. O fato de o partido dar destaque à manifestação estudantil no noticiário internacional e dirigido a seus militantes clandestinos seria uma forma de dizer que os movimentos de massa ganhavam força. Porém não ganhavam força, mas tateavam.

Contudo uma outra interpretação é possível. Talvez seja mais válido interpretar o movimento pelo conteúdo simbólico que trazia consigo. Durante uma semana, os jornais *A Tarde* e *Jornal da Bahia* noticiaram as atividades dos estudantes para reaverem o direito à matrícula, relatando a participação das mães e alunos em defesa dos direitos dos seus filhos. No contexto social em que havia restrição à participação política, esta movimentação apresentou-se como um exercício de cidadania. Além disso, a luta pelos direitos apoiava-se em instrumentos legais como o ato de impetrar Mandado de Segurança. O acontecimento também ficou registrado na memória de alguns militantes como vestígios de algo vivido entre os estudantes à época, como práticas de sua militância (CARVALHO (1980) e 7/07/2000); NÓVOA (7/6/2000); VIANA (24/11/2003).

As atividades estudantis legais podem ser entendidas como prenúncio de um movimento em curso no segmento universitário, o qual configurou-se: o recrutamento de militantes com liderança pessoal, como Carlos Eduardo Carvalho e Celeste Dantas, vindos do movimento secundarista, e os alunos da Escola de Engenharia como Arnóbio Viana, Carlos Machado e Maria Cristina Sá Oliveira. Eles iriam integrar a estrutura do C.U do PC do B a partir de 1971 e desenvolveriam trabalhos de reorganização dos D.A e do DCE⁵⁷.

⁵⁶ O depoimento foi dado a Márcia Micheli, Marco Toguciro Galvão e José Tadeu Arantes, no início do ano de 81, no projeto para recolher memórias de ex-militantes estudantis na década de 60/70. O texto consta do acervo do ex-militante repassado à autora. Cf. Fontes e Referências Bibliográficas.

⁵⁷ Com trajetórias diferentes, eles aderiram ao partido a partir de 1970 e participaria da organização dos centros acadêmicos. Aluno de Engenharia Civil desde 68, Arnóbio Viana só entraria no partido em 70; Maria Cristina Sá estudava Engenharia Civil; Carlos Machado, Engenharia Mecânica; Carlos Eduardo Carvalho, Economia. Celeste Dantas, Ciências Sociais. Eles participaram da estrutura do C.U no período entre 1971 e 1973, em momentos distintos.

Porém antes de entrar em detalhes sobre esse novo movimento, outros personagens pedem passagem: são os estudantes secundaristas. Estes jovens ativistas teriam uma participação significativa na militância pelas motivações e aspirações que os levariam a se alinharem ao PC do B no período de maior repressão do governo Médici, inclusive local, pois, neste período, seriam desmanteladas as organizações de esquerda como o MR-8, PCBR, Var-Palmares e parte da AP. Além disso, o PC do B teria organismos estruturados no segmento secundarista - inclusive entre colégios particulares - e com militantes que desenvolviam trabalhos culturais.

2.4. OS SECUNDARISTAS: DOS GRUPOS CULTURAIS À MILITÂNCIA

Em 1969, o hoje historiador Manoel Antônio Neto estudava no colégio Manoel Devoto, onde realizava junto a outros estudantes eventos culturais e mostras de poesias. Quando Gilberto Gil e Caetano Veloso foram para o exílio em Londres, os estudantes fizeram um mural no qual os dois cantores apareciam amordaçados, uma alusão à falta de liberdade de expressão. O protesto claramente político não passou incólume. A Direção do colégio viu na manifestação cultural dos alunos uma atitude política e mandou retirar o mural. Para o militante do PC do B, esse episódio foi um marco para que tivesse a percepção de que se vivia sob o regime militar e com restrições à liberdade de expressão, cultural e política. As sanções do próprio colégio lhe fizeram despertar um sentimento de contestação que o depoente denominou de “sensibilidade de esquerda”, como nos relatou:

“ [...] As coisas mais simples, manifestações eram reprimidas. Você não tinha canal de diálogo. Isso contribuía para que você fosse para a militância mais aguçada, determinada. Nós tínhamos certeza que para sobreviver enquanto cidadãos, pessoa, era necessário derrubar a ditadura. Se você queria pensar, ter conhecimento, criar, desenvolver conhecimento, tornar-se um cidadão, ajudar o seu país, você tinha que romper com a ditadura. (...) Embora naquela época nós não tivéssemos ainda conhecimento teóricos que permitisse dizer se éramos marxistas, tínhamos sensibilidade de esquerda, éramos pessoas de esquerda com sensibilidade de esquerda. Nós queríamos uma ruptura mais radical na sociedade. (NETO, 01/07/2000).”

No início do ano de 70, o militante do PC do B, Osvaldo Gouveia, fez contato com Manoel Neto e o convidou para participar da reorganização da ABES, entidade secundarista colocada na ilegalidade. Dali, em diante, foi formado um organismo de base do PC do B no Manoel Devoto (NETO, 01/07/2000; BNM 367/71, p. 226).

Interessa-nos, no momento, a trajetória de Manoel Neto como exemplo de uma juventude sequiosa de um ativismo cultural característico, ou se preferirmos resquícios, de uma geração contaminada pelas manifestações culturais pulsantes por toda a década de 60 do século passado. Se o golpe de 64 não tinha sido suficiente para estancar o florescimento cultural e o ascenso do movimento de massa até então em curso no país, como reflete RIDENTI (1993, p.75), o AI-5 também não seria capaz de sufocar, completamente, mobilização cultural nem estancar as perspectivas de atuação política numa organização de esquerda.

Com isso queremos dizer que houve um refluxo nos movimentos de massa comparado aos anos anteriores, porém a questão de fundo, a ditadura militar, persistia, agora assumindo poder maior de regime de exceção, suscitando sentimento de descontentamento e de repúdio. Como nos relatou, Hildebrando Augusto Dias, ex-militante secundarista em Alagoinhas, ao explicar as razões que o levaram a aderir ao PC do B:

“ [...] vivíamos uma situação de mediocridade. Quem possuía senso crítico se sentia sufocado com o que ocorria no país. Então, a alternativa era acabar com a ditadura. Outros, se acomodaram. O jovem só tem duas alternativas: ou ele se acomoda ou ele se torna um rebelde (DIAS, 02/12/2000).

Diante de um contexto-social de falta de liberdade, prisões, clima de medo imposto pelo regime com a propagação das notícias sobre a presença de subversivos e terroristas, os jovens secundaristas de Salvador e da cidade de Alagoinhas ficaram motivados a reorganizar a ABES, que os vinculava às organizações e aos partidos clandestinos como a AP e o PC do B⁵⁸.

Também o que os movia era um sentimento misto de fraternidade e de esperança que os unia e os fazia conscientes de que existia um contexto político-social de repressão. Este

⁵⁸ Os secundaristas foram presos em agosto de 1971 sob a acusação de reorganizar entidades estudantis extintas e partido político. Neste capítulo, citamos a participação da AP, porém sem que este seja nosso objetivo de análise. As atividades das organizações estão relatadas no processo BNM 367/71. Em 1972, a base secundarista em Alagoinhas seria descoberta pela repressão (BNM 376/71). As prisões serão relatadas no cap IV.

sentimento estaria expresso na música “Apesar de Você”, do Chico Buarque, cantarolada pelos militantes. Como dizia a letra da música, apesar de “hoje você é quem manda / falou tá falado/ não tem discussão”, os secundaristas acreditavam que “amanhã” seria um outro dia.

De forma similar ao que ocorrera nos anos pós-golpe de 1964 com estudantes baianos da DI-Ba, a aproximação de secundaristas com o PC do B ocorreu pela existência de trabalho cultural nos grêmios. Isto é importante para ser ressaltado, porque até 1969 o PC do B tinha presença localizada no movimento secundarista restrito aos colégios Central, ICEIA e Escola Técnica Federal (atual CEFET)⁵⁹.

Entre os anos de 1969 e 1971, o PC do B teve núcleos nos colégios Aplicação, Colégio “Central”, Severino Vieira, Escola Técnica Federal, Manoel Devoto, Ginásio São Salvador e colégios particulares como Antônio Vieira, Sacramentinas, Dois de Julho e Mercês (NOVOA, 7/6/2000; BNM 367/71).

Além dos estudantes de Salvador, houve uma ampliação desse trabalho para uma base em Alagoinhas com núcleos no Centro Integrado Navarro de Brito e Colégio Alexandre Fleming. A base se formou no início do ano de 70 com os militantes Antonio Fernando Xavier dos Santos (Fernando Aranha), Hildebrando Dias e Celeste Dantas (DANTAS, 17/11/2002). Nos processos militares consultados, também há menção de militantes em Vitória da Conquista e Itapetinga (BNM 367/71)⁶⁰. Além dessas cidades, segundo relato de Luzia Reis Ribeiro (2003), o partido desenvolvia trabalho político em Itapicuru, Jequié, Itabuna, Ilhéus, Ipiauí e Guanambi.

De acordo com dados do processo militar BNM 367/71, 18 militantes do PC do B participaram do movimento secundarista em Salvador⁶¹. Em relação aos militantes da AP, encontramos dados relativos a sete estudantes secundaristas⁶². Depoentes avaliaram em 60 o número de militantes que atuavam nas duas organizações, segundo avaliação do militante da AP,

⁵⁹ No ano de 68, estudavam no “Central” os alunos Vandick Reidner Coqueiro, Noélia Reis e Emília Teixeira; Luzia Ribeiro no ICEIA, e José Lima Piauhy Dourado na Escola Técnica Federal da Bahia.

⁶⁰ Não encontramos dados precisos acerca da identidade dos militantes nessas cidades.

⁶¹ Entre eles, Antônio Danilo Barreto; Roberto José Meyer Nascimento, Maurício Lima Barreto; Fábio Antonio Magalhães Nóvoa, Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, Maria Zita de Carvalho Braga, Ângela Maria Medrado Brasileiro, Manoel Antônio dos Santos Neto, José Lourenço Bezerra Neto, Evandro França Pio; Dilson Araújo Peixoto; Osvaldo Gouveia Ribeiro, Valdenor Morreira Cardoso, Carlos Eduardo Ferreira Carvalho, José Lima Piauhy Dourado, Itajaci José Santos Figueiredo, Uirassu de Assis Batista e Gabriel Kraychote Sobrinho (BNM 367/71).

⁶² Antônio Jorge Fonseca Sanchez de Almeida, José Eduardo F. Kruschowsky, Luiz Fernando Silva Pedrosa, Siomara Etelvina Oliveira Orrico, Francisco Vasconcelos, Edval Passos, Meroia Mirian Carneiro Pereira, Josidete Pereira de Oliveira e Antonio Sergio Melo Martins de Souza (militante clandestino assistente da base secundarista) (BNM 367/71)

Jorge Almeida (16/06/2000). Ex-militantes do PC do B calculam que o número de militantes de ambas organizações chegou a 40 (CARVALHO, 1980)

Nos dados processuais, a maioria dos militantes era predominantemente do sexo masculino, com presença de três mulheres: Ângela Maria Medrado Brasileiro, Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima e Maria Zita de Carvalho Braga, alunas do Colégio Aplicação (BNM 367/71). A participação das mulheres, contudo, não pode ser desprezada. Uma das lideranças de massa do PC do B seria Celeste Dantas, aluna secundarista no ano de 70 em Alagoinhas e membro do C.U de 1971 até 1972.

De acordo com o depoimento do advogado Fábio Novoa, à época estudante do Colégio Antônio Vieira, os estudantes pretendiam reorganizar os “grêmios e dar-lhes uma nova vida. Fazer movimento cultural, eventos esportivos, tirá-los do gueto” (NOVOA, 7/06/2000).

Nesse sentido, teve destaque o Colégio Antônio Vieira, estabelecimento de ensino privado de orientação jesuíta. Sob a liderança de militantes estudantis da Juventude Estudantil Católica (JEC), o Conselho de Representação de Salas (CORESA) realizava manifestações culturais legais - festas, exposições, debates, grupo de estudo. Sobre o perfil do alunado entre os anos de 1968 até 1970, Carlos Eduardo Carvalho, à época presidente do CORESA, declarou:

“ [...] era classe média e classe alta. Era um dos colégios mais tradicionais da Bahia e minha turma foi profundamente politizada. Havia algumas meninas muito elitistas, gente da família de Antônio Carlos Magalhães, e muitos alunos adeptos da contracultura, muita gente considerada de esquerda. Era algo muito massivo, um ambiente cultural muito intenso. Nós éramos antenados com o que acontecia no mundo. Uma grande parte saiu para organizações de esquerda, parte para o PC do B, grupos trotskistas e PCB” (CARVALHO, 07/07/2000).

O Colégio Antônio Vieira foi um dos poucos colégios na cidade a ter participação ativa de militantes da JEC. No final da década de 60, a JEC se subordinava ao arcebispo de Salvador, D. Eugênio Sales, e era assistida pelos jesuítas como Fábio Bertole entre outros. Em 1970, a tendência à politização da JEC colocou em conflito os estudantes e o clero. A crise teve seu ápice nas comemorações do Congresso Eucarístico, realizado no dia 29 de maio em Brasília. O arcebispo foi recepcionado pelos senadores no Congresso Nacional, e em um almoço oferecido pelo general-presidente Garrastazu Médici. No discurso de agradecimento, D. Eugênio Sales

afirmava que a missão da Igreja não era política, mas espiritual. E demonstrava apoio a Médici: “[...] estaremos juntos para podermos servir melhor a nossa Pátria” (A TARDE, 29/05/1970).

Os militantes da JEC e entidade de leigos fizeram manifesto em protesto a D. Eugênio Sales e distribuíram nas paróquias no domingo à tarde. O manifesto foi assinado pela JEC, cuja panfletagem foi considerada um desrespeito à hierarquia da igreja⁶³. Além desse episódio, os militantes da ação católica tentaram dar um cunho político ao “Cursilho de Cristandade”, iniciativa que procurava aproximar os leigos da Igreja. Em uma reunião com o bispo auxiliar Valfredo Tepe para discutir o comportamento dos militantes da JEC foi sacramentado o fim do relacionamento da juventude católica com a hierarquia religiosa. Membro dirigente da JEC e apontado como o articulador do protesto, Carlos Eduardo Carvalho foi proibido de participar do grupo:

“ [...] Ele (*Tepe*) acabou dizendo que eu não poderia mais participar de nenhuma atividade da Igreja. Eu nem tinha completado 17 anos. Perguntei, então, se eu ainda podia ir à missa, receber o sacramento e frequentar a sacristia. Ele disse que podia ir à missa, receber o sacramento, mas estava proibido de ir à sacristia” (CARVALHO, C. 1980).

Os episódios foram emblemáticos porque, a partir desse momento, os estudantes ligados à ação católica se aproximam da militância de esquerda e abandonam as atividades católicas para aderir ao comunismo, especificamente ao maoísmo, como defendia o PC do B à época. Carlos Eduardo Carvalho foi apresentado por um amigo comum a Uirassu Batista, estudante do Colégio “Central” e militante do PC do B que realizava trabalho político na ABES. Em novembro de 1970, filiou-se ao PC do B. Junto com ele, seguiu uma rede de contatos pessoais de secundaristas ligados a JEC⁶⁴.

Conforme nos revelaram ex-militantes da JEC, a entrada de Carlos Eduardo Carvalho no PC do B teve um peso significativo para que outros membros da JEC tomassem a mesma decisão. A particularidade do grupo teria sido a entrada em bloco, como nos relatou a historiadora Maria Alba Melo, à época estudante do Colégio Mercês, uma escola particular de ensino religioso. Vale

⁶³ As atividades da JEC e os conflitos com a igreja foram relatados pelos depoentes Carlos Eduardo Carvalho, Fábio Nóvoa, Maria Alba Melo e Maria Cristina Sá Oliveira.

⁶⁴ Entre eles, Maria Isabel Sampaio, Fábio Nóvoa, Maria Zita Carvalho, Maria Alba Melo e Paulo Carvalho.

a pena ler trecho do depoimento da depoente, onde a ex-militante relatou o impacto que lhe causou deixar a ação católica para entrar no partido de matriz comunista:

“ [...] Sair de uma fé, de uma proteção divina, para mãos dos comunistas dava um conflito de consciência. E, para mim, tinha um conflito de fazer essa escolha em termos ideológicos. Eu vou abraçar agora uma ideologia comunista. Porque, tudo bem, eu consigo reconhecer que a Igreja não tem mais marcos de atuação social conforme a gente quer, porque se a gente quer avançar em termos de ação política na sociedade, de intervenção, a gente teria que passar por um partido comunista. Mas, o que o partido comunista me oferece em termos de consciência política, de filosofia e proposta de vida não é o que eu gosto. O que eu gosto é a fraternidade universal da Santa Madre Igreja. Então, tinha essa coisa, esse conflito universal que a gente discutia muito entre a gente. E eu achava que os comunistas não eram fraternos, eu não acreditava na fraternidade dos comunistas. Eu dizia: Carlos Eduardo (Cadu), esses comunistas não são fraternos. Ele dizia: são, Albinha. Então, acho que foi muito decisivo para essa entrada da gente foi entrar em bloco. A gente entrou conjuntamente para o partido comunista. Não sei se o partido comunista recrutando um a um recrutaria a todos. Mas, assim, eles conquistando Cadu, e Cadu conquistando a gente, o processo foi mais ou menos esse” (MELO, 13/09/2002).

O depoimento nos levou a inferir como o processo de recrutamento para o partido comunista foi intermediado por relações afetivas que as pessoas desenvolveram ao longo de suas trajetórias individuais⁶⁵. Tampouco foi o discurso ideológico o motivo principal para aceitar a doutrina partidária, mas um conjunto de situações, pessoas, relações de amizade, identidades comuns que os convenceram de que aquela organização seria, dali em diante, a razão de sua existência.

Em tempo de normalidade democrática, o convencimento pela lógica racional, pela palavra, pelo discurso talvez fosse mais preponderante do que as relações de amizade, mas em tempos de exceção, como se configuraram os regimes ditatoriais, as relações de confiança e de amizade entre as pessoas seriam atrativos significativos para aderir à organização política, ainda mais se ela atuava na clandestinidade. Para alguns autores, historicamente, a adesão a um partido comunista esteve vinculada à exploração, a qual estava submetido o operariado (GERARD, V. apud ÁRIES (1992), p 431). Porém também se chegou ao comunismo pelos caminhos do “estômago, pela cabeça ou pelo coração”, como afirmou o comunista Giocondo Dias, fazendo

⁶⁵ Esse percurso para aderir a uma militância de esquerda por meio de relações de amizade também ocorreu em outras organizações de esquerda, como a DI-Ba. Para mais detalhes, ver dissertação de Sandra Barbosa Silva (2003).

uma analogia respectivamente à situação de exploração econômica, análise objetiva dos acontecimentos ou simplesmente pelas razões de solidariedade humana contra a injustiça social que o levou a aderir ao PC (FERREIRA, 2002, p 61).

Neste momento, contudo, uma particularidade que se tornou mais acentuada seria entender porque o grupo ligado a JEC não foi para a AP, o percurso, até então, natural. Em 1962, os militantes da JUC e JEC haviam cindido os laços clericais e formalizaram a entrada na AP, atraídos pelo credo da “visão, opção e ação”, cuja tradução se revelava na concepção de que os militantes já não seriam expectadores da história, mas atores conscientes do seu fazer (RIDENTI, 2002, p.232).

Para responder a esta interrogação entram em cena dois militantes Gabriel Kraychete e Uirassu Batista, estudantes do Colégio “Central”. A referência a esses estudantes deve-se às informações levantadas nos processos judiciais e nos depoimentos orais que atribuem a eles o início do processo de reorganização da ABES, entidade estudantil secundarista. Além dos dois, teriam participação ativa José Lima Piauhy Dourado, Osvaldo Gouveia e Valdenor Cardoso. É interessante observar as impressões que Kraychete e Batista despertaram em alguns ex-militantes. Segundo nos relatou Manoel Neto:

“ [...] Gabriel era um orador brilhante, muito didático no falar, demonstrava conhecimento teórico muito forte, superior à média dos estudantes. Já Uirassu era um entusiasta, um sujeito entusiasmado, afoito, inflamado, mais radical nas discussões. (NETO, 01/07/2000)”.

Nascido em Alagoinhas no ano de 1952, Uirassu Batista mudou-se para Salvador em 1969 e iniciou os estudos no colégio “Central”. Sem grande experiência política em movimento de massa, era tão novato na militância estudantil quanto os jovens que recrutava. Recrutado para o PC do B pelo primo e militante do partido José Caldas Almeida, Uirassu Batista conciliava os estudos com as atividades de reorganização da ABES, atuando em Salvador e Alagoinhas, cidade onde a família morava. Gabriel Kraychete estudava no Colégio Central desde 1968 e atuou como Representante de Classe. Kraychete e Batista foram membros do Comitê Secundarista (C.S) do PC do B e responsáveis pelo recrutamento de outros militantes, sugerir leitura de livros e repassar os materiais clandestinos (BNM 367/71).

No ano de 1970, eles participariam da reorganização da ABES, uma tentativa de fazer movimento de massa, cujo processo foi marcado, contudo, por ações políticas clandestinas e um alinhamento político-ideológico favorável à luta armada contra o regime.

2.5 - ATIVIDADES POLÍTICAS PARA REESTRUTURAÇÃO DA ABES

Em 1970, a ABES colocada na ilegalidade e esvaziada de representação política era uma entidade disputada pelo PC do B e pela AP. Ambas planejavam reorganizá-la como entidade de movimento de massa e lhe conferir um cunho político, como ficou evidenciado no esforço que as organizações fizeram para que a entidade se engajasse na “Campanha Pró-voto Nulo” às eleições de 15 de novembro de 1970.

A eleição geral para senadores e deputados em 70 foi uma oportunidade para que as diversas forças de esquerda demonstrassem sua oposição ao regime. Porém, apesar dos esforços e das atividades para realizar a campanha, como reuniões e distribuição de panfletos, o número de votos brancos não registrou modificações significativas em relação aos anos anteriores. Ary Guimarães (1973) em seu trabalho sobre as eleições baianas de 1970 revelava que a taxa de votos nulos foi de 9,3%, mesmo índice de 1966.

Contudo, sem saber qual seria o resultado previsível das eleições, os secundaristas vinculados a AP e ao PC do B reuniram-se no início de outubro no Colégio Marista para definir o posicionamento e a palavra de ordem da entidade. A reunião ampliada da ABES, chamada de “Campanha Pró-voto Nulo”, demarcou diferenças na posição da AP e do PC do B. Ambas as organizações defendiam o voto nulo, mas a AP propunha que o lema da campanha e a sua justificativa deveriam se restringir apenas aos problemas específicos da luta estudantil, enquanto o PC do B defendia que a palavra de ordem deveria incluir protestos contra a majoração dos preços dos alimentos (BNM 367/71, ALMEIDA 16/06/2000, CARVALHO, 07/07/2000). Na discussão, o PC do B foi voto vencido.

Com a decisão da entidade os estudantes realizaram panfletagens. Um comício-relâmpago foi realizado na estação rodoviária da Barroquinha para criticar as eleições e pedir o voto nulo. O comício foi lembrado por um dos ex-militantes da AP como um ato teatral. Osvaldo Gouveia,

militante do PC do B, usava o chapéu na cabeça para se proteger de possível identificação e procurava chamar a atenção da população gritando palavra de ordem como “Abaixo à Ditadura!”, enquanto outros estudantes distribuíam manifesto à população (BNM 376/71, ALMEIDA, 16/06/2000, NETO 01/07/2000).

Os manifestos eram feitos em mimeógrafos clandestinos, um deles guardado por um amigo⁶⁶ de José Lima Piauhy Dourado, à época estudante da Escola Técnica Federal. A distribuição era feita, prioritariamente, nos bairros populares como São Caetano e Fazenda Grande (BNM 367/71). Outros em locais como o Cine Rio Vermelho, local frequentado pela intelectualidade baiana e jovens estudantes, como nos relatou Manoel Neto.

Deponentes fizeram uma autocrítica ao trabalho de reestruturação da ABES e UBES, afirmando que as entidades não tinham representatividade alguma. As reuniões com diretores da entidade e representantes da UBES eram feitas de forma clandestina, com dificuldades de mobilizar estudantes e com a presença apenas de AP e PC do B. As discussões ao invés de centrar-se em propostas específicas da entidade estudantil cada vez mais se restringiam às ações políticas das duas organizações.

Em junho de 1970 ocorreu Conselho de ABES, realizado no loteamento Lanat, no bairro do Barbalho⁶⁷, para eleger diretoria da entidade. Nesta diretoria, os membros seriam, segundo processo militar BNM 376/71, em sua maioria ligados ao PC do B, entre eles Gabriel Kraychete, Uirassu Batista, José Lima Piauhy Dourado, Osvaldo Gouveira e Valdenor Cardoso.

Apontado por ex-militantes como presidente da ABES, Gabriel Kraychete considerou que a entidade não tinha tamanha representatividade de massa: “[...] eu diria que falar em Diretoria de ABES e UBES naquela época era, a despeito da vontade e do desprendimento das pessoas na época, um enraizamento e representatividade pequeno diante das circunstâncias” (KRAYCHETE, 07/02/2000).

A crítica se tornaria pertinente quanto às condições reais de representação da entidade, pois de fato não tinha a legitimidade de massa dos anos anteriores ao AI-5. Mas também não pode ser compreendida apenas como “vontade”, ou voluntarismo⁶⁸, existia a crença e a disposição de atuar como militantes políticos, mesmo sendo esta uma atividade proibida. Membro da Dissidência do

⁶⁶ Tratava-se de Paulo Araújo acusado de pertencer ao partido e preso em 1971, porém não tinha vínculos orgânicos.

⁶⁷ Carlos Eduardo Carvalho confirmou que foi responsável por encontrar a casa para reunião da ABES, localizada no Loteamento Lanat, no bairro do Barbalho, Salvador.

⁶⁸ O termo voluntarismo assumiu em alguns documentos de ex-militantes uma conotação crítica por estar associado à discussão de que não basta a vontade para fazer a revolução. Ver artigo de José Genoíno (apud POMAR:1980).

PC do B no final da década de 70, o depoimento de Kraychete é interessante pelo reconhecimento das peculiaridades comuns à juventude que se dispôs a fazer trabalho político clandestino no início da década de 70. Como podemos observar:

“ [...] Eu diria que aquela geração tinha uma generosidade muito grande. Acreditava-se, de fato, que era um processo de transformação mundial e você estava fazendo um pedaço de uma transformação maior. No fundo acho que parte daquela juventude – 16, 17 anos – diria havia um humanismo cristão muito grande. Todo mundo tinha uma certa formação católica. Havia um formato que se expressava nisso aí: no cunho político de transformação da humanidade e na realidade do país. Fazia-se o movimento estudantil mas era para fazer a revolução. Pode parecer meio ridículo, mas era uma certa generosidade muito grande. Tanto que boa parte dela morreu da forma mais generosa possível, acreditando sinceramente que estavam empenhados no processo de transformação da realidade, a favor de justiça (KRAYCHETE, 07/02/2000)⁶⁹”.

Imbuídos desse desejo de “transformação da realidade” os militantes estudantis com atuação restrita em colégios passaram a ter vínculos orgânicos com o PC do B. Essa mudança, contudo, pode ser verificada no processo que os documentos partidários convencionalmente chamavam de “revolucionarização” dos quadros. A saber: a disposição de integrar-se às áreas de trabalho político em outras regiões, as leituras de documentos sobre guerra popular prolongada, o estímulo a intensificar lutas pequenas e grandes, que foram interpretados pelo chamamento às ações clandestinas e pichações, ao aperfeiçoamento do trabalho ilegal e a um maior nível teórico da militância.

Podemos observar esse processo de “revolucionarização dos quadros” pelos livros e leituras de documentos recomendados aos militantes. A iniciação à militância no PC do B começava com a leitura dos livros influenciados pelo realismo-socialista como “*Subterrâneos da Liberdade*”, de Jorge Amado, o romance russo *A Mãe*, de Gorki, *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, e doutrinários como *Fundamentos de Filosofia Política*, de Politzer. Ao integrar a vida orgânica, as leituras seriam *A Classe Operária*, os documentos **A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil; Guerra Popular: o caminho da luta armada no Brasil; e União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista**, que vem a ser a declaração política da VI Conferência do partido, aprovada em 1966 (DIAS,

⁶⁹ Para citar um exemplo de parte dessa juventude do PC do B que participaria da guerrilha do Araguaia, temos Uirassu Batista, José Lima Piauy Dourado, Custódio Saraiva Neto e Helenira Rezende. Os dois últimos realizaram atividades políticas clandestinas em Salvador neste período. Helenira Rezende, como representante da diretoria da UNE.

2000, BNM, 367/71; BNM 376/1972). Além desses documentos, havia leituras individuais como “*Quatro Séculos de Latifúndio*”, do intelectual Alberto Passos Guimarães, e A “*Revolução Brasileira*”, de Caio Prado Jr, autores com militância no PCB. Uma outra leitura era o livro “*Salve a vitória da guerra popular*”, de Lin Piao (BNM 367, p.156).

Além das leituras, os ativistas estudantis incorporaram a disciplina do trabalho clandestino. Reuniões eram feitas em locais previamente marcados e estudantes adotaram “codinomes” (uma medida que, na prática, não surtia o efeito desejado, a maioria se conhecia, freqüentava ambientes estudantis comuns). Alguns assimilavam comportamentos militarizados, obedecendo aos códigos e hierarquias comuns a um partido que funcionava de forma clandestina e planejava realizar ações políticas de guerrilha no campo.

Os estudantes também participavam de reuniões com membros do C.R, sendo assistido por Demerval Pereira. Usando o codinome de “Santos”, o dirigente se reunia, clandestinamente, com os militantes estudantis no Edifício da Fundação Politécnica, no 10º andar, na Av. Sete de Setembro, para lhes dar orientação política.

Nos interrogatórios à Polícia Federal, os militantes secundaristas faziam referência a Demerval Perreira como um dirigente experiente e conhecedor da “cultura partidária”, responsável por discutir a situação nacional e lhes recomendar diretrizes a serem seguidas pelos estudantes na condução do movimento de massa, a fim de “fazer a penetração de massas para aglutinar forças visando a REVOLUÇÃO POPULAR (sic)” no país (BNM 367/71, p. 235).

O dirigente recomendaria aos militantes que estes se organizassem em grupo de autodefesa, cuja incumbência seria “defender as reuniões partidárias e proteção aos comícios relâmpagos realizados pelos estudantes” (BNM 367/71, p. 236). Os grupos de autodefesa, chamados de “Vietcongs” pelos estudantes, foram formados por secundaristas do Manoel Devoto e da Escola Técnica Federal no ano de 1971, com a participação de José Lima Piauhy Dourado e Itajaci Figueredo. Contudo não realizaram ações.

Nos depoimentos orais, os militantes secundaristas não se referiram às armas fornecidas pelo partido. Porém um grupo de estudantes realizou treinamento com uma arma, Bereta 765, cuja propriedade era de um dos pais dos alunos. Além disso, teriam lido um “Manual de Autodefesa Pessoal da Força Área Canadense”, conforme nos relatou Manoel Neto que, antes de estudar no Colégio Manoel Devoto, fez curso médio no Colégio Militar. Essas atividades foram analisadas pelo, ainda militante, como “uma relação muito romântica”, porque não havia

treinamento especializado e trazia consigo perigo, pois os estudantes não sabiam manusear armas de fogo (NETO, 27/05/2000).

Além dessas investidas para formar grupos de autodefesa e fazer trabalho clandestino, a orientação partidária enfatizava algumas qualidades que permeavam o imaginário dos militantes. Em Alagoinhas, por exemplo, um dos militantes recrutado pela base secundarista servia ao Tiro de Guerra da cidade. Humberto Lima Primo era considerado uma “promessa de militante guerrilheiro”, pois “fazia luta marcial, alto, forte, praticava Karatê e era filho de operário” (DIAS, 02/12/2000). Em 1972, ao recrutar um colega militar no quartel, acabou sendo descoberto pela repressão.

A luta armada era uma idéia motriz cultivada em maior ou menor intensidade pelos estudantes e sobretudo trabalhada pela organização partidária. Secretário de organização da base secundarista em Alagoinhas, Hildebrando Dias, recebeu proposta de fazer trabalho político na cidade de Muritiba. Recusou, pois não se considerava maduro o suficiente para enfrentar uma vida clandestina e abandonar a família (DIAS, 02/12/2000).

O deslocamento de militantes para realizar outras tarefas políticas-partidária tornou-se uma prática comum no ano de 1971. Antes das prisões que ocorreram em agosto, membros do C.S, como Uirassu Batista e José Lima Piauhy Dourado, deixaram Salvador deslocados para a região Sul do Pará onde participaram dos destacamentos da guerrilha do Araguaia, e Gabriel Kraychete dedicou-se ao trabalho político como representante da UBES, transferindo-se para o estado do Ceará. Os militantes secundaristas que continuaram atuando em Salvador e Alagoinhas tentaram organizar nova eleição para a ABES, porém em agosto de 1971 foram presos pelo CODI-6.

As atividades políticas realizadas são avaliadas por alguns militantes como de resistência, apesar de reconhecer a pouca representatividade das mesmas quando comparadas às manifestações estudantis dos anos anteriores ao AI-5. As evidências documentais sugerem que as atividades ganharam um significado de práticas de contestação política e com possibilidade de iniciação política, no período em que os jovens secundaristas começavam a adquirir uma consciência sobre a realidade social e política do país e se deparavam com mecanismos restritivos. Preso em agosto de 71, Manoel Neto nos relatou que as atividades políticas tiveram para ele o significado de:

“ [...] criar núcleos de resistência nas escolas, organizar movimento secundarista de escola por escola. Criar instrumentos legais, inclusive de aparelhamento para difundir o

trabalho, material contra a ditadura militar. Agora, é um trabalho muito fluido e sem muita consciência teórica. Nós tínhamos pouco maturidade, não só intelectual, mas de vivência também. Éramos jovens. No entanto, aquelas leituras me ajudaram muito a construir um pensamento sistemático sobre o Brasil. O PC do B me deu a régua e o compasso para compreender o Brasil”.

2.6: A REORGANIZAÇÃO DOS D.As e DCE: AS ATIVIDADES CULTURAIS NA UNIVERSIDADE

No período de 1971 até 1973, militantes vinculados ao PC do B participaram da reorganização dos D.As e do DCE. O movimento que começou com os alunos passando em sala de aula, convidando os demais colegas para reativarem os D.As, tomaria impulso com a realização de eventos culturais na universidade. Durante o segundo semestre de 1972, a imprensa local divulgou as ações de reorganização do movimento estudantil vinculadas às atividades do Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA). Entre elas, a “Semana do Estopim”, realizada de 15 a 20 de junho em comemoração aos 50 anos da Semana de Arte Moderna, lançamento de livros como “Antologia Poética”, produzidos pelos estudantes da Faculdade de Direito, “Semana de Arte Popular” e eventos culturais no Teatro Vila Velha, à época considerado um território livre para expressão da arte e liberdade artística (A TARDE, 4/9/172; 13/09/72, 25/10/72). Além das oficinas de expressão corporal que fomentariam, futuramente, núcleos de Teatro Amador Universitário.

Originariamente, segundo nos relatou Sérgio Faria, à época estudante de Física, a iniciativa de criar um centro cultural surgiu em reuniões entre militantes do PCB, mas teriam sido ativistas do PC do B, que trabalhavam com arte e cultura, que levaram à frente a criação do CUCA como um meio de mobilizar os estudantes e confluir para a reestruturação dos D.As. Farias relembra as primeiras atividades do CUCA, quando foi procurado por Maria Cristina Sá Oliveira, à época diretora do D.A de Engenharia Civil e dirigente do C.U, para promover um grupo teatral e reativar as atividades do diretório acadêmico:

“[...] O começo foi assim. Uma pessoa que não me disse que era militante, era apenas uma estudante de Engenharia que estava interessada em reativar os diretórios que estavam fechados com a repressão e tudo. Não havia muita participação, os alunos que ficaram na universidade, os mais velhos eram os mais acomodados, que tinham muito medo, e eles decidiram investir nos novos que estavam chegando. Certo, e sabendo que eu tinha uma experiência, mínima, uma bobagem com cultura, então. E aí, eu comecei, eu não me lembro como eu comecei a participar de reuniões, aí veio o movimento; reuniões para fazermos alguma coisa em termos de cultura. Aí um grupo teve a iniciativa - isso é muito importante, muito importante - porque quando eu penso em situações que a gente vive que não tem nada, uma mínima iniciativa que alguém toma pode desencadear um processo com uma dimensão muito grande. Algumas pessoas Frederico Augusto Mendonça, Salete Silva que depois foi presidente do DCE (...), eles eram de arquitetura e mais umas outras pessoas decidiram chamar uma aluna da escola de dança para criar um grupo de expressão corporal. E nessas aulas de expressão corporal a gente começou a trabalhar poesia e fizemos uma 'Mostra de Poesias', poema "Cactos", 'Vamos Todos Brincar de Cactos. Então, esse 'Vamos Todos Brincar de Cactos' foi o desencadeador de todo movimento cultural na universidade (...). Daí surgiu o CUCA, daí começou a comemoração da Semana de Arte Moderna, os 50 anos, em julho de 72, lançamos um jornal chamado Saúva, os grupos de teatro começaram a se constituir [...]" (FARIAS, 12/03/2003)

Para divulgar as atividades culturais, o CUCA e os D.As publicaram o jornal *Saúva*, cuja epigrafe da primeira edição era a frase “pouca saúde e muita saúva, os males do brasil são”, do personagem Macunaima, de Mario de Andrade. Este jornal foi criado como iniciativa para “representar a materialização” das ações estudantis visando a reorganização do DCE. Na primeira edição de junho de 1972, o jornal apresentava a proposta do grupo. Como podemos ler no texto que se segue:

“[...] estamos aí gente. no fim do semestre, com muitas dificuldades, mas com uma perspectiva nova de trabalho, dentro da universidade – problemas – e muitos. assembleias são realizadas para discuti-los. jubilamento. assistência deficiente. colegas de psicologia lutam para concluir o curso. nossa atividade inicial gira em torno da procura de soluções para este estado de coisas. uma entrevista com o reitor está marcada. um ambiente propício para quem faz e gosta de arte, propomos a “semana do estopim”. O Diretório Central dos Estudantes está sendo reestruturado. esse jornal, organizado em conjunto pelo CUCA e DAs, representa a materialização de todo esse trabalho. nesse primeiro número, tentamos uma visão geral dos problemas que atravessamos, utilizando textos e depoimentos de artistas e intelectuais. queremos sair do escondido e dizer que existimos com um jornal, uma peça, uma música, um poema” (SAÚVA, junho de 1972, p. 15).

O jornal era escrito numa linguagem para jovens, trazia notas e charges bem-humoradas abordando problemas estudantis. *Saúva* destacava o processo de reativação dos D.As, pois dos 40 cursos que funcionavam na UFBA, apenas 26 tinham diretórios estruturados. Para as lideranças estudantis, o engajamento dos estudantes nas atividades culturais e estudantis seria uma demonstração de que eles queriam vencer o “medo” presente no ambiente universitário e desmistificar a associação de que toda atividade feita na universidade fosse tratada como “subversão”.

Entre as atividades estudantis realizadas, estavam reuniões entre os representantes dos diretórios e assembleias para resolver problemas específicos como o maior número de “excedente interno”, surgido com a reforma universitária ao instituir o “Ciclo Básico”, que consistia em matérias básicas que o alunado deveria cursar durante o primeiro ano na universidade. No final do ano, realizava o exame interno, chamado “Seleção Específica”, para seguir os estudos no curso profissional escolhido. Caso não obtivessem aprovação ficavam na situação de “repetentes” e poderiam optar por um outro curso, compatível com a nota de classificação, e onde existia maior número de vagas. Isto acabava gerando desproporcionalidade entre os alunos pretendentes ao curso e o número de vagas disponíveis. Em setembro de 1972, havia 432 alunos na situação de excedente interno; 395 candidatos pretendentes ao curso de Medicina, e apenas 180 vagas; 262 candidatos a Engenharia Civil para apenas 200 vagas, e Psicologia com 105 candidatos para 70 vagas (A TARDE, 20/09/2002; SAÚVA, 06/1972). Segundo depoentes, essa situação gerava uma situação de tensão entre os estudantes, pois tinham entrado na universidade e não havia certeza se conseguiriam concluir os estudos no curso pretendido (BANDEIRA, 17/09/2002; FARIAS, 12/03/2003; SILVA, 16/11/2002).

O primeiro passo no ano de 1972 para solucionar o problema foi organizá-los em Conselho de Representação de Classe dos Calouros nas três áreas distintas: I (Ciências Exatas), II (Ciências Biológicas) e III (Ciências Humanas). A idéia de criar os conselhos surgiu numa proposta negociada, no ano de 1972, entre a AP e o PC do B, cuja coordenação dos três conselhos ficou com Celeste Dantas, aluna do curso de Ciências Sociais, da UFBA e militante do PC do B. A partir dessa primeira iniciativa, e com a organização também dos D.As, surgiram reuniões para a reestruturação do DCE, cuja primeira comissão no ano de 1972 seria integrada pelo estudante de Arquitetura, Manoel José Ferreira de Carvalho. Em 1973, ocorreria eleição indireta para o DCE, como nos referimos anteriormente.

De modo que os eventos culturais, assim como tinham ocorrido com as “Semanas Culturais” que já eram realizadas, acabaram aproximando alunos que passaram a militar no movimento estudantil, e não necessariamente entraram no partido para fazer ações políticas clandestinas nem aderiram a uma perspectiva de luta armada. Um desses militantes estudantis foi Célia Bandeira, que começou a participar das atividades culturais no ano de 1972 no D.A e se considerava uma “colaboradora” do partido. A militante estudantil emprestava o carro para ações políticas clandestinas e lia documentos, mas não integrou nenhum comitê organizador, como o C.U. Porém havia uma identidade compartilhada entre os estudantes e militantes que era de contestar o regime por considerá-lo autoritário, cerceador da liberdade de expressão e da livre manifestação cultural e, principalmente, pela repressão política. Como ela nos relatou: [...] o que me unificava com os outros (*estudantes*) da minha geração era isso, uma vontade de resistir, reagir contra o que pudesse ser considerado castrador (BANDEIRA, 17/09/2002).

Uma particularidade em relação ao trabalho do CUCA e dos eventos culturais diz respeito a possível vinculação com o PC do B, a ponto de utilizá-lo como “instrumento” para conquistar inserção social e cultural no segmento universitário e servir como ponte de recrutamento de militantes. Segundo relato de depoentes, as atividades culturais realizadas e incentivadas por militantes do partido não apareciam como tarefas políticas-partidária, mas resultante da efervescência do final dos 60 em que cada manifestação cultural poderia se transformar em evento político. Como nos relatou o ex-militante Carlos Machado, para quem o CUCA foi uma iniciativa de estudantes que se interessavam por arte, literatura e cultura.

“[...] se você for olhar direitinho, eu julgo, ou imagino, eu não fiz estudo para fazer essa afirmação, mas imagino que aquela coisa na Bahia era um fenômeno meio “a parte”, em relação as outras coisas, porque, é claro, você tinha uma combinação de gente que era militante, mas a gente era muito sensível à arte, a literatura. Tudo que interessava de arte, de literatura, naquele momento, ainda era uma espécie de continuação dos anos 60, porque tem os anos 60, em 68, você tem a quebra do AI-5, pá, espalha aquele monte de gente, exilado. Mas, ao mesmo tempo, as pessoas estão aí, as contradições continuam e então essa aproximação... Se você quer perguntar se a gente achava legal, fazer, incentivar uma coisa de arte ou se na verdade a gente queria mascarar política com arte. Não, não era! A gente era artista mesmo!...Eu escrevia textos, umas tantas coisas, negócios malucos” (MACHADO, 16/11/2002).

A citação, em destaque acima, também é interessante para ser analisada porque a geração que entrou na universidade e, simultaneamente, no partido, no início da década de 70, tinha uma vinculação e aproximação com a “cultura tropicalista”, com expoentes como Caetano Veloso e

Gilberto Gil, e também do rock in roll, como Beatles (DANTAS, 17/11/2002). Havia também uma aproximação com as músicas de protesto como Chico Buarque, expoente da cultura nacional-popular. Mas se fizermos uma analogia com o início da fundação do PC do B na Bahia, entre os anos 1965 e 1968, cujos militantes não tinham conquistado uma inserção cultural na universidade, podemos dizer que as atividades desenvolvidas por essa geração de militantes dos anos 70 representaram uma mudança de perfil que vai se concretizar na representação que eles conquistaram no segmento estudantil ao longo dos anos 70. Alguns ativistas do CUCA e também de sua outra vertente o CUCI (Centro Universitário de Cinema) passaram a ser dirigentes estudantis dos D.As (FARIAS, 12/03/2003, SOUSA KRAYCHETE 25/02/2003).

A relação entre o CUCA e o movimento estudantil pode ser explorada com maior profundidade por outros pesquisadores e/ou pesquisas futuras. O objetivo foi trazer alguns aspectos de como surgiu o CUCA e a sua vinculação com militantes do PC do B, até então ignorada nos estudos bibliográficos sobre o movimento estudantil na Bahia, como o de BENEVIDES (1999) que faz menção ao tema.

Também é válido ressaltar que o CUCA seguiu um caminho próprio até o ano de 1976, quando se extinguiu, coincidentemente, no período em que o movimento estudantil demonstrava força, como ocorreu com a decretação da greve estudantil no ano de 1975. Nesse período, também surgiam outras organizações de esquerda como remanescentes da AP, integrados na chapa “Nova Ação”, Liberdade e Luta (Libelu) e “Sangue Novo”, este último grupo formado por militantes do PCB.

As fontes nos levam a concluir que o CUCA permitiu fomentar uma consciência política entre os estudantes, viabilizou a expressão do descontentamento e da contestação e foi um sopro de efervescência cultural num contexto sócio-político de institucionalização da repressão policial e que atingia também a universidade com os alunos com medo de se manifestarem.

Ainda no ano de 73, o Grupo de Teatro Universitário Amador, vinculado ao CUCA e que reuniu, no primeiro momento, 15 pessoas, encenou três peças, uma trilogia com “apologia à resistência, rebeldia e liberdade”. Coordenado por Sérgio Farias, os alunos de direito realizaram a peça **Canudos**, cuja encenação foi interrompida durante o ato ante a ameaça explícita da Polícia Federal invadir a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, à época alojada na Faculdade de Medicina, no Centro Histórico de Salvador; estudantes de história encenaram **Alfaiates**, e o

grupo de psicologia *Tiradentes* (FARIAS, 12/03/2003, MELO, 13/09/2002, JORNAL O CIRCO/1976). Ainda houve um grupo de teatro na Faculdade de Administração⁷⁰.

Um exemplo de como o clima era de apreensão e também de repressão política, Sérgio Farias nos relatou a interrupção da peça “Canudos” durante a encenação sob ameaça da Polícia Federal invadir a faculdade.

“ [...]Começamos a apresentar, entra o diretor (*Batista Neves*) e disse: a polícia federal ligou e disse que está proibida a encenação. Paramos e consultamos a plateia. “O que vocês acham?” Continua, continua! Aquela coisa! Vamos continuar. Ai entra o diretor novamente e diz: a Polícia Federal disse que vai invadir a escola se continuarem. A apresentação está suspensa. A gente estava falando de Canudos, e Canudos implicava uma crítica ao Exército, ao massacre da Vila, e tudo mais. E era uma coisa realmente proibida: não podia tocar no assunto Guerra de Canudos. Em 1973, e a gente investiu nisso, insistimos. E ai a gente acabou suspendendo a apresentação, realmente para não criar uma invasão da universidade. E o diretor era daqueles que tentava dialogar” (FARIAS, 12/03/2004).

2.7: COMPOSIÇÃO SOCIAL DA MILITÂNCIA

Seguindo metodologia usada por Marcelo Ridenti (1993) que utilizou os arquivos do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) para identificar os grupos sociais que atuaram nas esquerdas armadas no país, contabilizamos dados referentes à composição dos militantes do PC do B que foram indiciados na Auditoria Militar e/ou responderam aos inquéritos policiais. A pesquisadora Sandra Regina Silva (2003) também usou as fontes do BNM para compor o perfil do militante dos grupos de esquerda armada na Bahia.

Nesta dissertação, usamos os dados obtidos preferencialmente nos processos militares catalogados no fundo BNM⁷¹ e informação do Inquérito Policial (IPL 20/69) que registrou sete

⁷⁰ As atividades culturais eram realizadas pelos estudantes sem, necessariamente, ter vínculo orgânico com o PC do B. Alguns deles poderiam ser militantes ou da área de influência do PCB. Participaram pessoas como Márcio Meireles, Aninha Franco, Luiz Marfuz e Rogério Menezes. Cf. FARIAS, 12/03/2003.

⁷¹ Nos referimos especificamente aos BNM 363/70; BNM 268/70; BNM 71/69, BNM 367/71, BNM 376/72, BNM 199/73, BNM 213/73.

militantes vinculados ao partido. A fim de esclarecer como procedemos para identificar o número de militantes do PC do B, seguimos as seguintes recomendações.

- a) Realizamos cruzamento de dados contidos nos processos judiciais (BNM) e IPL com os depoimentos orais. Em apenas um processo, BNM 71/69, referente ao envolvimento da militância no movimento estudantil, não apareceu a vinculação partidária, de modo que identificamos o militante por meio dos depoimentos orais. Os dados foram cotejados para que não ocorresse superposição de nomes.
- b) O nome do militante identificado tão-somente por meio do depoimento oral não foi incluído nas tabelas gráficas, e apenas citado textualmente como referência para novos estudos.
- c) Utilizamos as categorias de sexo, ocupação, faixa etária, área de atuação e naturalidade. Em relação à faixa etária, fizemos a opção de separá-las de dois em dois anos, a partir da menor idade verificada. Procuramos identificar a área de atuação, se o militante atuou no interior ou na capital. Pois, embora a pesquisa se detivesse a Salvador, consideramos válido observar a representatividade do partido no interior, uma vez que houve deslocamento de dirigentes para estas áreas. Nos casos em que não obtivemos dados completos para as categorias analisadas, incluímos como “não-identificado”.
- d) Decidimos excluir da tabela nomes de militantes que só foram identificados pelo “codinome”, e sem menção à função que ocupava na estrutura.
- e) Apesar de aparecer nos depoimentos referência aos simpatizantes e que deram apoio significativo, decidimos excluí-los pois faltavam dados acerca de ocupação, faixa etária, entre outras.

Para identificar quem seria integrante do partido, usamos a classificação do estatuto do PC do B para quem militante seria todo aquele membro que aceitava o Programa e o Estatuto do Partido, concordava com as decisões, pagava as contribuições estabelecidas e militava em organismo de base (POLÍTICA E REVOLUCIONARIZAÇÃO DO PARTIDO, 1977, P 128).

Além de procurar traçar um perfil da militância, procuramos identificar pessoas que estavam nas estruturas organizativas como C.U e C.R, na medida em que foi relatado pelos depoentes orais. Como evidenciamos ao longo da dissertação, nem sempre foi possível obter essas informações e número exato, mas identificamos nomes que podem ser úteis em pesquisas futuras.

Com os dados catalogados, verificamos que, entre os anos de 1968 e 1973, foram indiciados 75 militantes do PC do B na Bahia. Destes, 44 atuavam na capital do estado e 31 nas cidades do interior. De acordo com estes dados estatísticos, podemos dizer que a composição social da militância do PC do B foi, predominantemente, do sexo masculino (80%), com faixa etária entre 16 e 27 anos (70%) e com atuação na capital nos segmentos universitário e secundarista (57%). (Cf. Anexos – Tabelas I, II, IV e V).

Uma particularidade nos dados estatísticos seria a presença majoritária de militantes nascidos no interior, com 52 nascidos no interior contra 13 em Salvador. Como explicitamos no capítulo I, parte considerável dos militantes estudantis no ano de 1968 nasceu no interior, 13 de um total de 18 processados. As cidades mais citadas como local de nascimento foram Alagoinhas (7), Ilhéus (3), Itabuna (3), Itapicuru (4), Jequié, Buarerema, Jeromoabo, Paramirim, Serrinha, Barra do Mendes, Abaré, Senhor do Bonfim. A origem “rural” dos militantes pode ter contribuído para maior identificação com a linha política que defendia trabalho integrado ao campo.

TABELA POR NATURALIDADE				
LOCAL/REGIÃO	MASCULINO		FEMININO	
	QTD	%	QTD	%
SALVADOR	10	16,67	3	20,00
INTERIOR	42	70,00	10	66,67
OUTROS	8	13,33	2	13,33
TOTAL	60	100	15	100

Fonte BNM

Em relação aos dados estatísticos podemos compará-los com os dados nacionais catalogados por Marcelo Ridenti (1993) com base na atuação de ativistas do PC do B nos estados

de São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Segundo o autor, 259 militantes do partido foram processados, do total de 3.698 pessoas indiciadas em todo o país.

Os estudantes representavam 56 ativistas, seguido por 51 “profissionais liberais” ou com formação superior, 31 com função de “empregados”; 25 “professores”, 22 “autônomos”, 17 “funcionários públicos”, 13 “técnicos médios”, 11 “trabalhadores manuais urbanos”, 2 “lavradores”, 1 “militar de baixa patente”, 1 “religioso”, 1 “artista”, em 26 casos não consta ocupação (RIDENTI, 1993, p 69). O autor classificou a maioria dos membros do partido (134 dentre os 233), como pertencentes às “camadas médias intelectualizadas”⁷². A maioria dos militantes (103) tinha até 25 anos, 99 ativistas entre 26 a 35 anos, e 59 com 36 anos ou mais.

Analisando estes dados, podemos verificar a relevância do setor estudantil para os grupos de esquerda que decidiram pegar em armas nos anos sessenta e setenta. 24,5% (906) do total de 3.698 processados tinham ocupação registrada como estudantes. Nos grupos de guerrilha urbana, este número crescia para 30,7% dos 1.897 processados. Segundo Ridenti, a participação estudantil é significativa do contexto de mobilização social nos anos posteriores ao golpe militar, quando jovens estudantes se engajaram no movimento estudantil e passaram a integrar grupos armados e organizações comunistas. Antes de 64, esta participação era inexpressiva.

Percebemos que a Bahia, proporcionalmente, foi o estado em que, possivelmente, o PC do B teve maior número de estudantes, 42, isto quando comparamos com os 56 processados em todo o país. Contudo gostaríamos de esclarecer que, nessa contagem, incluímos os militantes do PC do B que participaram do movimento estudantil no ano de 1968, que responderam ao processo militar BNM 71/69. Neste processo específico não apareceu a vinculação partidária. Com base nesta documentação judicial conseguimos contabilizar 18 pessoas, destes 15 homens e 3 mulheres (BNM 71/69 e IPL 20/69).

⁷² Incluídos na categoria: estudantes, professores, profissionais liberais, artistas, religiosos, oficiais militares, empresários.

TABELA POR OCUPAÇÃO				
OCUPAÇÃO	MASCULINO		FEMININO	
	QTD	%	QTD	%
UNIVERSITARIO	16	26,67	5	33,33
SECUNDARISTA	18	30,00	3	20,00
OUTROS	26	43,33	7	46,67
TOTAL	60	100	15	100

Fonte BNM

Ridenti (1993) argumentou que, possivelmente, os estudantes processados tivessem ocupação profissional. Do grupo de militantes do PC do B que atuou no movimento estudantil no ano de 1968, identificamos três deles que declararam a vinculação profissional, de modo que não foram incluídos na categoria “estudantes”, mas como “outros” (trabalhadores).

Em relação a outras ocupações profissionais, a categoria outros (26) registrou a presença de funcionário público (3), geólogo (1), professor (2), sociólogo (2), advogado (3), comerciante (4), trabalhadores rurais (2), engenheiro (1), sapateiro (2), enumerador/pesquisador de campo (3), agricultor (1), vendedor (1), doméstico (1). A maioria destes compunha a base do partido em cidades do interior, como falaremos no capítulo III. Verificou-se a presença de ex-militantes estudantis como Ruy Medeiros, Glória Gomes e Gumercindo Sá Martins, mas que atuavam como profissionais liberais.

Em relação à faixa etária, a predominância foi de jovens entre 16 e 27 anos (72%). Destes, nove tinham até 18 anos no momento em que foram presos e compunham basicamente a célula secundarista. Destes, seis com idade entre 16 e 17 anos, portanto com menoridade judicial. Basicamente, os militantes com 19 e 24 anos (57%) exerceram militância estudantil. Na faixa etária, acima de 40 anos, verificam-se militantes que atuaram no interior do estado, com ocupação de sapateiro (2), comerciante (2), vendedor, agricultor.

TABELA POR FAIXA ETÁRIA				
	MASCULINO		FEMININO	
	QTD	%	QTD	%
16-18	9	15,00	2	13,33
19-21	12	20,00	5	33,33
22-24	8	13,33	1	6,67
25-27	13	21,67	0	0,00
28-30	4	6,67	0	0,00
31-33	2	3,33	0	0,00
37-38	0	0,00	1	6,67
Acima de 40	6	10,00		0,00
Não identificada	6	10,00	6	40,00
	60	100,00	15	100,00

Fonte BNM

Nos dados computados, o número de mulheres foi pequeno em relação aos do sexo masculino. Este dado ficou mais evidenciado no segmento estudantil secundarista que registrou apenas 4 mulheres dos 21 processados. Via de regra, as organizações de esquerda seriam compostas basicamente por homens, 84% do total em todo o país. Porém autores já demonstraram que a presença feminina, embora estatisticamente pequena, refletiu uma tendência a “liberação feminina” e o desejo de participar das lutas políticas, embora não tivesse um caráter estritamente “feminista” (RIDENTI, 1993, CUNHA, 2002). Na Bahia, houve nos grupos armados presença significativa de mulheres à frente das decisões políticas, como Lucia Maria Murat, no MR-8; e Jurema Valença, na VAR-Palmares (SILVA, 2003). Em relação ao PC do B, registramos a presença de mulheres importante na condução política como Sara Silva, as irmãs Luzia e Noélia Reis Ribeiro, a última exerceu a secretária política do C.U entre 1970 e 1971; Emília Teixeira, Dinaelza Coqueiro, Lícia Galvão e Celeste Dantas, entre outras mulheres.

Para efeito comparativo, os grupos de esquerda armada na cidade de Salvador, durante o período de 1969 a 1971, teve o contingente de 105 militantes (inclusos indiciados e militantes identificados pelo “codinome”): VAR-Palmares, 9; MR-8, 56; e PCBR, 40 ativistas. Estes eram predominantemente oriundos do setor estudantil: VAR-Palmares (22%); PCBR (60%) e MR-8 (51,7%), segundo dados computados por Sandra Regina Barbosa da Silva (2003, p. 125-136).

Em relação ao PC do B, as fontes coletadas não sinalizaram a presença de operários na base partidária. Embora, pudessem ter havido, eventualmente, trabalhadores amigos ou simpatizantes que forneciam ajuda ao partido e aos militantes em momentos de ameaça de prisão. Como

exemplo, temos depoimento de um ex-militante que ficou hospedado clandestinamente na casa de um casal de operários (MACHADO, 16/11/2002). O militante Raimundo da Luz fez referência a um operário que cedia a residência para alojar “mimeógrafo” utilizado como “gráfica do partido”⁷³.

Com base na interpretação das fontes, podemos aludir que, no período entre 1965-1968, houve uma geração de militantes com presença significativa no movimento estudantil universitário e marcado pela radicalização das manifestações de rua de 1968 e os acontecimentos na Faculdade de Direito da UFBA. Depoimentos revelam que, nesse período, o partido teve 50 membros, segundo avaliação já citada por Amalio Couto (26/05/2000). Deste, como registramos, 18 responderam a inquérito policial.

No período de 1969-1973, o partido conquistou militantes no setor secundarista e manteve um núcleo de estudantes atuando na universidade. Baseado nos dados dos processos, a base secundarista tinha 21 membros, 18 atuavam em Salvador. Além destes, havia Paulo Carvalho e Maria Alba Melo não-indiciados. Outros secundaristas estavam vinculados a base do interior, como nos referimos a Hildebrando Dias e Celeste Dantas, que iniciou a militância em Alagoinhas e depois foi incorporada ao C.U em Salvador. Em Alagoinhas, Hildebrando Dias calculou em torno de 15 pessoas o número de militantes estudantis envolvidos em reuniões do grupo, a maioria formada por amigos. Foram indiciados sete militantes com atuação na cidade.

Na coleta de dados para a dissertação, registramos mais 21 militantes atuando em Salvador e que não foram indiciados judicialmente. Entre eles, por exemplo, Arnóbio Viana, Dinaelza Santana Coqueiro, Vandik Reidner Coqueiro, Noélia Reis, Luzia Ribeiro, Maria Lúcia Teixeira, Gileno Amado, José Caldas Almeida, Abel Gottardo da Silva, Sônia Orrico e Dorival Pereira (irmão de Demerval Pereira), entre outros. Depoentes nos relataram que a organização teve um núcleo de 40 militantes universitários no período entre 1971 e 1973 (VIANA, 24/11/2003).

Entre os anos de 72 e 73, os militantes conquistaram uma inserção no movimento de estudantil por meio da reestruturação dos D.As e DCE e por estarem engajados em movimentos culturais. Embora não possamos dispor de dados socioeconômicos relativos ao perfil do militante deste período, podemos considerá-lo pertencente a “camadas médias” de Salvador, como se depreende dos relatos dos depoentes que entraram no período posterior a 1969.

⁷³Esse operário mora atualmente em Salvador. Confirmei a informação, porém ele preferiu não dar depoimento. Em 72, procurado pela polícia, ele entrou na clandestinidade, segundo informações de ex-militantes.

A fim de exemplificar o militante padrão do PC do B que atuava em Salvador no período de 1971 a 1973, podemos observar depoimento dos ex-militantes Carlos Machado e Maria José Silva. Machado nos contou que os militantes que ele conheceu - no microcosmo da universidade - o perfil social reconhecido por ele era “de filhos bem nascidos”. Possivelmente oriundos de “estratos sociais médios”, classificado por Dércio Saes (1985), como “trabalhadores não-manuais, assalariados dos serviços urbanos, profissionais liberais e trabalhadores da administração pública e privada”.

No período pós-1970, possivelmente, como declararam os depoentes, eles seriam os únicos a terem uma origem social vinculada à classe operária. A mãe de Machado, Virgilina Pereira Machado, era operária de fábrica de charutos em Muntiba; O pai de Maria José Silva, Amintas Pereira da Silva, foi trabalhador do porto, ex-líder sindical, ex- militante do PCB e se aposentou no pós-1964 (MACHADO, 16/11/2002; SILVA, 16/11/2002).

Concluindo este capítulo podemos dizer que a ação política da militância do PC do B esteve diretamente ligada à reorganização das entidades políticas estudantis, com uma perspectiva de construir inserção no movimento estudantil e intermediar propostas estudantis. Paralelo a isso, havia uma identificação com proposta política-ideológico visando à luta armada, a qual detalharemos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DA LUTA ARMADA:

**CONCEPÇÕES POLÍTICAS e DESLOCAMENTO DE MILITANTES para
o ARAGUAIA e INTERIOR da BAHIA**

O PC DO B E O CAMINHO DA LUTA ARMADA

Desde a fundação do PC do B em 1962 até o início da Guerrilha do Araguaia em 1972, o partido traçou um percurso cheio de meandros na definição do caminho para desencadear a luta armada no Brasil. A produção historiográfica existente – e ainda pequena - sobre a trajetória da organização nos anos sessenta e setenta consolidou uma interpretação de que as formulações político-ideológicas refletiam um “dualismo tático estratégico”: ora se definia pela tática da política de luta de massas, ora o enfrentamento armado contra a ditadura militar (GALDINO, 1994; GORENDER, 1994; SALES, 2000).

Esta visão também está presente na análise do ex-dirigente Wladimir Pomar no livro, **Araguaia: o partido e a guerrilha** (1980), referência bibliográfica nos estudos existentes acerca da trajetória partidária por conter documentos nos quais ficaram evidenciadas divergências entre os membros C.C na linha político-partidária que norteou a guerrilha. Para Pomar, o planejamento da insurreição armada refletiu uma série de divisões e diferentes posicionamentos dos membros dirigentes em torno da organização da luta armada, a saber: se esta seria uma tarefa de “especialistas” ou de todo o partido; dar-se-ia prioridade as condições físicas “terreno” (mata) ou as massas; se o enfrentamento armado derivaria de um trabalho político de organização e construção do partido ou apenas restrito ao âmbito militar (POMAR, 1980, p. 17). As

divergências ficaram restritas ao corpo dirigente em obediência à disciplina partidária e pela guerrilha ter se desenvolvido “silenciosamente”, às margens de uma ampla discussão partidária⁷⁴.

Para o ex-dirigente, planejada sob a forma de uma guerra popular prolongada, seguindo o modelo maoista, a guerrilha teria reproduzido o foquismo, inspirada nas concepções formuladas por Régis Debray. Estudos existentes sobre as organizações de esquerda armadas que atuaram nos anos sessenta e setenta também apresentam uma visão dominante de que o movimento guerrilheiro resultou numa experiência foquista (REIS FILHO, 1990, RIDENTI, 1993, GALDINO, 1994, GORENDER, 1994, SALES, 2000).

Principal feito em termos de preparação militar, a guerrilha do Araguaia, movimento guerrilheiro no sul do Pará ocorrido entre 1972 e 1974, teve importância singular para o partido ao longo dos anos sessenta e setenta. Para lá, foram deslocados, paulatinamente, desde 1967, 69 militantes, entre eles quadros históricos como o dirigente Maurício Grabois, deputado constituinte em 1946 e membro da Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB na década de 40 durante a ditadura de Getúlio Vargas. Aniquilada no ano de 1974, com a morte e desaparecimento de 59 militantes, a guerrilha teve desdobramentos posteriores, pois a reivindicação de militantes para analisar o resultado da sua ação concreta ocasionou cisões e expulsões dos quadros partidários no final dos anos setenta.

O modo pelo qual a luta armada foi planejada pelos dirigentes partidários, gerida e assimilada pela militância nos colocou um problema histórico a ser analisado. Como foi pensada em termos de concepção política e de tática diante de um contexto sócio-político de regime de exceção? De que forma, ao longo do período de sua gestação, a luta armada se apresentou para os militantes baianos que empreenderiam esforços para sua realização? Quais ações políticas, sejam no campo ou nas cidades, foram realizadas para seu desenvolvimento?

Essas são algumas das interrogações para um campo de problematização amplo e variado, porém este trabalho pretende entender como a luta armada foi interpretada e assimilada pela base partidária. Embora o PC do B não tivesse concebido a cidade de Salvador como uma área de luta

⁷⁴Em biografia recente sobre o pai Pedro Pomar, Wladimir Pomar expôs, de maneira pormenorizada, situações em que o dirigente apresentou uma visão crítica sobre orientação tomada por membros do CC, como João Amazonas, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e outros, principalmente em relação ao planejamento da guerrilha por considerar que [...] o aparecimento de grupos armados só seria possível, em consequência, e a partir das lutas de massas [...] (2003; p. 285). As opiniões de Pedro Pomar levaram-no a iniciar um trabalho partidário no Vale do Ribeira (SP) e norte do Paraná, com deslocamento de quadros para essas áreas visando inserção nos movimentos de massa legais e desenvolvimento de atividades culturais e socioeconômicas de resistência a longo prazo (2003; p.290-291).

armada, um número relativamente significativo de militantes foi deslocado para a região onde se desenvolveu a guerrilha. Com exceção do líder Maurício Grabois e Nelson Lima Piauhy Dourado, os demais guerrilheiros Rosalindo Souza, Demerval Pereira, Vandick Reidner Coqueiro, José Lima Piauhy Dourado, Uirassu Batista e Dinaelza Santana e a sobrevivente Luzia Ribeiro Reis foram deslocados a partir do ano de 1971. Antônio Carlos Monteiro Teixeira e Dinalva Oliveira Teixeira se transferiram para a região no ano de 1970. Além deles, também participaria Eduardo Teixeira, detido por tropas do Exército em abril de 72, quando chegava a região levado por Elza Monerat.

A decisão de integrar a guerrilha nos levou a inferir que a defesa da luta armada era um elemento constitutivo da ideologia política e de possível identidade entre as pessoas que aderiram ao partido nos anos sessenta. Mas a luta armada não seria um fim em si mesmo nem tampouco o único meio com o qual os militantes pautaram a ação política. Como observamos, a primeira tarefa a que se propunham os militantes fora realizar movimentos de massa para, no momento posterior, engajar-se na luta armada. De modo que “dualismo estratégico” não seria apenas uma deformação da concepção político-partidária, e sim uma ambivalência vivenciada pelos membros do partido. A luta de massa não estava dissociada do confronto armado.

Podemos argumentar, como afirmou Gorender (1994), que o PC do B restringiu sua atuação às atividades de proselitismo discreto e à propaganda sem estardalhaço nas cidades, o que o fez livrar-se da repressão política e preparar, em segredo, a guerrilha rural (p. 207). Mas isto seria ignorar práticas políticas de resistência que existiram e não estavam circunscritas à luta armada imediata. Não devemos subestimar a capacidade real das ações políticas realizadas, pois o partido reunia um universo restrito de membros, com pequena margem de intervenção social e ações localizadas, mas tampouco podemos desprezar a capacidade dos militantes desejarem se inserir nos movimentos de massa e de buscar alternativas de inserção social, mesmo sendo apenas no segmento estudantil universitário e secundarista como verificamos no capítulo anterior. Estudos sobre a trajetória da militância em centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, por exemplo, podem levar a conclusões mais apuradas sobre a ação política e o poder efetivo de representação política⁷⁵.

⁷⁵ Não podemos tratar de forma homogênea a trajetória partidária. O estado do Ceará tinha base de militantes no setor bancário, desmantelada no ano de 1973. Além disso, os militantes cearenses estiveram à frente do movimento estudantil. No Rio de Janeiro, militantes se organizaram na União da Juventude Patriótica. São exemplos de possíveis formas de organizar a militância e de construção de ações de mediação.

Com uma perspectiva de fomentar novas reflexões, procuramos demonstrar, ao longo deste capítulo, as justificativas ideológicas que nortearam a definição pelo caminho armado. A análise não se restringiu apenas numa discussão analítica dos documentos partidários. Observamos o deslocamento de militantes baianos para área de preparação militar e a migração interna para o interior do estado. Este processo sofreu as vicissitudes de um tempo histórico no contexto de radicalização política dos anos sessenta e de resistência à ditadura militar, categoria com a qual nos alinhamos para explicar as motivações sociais que levaram algumas organizações de esquerda à luta armada⁷⁶.

A fim de compreender como foi possível ser construída a trajetória ambivalente a favor de luta de massas e a armada, analisamos os documentos partidários e os depoimentos orais. Os documentos possuem um encadeamento cronológico e explicitam a orientação política, evidenciando os pressupostos que serviram como balizas para interpretar o contexto sócio-político e a concepção do trabalho partidário. Além de serem os principais materiais para a formação política da militância, de onde extraíam elementos para construir sua ação prática e a cultura partidária.

3.2: FORMULAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS EM DEFESA DA LUTA ARMADA

Lançado em 1962, o **Manifesto-Programa** foi o documento fundador do partido, onde traçou a tática e a estratégia política de sua atuação em defesa da revolução brasileira. No documento, o PC do B se definia favorável a um governo revolucionário contra as forças do imperialismo e do latifúndio e a favor de um regime de “liberdade, cultura e bem-estar social”. O caráter do novo regime seria antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista”, definindo, assim, o conteúdo da revolução dentro do marco nacional-democrático tributária das análises da III Internacional. As tarefas a serem implementadas pelo governo revolucionário seriam acabar

⁷⁶ Marcelo Ridenti (1993) se refere a esta categoria para discutir a ação política das organizações de guerrilha urbana contra o regime militar.

com a espoliação praticada pelas empresas e os capitais norte-americanos; realização de uma reforma agrária radical; defesa da indústria nacional; combate a carestia de vida (REIS FILHO&SÁ, 1985, p. 30-32, SALES, 2000, p.130-132). Na avaliação do partido:

"[...] impõe-se a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário. (MANIFESTO-PROGRAMA, fevereiro de 1962, In: REIS FILHO&SÁ, 1985, p.31).

A revolução nacional e democrática era uma concepção defendida originariamente pelo PCB, de quem o PC do B utilizaria todos os argumentos para se diferenciar, fracassando-se no seu intento, devido à inexpressiva base partidária que tinha e pelas similitudes de orientação ideológica entre os dois partidos. Somente após a derrubada do governo João Goulart em 1964, militantes provenientes do PCB, como membros do Comitê Marítimo, liderados por Luís Guilhardini, e ativistas das extintas Ligas Camponesas, aproximaram-se da organização. Assim como, nos anos seguintes, houve uma adesão de segmentos estudantis mais radicalizados às propostas políticas-partidária do PC do B. Em 1968, membros do PCB, como Jover Telles, também aderiram ao partido, após este tentar fracionar a nova organização recém-criada (GORENDER, 1994).

Para Sales (2000), neste primeiro documento a prerrogativa do uso da violência revolucionária não aparecia com toda clareza e evidência necessária, o que demonstraria uma certa hesitação do partido na definição do caminho a seguir para a insurreição armada. O uso da violência revolucionária, na avaliação do autor, só passaria a se tornar a "única saída" na medida em que a conjuntura política ficasse mais tensa, seja pela possibilidade de um golpe militar, seja em relação à disputa com outros agrupamentos de esquerda que adotavam a luta armada (p.134).

De fato, o PC do B argumentaria que, diante das circunstâncias de uso do poder estatal contra os movimentos sociais, as classes dominantes tornavam "inviável" o caminho pacífico, contudo as massas populares deveriam estar aptas a recorrer a "todas as formas de luta" que se fizessem necessárias para conseguir o seu intento, incluindo as ações por conquistas parciais, a participação nas campanhas eleitorais e nos movimentos democráticos e patrióticos, cujo objetivo

seria a conquista de um novo poder político (MANIFESTO-PROGRAMA, fevereiro de 1962, In: REIS FILHO&SÁ, 1985, p. 33).

No Manifesto-Programa, a União Soviética aparecia como pólo de referência na marcha ao comunismo, assim como a China. Porém, no ano seguinte, em 1963, na carta pública, **Resposta a Krushev**, o partido denunciava o “caráter anti-socialista dos novos dirigentes soviéticos” e rompia publicamente com a “pátria do socialismo”. No campo de definição ideológica, a China passou a ser a referência para o partido que, antes, também tinha buscado o apoio de Cuba para construir seu campo de interlocução internacional. Os vínculos com os dirigentes chineses foram formalizados no ano de 1963, herdando da influência chinesa a defesa da “frente única”, o “bloco das quatro classes” e a estratégia da guerra popular prolongada⁷⁷ (GALDINO, 1994; SALES, 2000).

O PC do B se colocou durante o governo de João Goulart (1962-1964) no campo da oposição sistemática, em grande medida para se contrapor ao PCB. Como salienta Galdino, havia fortes razões para que o grupo dirigente do PC do B se contrapusesse ao governo Goulart, uma vez que caso admitisse transformações positivas na condução da política governamental, e que as mesmas contribuíssem para fortalecer as correntes democráticas, a organização estaria admitindo, ao menos tacitamente, que a linha política do PCB era correta (1994, p.63). Isto pode ser compreendido quando levamos em consideração que uma das táticas do partido, após a cisão, era contrapor-se à liderança de Luis Carlos Prestes e da direção do PCB, expressão do que qualificava como manifestação local do “revisionismo” (POMAR, 1980).

A crítica sistemática ao governo Goulart, expressa em editoriais de *A Classe Operária*, levou autores a afirmarem que o partido teria em mente a perspectiva tática de derrubada revolucionária do governo, caso houvesse militantes em número suficientemente organizados (REIS FILHO, 1990; GORENDER, p. 50.).

Para demonstrar a predisposição do PC do B em participar de levantes contra o governo Goulart, Gorender se apoiou em depoimento de ex-militante que relatou que o partido obteve conhecimento do levante dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha, ocorrido no dia 12 de

⁷⁷ O método da guerra popular prolongada consistia em acúmulo de força a partir de bases rurais libertadas, cerco das cidades pelo campo, força armada autônoma e adoção de metodologia da guerrilha popular. Cf. REIS FILHO, 1982.

setembro de 1963, deslocando para Brasília militantes de Goiânia⁷⁸. Editorial de *A Classe Operária*, nº 452, de 1º de outubro, declarava que a rebelião não fora manifestação extemporânea, nem caminho errôneo, mas forma de luta justa com falhas de preparação (p.57).

Contrapondo-se a essa análise, Galdino considerou que tal perspectiva podia ser relativizada pois embora existisse nos documentos uma defesa da derrubada do “regime vigente”, este termo seria aplicado ao “regime capitalista”, e não ao governo, e, em momento algum, propunha a derrubada de Goulart como tática imediata (1994, p.64). Para este autor, o partido desenhava uma conjuntura política de “iminência da revolução” entre os anos de 1962 e 1964, com o avanço dos movimentos de massa contra o qual as classes dominantes tramavam um golpe de Estado. A resistência das forças democráticas à tentativa golpista devia ser transformada em ofensiva revolucionária, cujo objetivo estaria na formação de um governo popular revolucionário (id.ibdem, p.67).

Porém, no dia 1º de abril, o golpe militar apoiado por setores da direita como a UDN, oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), instituições civis como Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), consolidou-se indiferente a qualquer reação das forças de esquerda. A repressão que se seguiu nos dias imediatos ao golpe não atingiu diretamente o partido, salvo uma outra prisão eventual de militantes⁷⁹. Para o PC do B, a tarefa imediata deveria ser a autocrítica quanto às posições assumidas durante o governo Goulart, o que não veio a ocorrer, ou pelo menos fazer uma análise de como tal situação pôde acontecer e traçar a tática diante dos militares no poder.

A análise só foi feita no documento, **O golpe de 64 e seus ensinamentos**, divulgado em agosto de 1964. O partido considerava que o golpe militar tinha sido implantado pelos setores “reacionários” da sociedade, como a Escola Superior de Guerra, o clero, os latifundiários e a embaixada dos EUA, contra o clima de “relativa liberdade” que existia e para evitar que transformações revolucionárias ocorressem na sociedade. A tudo isso, o governo teria “assistido passivamente e superestimando as suas forças” (O GOLPE DE 64 E SEUS ENSINAMENTOS In: A LINHA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DO PC do B, 1974, p.45-84).

⁷⁸ Assim como o PC do B, a Polop também teria deslocado militante para Brasília, de acordo com Jacob Gorender (1994). Não há dados precisos de como se deu a participação de ambas as organizações no episódio.

⁷⁹ Wladimir Pomar foi preso em Salvador logo após o golpe e respondeu a processo militar, porém, não tinha nenhuma militância política ativa na cidade, apenas trabalhava na empresa Ferrovia Leste. Informação informal à autora.

De agora em diante, de acordo com o documento, estaria comprovada a “inviabilidade do caminho pacífico” por meio de reformas sucessivas nos marcos do regime vigente. O inimigo a ser combatido seria o imperialismo norte-americano e a direção do movimento democrático e antiimperialista deveria ficar nas mãos do proletariado, e não nas da burguesia, assim como atribuiu ao campo o papel central na luta armada; por último propagava a viabilidade de uma “ampla frente única democrática e antiimperialista” como instrumento de luta, que admitia até membros da UDN, contra o primeiro dos governos dos militares iniciado por Castelo Branco.

A Frente Única com amplos setores tinha como compromisso a luta pelas liberdades democráticas e a questão nacional. Apesar de defender a “inviabilidade do caminho pacífico” a insurreição armada não aparecia como a tática imediata. Conforme revela o documento:

“[...] seria incorreto pensar que somente a luta armada é trabalho revolucionário. Essa luta é, sem dúvida a mais alta de atividade revolucionária. Mas, não é possível prescindir, ao lado dos esforços ininterruptos para fortalecer a vanguarda, da ação política de massas. A oposição à ditadura e o combate aos ultra-direitistas, importante aspecto da luta democrática, contribuem enormemente para acumular forças [...]” (ibidem, p.82)

Para Sales, o documento evidenciava uma contradição que acompanharia a organização por toda a década de sessenta: “o partido teria dificuldade de definir a tática política-partidária, ora enfatizaria a ação política ligada às massas, ora se inclinaria para o enfrentamento armado contra a ditadura” (2000, p. 159).

O fato é que o partido defendia todas as formas de luta, as legais e ilegais, para desencadear o processo revolucionário que seria lento, e não uma insurreição armada imediata. Talvez não pudesse ser diferente se levar em consideração que, no primeiro ano do governo de Castelo Branco, houve um processo de desmantelamento dos segmentos sociais organizados com intervenções em 435 sindicatos, 43 federações estaduais e três confederações nacionais (RIDENTI, 1993, p.114-151). Além de expurgos de sargentos e marinheiros progressistas das Forças Armadas, cassações dos direitos políticos de lideranças sindicais e de parlamentares. Era preciso, portanto, voltar a organizar o movimento de massa e incentivar formas de lutas entre os trabalhadores, estudantes e camponeses. Além do mais, o PC do B era um agrupamento pequeno e precisava aglutinar em torno de si o maior número de adeptos.

A ênfase dada às lutas de massa ficou evidente na VI Conferência Nacional (a numeração obedece à reivindicação da organização pelas datas e o passado histórico do partido comunista criado em 1922), realizada em junho de 1966. Embora no documento, **União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista**, o partido defendesse a guerra popular prolongada, como um intenso trabalho político e de organização entre as massas que “[...] implica a necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo [...]”, a luta armada não era o eixo principal da proposta política-partidária (In: **A LINHA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DO PC do B**, 1974, p.137).

As tarefas a que se propunha o PC do B foram concentrar esforços para retornar à normalidade democrática usurpada pelo regime militar e o governo Castelo Branco; trabalhar pela “União dos Patriotas” pela independência, o progresso e a liberdade; lutar contra a penetração imperialista ianque no Brasil, a exemplo do corpo técnico da agência USAID, defender o fim das cassações políticas e propugnar eleições diretas e livre organização partidária; organizar e desenvolver a luta pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores das cidades e do campo; apoiar as reivindicações estudantis e a autonomia das suas organizações tradicionais. E, como última tarefa, cabia ao militante “[...] difundir a idéia da revolução. Fazer propaganda armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular” (**UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA, JUNHO de 1966**, In: **A LINHA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DO PC do B**, 1974, p.138).

Porém uma parte dos militantes do PC do B não concordou com as diretrizes da VI Conferência e pressões internas para desencadear o processo revolucionário via luta armada imediata sacudiram o partido. Nos anos de 1966 e 1967, surgiram desse embate duas cisões o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha (PC do B -AV). Ambas as organizações acusavam o PC do B de inação em relação ao desencadeamento de ações armadas, restringindo-se a uma retórica favorável à luta armada.

O PCR reuniu antigos militantes das Ligas Camponesas e ativistas do movimento estudantil, tendo uma ação entre os trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, onde realizou operações de sabotagem em canaviais. A nova agremiação assumiu a concepção chinesa de guerra popular e do “cerco da cidade pelo campo”, considerando a região Nordeste como

prioritária para o desencadeamento da luta armada. A organização adotou a revolução em duas etapas, mas divergia do PC do B por atribuir um papel secundário a burguesia nacional, o que o levaria a ter aproximação com as organizações de esquerda armada imediata (GALDINO, 1994, p. 159).

A ALA-Vermelha tinha alguns militantes com treinamento na China⁸⁰ e se estruturava nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais. A posição do novo grupo ficou explícita no documento **Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”**, de dezembro de 1967, no qual expôs as divergências com o PC do B por não desencadear a luta armada imediata, a concepção política da organização e defendeu a “derrubada da ditadura militar neocolonialista e a sua substituição por um governo popular revolucionário”. Na defesa da forma de luta, a ALA-Vermelha fez uma conciliação da guerra popular prolongada com o foco revolucionário, assim concebida:

“[...] a eclosão da luta necessita da existência de uma força armada regular no campo, clandestina, que possa iniciar o choque aberto com o inimigo. Para garantir a sobrevivência desse contingente e permitir a continuidade de sua ação, é necessário contar com amplo apoio das massas locais e do país. Esse método de eclosão da luta armada se constitui no foco revolucionário” (In: REIS FILHO&SÁ, 1985, p.128-129).

Para Gorender, não havia divergências conceituais entre a Ala-Vermelha e o PC do B, apenas diferenças em torno de cronograma. O PC do B já estaria programando a guerrilha do Araguaia. Em 1967, assentava-se na região do Araguaia o militante Osvaldo Orlando da Costa para trabalhar no garimpo de Itamirim situado entre Brejo Grande e Palestina do Araguaia. No mesmo ano seguiriam os dirigentes Elza Monerat, Maurício Grabois e Líbero Giancarlo Castiglia (GORENDER, 1994, p. 108; CAMPOS FILHO, 1997, p. 82).

Ao longo dos anos 60 e 70, nos documentos partidários foi recorrente a crítica as concepções inspiradas no “foco” e na Revolução Cubana, afirmando que o “[...] partido não pode se resumir a um simples destacamento armado (POMAR, 1980, p.19). Porém, a relação com Cuba no período imediato a 1962 tinha sido harmoniosa com referências aos acontecimentos

⁸⁰ A informação alusiva ao treinamento na China pode se encontrada nos livros de REIS FILHO&SÁ (1985) e Jacob Gorender (1994).

ocorridos na ilha através de artigos publicados em *A Classe Operária*, publicação de textos como **A História me Absolverá e De Moncada à ONU**, de Fidel Castro, e **Guerra de Guerrilhas**, de Che Guevara (CARVALHO&ALMEIDA, 1985, P.19; POMAR, 2003, p. 254; SALES, 2000, p.94).

Em março de 1966, por meio do documento **O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (carta aberta a Fidel Castro)**, o partido rompia relações com Cuba, passou a criticá-lo por propor aos PCs na América Latina o caminho do foco, inclusive estimulando, materialmente, as organizações armadas que adotavam o modelo cubano. Além disso, os dirigentes do PC do B reagiam criticamente à possibilidade defendida pelos dirigentes cubanos de que não seria preciso, de antemão, o partido revolucionário para desencadear a luta armada, e este se formaria com os que pegassem em armas.

A crítica pode ser entendida na tentativa de evitar que a estrutura partidária fosse seduzida pelas organizações de esquerda que surgiram e adotavam novos parâmetros de organização partidária e ações armadas imediatas. Embora o PC do B fosse hermeticamente fechado em relação às organizações de esquerda existentes, pois se julgava o único “partido do operariado”, não poderia ignorá-las, e dialeticamente tinha que desenvolver um diálogo mesmo que fosse tenso e com uma crítica sistemática, uma vez que disputavam espaço e segmento político seja para atrair novos membros como para não perder os que estavam na estrutura partidária. Os militantes poderiam ser atraídos pela proposta das novas organizações, ainda mais no contexto de radicalização de ações armadas acentuadas após o AI-5.

Em alguns artigos publicados na *A Classe Operária* estiveram presentes referências às ações das organizações armadas. Houve momentos de solidariedade como a reação ao seqüestro do embaixador dos EUA, Charles Elbrick, pois o ato, na avaliação do partido, demonstrava fragilidade da ditadura e serviu para libertar presos políticos. No mesmo artigo, o PC do B avaliou, contudo, que “[...] o seqüestro de elementos ou o confisco de bens da reação podem, em determinadas condições, e desde que fortaleçam o movimento de massas e a vanguarda do proletariado, servir a causa do povo, mas por si sós não conduzirão à vitória” (A CLASSE OPERÁRIA, nº 34, outubro de 1969).

No que se refere às organizações da esquerda armada baiana houve contatos eventuais entre as mesmas. Em 1968, o estudante secundarista José Lima Piauhy Dourado manteve uma relação de colaboração com os militantes da DI-Ba (posteriormente originaria o MR-8) na Escola

Técnica Federal, ao participar de discussões estudantis e apoiar reivindicações do grupo contra a postura autoritária do diretor da escola, Walter de Oliveira Porto, como nos relatou o ex-dirigente do MR-8, Juca Ferreira (1/11/1999). Naquele ano, a escola viu-se às voltas com atos de rebeldia estudantil após o diretor suspender a matrícula do estudante Denilson Vasconcelos que tinha se posicionado publicamente contra a permanência do sargento da Aeronáutica Cláudio Penaldo na escola (A TARDE, 27/03/1968). Segundo nos contou Ferreira, José Piauhy colaborou discretamente com as reivindicações estudantis e tinha uma postura diferente dos outros estudantes que se revelavam muito mais afoitos para participar do movimento estudantil.

Além desse contato, existiram ligações com o PCBR, em face dos vínculos entre os irmãos Coqueiro - Vandick Reidner e Euzenóbio Wagner -, estudantes da Faculdade de Economia, da UFBA. As relações de amizade e convivência entre estudantes do Instituto Régis Pacheco, em Jequié, levou a aproximação de militantes do PCBR e do PC do B, que promoveram ações conjuntas de pichação e propaganda política na cidade⁸¹. Com as prisões dos membros do PCBR em 1970, os contatos foram interrompidos (BNM 363/70, SILVA, 2003).

Embora houvesse atos de solidariedade entre os militantes, pois julgavam que todas as organizações combatiam o mesmo inimigo - a ditadura militar -, e eventualmente laços de amizade e convivência que pudessem manter, o que predominava era uma certa condenação às ações armadas imediatas como a expropriação de recursos financeiros. A condenação ultrapassava o dogmatismo partidário presente nos documentos, seria algo sentido visceralmente por alguns militantes. Antes de aderir ao PC do B, o atual advogado Hildebrando Dias teve contatos com dissidentes do PCB que formariam a Var-Palmares, como a dirigente Chantal Russi, na cidade de Alagoinhas. À época estudante secundarista, Dias nos relatou o modo como interpretava as ações de expropriação e ação dos grupos armados.

[...] Eu participei de algumas reuniões. Em uma delas nós deveríamos roubar, expropriar um mimeógrafo para imprimir panfletos. Eu não aceitei. Eu achava aquilo uma coisa errada. Eu sempre fui contra o envolvimento de questões políticas com o crime comum. Eu nunca aceitei. Nesse ponto, o PC do B sempre agiu corretamente quando não se envolveu em desapropriação. Ficava apenas nas questões políticas e procurar outros meios de conseguir recursos financeiros. Os textos que nós fazíamos aqui nós reproduzíamos nos mimeógrafos do colégio. [...] (DIAS, 02/12/2000).

⁸¹ A base de militantes do PC do B em Jequié seria formada por Abrão Ciro Rebouças e Manoel Amorim Souza, citados no processo BNM 363/70. O envolvimento de militantes de ambas as organizações na cidade, levou a adesão do dirigente Geraldo Sardinha, do PCBR, à estrutura do PC do B, ocorrida após prisão em 1970.

De algum modo, as críticas presentes nos documentos partidários aos grupos que pregavam a luta armada imediata encontravam ressonância, assim como a proposta de realizar uma guerra popular que seria lenta e prolongada foi um elemento de identificação e persuasão para os militantes que não concordavam com os métodos e as formas de luta das organizações de esquerda urbana, como o MR-8, a Var-Palmares e o PCBR que tiveram atuação no estado.

3.3: APÓS O AI-5: ÊNFASE NOS PREPARATIVOS PARA A LUTA ARMADA

A partir da promulgação do AI-5, o PC do B aceleraria de forma progressiva os preparativos para a guerrilha, como também fora um momento em que as outras forças de esquerda intensificaram as ações armadas nas cidades e os planos para desencadear movimentos guerrilheiros no campo, fase que não se concretizou sendo dizimadas pela repressão policial violenta que se sucedeu no governo de Garrastazu Médici (1969-1973).

É bastante sintomática a publicação do documento **Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil**, em janeiro de 1969. Possivelmente, o documento foi divulgado como uma demonstração para a militância de que o partido estava organizando ações preparatórias de luta armada no campo, a fim de que a organização não visse evadir de suas fileiras militantes que poderiam aderir aos grupos de esquerda armada como tinham ocorrido nas cisões que dariam origem a Ala-Vermelha e o PCR. Jacob Gorender (1994) concluiu que a divulgação do documento significava um rompimento com o “dualismo tático-estratégico” e representava uma definição pela luta armada.

O documento, contudo, se propunha, basicamente, a guiar a atividade do partido na “difícil e complexa fase preparatória e de desencadeamento da luta armada” (A CLASSE OPERÁRIA, ano IV, nº 27, fevereiro de 1969). Definia o campo como cenário principal da luta pois existiria uma população que viveria no abandono, na ignorância e na miséria; ao mesmo tempo defendia que as cidades forneceriam os quadros para integrar as forças armadas populares. Previa árdua e demorada luta e um trabalho político e ideológico entre os seus militantes, pois “[...] para assestar

golpes demolidores, capazes de aniquilar as forças vivas do inimigo, será preciso mobilizar, organizar e armar as grandes massas de milhões de brasileiros, ganhar poderio e experiência” (GUERRA POPULAR: CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL, 1974, p.126).

Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil delimitava o ritual processualístico de como se desenvolveria a luta armada: esta devia ter profundo conteúdo popular, ser lenta e prolongada, processando no interior do país, empregar métodos de guerra de guerrilhas (ações de fustigamento e táticas de avanços e recuos a depender das forças do inimigo), prover-se de recursos materiais do próprio país e forjar um exército popular, numa orientação política, durante muito tempo, de defensiva estratégica (ibidem, p.132).

Além de fornecer quadros para a guerrilha, o partido defendia que os militantes nas cidades participassem do movimento de massas, na perspectiva de radicalizar as lutas e desmascarar a ditadura militar. Os militantes nas cidades deviam dedicar-se à propaganda armada e “[...] cada luta em que se empenham serve para elevar a consciência política das massas, reforçar a sua organização e difundir a idéia da guerra popular [...]” (ibidem; p.156-157).

SALES (2000) avaliou que o documento só seria compreendido na sua totalidade pelos que estavam envolvidos no trabalho clandestino de preparação militar e que tinham conhecimento das “áreas de campo”. Para os demais militantes que atuavam na cidade e que buscavam inserção nos segmentos sociais, o documento não alcançaria o objetivo pretendido.

A leitura do documento e depoimentos de ex-militantes sugerem que o mesmo tinha a finalidade de ser um instrumento de formação ideológica e política a fim de inculcar nos militantes a idealização do campo como terreno propício para a luta armada, como ficaria demonstrado pelo deslocamento de militantes tanto para o Araguaia quanto para as cidades do interior do estado, como ocorreu aqui na Bahia. Também tinha conteúdo didático (para os militantes) sobre como se desenvolveria a luta armada no país. O documento só poderia ser compreendido e alcançaria os propósitos a que se propunham - o planejamento da luta armada - com novas determinações partidárias e a “campanha de revolucionarização” dos quadros, a fim de dotar o militante de um estilo de vida revolucionário, capaz de aderir às áreas de trabalho político armado.

3.4: A POLÍTICA DE REVOLUCIONARIZAÇÃO

Definido o campo como terreno prioritário para a luta armada, o partido empreendeu esforços para se estruturar nas cidades e ampliar o número de militantes para que estivessem à disposição para realizar o trabalho revolucionário seja nas zonas urbanas ou rurais. Mas seria preciso um argumento político convincente para que o militante acreditasse que havia condições suficientemente maduras a fim de desencadear o processo revolucionário via guerra popular prolongada. O PC do B fez uma interpretação da conjuntura político-social e econômica sob o governo Médici de que havia condição favorável à eclosão de ações de luta armada.

Em dezembro de 1969, o Comitê Central, no documento **Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo**, caracterizou o governo Médici como uma “ditadura militar de caráter terrorista”, aliada dos imperialistas norte-americanos que se “predispõem a lhes fornecer armas modernas para reprimir os movimentos populares”. Defendia que o governo Médici esforçava-se por “aparentar estabilidade e força”, mas seria “fraco e instável” sujeito às crises constantes, pois a base política que o sustentava estaria minada por contradições, inclusive entre o conjunto das forças militares comprometidas com o golpe de 1964. Diante de tal situação, o partido avaliava que Médici teria que recorrer a uma repressão mais vasta, atingindo até mesmo os que até então se encontravam no poder em “posição de mando”. Ante a repressão que o governo aplicaria sobre o movimento de massa, a resistência à ditadura tenderia a se ampliar e o povo encontraria formas e meios para lutar contra o regime. “[...] Quanto mais crimes a ditadura cometer, mais se isolará e maior será o desejo das massas de derrubá-las [...]”. (In: POLÍTICA E REVOLUCIONARIZAÇÃO DO PARTIDO, 1977, p.68-73).

A resolução convocava os militantes a desenvolverem lutas abertas e clandestinas, mesmo reconhecendo que as organizações de esquerda sofriam repressão violenta nas cidades, o que praticamente poderia restringir o campo de ação política. Porém o documento convergia para o que o partido realmente almejava: iniciar uma “campanha de revolucionarização” dos seus quadros que consistia em adotar “métodos corretos de direção e de trabalho e assimilar um estilo

revolucionário⁸². Os organismos de base não podiam ficar limitados à discussão e ao estudo das diretrizes do partido, sendo necessário transformá-las em ações concretas.

As estruturas organizativas dos Comitês Regionais e os Comitês Municipais deveriam tomar as medidas que assegurassem o envio de elementos para o campo, estudar as reivindicações das massas camponesas, organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas, práticas políticas que não estavam sendo consideradas como tarefas primordiais. Por estilo revolucionário era preciso ter decisão e audácia para promover a mobilização das massas e a divulgação dos documentos do partido a um maior número de pessoas. Seria preciso adotar um estilo de vida simples e de trabalho duro, entregue às tarefas partidárias (ibidem, p. 81).

Conforme nos relatou o ex-dirigente regional Arnóbio Viana, a “campanha de revolucionarização” se baseava também na necessidade de recrutar militantes com capacidade política e com iniciativa de atrair novos membros. Viana entrou no partido quando a campanha estava em curso, sendo recrutado no ano de 70 pelo secretário regional do PC do B, Carlos Augusto Diógenes Pinheiro. Viana formou um organismo de base no curso de Engenharia Civil, da UFBA, junto com Agnaldo Rabelo, ex-militante da AP que se integrou ao partido antes da crise interna na organização entre os anos de 1971 e 1973.

De acordo com o depoente, havia uma recomendação para não adotar “métodos de atuação política sectária, fechada e de estreiteza política” que afastasse simpatizante e militantes dos organismos de massa, neste caso, os existentes no âmbito da universidade. Os militantes deviam adotar um estilo revolucionário no sentido de evitar “liberalismo do ponto de vista político e da segurança”, que poderia levar “a uma certa ilusão de classe, de que as coisas estavam se abrindo ou coisa semelhante” (VIANA, 24/11/2003). Viana integrou o C.U em 1971 e, no ano seguinte, o C.R.

Os depoimentos dos ex-militantes nos levaram a inferir que a “campanha de revolucionarização” objetivou, no primeiro momento, aumentar o número de militantes existentes no estado, cuja capacidade de liderança de massa fosse acentuada para que pudesse recrutar novos membros. A campanha tendia também a recomendar um estilo de militância concernente a uma organização que aderiria à concepção política de preparar-se para ações de guerrilha no

⁸² Segundo Wladimir Pomar (2003), com a “campanha de revolucionarização” a direção partidária “pensava superar a escassez de quadros e militantes para o dispositivo militar do Araguaia e preparar o partido para o desencadeamento da luta armada” (p.286).

futuro, realizava ações clandestinas e precisava de normas de segurança para salvaguardar a infra-estrutura partidária e a dos membros, como a criação de grupos clandestinos de autodefesa para as manifestações de massa, como foram cogitados entre os secundaristas no ano de 1971, como vimos no capítulo II.

Até a eclosão da guerrilha e mesmo no seu curso, o PC do B pautou sua orientação política pela defesa quase que, intransigente, da idéia de que havia condições favoráveis para iniciar a insurreição armada. Na resolução do C.C de julho de 1970, voltava a prognosticar aos seus militantes que a ditadura militar procurava demonstrar “força e se apresentar como poder inabalável”, porém “isolava-se” ante o descontentamento popular crescente. A situação no Brasil e no mundo se apresentaria favorável às forças da revolução, cabendo aos revolucionários atrever-se a lutar e a persistir na luta para alcançar a vitória (MAIS AUDÁCIA NA LUTA CONTRA A DITADURA, In: POLITICA E REVOLUCIONARIZAÇÃO DO PARTIDO, 1977: p.97).

Diante disso, a resolução exigia dos dirigentes a capacidade de organizar-se no movimento de massa e promover com audácia os novos quadros que evidenciassem espírito de luta. Chegara o momento no qual o militante-comunista devia romper com a passividade, o conformismo, as atitudes contemplativas e os debates estéreis. O militante devia preocupar-se permanentemente com a revolução e atrever-se a lutar.

O que queremos demonstrar era que havia uma recomendação partidária de romper com os debates estéreis e partir para ação. Decerto isso ficou demonstrado pelos atos dos militantes secundaristas e universitários ao realizar ações clandestinas de agitação e propaganda política ao longo do ano de 70. Além disso, alguns militantes baianos foram deslocados de Salvador no ano de 1971 para cumprir outras tarefas políticas, ou o que convencionalmente a militância chamava de “uma tarefa maior”, que seria trabalho de preparação de guerrilha. A direção partidária denominava “quinta tarefa”⁸³ que correspondia à preparação da luta armada.

A preparação de áreas de guerrilha não era comentada comumente entre os militantes, nem conhecida pelo corpo da militância. Somente entre os dirigentes do CC a “quinta tarefa” assumiu o verdadeiro significado: área de preparação militar. Os quadros dos organismos secundários referiam-se a ela como uma “tarefa em que a pessoa saía para se integrar onde o partido achava mais conveniente, era trabalho no campo” (VIANA, 24/11/2003). A possibilidade de aderir ao

⁸³ O termo “5ª tarefa” é citado por Wladimir Pomar (1980) fazendo alusão à preparação da luta armada (p.12-13).

trabalho em regiões onde o partido atuava e tivesse algum tipo de ação política fazia parte do cotidiano dos militantes comunistas, que costumavam usar a expressão “ter a mochila preparada” numa demonstração de que estavam à disposição para integrar-se em organismos de base em outra região do país. Como relatou, no texto memorialístico na década de 80, Carlos Eduardo Carvalho “[...] a idéia de ir para o campo era muito arraigada. Havia a concepção de quem é revolucionário vai para o campo preparar a luta armada. Ir para o campo era a grande aspiração [...]” (CARVALHO, C. 1980, p. 9)

A luta armada era concebida como um processo ritualístico, desenvolvido gradualmente e surgida através de um movimento de massa. Vejamos alguns depoimentos a respeito. Arnóbio Viana relatou a percepção da luta armada da seguinte maneira:

“ [...] Uma coisa que era muito clara, isso eu não me esqueço, é a que o PC do B deixava com muita clareza que a perspectiva era a guerrilha, o trabalho no campo. E se trabalhava no sentido de todos estarem prontos e preparados para um dia ir trabalhar no campo. Não havia nenhuma ilusão disso. Não se dava ilusão para ninguém. A perspectiva era essa, e que a perspectiva era a luta armada, mas a luta armada como um processo que se alcançaria depois de atender a todo um desenvolvimento e tal. Na verdade, não era colocada a luta armada como uma questão imediata, era colocado dentro de um processo, mas que o trabalho de massa era fundamental, a integração com as massas era fundamental [...] (VIANA, 24/11/2003).

Para a ex-militante estudantil Celeste Dantas, que aderiu ao PC do B no ano de 70, a proposta partidária se apresentou para ela com uma perspectiva de organizar a sociedade, lutar contra a ditadura militar e a favor de justiça e igualdade social. Esses elementos viriam a criar uma identidade entre o grupo de jovens militantes que atuavam na universidade e costumavam partilhar idéias comuns, como “sentimento de solidariedade e fraternidade, de acabar com a ditadura militar e de promover a justiça social no país”. A “identidade” do grupo ficou expressa no seguinte relato da depoente: “[...] nós sempre nos dizíamos: nós que amávamos tanto a revolução e acreditávamos na grande festa da humanidade” (DANTAS, 17/11/2002).

Celeste Dantas foi líder estudantil em Alagoinhas e o primeiro contato com uma organização de esquerda foi com o militante Wanderlan Macedo Bonfim da DI-Ba⁸⁴. A organização mostrou interesse em recrutá-la, convidando-a para integrar a estrutura do grupo armado. A proposta a assustou. Em contraposição, o militante do PC do B Uirassu Batista lhe apresentou a proposta de fazer movimento cultural e indicou como leitura o documento maoísta **Intervenções na Conferência sobre Literatura e Arte em Ionam**, de Mao Tse-Tung. A militante trocou a proposta de fazer luta armada imediata pela possibilidade de fazer movimento estudantil via trabalho cultural.

O maior envolvimento nas atividades estudantis, o discurso partidário de que “as condições objetivas se apresentavam suficientemente maduras” para a insurreição, o incentivo a realizar ações de massa contra o regime militar e a recomendação para adotar um estilo revolucionário acabaram produzindo um compromisso de entrega à militância política, que a depoente nos relatou da seguinte maneira:

“[...] aquela altura, eu acho que todos nós estávamos tomados, quase todos, os mais decididos, portanto, viam crescendo por um sentimento messiânico. Ao mesmo tempo, a essa altura, eu tinha um medo incrível, mas o medo não era aparente. A ideia de que você tinha que se superar e a sua vida já estava entregue à revolução. (...) Naquele momento, nós já não pensávamos em fazer carreira, fazer futuro, casar, pensava sim em ter companheiro, mas tudo isso estava condicionado aquele objetivo, ideia: entregar a vida à revolução. Absolutamente, messiânico. Eu acho que era, mais do que uma formulação teórica, é, além de tudo, um sentimento de sacerdócio (...) Todas as nossas aspirações estéticas, crônicas, tudo estava, eram jogadas para isso. Eu acho que tinha um componente erótico, no sentido filosófico. Nós todos, “os grandes”, éramos casados com a “Revolução”, pelo menos, alguns de nós [...] (DANTAS, 17/11/2002).

De modo que a luta armada foi construindo-se ao longo de um processo de recrutamento, convencimento pessoal, envolvimento com uma proposta política-partidária que convergia para promover lutas de massa e de confronto armado pra combater a ditadura militar. Além de terem assimilado a “campanha de revolucionarização”, iniciada a partir de 1969, cujos resultados a que

⁸⁴ No depoimento oral, Celeste Dantas atribuiu a militância de Wanderlan Bonfim corretamente a dissidência do PCB, porém o vinculou ao PCBR, e não como seria correto a Var-Palmares e depois MR-8. Conforme dissertação de Sandra Barbosa Silva (2003), que analisou as organizações armadas na Bahia, a Var-Palmares iniciou contato político na cidade em 1969, com série de Conferências realizada no *Tênis Clube de Alagoinhas* promovida por Wanderlan Macedo Bonfim. Chantal Russi e Marie Hélène Russi coordenavam o grupo de trabalho em contato direto com Wanderlan Bonfim (2003, p. 80). Com a prisão das militantes em setembro de 1969, Wanderlan Bonfim passaria a integrar o MR-8.

se propunha se consolidariam no ano de 1971, com o deslocamento de baianos para área de guerrilha no Sul do Pará.

A seguir, analisamos o deslocamento dos militantes baianos que guardaria especificidades inerentes à militância partidária de cada um deles e a convicção política e pessoal de se integrarem ao trabalho no campo.

3.5: O DESLOCAMENTO DE MILITANTES PARA ÁREA DA GUERRILHA

Em 5 de fevereiro de 1971, o militante secundarista Uirassu Batista procurou a mãe Aidinalva Dantas Batista e lhe comunicou que passaria alguns meses morando em outro estado, não sabia dizer o local, mas que manteria contato⁸⁵. A mãe recebeu a notícia com espanto, não entendia o motivo que levava o filho a abandonar a cidade, após ter sido aprovado no vestibular da UFBA para área III (Ciências Biológicas). Depois dessa despedida, só teria notícias de Uirassu Batista em 1979 com a anistia política, quando ficou sabendo que o filho era um dos guerrilheiros do Araguaia.

Aidinalva Batista junto com a carioca Cirene Barroso, mãe de Jana Barroso, outra desaparecida política, visitaram a região sul do Pará, a fim de encontrar os filhos. Visita vã, não tiveram nenhuma notícia. Em 1993, relatório do Ministério da Marinha entregue à Comissão dos Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados dava uma versão sobre a o destino do militante: “Uirassu Batista, relacionado entre os que estiveram ligados a tentativa de implantação da guerrilha rural em Xambioá. Morto em abril de 1974” (RELATÓRIO CONFIDENCIAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA, 1995). Nascido em Alagoinhas, em 5 de abril de 1952, Batista morreu aos 22 anos.

Assim como Uirassu Batista, integrariam a guerrilha do Araguaia os militantes baianos Vandick Reidner Coqueiro e sua esposa Dinaelza Santana Coqueiro, Rosalindo Souza, Demerval Pereira, Antônio Carlos Teixeira e sua mulher Dinalva Oliveira, José Lima Piauhy Dourado e o irmão Nelson Lima Piauhy Dourado, que deixou a Bahia no ano de 1965. Além deles, os

⁸⁵ As informações referentes foram coletadas em entrevistas com familiares como Antônio Ubirajara Dantas (22/12/99 e 13/11/2000).

sobreviventes Luzia Ribeiro e Eduardo Teixeira. A primeira foi presa em maio de 1972, Eduardo Teixeira detido em abril pelas tropas do Exército quando se dirigia para a região, durante uma barreira policial próximo a Xambioá. No Comando Militar da guerrilha esteve o comunista e deputado federal constituinte em 1946, Mauricio Grabois. Segundo a filha, Vitória Grabois, o pai nasceu em São Paulo, mas foi registrado como baiano natural de Salvador quando a família se mudou para a cidade em 1923. Grabois viveu na Bahia até 1932 e foi estudante do Colégio Central (SOUZA&CHAVES, 1980, p.181).

Exceto Grabois e Nelson Lima Piauhy Dourado, os demais militantes participaram da organização do PC do B na Bahia. A integração à área de trabalho de campo obedeceu tanto a uma decisão pessoal quanto uma determinação política-partidária que consolidou a opção da guerrilha rural como caminho para a revolução no Brasil. Também não podemos desprezar o convencimento de lideranças partidárias de que não havia mais condições de que o militante atuasse na cidade, portanto deveriam ir para outra região, preferencialmente o campo, e uma linha política que os incentivava a “imbuir-se de espírito de luta” e “atrever-se a lutar”.

Antes de chegarmos a uma conclusão dos argumentos de maior significado visando à integração a guerrilha no campo, analisamos fatos circunstanciais que marcaram a migração destes militantes. Como são desaparecidos políticos, a análise se deteve na interpretação – e esta é parcial – dos relatos dos depoentes que conviveram com os militantes, além do cruzamento de fontes com os processos judiciais. Uma versão mais completa pode ser adquirida na medida em que os arquivos militares das Forças Armadas fiquem disponíveis ao público, inclusive os documentos pessoais, possíveis cartas e diários dos guerrilheiros e os interrogatórios obtidos ao longo da campanha militar. Uma das técnicas de interrogatórios consistia em fazer o militante escrever – do próprio punho – a vida pregressa na organização partidária, dados referentes a quando e como iniciou a militância, quem o recrutou, as leituras que alimentaram a formação política.

Essas considerações servem como explicações metodológicas para poder analisar historicamente a trajetória de militantes de esquerda, cuja vida na clandestinidade, a prisão, a morte e o desaparecimento produz dificuldades, pois, muitas vezes, não há vestígio escrito da militância pessoal e são desconhecidas as circunstâncias da atuação política. A história de vida pessoal e da militância política, nesse sentido, vale-se muito dos relatos orais, da memória afetiva do familiar que relembrou um fragmento de uma conversa, do militante clandestino que

encontrou um companheiro no “ponto”, despediram-se e nunca mais se viram, nas reminiscências da militância em comum. Aqui, evocamos, a memória coletiva como trabalha Maurice Halbwachs, quando aludiu a que “[...] cada memória individual seria um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Ecléa Bosi sintetizou as análises de Halbwachs na expressão “[...] para localizar uma memória não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado” [...] (BOSI, 1994, p. 413).

Ao trabalhar com memórias e histórias de vida de idosos paulistanos no início do século XX, Ecléa Bosi alertou os seguintes cuidados aos que desejam seguir caminho semelhante:

“[...] Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. Quando sentimos a necessidade de guardar os laços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram. O grupo de colegas mal pode constituir um apoio para sua lembrança, pois se dispersou e cada um se integrou num meio diverso daquele que o conheceu. Como salvar sua lembrança, senão escrevendo sobre ele, fixando assim seus traços mais fugidios?” (BOSI, 1994, p. 408-411)

Recompor os traços de alguém desaparecido requer que se contextualize historicamente a época vivida, os ideais, os mestres e retomem as mesmas leituras que, naquele momento, da vida conjunta faziam parte do mundo em comum. De modo que ao buscar os vestígios de sua atuação, pode-se encontrar alguém “numa beira de estrada”, num “ponto” repetindo suas palavras, cuja lembrança não morreu (BOSI, 1994).

Reconstruir a trajetória pessoal dos militantes mortos no Araguaia é lhes dar uma memória social sobre as suas experiência, uma vez que eles existiram, militaram em um organismo partidário, conviveram socialmente e tiveram uma atuação política, respondendo as demandas do tempo histórico em que viveram. A tarefa não é fácil porque os vestígios de sua passagem podem

ser tênues, em virtude da juventude e da pouca vivência profissional, marcas da função social que desempenharam. Mas, se queremos reconstruir a trajetória de um partido político não podemos desprezar aqueles que no dia-a-dia executaram a sua orientação partidária. Então cabe-nos tentar tecer um acolchoado feito com retalhos da memória e das lembranças dos companheiros de militância e familiares, que, apesar dos deslocamentos que produzem novos significados, ainda persistem e dão aos que viveram uma existência social. O desaparecido político permanece como memória.

O primeiro militante a deixar Salvador para a região de trabalho de campo foi Uirassu Batista, deslocado para fazer “outras tarefas”, como o próprio se referiu a sua saída da cidade para Carlos Eduardo Carvalho. Os dois atuaram no movimento secundarista. Membro do C.S, Uirassu Batista o recrutou para o partido e estimulou o mesmo a criar um organismo de base no Colégio Antônio Vieira. Encontraram-se no final de janeiro para passar o “ponto” com o militante Amóbio Viana, uma vez que, a partir daquele momento, Carvalho estava entrando na universidade. Carvalho ainda perguntou se o colega de militância iria se dedicar ao movimento estudantil universitário. De acordo com o depoente, Batista disse: “[...] não, eu vou tratar de tarefas mais importantes” (CARVALHO, 07/07/2000).

As “tarefas partidárias” não causaram surpresa para o irmão e também militante Ubirajara Dantas Batista. Ele nos lembrou que o irmão tinha passado o ano de 70 em atividades partidárias e trabalhos de agitação política, inclusive descuidando das tarefas estudantis no Colégio Central, onde estudava. Para justificar a saída, o irmão mais novo lhe disse: “estou indo embora, volto com a vitória ou não voltarei” (DANTAS, 13/11/2000).

Amigos e ex-militantes que conheceram Uirassu Batista revelam que a sua personalidade demonstrava um entusiasmo juvenil com o compromisso de fazer a “revolução”. O ex-militante Hildebrando Augusto Dias conheceu Uirassu Batista em Alagoinhas. Membro dirigente do C.S, Uirassu Batista era responsável por levar documentos e o jornal oficial do partido *A Classe Operária*. Dias lembrou traços da personalidade do colega: “[...] Ele sonhava com a guerrilha, liderando destacamento. Ele falava sobre a guerrilha de forma épica. Havia um heroísmo juvenil nas atitudes deles” (DIAS, 02/12/2000). Uirassu Batista tinha o hábito de andar com exemplares de *A Classe Operária*, desafiando a sua segurança pessoal ao correr o risco de ser visto, lembra o ex-militante.

O militante secundarista tomou conhecimento de que o partido recrutava militantes para as áreas de preparação militar em outros estados possivelmente por meio do dirigente do C.C, Carlos Nicolau Danielli, que vinha freqüentemente à Salvador se encontrar com dirigentes do C.R, entre eles Carlos Augusto Diógenes Pinheiro e Sérgio Miranda de Brito. A proposta de fazer trabalho político no campo foi apresentada em uma conversa que Danielli teve com Uirassu Batista, Vandick Reidner Coqueiro e Amóbio Viana, conforme nos relatou este último.

Secretário nacional de organização, Danielli fazia parte do birô político responsável pela execução dos preparativos da guerrilha do Araguaia (POMAR, W, 2003). O dirigente fazia contatos com os militantes, apresentava a proposta de trabalho político em outra região e repassava o “ponto” com o dirigente Lincoln Oest, no Rio de Janeiro, responsável por levá-los para reuniões em São Paulo com os membros do C.C como Maurício Grabois, também membro da Comissão Militar no Araguaia, conforme relatou a ex-militante Luzia Ribeiro, que fez esse trajeto em outubro de 1971⁸⁶. A maioria dos militantes seguiu este mesmo percurso: Salvador-Rio de Janeiro-São Paulo. Após reuniões, o destino era a rodoviária de São Paulo, onde pegaria ônibus para Anápolis, Goiás, depois Xambioá, sul do Pará.

O deslocamento para áreas de preparação militar se processava como algo secreto. A movimentação de pessoas transferindo-se do estado só seria percebida pelos militantes que passariam a ocupar cargos de direção na estrutura do Comitê Universitário, mesmo assim ignorando qual seria o destino.

Carlos Eduardo Carvalho nos relatou que recebeu a incumbência de ir para o núcleo dirigente universitário no “ponto” com Dinaelza Santana, na Av. Paulo VI, no bairro da Pituba, após a mobilização estudantil contra a anulação do vestibular da Universidade Católica em 1971. Dinaelza Santana comunicava que ele iria compor o C.U, após a saída dela e de Vandick Coqueiro da estrutura do comitê por motivos de segurança.

As circunstâncias que levaram Vandick Reidner Coqueiro e sua esposa a saírem de Salvador remontam a um problema pessoal que ambos enfrentavam. Em 27 de novembro de 1970, ocorreu a prisão dos militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Paulo Pontes da Silva e Teodomiro Romeiro dos Santos, no Dique do Tororó. Quando Euzenóbio Wagner Coqueiro, irmão de Vandick Coqueiro, soube da prisão de Paulo Pontes, anunciada pelos

⁸⁶ O depoimento de Luzia Reis Ribeiro foi realizado a partir de entrevistas gravadas e perguntas selecionadas pela autora. A depoente autorizou a publicação apenas do depoimento escrito e revisito. Cf. RIBEIRO, 2003.

jornais porque morrera o sargento da aeronáutica Walder Xavier de Lima com um tiro da pistola disparada por Teodomiro Santos, procurou se proteger pois era militante do PCBR.

Ruy Medeiros, à época do C.R do PC do B, relatou-nos que militantes do partido tentaram garantir a segurança de Wagner Coqueiro que ficou escondido na casa do padre francês Pierre Demoulier, no bairro de São Cristóvão. Simpatizante do PC do B, o padre, conhecido como Pedro Paulo, trabalhava na empresa Tibras. Medeiros foi o responsável pelo contato, pois realizava um trabalho político com intelectuais baianos e os padres operários franceses que viviam na Bahia e residiam na paróquia do Pilar, no Comércio. A estada de Wagner Coqueiro foi provisória. Pierre Demoulier nos afirmou, em depoimento, que pediu para a organização encontrar outro local para o militante do PCBR, pois não tinha como continuar a hospedá-lo, uma vez que o mesmo não conseguia manter-se clandestino e desafiava a segurança saindo constantemente da residência para fazer atividades⁸⁷.

Além do parentesco familiar, a vida estudantil na Faculdade de Economia, da UFBA, aproximava-os e tornava os esquemas de segurança pessoal frágeis. O professor Osvaldo Barreto, à época militante do PC do B, lembrou ações conjuntas no segmento estudantil e da possibilidade de não haver, no primeiro momento, uma distinção da identidade partidária entre os dois irmãos. “[...] Quem era Wagner? Quem era Vandick? A repressão poderia confundir os dois [...]”, questiona Barreto (04/07/2000). A suposição de Barreto não era infundada. No inquérito policial (IPL 73/1970), iniciado em 29 de outubro de 1970, para investigar ações do PCBR na cidade, Wagner Coqueiro foi indiciado e consta uma solicitação de intimação contra Vandick Reidner Coqueiro para apresentar-se ao órgão federal. O investigador foi ao apartamento do casal situado no bairro do IAPI, retornando a Polícia Federal com a informação de que o casal não morava mais no local. O casal tinha saído, às pressas, do apartamento, depois de receberem a notícia de que policiais da cidade de Jequié tentaram prender Wagner Coqueiro quando este se encontrava na cidade⁸⁸.

Antes de sair de Salvador, provavelmente entre os dias 10 e 15 de março, Vandick Coqueiro ficou clandestino num quarto de pensão no bairro da Vitória, cedido por um amigo. “[...] quase

⁸⁷ Essas informações foram confirmadas em depoimento informal a autora por Pierre Demoulier. Mais informações, trabalho monográfico SANTOS (2001).

⁸⁸ Este relato é baseado na leitura do inquérito policial (IPL 73/70) onde foi encontrada a intimação judicial para comparecer à Polícia Federal e em depoimentos com o irmão Ubirajara Coqueiro (06/05/2000). Em nota a imprensa em 4 de maio de 1971, a VI Região Militar divulgava que desarticulou a célula do PCBR na cidade, entre os militantes da organização citava Euzenóbio Wagner Pereira Coqueiro (JORNAL DA BAHIA, 4/5/1971).

não saía. Para se alimentar, contava com a solidariedade dos amigos e a bandeja de alimentação do refeitório da Residência Universitária, que, alguns amigos levavam para ele”, nos contou Osvaldo Barreto. Dinaelza também ficaria clandestina na casa do amigo de militância, Raimundo Batista, estudante de História da Universidade Católica. Wagner Coqueiro não seria preso. Ficou escondido em regime de completa clandestinidade na casa de parentes, em Jequié, durante o ano de 1971, completamente desvinculado da organização e de contatos com amigos e familiares. Iria para o exílio no Chile em 1972.

Que influência a situação de repressão aos militantes do PCBR, especialmente a Wagner Coqueiro teve sobre a decisão do casal de sair de Salvador naquele momento? O fato provavelmente antecipou a decisão pessoal de envolver-se, cada vez mais, com a luta revolucionária.

Na carta de despedida enviada em 9 de março de 1971 a família e ao irmão Ubirajara Coqueiro, ele revela os motivos que o levaram a sair de Salvador, refere-se aos problemas enfrentados pelo irmão, o seu comprometimento com a luta e a convicção de que o novo trabalho seria vitorioso. Como revelam trechos da carta:

“[...] Em vocês, persistem várias perguntas que em mim já foram respondidas. E a 1ª delas deve ser: vale a pena o que os “manos” estão fazendo? Em vocês talvez não exista resposta mas em mim é: “os sacrifícios serão maiores mas a causa é justa e a vitória é certa”. O que me dá a tranquilidade para continuar e que em vocês talvez aumente apenas a confusão. E mano, a coisa mais dura de se manter é uma consciência culpada. E se não fizesse esta opção, eu como homem viveria eternamente fugindo de minha própria sombra. (...) Bem mano, adeus. Espero encontrá-lo um dia com o sorriso largo, participando da luta do povo. Se não nos encontrarmos, espero que encontremos o nosso povo sorrindo junto com a vitória consagrada” (CARTA DE VANDICK REIDNER COQUEIRO A UBIRAJARA COQUEIRO, 09/03/1971. Cf. anexos).

Contudo, há determinantes sociais que podem interferir na decisão de pegar em armas e deslocar-se para regiões longínquas como o Araguaia. Nesse caso específico, houve uma situação de repressão policial que poderia atingi-los. Além disso, a retirada de quadros que estivessem visados ou em vias de serem presos era uma tática do PC do B, e não ocorreu apenas com Vandick Coqueiro.

Em 13 de abril de 1971, na 6ª Circunscrição da Justiça Militar, em Salvador, estava marcada a audiência de julgamento dos militantes envolvidos no movimento estudantil no ano de 1968. Dias antes, Rosalindo Souza foi procurado por Carlos Nicolau Danielli e o dirigente regional Carlos Augusto Diógenes Pinheiro com uma posição clara: o partido recomendava que não se apresentasse porque tudo indicava que seria condenado, sendo, nestas condições, mais seguro o militante se deslocar para uma outra área (PINHEIRO, 23/12/2003).

Além de Rosalindo Souza, o processo militar atingia também Antônio Carlos Monteiro Teixeira, mas este no ano de 1969 foi morar no Rio de Janeiro, onde trabalhava no Ministério de Minas e Energias. Nos meses de junho a dezembro de 1971, de acordo com Relatório do Ministério da Marinha, lecionava na escola de padres de São Félix, em Terra Nova (Go) (MIRANDA, 1999, p. 178).

Rosalindo Souza compareceu a primeira audiência na 6ª Região Militar, realizada no ano de 1970. Na audiência do dia 13 de abril de 1971, não compareceu. Desde 1969, quando foi para o Rio de Janeiro concluir o curso de Direito, ele esteve afastado da militância política de massa. Em 1970, retornou a Salvador, foi morar em Itapetinga onde advogava e atuava como professor de alfabetização de adultos na Associação Beneficente de Artífices de Itapetinga. Na cidade, concentrou-se nas atividades de advocacia e não exerceu uma militância política ativa, embora mantivesse laços orgânicos, como demonstram os contatos com os dirigentes partidários.

A alternativa do trabalho revolucionário no campo não surgiu por acaso para os militantes baianos que foram para o Araguaia. A discussão sobre a luta armada sempre esteve presente nas reuniões partidárias e nos documentos políticos. As circunstâncias que levaram alguns militantes e não outros à área da guerrilha rural podem ser encontrados no grau de comprometimento que assumiam diante da crença pessoal na luta armada assim como, mas não necessariamente, ao grau de possibilidade de ser preso. Havia uma situação de repressão política na cidade, mas esta não tinha a pretensão de atingir, exclusivamente, os militantes do PC do B. A partir de 1969, a repressão militar conseguiu dismantelar células da Var-Palmares, do PCBR e do MR-8 (SILVA, 2003).

Durante esta onda repressiva, a única prisão de relativa importância para o PC do B ocorreu em agosto de 1971 e atingiu diretamente os militantes da base secundarista. Uirassu Batista e José Lima Piauhy Dourado foram investigados e indiciados como os principais dirigentes estudantis da base secundarista, porém não se encontravam no estado. Em outubro de 1971,

familiares como Aidinalva Batista e Epaminondas Dourado prestaram depoimento à polícia federal para informar onde os estudantes se encontravam e se sabiam do envolvimento político, como consta no processo BNM 367/71.

As investigações dos órgãos de segurança levariam a identificação do dirigente regional Demerval Pereira como membro do C. R. Em depoimento à polícia federal, no dia 18 de outubro de 1971, a irmã Diva Balbina Pereira respondeu ao interrogatório para falar sobre o paradeiro do irmão, e declarava que a última vez que o encontrou fora momentos antes da visita de agentes do CODI-6 na residência da família no bairro de Matatu de Brotas. O irmão saiu da casa e não sabia dizer onde se encontrava. A irmã Neide Pereira também prestou depoimento para explicar porque o apartamento da família, localizado na Av. Sete de Setembro, servia de aparelho para a organização, conforme constou no inquérito policial (IPL nº 52/71)⁸⁹.

De modo que existiram situações de repressão política, de tensão e de ameaça à segurança pessoal. Mas, isto não os obrigava a se deslocarem para uma região de trabalho militar. Segundo depoimento da ex-guerrilheira Luzia Ribeiro Reis, a opção para entrar na clandestinidade surgiu em outubro de 1971 como uma solução para escapar a uma tentativa de prisão, uma vez que policiais federais a procuravam na casa dos seus pais em Jequié e na sua residência em Salvador.

Em depoimento escrito, ela ressaltou que o C.R lhe apresentou a seguinte proposta: “fica clandestina na cidade, correndo o risco de ser presa, ou vai para outra área do partido”. O dirigente Carlos Nicolau Daniell foi a pessoa do C.C a lhe falar do “trabalho especial” que o partido desenvolvia: a preparação da luta armada. Sobre a opção de ir para o Araguaia, a depoente justificou da seguinte maneira: “[...] todos foram por uma opção, mesmo sem saber direito como seria. Hoje, você não pode imaginar o que é viver naquele período, era um tempo escuro, sem luz, onde uma poesia de Castro Alves era tida como panfleto subversivo” (RIBEIRO, 2003).

Havia um regime ditatorial, supressão de direitos, repressão política e uma estratégia política de fazer a guerrilha do Araguaia. Tudo isso confluiu para a convicção ideológica favorável ao deslocamento para regiões longínquas do país, integrar-se em outras regiões e aderir à clandestinidade. Apesar de, como se referiu o ex-dirigente Wladimir Pomar (1980:12), o PC do

⁸⁹ Este inquérito seria remetido para a Justiça Militar e foi copilado no fundo BNM, recebendo a numeração 367/71. Especificamente, os depoimentos das irmãs Diva e Neide Pereira foram encontrados pela autora apenas no IPL 52/71, disponível no acervo da Polícia Federal em Salvador.

B ter a tarefa de “selecionar militantes, cujas atribuições seriam “especiais”, “militares”, que deveriam preparar-se tecnicamente e estudar regiões que fossem favoráveis à luta armada”, as fontes e a prática política dos militantes baianos nos evidenciaram que eles não eram quadros com longa experiência no movimento estudantil tampouco tinham tido preparação militar. Eram pessoas com possibilidades de construir uma inserção no movimento estudantil, caso não tivessem pautado sua ação política pela adesão à guerrilha.

Podemos aludir o deslocamento de quadros para integrar áreas de trabalho político no campo, analisando a saída de dirigentes para cidades do interior do estado. O interior passava a ser considerado um centro principal para a organização.

3.6: EM BUSCA DOS TRABALHADORES RURAIS: A MIGRAÇÃO INTERNA

Até o ano de 1971, a estrutura do PC do B na Bahia foi eminentemente urbana e com atuação no meio estudantil. Em Salvador, concentrava-se o núcleo dirigente do partido que procurava se inserir nos movimentos de massa. A recomendação partidária, presente nos documentos, de enviar militantes para o interior era quase que ignorada. Os núcleos que existiam em cidades no interior, como Alagoinhas, eram formados por militantes da própria cidade. Mas, a partir de 71, há mudanças na estrutura organizativa. Dois dirigentes regionais, o secretário de organização, Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, e o secretário político, Sérgio Miranda de Brito, voltaram suas atenções para o trabalho de organização partidária no interior, fixando residência nesses locais.

Líder estudantil cearense nos anos de 1966 a 1968, Carlos Augusto Diógenes Pinheiro mudou-se para Bahia em 1969 para trabalhar como engenheiro. Em 1970, passou a viver como militante clandestino e integrou o C.R do partido. Em setembro de 1971, Pinheiro e a esposa e secretária política do C.U, Noélia Reis, deixaram Salvador para morar no roçado entre Macarani e Maiquinique, cidades localizadas na região sudoeste, distantes 606 km da capital do estado.

Além deles, moravam um casal de operários do Rio de Janeiro, de identidade desconhecida, e o líder estudantil cearense Carlos Augusto Lima Paz, que vivia clandestino na Bahia⁹⁰.

O deslocamento para as cidades do interior tinha o objetivo de realizar trabalho de pesquisa e levantamento de dados socioeconômico na região, a fim de identificar áreas onde trabalhadores assalariados pudessem encontrar “retaguarda”, quando estes desenvolvessem conflitos armados com o patronato, conforme nos relatou Pinheiro:

“[...] O partido começou a ver um certo trabalho, inicial, de pesquisa, ali perto da região do Cacau, perto de Camacã que seria um pouco uma idéia, não propriamente de ser um trabalho militar, mas um pouco a idéia de um trabalho que servisse até de retaguarda. Camponês perseguido poderia... Então, a região entre Vitória da Conquista e a região do Cacau. A gente começou a trabalhar assim colocava uns pontos de apoio, inclusive, morava numa... em Macarani, morava um camponês lá, o Carlos Augusto Lima Paz morou lá também. E assim comprou um pedacinho de terra, a gente trabalhava como camponês, era um ponto também que pudesse, era uma região de serra, e pudesse vir a ser uma retaguarda para lutas mais radicais no meio do assalariado. E a gente observava isto: se tinham condições de um certo grupo armado se manter na região. E a gente foi tendo era de que não haveria condições [...] (PINHEIRO, 23/12/2003).

Segundo o depoente, a pesquisa de campo em áreas próximas a Chapada Diamantina e cidades como Livramento e Brumado comprovou que não havia condições da região ser uma área de preparação militar, como a que se desenvolveria no Araguaia, pois era uma região de “serra” e sem proteção da mata, o que inviabilizava ações de fustigamento armado. Mas poderia ser factível a organização dos trabalhadores assalariados em cidades onde estavam localizadas plantações de cacau, sujeitas a conflito agrário devido às péssimas condições de trabalho e a pressão dos fazendeiros locais. Noutro trecho do depoimento, Pinheiro voltou a ratificar as atividades na região: “[...] tinha a noção exata de que era impossível desenvolver luta de guerrilha na região do Cacau, isso era uma luta em defesa dos trabalhadores, era uma luta de assalariado. Era uma luta de trabalhador contra patrão, diferente da luta camponesa [...]”(PINHEIRO, 23/12/2003).

Não foi apenas o PC do B que concebeu a Chapada Diamantina como uma área propícia a conflitos entre trabalhadores assalariados e patronato. Em setembro de 1968, a AP iniciou o processo de “integração à produção”, ou “integração às massas” em setores como o operariado e

⁹⁰ Na década de setenta e durante a clandestinidade, Carlos Augusto Lima Paz fez novos documentos pessoais com a identidade de Raimundo Cardoso Linhares, nome clandestino que mantém até os dias atuais. Atualmente, mora no estado do Acre.

o campesinato com o qual marcou a sua adesão ao maoísmo. O movimento de integração à produção significou, segundo os ex-dirigentes da AP, Haroldo Lima e Aldo Arantes, uma “tentativa de mudança classista da organização, dita pequeno-burguesa, ante a tarefa de vir (sic) o núcleo do Partido Operário que se objetivava construir” (LIMA&ARANTES, 1984, p.110-119)”. Paulatinamente até o primeiro semestre de 1970, as áreas definidas para integração de militantes da AP foram as do ABC paulista, capital de São Paulo, Contagem, Vale do Pindaré, no Maranhão, Zona da Mata, em Pernambuco, e Zona do Cacau, na Bahia. (OLIVEIRA JR, 2000, p. 315).

Franklin Oliveira Jr (2000) analisou a trajetória da AP e trouxe depoimentos de militantes sobre o processo de “integração à produção” não faltando relatos sobre as dificuldades logísticas e orgânicas acarretadas com o abandono das atividades políticas nos círculos urbanos em que atuavam, a dissolução de redes de simpatizantes diante do deslocamento para regiões nas quais tinham que reconstruir os elos de sociabilidade, a perda de empregos estáveis e rendimentos financeiros, cujo destino costumava ser revertido para sustentabilidade da organização, e, principalmente, o desgaste sócio-psicológico motivado pela integração em regiões paupérrimas, um contraste com o mundo urbano do qual eram originários.

A AP deslocou para a região Haroldo Lima, que atuava como trabalhador assalariado nas fazendas de cacau, e Jacy Célia Franca Rocha, líder estudantil nos anos pré-64. Em 1969, a professora universitária abandonou o trabalho na Universidade Católica e foi trabalhar como coordenadora pedagógica no colégio estadual em Itabuna, sendo responsável pelo Comando de Zona. “[...] Eu fui justamente com essa função de constituir uma área, que seria uma área de organização que deveria receber pessoas que estavam dispostas a fazer uma experiência clandestina no campo [...]” (ROCHA, 6/4/2003).

A partir desse momento, passou a ter uma militância semiclandestina, incumbida de fazer levantamento socioeconômico na região, receber militantes, viabilizar hospedagem e realizar reuniões clandestinas na sua residência, embora preservasse uma fachada legal de professora com prestígio social na cidade, o que a permitia fazer trabalho cultural – ainda que restrito - com estudantes secundaristas. A mudança de vida não foi uma decisão fácil, conforme a depoente nos relatou:

“[...] Foi difícil para eu explicar para muitas pessoas, inclusive minha família, sair daqui para ir morar no lugar onde eu não conhecia absolutamente ninguém, onde eu não tinha nenhuma certeza do que poderia acontecer e num tempo que era muito incerto. O que me sustentava mesmo era esse compromisso político. Por que no que é que a gente acreditava? Aquele projeto de transformação da sociedade, ele um dia aconteceria porque todos nós éramos autores, co-autores dessa mudança e que a gente conseguiria isso. E cada um tinha que fazer a sua parte de acordo com aquilo que fosse preciso no momento [...]” (ROCHA, 6/4/2003).

A passagem de militantes da AP pela região coincidiu com a de ativistas ligados ao PC do B. Morando em Ilhéus, Jacy Célia Rocha teve contato com o militante clandestino do PC do B, chamado “Zé Gordo”, sargento do Exército, cassado após os expurgos do golpe de 1964, cuja identidade real era ignorada pela mesma. Encontraram-se no início do ano de 1970 com a indicação de um colega da militância estudantil que a informou que o ativista do PC do B desejava estabelecer um contato. Após uma conversa inicial, a militante decidiu levar ao conhecimento dos dirigentes da AP, Jorge Leal Gonçalves e Haroldo Lima, a solicitação do militante de manter contato com a organização a fim de fazer trabalho conjunto na região. Em depoimento, Haroldo Lima nos confirmou ter conhecido o militante do PC do B, embora não tivesse conhecimento do trabalho realizado pelo partido (LIMA, 21/12/2002).

Jacy Célia Rocha não se integrou à estrutura orgânica do PC do B, quando parte dos militantes da AP tomaram essa posição. Porém manteve contatos com o “Zé Gordo” até 19 de maio de 1973, quando foi presa em decorrência de “quedas” de militantes do partido no processo judicial envolvendo a organização na região (BNM 199/73, ROCHA, 06/04/2003).

O processo militar BNM 199/73 indiciou 26 ativistas do PC do B e três da AP⁹¹, acusados de fomentar ações de luta armada entre os trabalhadores rurais da região e de reorganizar partido político extinto pelo regime. Foram incriminados, à revelia, os dirigentes Sérgio Miranda de Brito, Carlos Augusto Pinheiro, o dirigente regional “Rafael”, identificado pelos órgãos de repressão como José Barbosa de Oliveira. Na fase de inquérito, “Zé Gordo” foi identificado por

⁹¹ Entre os militantes e simpatizantes do PC do B indiciados estão Selma Martins Oliveira, Glória Gomes, Ana Gomes, Vera Lúcia Soares, Lúcia Soares Gomes, Lícia Santana, Edvone Nascimento de Souza, Gumercindo Martins Sá, Ricardo Antônio Calazans dos Santos, José Eduardo Souza de Oliveira, Ruy Hermann de Araújo Medeiros, Francisco de Oliveira Franco, Lodônio Oliveira, Stélio Pereira de Andrade, Francisco Vieira Amaral, João Ramalho da Silva, Mauro Machado, Iranildo Santos, Nelson Oliveira. Os três militantes da AP são Jacy Célia Franco Rocha, Geraldo Soares Silva e Francisco Souza Santos.

um depoente como Milton Gurgel Pacheco⁹². Também foi citado o nome do militante camponês chamado “Zezinho”, mas não consta sua identidade.

A interpretação das fontes – os processos judiciais e os depoimentos dos dirigentes e ex-militantes - levou-nos a concluir que o deslocamento de quadros para região do estado visava a dar maior assistência ao processo de organização partidária, cujas atividades apresentavam-se no nível de arregimentação de trabalhadores rurais e de colaboração entre a rede de simpatizantes e militantes residentes na região, alguns deles oriundos do movimento estudantil. Um exemplo é o advogado Ruy Medeiros que retornou no final de 1971 para Vitória da Conquista para fazer trabalho legal com a pequena burguesia, médicos, professores, profissionais liberais⁹³.

As primeiras atividades no interior remontavam ao ano de 1968 com trabalho no movimento estudantil, especificamente na cidade de Ilhéus. A partir do ano de 71, a região paulatinamente passou a receber maior atenção dos órgãos dirigentes. Conforme nos relatou Sérgio Miranda de Brito, o trabalho organizativo precisava da assistência direta dos dirigentes regionais, o que levou a divisão do C.R da Bahia em duas seções: um comitê fixado em Salvador; outro com sede em Vitória da Conquista, na região sudoeste do estado. O “Comitê do Sul da Bahia”, como seria nomeado pela militância, abrangia militantes de cidades como Itabuna, Ilhéus, Camacã, Caetitê e Vitória da Conquista. O Comitê seria formado por Sérgio Miranda de Brito, “Zé Gordo”, “Zezinho”, camponês que vinha de experiência nas Ligas Camponesas, e Carlos Augusto Diógenes Pinheiro (BRITO 25/11/2003; PINHEIRO, 23/12/2003).

O Comitê tinha as atividades compartimentadas e hierarquizadas. Segundo nos relatou Sérgio Miranda de Brito, ele foi morar em Vitória da Conquista no ano de 1971 para restabelecer contatos com militantes e simpatizantes, basicamente, profissionais liberais, com os quais fazia discussão política, distribuía material partidário e arrecadava recursos financeiros. O trabalho realizado por Carlos Augusto Pinheiro de levantamento e pesquisa socioeconômica de áreas seria mantido em “segredo” para os demais membros. “[...] O C.R apenas assumia a responsabilidade de dar guarida ao Carlos Augusto, que respondia por esse trabalho diretamente à Direção do partido, ao Comitê Central. Não prestava contas ao C.R [...]” (BRITO, 25/11/2003).

⁹² Fiz a opção de me referir a esse militante pelo codinome, pois apesar de identificado por um dos presos no “depoimento cartorial” não há como ter certeza absoluta de sua identidade pessoal. Apesar de procurar nos certificar com dirigentes do PC do B sobre o verdadeiro nome do militante, não obtivemos uma resposta conclusiva. Vale registrar que o militante não foi indiciado judicialmente, apenas citado no processo BNM 199/73.

⁹³ As informações foram dadas pessoalmente a autora por contato telefônico.

O acompanhamento ao nível do C.C foi feito pelo dirigente nacional Carlos Nicolau Danielli, secretário de organização do partido. As lembranças de ex-militantes como Paulo Cunha e Ruy Medeiros revelaram que uma das principais lideranças na região seria o “Zé Gordo”, antes da chegada dos dirigentes regionais Sérgio Miranda de Brito e Carlos Augusto Diógenes Pinheiro. Conforme nos relatou Cunha:

“[...] eu sabia que ele possuía uma capacidade muito grande de sumir, possuía a capacidade de não ser descoberto pela repressão. Ele possuía também uma liderança muito grande. Me passaram a idéia do Gordo como um executor, não como intelectual. Um militante prático e com a capacidade de escapar a repressão”(CUNHA, 28/11/2000).

A militante da AP, Jacy Célia França, nos contou que o militante comunista demonstrava ser uma “[...] pessoa bem preparada, tinha o que se chamava nível de consciência política elevado, tanto de consciência política quanto ele era uma pessoa que passava uma credibilidade pelo compromisso, pelo investimento dele [...]”. A confiança fez com que ela guardasse, clandestinamente, em sua casa documentos e objetos pessoais do militante (FRANÇA, 06/04/2003).

O “Zé Gordo” chegou a região no ano de 1968 quando iniciou contatos esporádicos com estudantes secundaristas e profissionais liberais e professores. O militante estudantil com atuação significativa seria Antônio Calazans, que trabalhou como professor leigo em fazendas em Ilhéus e Itabuna. A partir deste primeiro contato, “Zé Gordo” foi tecendo uma rede de contatos com antigos militantes do PCB desde a década de 50, como João Ramalho da Silva, que trabalhava como sapateiro e tinha barraca de feirante na cidade de Itabuna, onde residia⁹⁴. Além dos contatos partidários, nos quais recebia os documentos e contribuía financeiramente com a compra de *A Classe Operária*, João Ramalho fornecia a “Zé Gordo” miudezas como “sapatos e chinelos” para que este revendesse nas cidades vizinhas (BNM 199/73, p.126).

No ano de 72, o dirigente Sérgio Miranda, que fixou residência em Vitória da Conquista, seria apresentado aos militantes das cidades de Itabuna e Ilhéus como dirigente regional que passaria a dar assistência local ao segmento de profissionais liberais e funcionários que

⁹⁴ A informação sobre a origem de militante do PCB consta da pesquisa feita pelo pesquisador Marcelo Lima, que desenvolve monografia de especialização em História Social, reconstituindo história de vidas de trabalhadores rurais nas cidades de Itabuna e Ilhéus na década de 50.

trabalhavam no centro da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizado na rodovia km 22 entre Ilhéus e Itabuna.

Um desses funcionários foi o ex-líder estudantil na Escola de Agronomia de Cruz das Almas na década de 60, Gumercindo Sá Martins, que organizou uma base partidária na empresa com a participação de sociólogos e geólogos. Paulo Cunha que também trabalhava na CEPLAC como pesquisador de campo (à época a função era chamada de enumerador) seria responsável por auxiliar na logística da organização, colaborar financeiramente com o partido, hospedar dirigentes, apresentar-se como fiador para aluguel de casa e disponibilizar sua residência na cidade de Ilhéus como “aparelho”, onde ficavam guardados remédios e exemplares de *A Classe Operária*. Ele e Gumercindo Sá Martins dariam abrigo para a militante estudantil da União da Juventude Patriótica, Selma Regina Oliveira, transferida do Rio de Janeiro em junho de 1972 para Itabuna (CUNHA, 28/11/2000, BNM 199/73).

A militante carioca foi contratada como pesquisadora de campo na CEPLAC, responsável pela coleta de dados sobre a lavoura cacaueira entre trabalhadores rurais e cacaueicultores. Paulo Cunha foi o fiador da casa onde a militante moraria. Selma Regina Oliveira tinha a função de [...] realizar trabalho com a pequena burguesia nas cidades de Ilhéus e Itabuna, com a finalidade de apoiar o trabalho de campo, a fim de obter apoio logístico, compreendendo imprensa, médico, informações e finanças [...] (BNM 199/73, p. 81-86).

Ficou evidente, nos depoimentos com ex-militantes, a falta de um trabalho de formação política além da leitura dos documentos de orientação política e de *A Classe Operária*, matérias de orientação política básicas sejam entre os ativistas da cidade e do interior, como revelaram os depoimentos. Os dirigentes atribuem essa deficiência na educação política às condições impostas pela clandestinidade que dificultariam reunir militantes e ministrar cursos de formação. Conforme nos revelou Carlos Augusto Diógenes Pinheiro: “[...] naquela época, era difícil a gente se reunir, ou a gente tomar cursos mais elaborados, a formação teórica era por conta de cada pessoa, e também de uma forma muito difícil, porque era difícil a gente ter livros [...]”.

Em relação aos trabalhadores rurais, há poucas pistas com as quais podemos interpretar corretamente a atuação da militância partidária. De acordo com o processo militar 199/73, os lavradores José Souza Oliveira e Iranildo Francisco dos Santos foram arregimentados para o partido. José Souza Oliveira nasceu em Boa Nova e foi recrutado para militância em 1969,

quando trabalhava na fazenda Helvécia, em Camacã, cidade onde residia. Em depoimento aos órgãos de segurança, José Oliveira declarou que o processo de recrutamento visava a “preparar o camponês para a luta do partido”. Realizava reuniões e arregimentara trabalhadores quando fazia trabalhos, sazonais, nas fazendas Santo Elias, Rochedo, São Félix, Várzea Alegre, Fortaleza, Ponto e Santa Maria, localizadas no município de Camacã. A fim de recrutar os trabalhadores, José Oliveira usava o argumento - no mínimo curioso - que “era carioca do Rio de Janeiro”, filho de um “fazendeiro abastado e que poderia ajudá-los a melhorar sua vida, desde que aceitassem sua doutrinação comunista” (BNM 199/73, p. 43-44; p. 122-124).

O número pequeno – apenas dois – de trabalhadores indiciados no processo militar nos indicou a pouca e quase irrelevante inserção do partido no meio dos assalariados agrícolas, restringindo seu campo de ação política a fomentar reuniões nas fazendas locais. É possível que possa ter havido maior número de trabalhadores. No interrogatório policial, há relatos de reuniões políticas com a presença de trabalhadores rurais, cujos prenomes aparecem no processo, porém faltam-nos ainda dados para corroborar essa hipótese. Contatos com trabalhadores devem ter ocorrido, porém não temos conhecimento do nível de conscientização política e envolvimento com a política partidária. Depoimentos orais com militantes que moram na região possam trazer informações esclarecedoras, o que não tivemos como fazer neste trabalho, e que podem servir para novas reflexões acerca da trajetória do partido.

Os trabalhos do “Comitê Sul da Bahia” tendo como ênfase o deslocamento de militantes para a região podem ser compreendidos na tentativa de criar movimentos de massa e, principalmente, organizar o partido entre comerciantes, trabalhadores manuais, assalariados rurais e profissionais liberais, alguns deles ex-militantes estudantis que retornaram para trabalhar nas cidades de origem. A repressão policial às atividades partidárias nos meses de maio a junho de 1973 interrompeu o trabalho político em curso. Nenhum representante do núcleo dirigente foi preso, embora Carlos Augusto Diógenes Pinheiro e Sérgio Miranda de Brito tenham sido indiciados à revelia. Os dois dirigentes deixaram a região e se deslocaram para São Paulo. Sérgio Miranda de Brito integraria a Comissão Nacional de Organização do PC do B junto com Pedro Pomar e Haroldo Lima no final do ano de 1973.

Trabalho concreto entre os camponeses que teve desdobramento futuro na região de Vitória da Conquista foi feito por José Gomes Novais, líder camponês, ex-militante da AP que aderiu ao PC do B, deslocado para região no processo de integração no campo. Em 1976, ele integrava o

núcleo dirigente do CC do PC do B. Novais, na década de 80, foi uma das principais lideranças de uma greve com trabalhadores rurais assalariados em Vitória da Conquista, mas à época havia saído do PC do B e criado o PT na região.

Se a intenção do partido era a de que a região sul poderia ser uma área importante de eclosão dos conflitos entre trabalhadores rurais, inclusive para reverberar e juntar-se à luta dos guerrilheiros travada no sul do Pará, ela sucumbiu tal como fogo de palha apesar dos esforços e dos sonhos daqueles que para lá se deslocaram. Um pequeno sopro reduziu em cinzas a idéia mítica de que “uma fomalha vai incendiar toda a padaria”, conforme pregava a máxima maoista, à época defendida nos documentos partidários.

Como demonstramos, as atividades no interior do estado foram consideradas prioridades para o núcleo dirigente partidário, com o deslocamento dos dirigentes Sérgio Miranda de Brito e Carlos Augusto Diógenes Pinheiro para cidades do interior. Esse deslocamento deixou a militância partidária na cidade sem uma assistência direta do núcleo dirigente, agravado ainda mais pelo deslocamento de militantes para a região do Araguaia.

Segundo nos relatou Arnóbio Viana, a estrutura partidária da direção regional em Salvador foi reestruturada no ano de 1972 com a vinda do dirigente do C.C, Luís Guilhardini, para coordenar a reunião de integração de militantes da AP à estrutura do PC do B, ocorrida em 1972. Na ocasião, seriam incorporados ao C.R os militantes Arnóbio Viana e “Valdir”, cujo codinome era “padre”, estudante da Universidade Católica do Salvador e com identidade desconhecida, e membros vindos da AP como José Baptista Franco Drummond, Edson Silva e uma militante que atuava em Sergipe, cujo nome também é desconhecido (VIANA 24/11/ 2003)⁹⁵. Além deles, compunha o C.R o comunista José Duarte, membro do C.C e dirigente regional do Ceará deslocado para a Bahia em 1972 (BNM 696/1973).

Contudo essa direção logo enfrentaria problemas orgânicos devido à repressão policial ocorrida entre os anos de 1971 e 1973 que, além de provocar várias prisões de militantes de base, atingiu membros do C.U e C.R. Como veremos no capítulo a seguir, as prisões significaram o fechamento de um ciclo na trajetória da militância no estado.

⁹⁵ Não foi possível saber a identidade de alguns militantes e dirigentes. Os ex-militantes justificaram que a clandestinidade impedia saber a verdadeira identidade das pessoas. Mas é preciso registrar também que alguns ex-militantes não têm interesse em revelar a sua participação política. Fiz a opção de fazer as referências com a pretensão de que, futuramente, essas pessoas possam ser identificadas e para evitar o mínimo de informação imprecisa.

CAPÍTULO IV

ESTERTORES DA LUTA ARMADA:

REPRESSÃO E PRISÕES

O APARATO DE SEGURANÇA E A REPRESSÃO ÀS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

No dia 15 de janeiro de 1972, os jornais *A Tarde* e *Jornal da Bahia* divulgavam comunicado do Comando de Operações de Defesa Interna (CODI-6) sobre a prisão de militantes do PC do B e da AP ocorrida meses antes, em agosto de 1971. Eram acusados de promover reuniões para reestruturar a ABES, vinculada às organizações de esquerda clandestinas⁹⁶. Com o título “Subversão no meio Estudantil: Alerta aos Pais”, a nota “alertava” a família baiana que seus filhos, estudantes universitários e secundaristas estavam sendo contaminados pelo “[...] germe do comunismo, veneno inoculado por falsos amigos e indivíduos mais velhos que, face sua experiência subversiva, conseguiram manter-se fora da lei [...]”. Os pais deviam ainda manter sob vigília os seus filhos para que não fossem “inocentes úteis nas mãos de experientes agentes da subversão comunista” (JORNAL DA BAHIA, 15/01/1972).

⁹⁶ A versão dos órgãos repressão era de que havia sido descoberta uma organização estudantil, ABES, vinculada a AP. Após investigações, foi revelada a ligação com o PC do B. Como ressaltamos no capítulo II, AP e PC do B procuravam reorganizar a entidade.

As expressões “germe do comunismo”, “falsos amigos”, peritos em “subversão”, “inocentes úteis” revelavam de forma contundente a hegemonia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra e implementada após o golpe de 64, na qual para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação previa que o “[...] Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos inimigos internos e da guerra psicológica (ALVES, 1987, p. 26). Para a autora, utilizando-se da ênfase da constante ameaça dos “inimigos internos” à nação, a Doutrina produziu na população um clima de suspeição, medo e divisão que permitiria ao regime militar desencadear campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas.

Essa lógica ficou evidente na justificativa utilizada pelos órgãos de segurança, que declaravam que os militantes - estudantes secundaristas e universitários - pretendiam “[...] fazer renascer a estrutura regional da subversão de esquerda no meio estudantil para tentar retomar a agitação dos idos de 68 [...]”(JORNAL DA BAHIA, 15/02/1972). Recorria, assim, ao clima de medo e suspeição a fim de construir legitimidade à ação repressiva. Ainda mais se considerarmos que o comunicado do CODI-6 tinha a finalidade de atingir os universitários que participaram do exame interno na UFBA, aplicado aos alunos do primeiro ciclo básico no final de dezembro⁹⁷. Os oficiais argumentaram que divulgavam as prisões ocorridas a fim de que “extremistas” não aproveitassem o clima confuso da Reforma Universitária para novos tumultos, e confessavam ter sido “[...] um milagre do Senhor do Bonfim não haver agitação durante o exame de seleção [...]”, cujo resultado da seleção tinha sido divulgado três dias antes (A TARDE, 12/01/1972; 15/01/1972).

Os órgãos de segurança operavam, conforme refletiu Marionilde Magalhães (1997), numa “lógica da suspeição”, cuja base consistia no complexo sistema de repressão que tinha a função não somente de combater a subversão, mas “[...] reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem”, valendo-se da vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade.

Segundo Maria Helena Morcira Alves (1987) o aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional começou a ser montado logo após o golpe de 64 com vista a garantir a segurança pela eliminação do “inimigo interno” e se constituiu em uma vasta rede de informação política, órgãos

⁹⁷ Fizemos referência ao “exame específico” no cap. II.

e organizações diretamente responsáveis pelas ações repressivas e uso das Forças Armadas no controle político interno. A repressão política também teve sua base jurídica: os Atos Institucionais.

Em 9 de abril de 64, foi assinado o primeiro dos Atos Institucionais (A-I) instaurando o ciclo de expurgo de parlamentares, diplomatas, membros das Forças Armadas, funcionários públicos e lideranças políticas vinculadas ao governo de João Goulart. Nessa primeira fase, criou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI). O regime militar também montou toda uma estrutura jurídica, limitou os poderes do Congresso Nacional, restringiu a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário e atribuiu a Justiça Militar a competência do julgamento de todos os crimes a ela relacionados e formalizou a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPM).

No segundo ciclo (1965-1966), o Ato institucional nº 2 objetivou consolidar os expurgos na burocracia do Estado e nos cargos eleitorais. Em 1965, o governo Costa e Silva implantou o Centro de Informação do Exército (CIE), criado com a função de estruturar um sistema de informação que “pudesse fazer frente a investidas de forças de esquerda” (D’ARAÚJO, 1994). Com o AI-5, estendeu-se o aparato repressivo a setores da população, consolidou-se a rede de informações e uso das forças militares para emprego da violência, suprimiu direitos constitucionais e garantias individuais como o Habeas-Corpus e implementou a Lei de Segurança Nacional (PROJETO: BRASIL NUNCA MAIS (1985), ALVES (1987), D’ARAÚJO, 1994).

O aparelho repressivo se constituiu fisicamente na existência dos Serviços Secretos de cada um dos três ramos das Forças Armadas, identificados como E-2 (Exército), M-2 (Marinha) e A-2 (Aeronáutica), cuja missão seria o controle do “público interno” por meio de departamentos chamados de Segundas Seções. Estas operavam com comando específico e procediam tanto a vigilância política quanto a repressão física, direta e a tortura para obter as confissões e declarações de presos políticos (ALVES, 1984, p. 173-174, D’ARAÚJO, 1994b). Até 1967, a repressão política cabia ao Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e as polícias estaduais por meio da Secretaria de Segurança Pública, que coordenavam as atividades do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS ou DOPS). Em 1969, foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN), financiada por industriais brasileiros e com base em São Paulo (ALVES, 1984; SILVA, 2003).

Em 1970, foram criados os Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e seu braço armado Destacamento de Operações e Informações (DOI) que ficariam conhecidos pela sigla

DOI-CODI. O CODI passou a reunir sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, Secretaria de Segurança Pública (polícia estadual) e o Departamento de Polícia Federal, com a função de fazer o planejamento, controlar e executar as medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas. (D' ARAUJO, 1994b, p. 17).

As operações de prisões dos militantes das organizações de esquerda na Bahia seriam coordenadas pelo CODI-6 da 6ª. Região Militar, que englobava Bahia e Sergipe e enviava cópias dos serviços de segurança para o IV Exército sediado em Recife, o qual recebia todas as informações colhidas pelos comandantes do Nordeste (FIUZA DE CASTRO, apud D' ARAUJO, 1994b, p. 39-51). As atividades foram planejadas e orientadas pela lógica da disciplina militar com vistas a enfrentar o que os agentes entendiam como “guerra revolucionária” (MAGALHÃES, 1997, p.2).

A partir de 1971, as atividades dos militantes do PC do B estariam sob a mira dos órgãos de segurança e se intensificaram com a descoberta do núcleo de guerrilheiros no Araguaia, em abril de 1972, quando foi iniciada a primeira campanha de repressão comandada por tropas do Exército. Até então a militância do PC do B esteve salvaguardada da repressão policial, naquele momento, completamente, voltada para desestruturar os grupos de esquerda armada que atuavam em Salvador. Primeiro, foi a DI-Ba/Var-Palmares desestruturada entre os anos 1969 e 1970, depois o PCBR no final de 1970 e, por último, o MR-8 atingido em 1971, com a morte, inclusive, de Carlos Lamarca, recém-incorporado a estrutura da organização e deslocado para a Fazenda Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas (SILVA, 2003). A partir de 1970, ocorreriam prisões na base da AP, com a “queda” do Comando Regional em 1971 e detenções em 1973, com a prisão e morte sob tortura de Gildo Macedo Lacerda, levado de Salvador para o DOI-CODI de Recife (OLIVEIRA JR, 2002, MIRANDA, 1999, p. 495-501).

Segundo análise de Sandra Regina da Silva, a ação política da Var-Palmares, PCBR e o MR-8 em Salvador se constituiu momento relevante da resistência armada ao regime militar na Bahia. Foi em Salvador que o PCBR tentou reconstruir a Direção da organização, após as prisões dos dirigentes Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender e o assassinato de Mário Alves, em 70. O PCBR, inclusive, executou ações armadas na cidade, como o assalto à agência do Banco da Bahia, na Liberdade, em maio de 70. Além disso, planejou e levantou informações para seqüestrar o cônsul norte-americano, Alexander F. Watson, residente na capital, cujo plano foi suspenso próximo à execução ao terem conhecimento de que os órgãos de segurança

investigavam uma casa no bairro de Cidade Nova, alugada pela organização. Também seria na Bahia que o MR-8 pensava deslanchar os planos da guerrilha rural com a chegada de Carlos Lamarca, embora a organização, originariamente, concebesse Salvador uma cidade salvaguardada das ações armadas e servindo como área de “recuo” para a chegada de dirigentes perseguidos em outros estados. Todas essas ações políticas estiveram na mira dos órgãos de segurança e as prisões que ocorreram significaram o desmantelamento dos grupos armados (SILVA, 2003).

Não é possível analisar a atuação de um grupo partidário durante um regime de exceção sem incluí-la na relação dinâmica com a repressão política, pois os campos opostos se relacionavam mutuamente: a organização ao estabelecer critérios de segurança para não sucumbir diante das prisões de militantes e quadros dirigentes, por outro lado os órgãos de segurança se constituíam em função da ação repressiva por considerarem os que se opunham ao regime, potencialmente, perturbadores do desenvolvimento econômico e da ordem social propagada pela ditadura militar. Neste embate, as forças de repressão saíram vitoriosas e a maioria das organizações de esquerda foi desmantelada.

Resta-nos examinar como esse embate de forças atingiu os militantes do PC do B. Entre 1971 e 1973, os órgãos de segurança conseguiram obter informações e localizar a estrutura do C.S e parte do C.U em Salvador, e do “Comitê Sul da Bahia” com a prisão de militantes que moravam em Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus e Camacã.

Antes desse período, foi registrada apenas uma prisão, mas que não foi relacionada ao partido. No dia 4 de junho de 1970, o membro do C.U e estudante de Medicina, Dante Coelho Guedes, foi preso, em flagrante, acusado de distribuir “material subversivo” no bairro de Matatu de Brotas. Foi surpreendido por um agente policial que o levou para prestar depoimentos na 6ª Delegacia no referido bairro. O panfleto “Ao Povo” fazia denúncias contra o aumento das passagens do transporte público, alusão à derrubada da ditadura militar e classificava o governo de “fascista” e de prender e torturar estudantes, operários, camponeses e padres. Durante interrogatório, Guedes declarou que recebeu o panfleto de uma pessoa desconhecida e que apenas lia o material, quando foi abordado pelo policial. Foi indiciado na Justiça Militar, mas absolvido por falta de provas (BNM 268/70, p. 17-19, 49-54, 141-149).

Já as prisões ocorridas entre 1971 e 1973 significariam a interrupção de trabalhos políticos em curso, prisão de militantes de organismos de base e deslocamento de dirigentes para outros

estados onde viveriam clandestinos. Concluía-se, de forma quase inequívoca, um percurso na trajetória da militância do PC do B que tinha se construído com perspectiva de fazer lutas de massa e a luta armada. A militância que entrou no partido a partir de 1973 teria ação política, eminentemente, de massa e com influência cultural no segmento universitário. Com novo contexto de “distensão lenta e gradual” do governo do general Ernesto Geisel, consolidaria a hegemonia no movimento estudantil e participaria da reorganização da sociedade civil junto aos movimentos populares e às associações de bairro⁹⁸.

Como esta dissertação pretende delinear a trajetória da militância do PC do B a partir de sua gênese em 1965, fizemos a opção de finalizar o trabalho analisando os acontecimentos ocorridos neste período em que o partido ficou mais vulnerável à repressão política. No primeiro momento, analisamos as prisões e a entrada na clandestinidade. No segundo, fazemos uma breve reflexão sobre estes momentos cruciais na perspectiva de que houve mudanças nos métodos de organização política para preservar a estrutura partidária. Além disso, ficaria evidenciada a perspectiva de consolidação da inserção político-cultural dos militantes do PC do B no movimento estudantil, promovendo eleições indiretas para o DCE e a conquista de diretórios acadêmicos.

Nesse período, também ocorreu a incorporação de parte de membros da AP que aderiram ao PC do B em 1973. Não é nosso objetivo abordar a entrada da AP, consideramos que, para a periodização desta pesquisa, a repressão política e as prisões foram eventos que simbolizam o término de um ciclo na trajetória partidária.

No final de 1973, oito anos após a criação de um núcleo na Faculdade de Direito, da UFBA, o PC do B guardaria poucas semelhanças com os militantes fundadores e ganharia novos sujeitos para continuar sua trajetória.

4.2 AS PRISÕES

⁹⁸ A partir de 1975, militantes do PC do B junto a profissionais liberais e setores progressistas da Igreja participaram do “Trabalho Conjunto”, que visava reorganizar as associações de bairro e reivindicar melhorias para os problemas de moradia, urbanismo, saneamento, entre outras. Análise e informações detalhadas Cf. ESPÍNEIRA (1996).

O regime militar no país foi marcado pela institucionalização dos métodos repressivos, da prisão e da tortura. O controle político criou uma “cultura do medo”, alicerçada no “silêncio” imposto à população pela rigorosa censura aos veículos de comunicação e o consequente sentimento de “isolamento” naqueles que ousavam militar em organizações de esquerda e/ou movimentos sociais de oposição. Em decorrência, o sentimento geral da sociedade seria de descrença na possibilidade de reativar canais legais de oposição. “[...] Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da cultura do medo que permitiu ao Estado impor-se com poderes quase ilimitados. (ALVES, 1987, p170).

Numa sociedade sob o controle do Estado com poderes cada vez mais ilimitados a “cultura do medo” adquiriu o significado para os que aderiram à luta armada – seja imediata ou lenta e prolongada – de possibilidade de prisão, tortura, morte e desaparecimento. De modo que a maioria dos militantes experimentou a militância sob a possibilidade de ser preso. Esse medo social e coletivo, muitas vezes concretizado, deixou vestígios ao longo do tempo.

É interessante observar como alguns militantes do PC do B interpretaram a experiência da prisão ocorrida em agosto de 1971. Minimizando os fatos passados há mais de trinta anos, eles consideraram que o acontecimento tinha um significado menor face às histórias de prisões e morte de outros militantes, muitos deles mortos sob torturas. Alegavam que ficaram preso apenas um (1) dia e os que tinham sido levados a julgamento a Justiça Militar os absolveu. Alguns ressaltaram que a prisão não teve impacto para a desestruturação da organização, reproduzindo assim a idéia da inviolabilidade do partido acima de qualquer experiência individual, até mesma da prisão e da ameaça psicológica que deixam marcas indeléveis. Para alguns militantes o passado parece, aparentemente, não lhes evocar lembranças e preferem deixá-lo no esquecimento⁹⁹.

As razões pelas quais a lembrança do período estaria silenciosa nem enaltecida pelos próprios participantes também podem ser compreendidas pelo caráter efêmero da memória. Trinta e um anos se passaram, os militantes não pertencem ao mesmo grupo, romperam com o

⁹⁹ Alguns ex-militantes se recusaram a relatar suas histórias de vida, alegando motivos variados, um deles sintomático da “cultura do medo” foi expresso na seguinte frase: “eu já paguei, fui processado e absolvido”. Outros ex-membros demarcaram claramente um posicionamento ideológico. Diante da possibilidade de relatar a trajetória pessoal na organização, recusaram-se com a justificativa de que não querem falar de um partido com o qual não reconhecem mais laços de identidade, assumindo uma postura de relegar ao esquecimento a sua própria ação. Portanto, só, aparentemente, a memória sobre um período está concluída, ela é um processo em construção, dinâmico e sofre as negociações com os novos papéis sociais que as pessoas exercem no presente.

partido e foram para outras organizações, houve rompimentos dos laços afetivos ou apenas deslocamento físico. Pessoas que não se vêem mais, vidas que partilham outras experiências. Segundo o estudioso da memória coletiva, Maurice Halbwachs, a memória é social, a lembrança do vivido se assenta na experiência vivenciada pelo grupo e novos deslocamentos alteram a percepção sobre os fatos vivenciados (1990, p.34).

Embora os participantes das prisões, consequências da própria ação política, não evoquem o ato em si, é importante compreendê-lo à luz de uma análise histórica. As prisões ocorreram entre os dias 30 de julho e 10 de agosto de 1971. Foram presos 16 militantes secundaristas do PC do B¹⁰⁰ e 14 da AP¹⁰¹, sendo que seis eram menor de idade acusados de promover reorganização de entidade estudantil extinta e com vínculos com PC do B, conforme consta no processo militar BNM 367/71.

Nem os depoimentos orais nem os processos judiciais são conclusivos para saber como os órgãos de segurança chegaram aos militantes de ambas as organizações. A partir da interpretação das fontes disponíveis – documentos orais e processos militares – podemos estabelecer algumas conclusões: as detenções devem ter coincidido com as investigações sobre a participação de Carlos Lamarca, militante do MR-8 e morando na Fazenda Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia¹⁰².

No ofício 225, enviado em 13 de agosto de 1971 ao Departamento de Polícia Federal da Bahia, Nilton Albuquerque Cerqueira, então Major-Chefe da 2ª seção do EMR/6 e responsável pelas investigações para prender Carlos Lamarca, informava que, em decorrência da prisão de

¹⁰⁰ Militantes que foram presos: Antônio Danilo Barreto, Evandro França Pio; Dilson Araújo Peixoto; Roberto José Meyer Nascimento, Maurício Lima Barreto; Fábio Antonio Magalhães Nóvoa, Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, Maria Zita de Carvalho Braga, Ângela Maria Medrado Brasileiro, Manoel Antônio dos Santos Neto, José Lourenço Bezerra Neto, Osvaldo Gouveia Ribeiro, Valdenor Morreira Cardoso, Carlos Eduardo Ferreira Carvalho e Paulo Jorge Nunes (amigo pessoal de José Lima Piauhy Dourado) e Itajaci José Santos Figueiredo. Também foram indiciados Dermeval Pereira, José Lima Piauhy Dourado, Uirassu de Assis Batista, e Gabriel Krzychete Sobrinho (preso, posteriormente, em 72). No total, 20 pessoas indiciadas.

¹⁰¹ Foram acusadas 14 pessoas de pertencer a AP, apenas sete secundaristas, os demais são militantes universitários, membros do partido com vínculo com secundaristas e trabalho no campo. Secundaristas vinculados a AP: Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida, José Eduardo F. Kruschewsky, Luiz Fernando Silva Pedroso, Siomara Etelvina Oliveira Orrico, Francisco Vasconcelos, Edval Passos, Meroia Mirian Carneiro Pereira, Josidelte Pereira de Oliveira e Antonio Sergio Melo Martins de Souza (militante clandestino assistente da base secundarista). Os demais são Walter Simões Ribeiro, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Creusa Ione Borges, Euclides Pirneuu Cardoso e Ricardo José Dias Melo.

¹⁰² Carlos Lamarca foi morto em 17 de setembro de 1971, junto com José Campos Barreto, quando descansavam embaixo de uma árvore, perto de Pintada, distrito de Ipupiara, após terem empreendido fuga contra o cerco dos órgãos de segurança que durou do dia 28 de agosto até 17 de setembro. As operações de cerco foram coordenadas pelo major Nilton Cerqueira (SILVA, 2003; MIRANDA, 1999).

Antônio Sérgio Melo Martins¹⁰³, militante da AP, foram presos oito membros da organização entre os dias 30 de julho a 1º de agosto. No dia 3, houve a prisão de dois ativistas do PC do B. Entre os dias 9 e 10, seriam presos mais seis militantes do PC do B que atuavam no segmento secundarista para reorganizar a ABES (OFICIO 225 E2/71, BNM 367, p. 55-56).

Provavelmente, informações preliminares sobre o paradeiro de Carlos Lamarca no estado fizeram com que os órgãos de segurança levantassem dados sobre as organizações de esquerda que atuavam em Salvador. Em consequência, teria sido descoberta a base de militantes da AP. Com base no relatório cronológico das detenções enviado à Polícia Federal, para tomar os depoimentos cartoriais, os militantes do PC do B foram detidos após prisão de ativistas da AP (Cf. OFICIO 225 E2/71)¹⁰⁴.

A partir da prisão de militantes do PC do B, os órgãos de segurança tiveram acesso ao organograma completo da organização com base em colégios e a participação na reestruturação da ABES, atribuindo a alguns deles funções de diretoria. O primeiro militante do PC do B detido foi Osvaldo Gouveia Ribeiro, ex-estudante do Colégio “Central” e, à época, aluno da Área III, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da UFBA.

A maioria dos militantes ficou detido na unidade do Quartel de Amaralina. Manoel Neto, à época com 17 anos, foi levado da sua residência no dia 10 de agosto, e nos relatou que “[...] quando cheguei preso em Amaralina em 71 eu encontrei um quadro com o organograma completo do partido com os nomes preenchidos” (01/07/2000).

O organograma era colocado em uma das salas de interrogatório à vista dos militantes que foram presos. Alguns se apresentaram à Polícia Federal para prestar declarações ao tomarem conhecimento que seu nome foi incluído como integrante da ABES ou porque estavam sendo procurados pela polícia. Segundo Fábio Nóvoa, ele dormiu cinco dias na casa de parentes até se apresentar para prestar depoimento, isto depois de ter sido procurado em sua própria residência. Como nos relatou:

¹⁰³ Não há informação precisa de como teria ocorrido a prisão de Antônio Sérgio Melo Martins, este estava clandestino em Salvador e era assistente da base secundarista, conforme nos relatou Jorge Almeida, ex-militante da AP.

¹⁰⁴ Valemos-nos das informações dos órgãos de segurança e dos depoimentos cartoriais para reconstituir o contexto social de institucionalização da repressão política e dos métodos de obtenção de informações, porém reconhecendo que os mesmos foram obtidos em situações-limite de ameaça física e psicológica. Reproduzo relatório na seção “Anexos” como informação histórica, sendo destituído de julgamento moral. O mesmo procedimento foi adotado em relação aos depoimentos orais que relatam como teriam ocorrido as prisões.

“[...] eu estava estudando na casa de um colega, meu irmão ligou e disse que tinha havido em casa duas pessoas estranhas. (...) Eu segui para o colégio (*Antônio Vieira*). Eu desconfi e minha mãe, preocupada, foi até a escola. Lá em frente a escola, ela viu as mesmas pessoas que foram para a minha casa. Eu sai pelos fundos do colégio.. (...) eu fui para casa de uma parente, dormi cinco dias ou uma semana” (NÓVOA, 7/6/2000).

Durante as investigações, a tática utilizada pelos órgãos de repressão foi a de conduzir militantes – no caso membro do PC do B - para identificar pessoalmente na porta dos colégios e na residência os colegas partidários com os quais tinham atividades e faziam reuniões (NETO 01/07/2000, NÓVOA 7/06/2000). Com a descoberta da base secundarista, a repressão teve conhecimento da militância de Demerval Pereira, identificado-o como membro do C.R e sendo procurado por agentes do CODI-6, como relatamos anteriormente.

Uma das conseqüências da “queda¹⁰⁵” dos secundaristas foi a interrupção do trabalho de reorganização da entidade estudantil secundarista – ABES -, e das atividades culturais e de revitalização dos grêmios planejada pelos estudantes, como nos assinalou Fábio Nóvoa. Alguns militantes retomaram os vínculos com a organização porque eram lideranças com trabalho de massa e tinham atuação na estrutura universitária; outros abandonaram por completo a militância orgânica, seja por decisão pessoal ou porque a organização não os incorporou a vida orgânica partidária por estarem respondendo ao processo judicial. Também era obrigatório cumprir o período de seis meses, chamado de “quarentena”, até voltar a normalizar os contatos com o partido, feito geralmente com a apresentação de um relatório contando como ocorreu a prisão e como ela sucedeu, isto quando havia a predisposição de retomar a militância partidária. A prisão em si, além de possíveis traumas psicológicos, provocou a suspensão de matrículas e expulsão de alunos dos colégios públicos (NETO, 01/07/2000). É possível que, em muitos casos, o ex-militante possa ter permanecido como “amigo e/ou simpatizante” do partido.

Em virtude da “queda” dos secundaristas em Salvador, a base partidária em Alagoinhas também sofreu refluxo no que diz respeito à reorganização da ABES. O organismo de base na cidade tinha assistência de Celeste Dantas, integrante do C.U e residente em Salvador. Ela seria o elo orgânico entre a organização e os secundaristas. Após tomar conhecimento das prisões, os militantes estudantis em Alagoinhas passaram a ter uma ação, eminentemente, local, antes participavam de atividades conjuntas com os estudantes de Salvador para reorganizar a ABES.

¹⁰⁵ Termo utilizado para se referir às prisões.

Em Alagoinhas, a base partidária se formou no início do ano de 70 com os militantes Antonio Fernando Xavier dos Santos (Fernando Aranha), Hildebrando Dias e Celeste Dantas. O núcleo de estudantes mobilizados no movimento estudantil secundarista teve 15 pessoas que participaram de uma reunião chamada I Congresso dos Estudantes de Alagoinhas, realizada ainda no ano de 70¹⁰⁶. O ex-militante Hildebrando Dias relembra que as prisões ocorreram no momento em que os estudantes se preparavam para fazer o jornal chamado “Comunicação” e a encenação de uma peça teatral. Dois anos depois de criada, a base chegava ao fim com o indiciamento de sete pessoas, cinco militantes, hum simpatizante e hum em processo de recrutamento, todos do sexo masculino e com atuação na cidade (BNM 376)¹⁰⁷.

A prisão dos estudantes em Alagoinhas esteve circunscrita na lógica da “suspeição”, citada anteriormente, como demonstraram os acontecimentos relatados pelos militantes e o inquérito policial. Segundo nos relatou Hildebrando Dias, o estudante secundarista Humberto Lima Primo, então com 19 anos, servia no quartel da cidade e levou o livro “*Subterrâneos da Liberdade*”, de Jorge Amado, como recomendação de leitura para um colega. Um oficial teria desconfiado e quis saber quem repassou o livro.

No Relatório nº 79/72, referente aos custos de viagem de agentes da Polícia Federal, datado de 15 de agosto de 1972, os policiais relataram que saíram às 12h30min do dia 11 de agosto de 1972 para as cidades de Alagoinhas e na fazenda Frade com a missão de [...] integrar equipe do CODI-6 a fim de efetuar a detenção de elementos ligados a uma organização subversiva [...]”. Os agentes retornaram às 12h55 do dia 12 de agosto, trazendo Humberto Lima Primo, preso quando este se encontrava na sede do Tiro de Guerra da cidade, e o simpatizante da organização Nezito Rocha Prado, proprietário de uma relojoaria e que doava dinheiro aos estudantes. Além deles, também foi preso na Fazenda Frade, situado no município de Inhambupe, Wanderley Bonfim, irmão de Wanderlan Bonfim preso anteriormente como integrante do MR-8 (RELATÓRIO DE VIAGEM, nº 79/72, BNM 376, p.40-41)¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Celeste Dantas e Hildebrando Dias nos relataram a presença de quatro mulheres militantes secundaristas, duas delas filhas de velhos ferroviários, antigos militantes do PCB, que colaboravam como simpatizantes, outras namoradas dos secundaristas, mas consideradas militantes. Algumas pessoas que estiveram vinculadas a esse núcleo secundarista foram incorporadas, posteriormente, à estrutura do C.U como Eulina Lordelo.

¹⁰⁷ Hildebrando Dias, Antônio Fernando Xavier, Humberto Lima Primo, Jacome Mutti, Nezito Rocha Prado, Wanderley Macedo Bonfim e Jackson Barros Conceição. Este último estudava em Salvador, mas dava aulas no colégio particular em Alagoinhas e a família morava na cidade.

¹⁰⁸ Os militantes foram levados para unidades militares como Quartel de Amaralina e Quartel dos Fuzileiros Navais, além da Polícia Federal. Cf. BNM 376/72.

Também foram apreendidos em posse dos acusados os panfletos e documentos estudantis como “A luta dos estudantes contra a ditadura militar-fascista e pela defesa da liberdade, cultura, progresso e independência nacional” e o exemplar “Hoje no mundo: uma política a favor da revolução na América Latina”, assinado por padre José Comblim, de junho de 1968. Não foi encontrado nenhum documento vinculado ao PC do B¹⁰⁹.

Depois do dia 30 de agosto, conforme relatório nº 79/72, seriam presos os demais integrantes da base secundarista. Mesmo tendo conhecimento da prisão de Humberto Primo, os secundaristas continuaram na cidade, como nos relatou Humberto Dias.

[...] todos nós não estávamos preparados para a clandestinidade nem para fugir para outro lugar, por isso nós ficamos aqui. Esperando, quem sabe, ser preso. Na verdade, ninguém tinha preparo para pertencer ao partido clandestino. No máximo, talvez pudesse ficar clandestino. Mas não possuía estrutura para a guerra. Quando eu cheguei na Polícia Federal o major disse: vocês sabiam que o negócio era luta armada. Está morrendo gente na transamazônica. Vocês são fichinhas, muito jovens, pé de chinelo.[...] (DIAS, 02/12/2000).

Acusados de militar no PC do B e de promoverem reuniões clandestinas pró-ABES no sítio de propriedade da família de Jacome Mutti Neto, os estudantes ficaram presos até 40 dias e submetidos à tortura na fase dos interrogatórios, como denunciaram à Auditoria Militar (BNM 376/72, p.211). É ingenuidade acreditar que os esquemas de segurança propalados pelas organizações de esquerda pudessem resistir à repressão policial. De modo que as “quedas” se sucediam uma às outras. Para desmistificar a falsa idéia de que “é possível não falar” diante de coações ou tortura, porque mais do que julgamento moral significa desconhecimento de como os órgãos de segurança agiam de forma integrada para obter informação sobre as organizações de esquerda, é válido observar como Hildebrando Dias, à época secretário de organização da base em Alagoinhas, lembrou da prisão e da situação-limite pela qual passaram:

¹⁰⁹ Os documentos não foram anexados no fundo BNM 376/72.

“[...] As pessoas se constrangem de falar sobre isso. Quando a Celeste (*Dantas*) retornou da clandestinidade e me perguntou que avaliação eu fazia disso, dentro do jargão de esquerda eu disse: acho que nós capitulamos. Celeste amenizou. A verdade é isso: nós fomos presos, apanhamos pouco, (*outros*) muito e entregamos os contatos. É essa a realidade. Nós tivemos sorte dela nunca ter sido presa. A verdade é que nós nos preparávamos para não fazer isso. Nós tivemos a proeza de não dá o nome de nenhuma das militantes, nenhuma das meninas [...]” (DIAS, 02/12/2000).

Além dos militantes secundaristas, foram presos universitários como Jackson Conceição Barros, representante dos alunos da “Área III”¹¹⁰, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Barros trabalhava no Colégio Alexandre Fleming em Alagoinhas e conhecia os militantes secundaristas. Também foram indiciados no mesmo processo os militantes universitários Josué Tude Novato¹¹¹, estudante de Economia, e Antônio Fernando Montalvão, também aluno da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Os três participavam do movimento de reorganização estudantil como Representantes de Classe. As investigações levaram também a identificação dos dirigentes do C.U, Celeste Dantas e Carlos Machado, apontados no inquérito policial como integrantes do C.R.

Carlos Machado era estudante de Engenharia Mecânica e presidente do Diretório Acadêmico. Celeste Dantas era líder estudantil responsável pela coordenação dos Conselhos de Representação de Calouros, criado para viabilizar contatos e reivindicações dos estudantes junto a Congregação Universitária (como aumento de verbas, professores, salas de aula).

De modo que os vínculos existentes entre os militantes estudantis detidos e o C.U seriam relativos ao movimento de massa, embora os mesmos também distribuíssem material político como documentos e jornais. De acordo com os depoimentos à Polícia Federal, os interrogatórios eram dirigidos para saber a composição do C.R, fato que os estudantes presos desconheciam porque não tinham conhecimento da estrutura partidária. É preciso lembrar que o partido, ao longo do ano de 72, também sofria repressão em nível nacional em função da descoberta da guerrilha.

¹¹⁰ Por causa da Reforma Universitária, o regimento da UFBA previa o ciclo básico correspondente às matérias preliminares que os alunos deveriam fazer no primeiro ano após ingresso no vestibular. O aluno se inscrevia por área: Área I (Ciências Exatas), Área II (Ciências Biológicas) e Área III (Ciências Humanas). Depois de concluído o ciclo básico, realizava provas do exame interno para ser selecionado na área profissional correspondente.

¹¹¹ Josué Tude Novato era irmão de Juracy Novato, estudante de Direito no ano de 1968.

Em Salvador, desde o início do ano, os órgãos de segurança investigavam os militantes vinculados ao movimento estudantil. Em fevereiro, o militante do PCB, Ederval Araújo Xavier, foi preso acusado de ser dirigente do movimento estudantil na Faculdade de Economia no ano de 71 (IPL 14/72). No início de abril, 21 militantes estudantis da Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO) com atividades na universidade e no meio operário também foram detidos¹¹² (BNM 188/72). Seria, por intermédio, do militante polopista João Henrique dos Santos Coutinho que Celeste Dantas seria informada de que o nome dela foi indagada em um dos interrogatórios, o que levou a militante a procurar se resguardar de algumas atividades de massa (DANTAS, 17/11/2002).

Embora, na ocasião, o PC do B tivesse estabelecido normas de segurança para que os dirigentes da estrutura interna dos comitês (Comitê Universitário e/ou Comitê Regional) ficassem mais resguardado das atividades de massa, recolhendo-os aos “aparelhos” ante a ameaça de prisões, os esquemas de segurança eram frágeis como ficaria demonstrado. O partido não tinha infra-estrutura financeira para manter os membros durante longo período na clandestinidade nem “aparelhos”, e os existentes foram conseguidos pela rede de amigos e simpatizantes. Celeste Dantas nos relatou que soube que estava sendo investigada pela polícia política e buscou refúgio:

“ [...] Eu já estava recolhida. Eu fico escondida, fico no aparelho, uma coisa horrível, o aparelho não era bem fechado. Os aparelhos do PC do B eram na casa de amigos, simpatizantes que davam apoio, pessoal que era simpatizante. Eu lembro que era uma experiência horrível. *(Um desses aparelhos era na casa de)* uma moça jovem que tinha um filhinho ... Antes disso, eu fiquei escondida uma vez na fazenda (...), era uma coisa absolutamente improvisada porque o partido não tinha estrutura interna para nos esconder.” (DANTAS, 17/11/2002).

Nos depoimentos de ex-militantes, ficaram evidentes que os “aparelhos” conseguidos e as “fugas” empreendidas por alguns dirigentes estudantis resultaram da ajuda de outros membros do partido e “simpatizantes” que emprestavam carro e casas fora da cidade para que pudessem ficar escondidos. À época, isso ficava mais agravado porque se percebia que não havia um C.R,

¹¹² De acordo com processo BNM 188/73, os militantes formalizaram grupos de estudos com estudantes universitários que editaram jornal “A Faísca” e distribuíam junto aos operários da Petrobrás (BNM 188, p.123-130. p. 131-140).

suficientemente, estruturado com recursos financeiros e dirigentes capazes de garantir, com segurança, os deslocamentos destas pessoas para outros estados. Essa situação evidenciaria, para alguns ex-militantes, a ausência de C.R estruturado na cidade.

Nesse período, em 1972, foi criada uma “Comissão”, formada pelos militantes Carlos Eduardo Carvalho, Armando Paraguassu, Edson Silva e Agnaldo Rabelo, que seria responsável por fazer trabalho político com intelectuais e profissionais liberais (geralmente ex-militantes estudantis) e simpatizantes. No decorrer das “quedas” que houve, Carlos Eduardo Carvalho acabou sendo responsável pela infra-estrutura para proteger e garantir a segurança de militantes quando havia ameaça de prisão. Ele relatou, em depoimento memorialístico na década de 80, a situação difícil que os membros do partido enfrentavam e a relação distanciada que havia entre o dirigente e o militante de base:

“[...] Um caso curioso, que mostra bem aquele tal problema da relação entre dirigente e as bases, é o de um companheiro que a polícia identificou como sendo do C.R, e não era, mas os caras pensavam que era. Veio o nome dele, aberto em um interrogatório de um cara preso, e a polícia tinha só nome, daí pensaram que era um outro cara meio parecido, da mesma faculdade, mas que não tinha nada a ver. Pegaram este cara e deram um bruta cacete nele. Quando nós soubemos, pois o cara foi agarrado em plena rua, reagiu com a fúria de quem é inocente, foi um escândalo. Daí um cara do C.R, preocupado em que o companheiro não fosse sumir e dar bandeira de ser culpado, uma preocupação justa, resolveu sem nos falar nada mandar o cara voltar para a faculdade, quando a polícia já estava tratando de descobrir quem ele era realmente, e nós já sabíamos, pois tínhamos conseguido saber informações que a barra tava pesada mesmo, e o cara do C.R mandou ele reaparecer sem sequer nos ouvir, e graças a isso quase o camarada foi preso [...] (CARVALHO, 1980).

Além das prisões que atingiram a base estudantil, foram investigados ex-militantes estudantis, alguns deles desligados da organização que prestariam declarações aos agentes integrantes do CODI-6 e da Polícia Federal, embora os depoimentos não tenham se transformado em peça de inquérito policial¹¹³. O estudante de História da Universidade Católica, Raimundo Batista Luz, ficou 40 dias preso, mas não foi indiciado judicialmente. Ele nos relatou que os

¹¹³ Não dispomos do número exato de pessoas que seriam investigadas pelos órgãos de segurança, mas foram interrogados pelo coronel Luís Arthur de Carvalho, delegado regional do Departamento da Polícia Federal. As prisões foram relatadas pelos depoentes Celso Cotrim, Raimundo Batista Luz e informação informal com Gileno Amado, ex-membro do C.R, e Amalio Couto. Os quatro compareceram à Polícia Federal.

agentes federais queriam obter a informação de quem era da Direção partidária: [...] eu percebia que estava sendo seguido. Eles me prenderam porque pensavam que eu poderia levá-los até o Rafael¹¹⁴. Eles pensavam que eu tinha atividade orgânica. Eu já não tinha mais militância orgânica” (BATISTA DA LUZ, 19/11/2000).

Em decorrência das investigações realizadas e informações com os militantes detidos, a repressão identificou, em outubro de 73, o “aparelho” onde ficava guardado o mimeógrafo e era impresso o material de propaganda partidária como *A Classe Operária* e documentos. A casa de propriedade de um operário, simpatizante da organização, era usada como residência pelo ferroviário José Duarte, militante comunista desde a década de 40, à época dirigente do C. R e membro do C.C.

Para o ex-dirigente do C.R, Arnóbio Viana, a prisão de José Duarte foi uma “fatalidade”, devido à infração de normas de segurança, pois normalmente não era para o dirigente residir na casa onde funcionava a imprensa do partido. Consumada a prisão, a providência imediata era comunicá-la aos demais dirigentes regionais e ao C.C, afinal se tratava de um antigo dirigente e membro da maior instância do partido. Mas quem fazia essa ligação com o C.C era o secretário Sergio Miranda de Brito, deslocado para Vitória da Conquista e com paradeiro desconhecido para os membros do C.R, pois estava dedicado às ações políticas realizadas na região sul da Bahia. As dificuldades ficam evidentes no depoimento de Viana:

“[...] Ele (*Duarte*) tinha um encontro com a Cristina (*Sá Oliveira*). Não apareceu. Cristina me procurou. E a gente desconfiou que ele tinha sido preso. A nossa preocupação era divulgar a possível prisão. O que é que eu fiz? Eu fui a Vitória da Conquista, lembrei que Ruizinho (*Ruy Medeiros*) estava lá. Ruy conhecia o Sérgio. Para você ver como as coisas eram estancadas, eu não tinha a mínima idéia onde estava o Sérgio (*Miranda*). Sabia que ele andava por lá. Eu me lembrei, procurei o Ruy, e por meio do Ruy, localizei o Sérgio, e foi por aí. (...) Ele (*Duarte*) não abriu absolutamente nada. Sou combatente da revolução ou algo parecido (...). Eles só conseguiram identificar o Duarte quase uma semana depois” (VIANA, 24/11/2003).

A prisão de Duarte foi divulgada na rádio Tirana e, em abril de 1973, em *A Classe Operária* (A CLASSE OPERÁRIA, nº 73, ano IX, 1973). Preso em outubro de 72 com 65 anos, Duarte foi levado para DOPS de São Paulo e unidades militares de Brasília, Recife (Pe) e

¹¹⁴ Como citado anteriormente, fez-se a opção de usar o codinome. Mais informações ver nota 17, p. 37, no capítulo I desta dissertação.

Fortaleza (Ce). Em 17 de julho de 1973, na 10ª Auditoria Militar, em Fortaleza, ele denunciou as agressões físicas e torturas sofridas (BNM 696, p. 632-635). No início do mês de abril, os órgãos de segurança divulgaram na imprensa nota sobre a detenção do dirigente José Duarte, na Bahia, e a desestruturação do C.R do PC do B em Fortaleza (Ce). Entre os membros do partido com pedido de prisão preventiva estavam o militante secundarista Gabriel Kraychete e Sérgio Miranda de Matos Brito, acusados de participar do C.R do Ceará (A TARDE, 7/04/1973)¹¹⁵.

A repressão ao partido criava uma situação peculiar porque evidenciava o rompimento de alguns militantes com a vida orgânica partidária e a dinâmica de um partido clandestino. Alguns abandonaram a militância, muito em função da interrupção dos vínculos com os militantes deslocados para outras áreas, e da emergência de novos militantes na estrutura partidária com novos contatos, novas regras de confiança e de segurança. Por exemplo, ex-militantes relataram que o partido precisava recrutar membros, mas de forma cuidadosa, uma vez que o militante não podia abrir para qualquer pessoa a vinculação com o partido clandestino.

O militante Ubirajara Dantas Batista, irmão de Uirassu Batista, nos contou o estado de apatia que ocorreu com parte da militância que entrou no partido nos anos 60. Raimundo Batista Luz também se referiu ao sentimento de “desânimo” para justificar a desvinculação com a vida orgânica partidária. É possível especular que, em grande medida, o “desânimo” teria levado a uma desagregação porque os vínculos que os ligavam ao partido também tinham sido perdidos com o deslocamento de militantes que foram para o Araguaia. Ubirajara Dantas se encontrava com regularidade com Demerval Pereira que, além de dirigente, fazia parte do seu círculo de amizade. De forma semelhante, também tinha ocorrido o deslocamento de Emilia Teixeira para a UNE. Dirigente do C.U, a militante era a assistente política na Universidade Católica do Salvador. Embora Dantas doasse, eventualmente, a colaboração financeira partidária, com a saída dos antigos contatos tornara-se difícil refazer os laços com uma estrutura orgânica que se construía com novos contatos e referências. Ubirajara Batista nos contou episódio ocorrido no início de 1973, quando recebeu a visita de um amigo que comunicava que um operário apareceu em sua casa solicitando ajuda porque tinha perdido o contato com os membros partidários¹¹⁶.

¹¹⁵ Sérgio Miranda iniciou a militância em 1965 no Ceará, Gabriel Kraychete foi qualificado por contatos como assistente da UBES na cidade, ocorrido no ano de 1972. (RELATÓRIO DE INQUÉRITO POLICIAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL N° 07/73, BNM 696, p. 442-499).

¹¹⁶ O operário a que se referiu era o dono da casa, onde estava o mimeógrafo e a “imprensa” do partido, quando da prisão de José Duarte.

“ [...] ele apareceu por lá porque estava totalmente desarticulado. Meu primo estava em Inhambupe, eu peguei o ônibus e fui para Inhambupe. “Tem um amigo nosso que está em apuros. Nós precisamos tirá-lo de circulação porque senão ele cai”. O primo nosso, fazendeiro da região, vereador da Arena, deixou ele viver na fazenda. E nós o tiramos, ele era importante na base operária. (...) Essa é uma forma de dizer que o partido estava mal.” (BATISTA, U. 22/12/1999).

Nacionalmente, o partido enfrentava problemas sérios de segurança com a prisão e morte de quatro dirigentes do C.C entre os meses de dezembro de 72 a março de 1973. Lincoln Cordeiro Oest, morto em 21 de dezembro; Carlos Nicolau Danielli, em 31 de dezembro de 1972; Luiz Guilhardini, em 4 de janeiro, e em seguida Lincoln Bicalho Roque, em 13 de março de 1973 (MIRANDA, 1999, p.198-203).

Para evitar que novas prisões ocorressem, o C.C divulgou em *A Classe Operária* uma nota em que chamava os militantes a reforçar a vigilância, mas no espírito de inviolabilidade do partido característico da mística dos partidos comunistas afirmava que elevassem “sempre mais sua consciência revolucionária”, pois o país vivia sobre um “regime terrorista”. Terminava a nota solicitando que fossem reexaminados os métodos de organização do trabalho político:

“[...] os comunistas devem reexaminar seus métodos de trabalho, tirar experiência e substituir, sem vacilação, os processos rotineiros de atuação orgânica que facilitem os golpes do inimigo. É necessário estabelecer novas formas de contato entre as bases e as organizações superiores, tendo em conta que a tática da reação, orientada pelos imperialistas ianques para liquidar as organizações revolucionárias, visa a golpear, fundamentalmente, as direções, os centros dirigentes do partido e de outras forças de esquerda.” (DO COMUNICADO DO COMITÊ CENTRAL DO PC DO BRASIL, de janeiro de 1973, apud A CLASSE OPERÁRIA, nº 73, ano IX, 1973).

A recomendação partidária, contudo, não seria suficiente para estancar novas prisões que se seguiram, pois as medidas de segurança não foram implementadas no tempo e urgência necessárias ou capazes de evitá-las. De maio a junho de 1973, os órgãos de segurança descobriram as atividades nas cidades de Ilhéus, Itabuna, Camacã e Vitória da Conquista. Conforme relatamos anteriormente, 23 militantes seriam detidos pela equipe do CODI-6 e indiciados no Art. 43, decreto 898/69, Lei de Segurança Nacional, acusados de [...] reorganizar de

fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força da disposição legal [...]” (BNM 199/73, p. 530-531).

No ofício 217, de 29 de junho de 1973, o Cel. Chefe do CODI-6, Oliveiros Lana de Paula relatou circunstancialmente a Polícia Federal as prisões e as atividades realizadas pelos militantes. Segundo o ofício, os agentes investigavam as atividades subversivas nas cidades de Camaçã, Pau Brasil, Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista desde o final do ano de 1972. Os primeiros militantes presos foram Antônio Calazans e a esposa Edvone Nascimento de Souza no dia 1º de maio; o lavrador José Eduardo Souza Oliveira no dia 7 de maio, e os demais membros do partido foram detidos no período de 26 de maio a 7 de junho de 1973.

Não existem informações sobre como os órgãos de segurança teriam descobertos as atividades políticas nas cidades do interior nem a presença de dirigentes regionais no local. Devemos lembrar que o sistema de segurança operava também com base em “infiltrações”, agentes infiltrados nas organizações guerrilheiras que repassavam informações sobre a logística e a estrutura dos grupos (D’ARAUJO, 1994b, p.118).

Neste sentido, as prisões no interior da Bahia fizeram parte de investigações realizadas em todo o país para levantar informações sobre a estrutura partidária. As detenções ocorridas em 1972 devem ter contribuído para montar “Dossiês”, com informações sobre a estrutura partidária e acerca dos deslocamentos de militantes no interior do estado.

Os militantes detidos foram levados para unidades militares situadas na capital como 4ª Companhia de Guardas do Forte do Barbalho, Quartel de Amaralina, Grupamentos dos Fuzileiros Navais, 19 BC, Forte de São Joaquim e Base Área de Salvador e Polícia Federal (BNM 199/73). Após serem submetidos aos interrogatórios, os presos políticos prestaram, oficialmente, as declarações nos “depoimentos cartoriais” na Polícia Federal, nos quais os agentes federais se encarregavam de “formalizar” o inquérito.

Os dirigentes Sérgio Miranda de Brito e Carlos Diógenes Pinheiro escaparam da região antes do cerco policial, e muito provavelmente após os presos que os conheciam conseguirem retardar a entrega dos “pontos” e das “senhas” que tinham. Se observarmos as informações constantes nos relatórios, as primeiras prisões ocorreram no início do mês e as demais só voltariam a ocorrer no final do mês. A compartimentação de informações, as regras de segurança com “codinomes” e o fato dos dois dirigentes serem militantes clandestinos vindos do Ceará contribuíram para dificultar a descoberta da identidade verdadeira e a localização das residências.

Como exemplo de como ocorreram as detenções, relatamos a prisão de Ruy Medeiros, à época advogado e funcionário da prefeitura municipal de Vitória de Conquista. O ex-militante participou do movimento estudantil em 1968 e foi membro do C.R, retomando em dezembro de 71 para a cidade natal, Vitória da Conquista, encarregado de fazer trabalho político legal com profissionais liberais. No dia 26 de maio, Medeiros se encontrou no centro de Vitória da Conquista com Antônio Calazans, ex-militante estudantil no ano de 68, em Ilhéus, e trabalhando como professor leigo em fazendas do interior, que se apresentou com a senha “sou o primo do Almeida”, codinome de Carlos Augusto Diógenes Pinheiro. Calazans pedia o contato com um membro que dava assistência ao partido.

Ruy Medeiros já tinha coberto um “ponto” anteriormente com Calazans, repassado por Pinheiro para lhe entregar pacote com medicamentos e dinheiro (BNM 199/73, p. 76-78). De modo que reconheceu a “senha” e disse que não podia conversar. Disse ao militante que retornasse em três dias, talvez tivesse alguma informação. Ambos não tinham conhecimento da identidade pessoal um do outro nem das atividades que realizavam. Após o encontro, Medeiros seguiu para o escritório, entrou numa rua e percebeu que ela estava cercada por policiais armados. Foi preso em seguida, em pleno centro da cidade. Foi levado à Polícia Federal, Forte de São Joaquim e Forte do Barbalho, locais nos quais foi interrogado e submetido a torturas durante 15 dias. Somente depois dos interrogatórios, seria levado para o Quartel de Amaralina, no qual ficaria três meses detido. Após a prisão de Medeiros, o escritório de advocacia em Vitória da Conquista foi ocupado pela equipe do CODI-6¹¹⁷.

Pacientemente, os oficiais esperaram o telefonema de Sérgio Miranda de Brito previsto para ocorrer, pois ambos mantinham contato com certa regularidade. Sérgio Miranda de Brito se apoiava em Ruy Medeiros para estabelecer contatos partidários na cidade de Vitória da Conquista. Ele nos relatou que percebeu que tinham ocorrido prisões, quando ligou para o escritório.

¹¹⁷ As informações com Ruy Medeiros foram obtidas em conversa pessoal em Salvador e por telefone. Além do encontro com Calazans, Ruy Medeiros foi confrontado com ex-militante estudantil Raimundo Batista da Luz. Este foi levado para Vitória da Conquista para ser “confrontado” com Calazans e Ruy Medeiros, como Batista da Luz nos relatou em depoimento em 19/11/2000.

“ [...] Eu cheguei na cidade e disse a senha. Nem me recordava... Mas a voz que atendeu não era a voz dele (*Rui Medeiros*). Acho que ele estava na sala ou qualquer coisa assim. E eu enrolci, falei sobre venda de livro. Eu tive consciência de que ele tinha ‘caído’. E ainda fiquei casa noite lá, uma das noites horríveis, fiquei na casa que eu estava. E no outro dia, de madrugada, eu sai de lá, e peguei o ônibus para Itabuna porque era outro contato que eu tinha. E aconteceu um episódio muito interessante na minha vida. Eu não sei se sai de Conquista à noite. Eu só sei que cheguei lá de manhã. E tinha um bar de um amigo nosso, que era meu ponto de chegada em Itabuna¹¹⁸. E como era cedo, cheguei, e tinham algumas pessoas, tinha uma praça e o bar ficava do outro lado. E tinham algumas pessoas no bar. Eu fui engraxar o sapato para esperar que aquelas pessoas saíssem, e eu ficasse com mais folga para conversar. Eu fico engraxando o sapato, e o engraxate comenta comigo: “os caras ali estão esperando um comunista, um subversivo que vai chegar”. Que coisa! Ai, ele me alerta, eu sai de lá e fui para Ilhéus. Vou para casa de um amigo lá (...) Eu não sei para onde é que eu vou, eu não sei para onde é que eu vou depois de sair dali. Eu sei que vou para São Paulo, eu sou transferido para São Paulo... Eu e o Carlos Augusto (*Pinheiro*) fomos para São Paulo. Nesse processo, eu sou cooptado para Direção do Comitê Central já em 73. [...] (BRITO, 25/11/2003)

Funcionário da CEPLAC, Paulo Cunha nos relatou que começou a suspeitar da presença de agente de segurança na região, quando soube que tinham ocorrido prisões de pessoas de esquerda.

“ [...] A repressão estava começando a prender pessoas de esquerda, comunistas antigos. (...) Eu disse a Gumercindo (*Sé Martins*) prenderam pessoas ligadas a esquerda. Estou estranhando essa movimentação de policiais na região. Gumercindo dizia: “que nada, isso é com o partidão”. Eu disse: rapaz, eu estou achando estranho. Gumercindo subestimou. Eu estava em Ibicaraí, fazendo a pesquisa do diagnóstico e recebi um telefonema dizendo: Selma (*Martins*) foi presa. E você, vai ficar ou fugir? (...). Eu fui para Guararema, procurar meu pai, ele não catava, meu irmão disse que ia se apresentar comigo. Eu passei um dia preso” (CUNHA, 28/11/2000).

Selma Martins Oliveira, militante estudantil deslocada do Rio de Janeiro para Bahia, seria presa no dia 6 de junho na CEPLAC, em Itabuna, durante expediente de trabalho. A militante teve contato com dirigentes nacionais no Rio de Janeiro e contatos locais, quando ficou clandestina em Salvador. Submetida a sessões de tortura, ficou com problemas psicológicos em

¹¹⁸ O bar era propriedade de Lodônio Oliveira, militante do partido em Itabuna, contato de Sérgio Miranda de Brito. Oliveira reconheceu o dirigente do PC do B por meio de fotografia apresentada pelos agentes federais (BNM 199/73, p. 138-139).

decorrência das agressões e ameaças sofridas. Na Auditoria Militar, seria condenada a dois anos de prisão.

Em Salvador, os militantes sabiam apenas que houve prisões na região e que as mesmas atingiram Sérgio Miranda de Brito, mas este deixaria definitivamente a cidade e foi incorporado à Comissão de Organização Nacional do PC do B junto com Pedro Pomar e Haroldo Lima, este militante da AP em processo de integração ao C.C. Meados de junho, Arnóbio Viana suspeitaria que estivesse sendo seguido e se transferiu para o estado de Minas Gerais¹¹⁹.

A última “queda” no PC do B em Salvador ocorreu em 18 de junho de 1973. Operações do DOI/IV Exército e DOI/6ª RM que investigavam militantes do MOLIPO na cidade levariam a prisão do professor de geologia da UFBA Arno Brichta que hospedou em sua casa militantes da organização. Além de materiais do Molipo, os agentes federais apreenderam edições de *A Classe Operária* e do jornal *Novo Dia* (OFÍCIO 237, BNM 213/73, p.11-13).

O boletim *Novo Dia* era editado e distribuído por militantes do PC do B e simpatizantes da organização, estudantes universitários e intelectuais (CARVALHO, 07/07/2000; MACHADO (16/11/2002). Brichta recebeu o jornal de Francisco de Assis Jatobá, estudante de Geologia e presidente do Diretório Acadêmico. O estudante pertencia à área de influência do PC do B sendo assistido por Maria Cristina Sá Oliveira (Cristina Oliveira). Eles se conheceram quando cursavam disciplinas comuns na Escola de Engenharia (Politécnica) e nas reuniões de reestruturação do DCE. Cristina Oliveira integrava o C.U e lembrou de ter repassado o jornal *Novo Dia* para Jatobá, que estaria em “processo de recrutamento” (OLIVEIRA, C. 25/11/2003).

Francisco Jatobá foi preso quando se encontrava na Faculdade de Geologia. No mesmo dia em que foi levado detido, recebeu visita do diretor da faculdade Carlos Alberto Dias, a quem pediu para mandar um recado para Cristina Oliveira, informando que a tinha citado como a pessoa que lhe entregou o material clandestino, conforme nos relatou Olival Freire, à época estudante de Física e amigo da família da militante (FREIRE, 30/08/2002). Após tomar conhecimento Olival Freire repassou o recado para um amigo em comum, que tratou de tirá-la de circulação e membros do C.U improvisaram alguns “aparelhos” para protegê-la. A militante viajaria para São Paulo onde viveria clandestina. Cristina Oliveira nos contou o que aconteceu depois de saber da prisão.

¹¹⁹ O nome de Arnóbio Viana foi citado no processo militar como um contato do partido, responsável por lhe arrumar uma casa para residir alguns dias em Salvador (Cf. BNM 199/73). Viana foi qualificado indiretamente, com ficha na Polícia Federal.

"[...]Eu tinha um encontro à tarde um encontro com uma pessoa do Regional que nos acompanhava que era o Drummond (*João Batista*). (...)Como era praxe naquela época, o que é que fazia, a gente se colocava à disposição do partido para sair dali, porque se ficasse ali seria preso.... Eu fiquei escondida uns 15 dias passando de lugar para lugar. Até no Convento de Freira eu fiquei, até que fui levada de carro até a estrada BR101, não me lembro qual a altura, mas eu sei que era perto de Feira de Santana e tomei um ônibus que estava indo para São Paulo. Eu me mudci, não tinha nada, eu tinha um contato em São Paulo de uma pessoa que não era do partido que iria me hospedar. Cheguei em São Paulo, fiquei na casa dessa pessoa que me apresentou como sobrinha [...]. (OLIVEIRA, C. 25/11/2003).

4.3: A CLANDESTINIDADE

Após o golpe militar e a intensificação da repressão política nos anos posteriores, os grupos de esquerda que pregavam a luta armada aderiram à clandestinidade seja de forma sistemática ou esporádica. Autores classificaram a "clandestinidade" como necessidade da organização política de "profissionalizar" os quadros existentes, objetivando dedicar-se ao processo de luta armada imediata e por não haver mais garantia de sobrevivência política dos militantes nos locais de trabalho e nas instâncias legais. Para as organizações, o viver clandestino representou períodos longos em "aparelhos", afastamento da sociedade e a perda da capacidade de fazer mediação política com as instâncias legais da sociedade (RIDENTI, 1993, p, 249-250). O clandestino seria ainda alguém que sofreu uma ruptura forçada com seu contexto cultural e afetivo, estaria submetido a uma espécie de exílio (FERREIRA, 1996, p. 133).

Como a atuação dos militantes do PC do B na cidade de Salvador se concentrou nos movimentos de massa, as situações de clandestinidade foram esporádicas, ocorridas quando dirigentes foram transferidos para o estado ou em momentos em que realizavam atividades clandestinas de agitação e propaganda. Na maioria das vezes, os militantes procuraram preservar a ação política legal, sem privilegiar a clandestinidade como *modus operandis* da organização. A clandestinidade, contudo, se apresentaria inevitável para os militantes que deixaram o estado.

Para os militantes baianos que aderiram à clandestinidade, ela teve um significado de incorporar uma nova identidade, romper com laços de amizade, reconstruir uma vida nova em lugares desconhecidos, distante da família e sob o temor de ser preso. Como podemos depreender do depoimento dos militantes Celeste Dantas, Carlos Machado e Cristina Oliveira, a clandestinidade lhes apareceu como alternativa de garantia de integridade física e sobrevivência política, na medida em que souberam que estavam sendo procurados pela repressão política. Celeste Dantas e Cristina Oliveira viveram em São Paulo. Carlos Machado moraria em São Luís (Ma) e depois Belém (Pa).

O momento mais difícil, como se depreende do relato dos depoentes, talvez fosse o primeiro contato com o universo clandestino que consistia em comparecer dias e/ou meses aos “pontos alternativos” à espera que alguém do partido aparecesse para lhe dar uma diretriz. Os “pontos alternativos”, geralmente, eram marcados em locais determinados previamente, onde o militante tinha que ir a uma rua específica para encontrar alguém, caso não encontrasse retornaria em outra data e se não conseguisse deveria colocar determinado anúncio no jornal até que, finalmente, pudesse estabelecer contato. Até refazer os laços, o militante viveria situações-limite de solidão, angústia, medo.

Cristina Oliveira nos relatou a sua chegada a São Paulo, após a viagem de ônibus e se hospedar na casa de um contato provisório. Precisou arrumar emprego e encontrar uma nova morada, numa cidade desconhecida, com pouco dinheiro e contratempos.

[...]Eu fui morar no pensionato na Av. 9 de Julho porque eu trabalhava no centro. Era um pensionato que só depois eu descobri que boa parte daquelas meninas era menina de programa. Eu, uma ingênuia completa. Aí, tinha uma dona do pensionato, e eram três pessoas em cada quarto, eram duas camas duplas. E eu saía pra trabalhar cedo e voltava de noite. Um dia eu descobri que a mulher tinha um namorado, a mulher já era de idade. E aí ela me contou que o namorado dela trabalhava no DOI-CODI. Menina, eu quase morro! E eu não tinha dinheiro para sair de lá porque eu já tinha pago um mês todo. Aí, eu falei, esse povo é que mexe com drogas. “Não minha filha, mexe é com subversivo. Já pegou um subversivo não sei onde”. Aí, resultado eu não podia sair do lugar, porque eu já tinha pago o mês todo e tinha que ficar lá. E o porteiro do prédio ficava me cobrando todo dia que eu tinha que preencher um diabo de uma ficha, porque os prédios em São Paulo, na época, o pessoal da OBAN exigia de todos os porteiros a ficha de quem morava. E eu ficava todo dia driblando o porteiro, driblando a mulher e não ficava mais dia de sábado nem de domingo em casa, porque eu tinha medo de encontrar o tal do homem, ele me vê e me identificar. Então, foi um mês terrível. (...) Até que acabou o mês, eu arrumei outro lugar (...) E eu trabalhei o tempo todo em São Paulo, trabalhei

primeiro com meu nome verdadeiro, depois eu consegui recontactar o partido nesses tais pontos, aí me providenciaram os documentos e eu fui para clandestinidade. (OLIVEIRA, 25/11/2003).

Carlos Machado que também iria para a clandestinidade nos relatou momentos de angústia, pois não bastaria ao clandestino ficar escondido em “aparelhos”, ele tem que recriar uma nova identidade, adquirir função social, compor o personagem que fosse aceito pela população local que, dali em diante, seria o espaço privilegiado de convivência social. Ele teria que buscar uma inserção social. Depois de ser ameaçado de prisão, Machado passaria por diversos locais, ficou escondido em Aracaju, recebeu contato para ir ao Rio de Janeiro e foi deslocado para São Luís, no Maranhão, onde deveria reestruturar o C.R. Quando chegou a cidade, tinha apenas um contato provisório de um morador e precisou arrumar um local para morar, geralmente lugares inóspitos. No entanto, o partido não tinha estrutura, os “pontos” com dirigentes não se cumpriam e ele ficou um ano, completamente, clandestino. Machado relatou as dificuldades que a clandestinidade trouxe consigo:

“[...] se eu fosse hippie eu poderia montar miçangas, se eu fosse sapateiro poderia abrir uma loja, mas eu não tenho nenhuma dessas capacidades que pudesse exercer uma atividade normal por mim mesmo. Então, foi um negócio terrível. E eu queria sair de lá (*cidade de São Luiz*) porque era um negócio desgastante, eu morava no lugar horrível... você chega e tem que se virar, uma cidade totalmente diferente, você chega sem dinheiro... Muito louco, sem conhecer os códigos e tal. Você não pode ficar dando bandeira em tais e quais situações. Foi um negócio terrível! (...) (*pois*) o problema é o seguinte: o problema não é a ação política, o problema é como eu me justifico, ficando ali o tempo todo, sem fazer nada, sem ter emprego, sem fazer, não sei o que. É um negócio complicado” (MACHADO, 16/11/2002).

Depois de um ano, tendo como referência apenas um contato local, Machado conseguiu recontactar o partido e decidiu morar em Belém (Pa), onde arrumou um emprego e procurou retomar um pouco da normalidade perdida quando entrou na clandestinidade.

A prisão, o exílio e a clandestinidade foram consideradas por autores como situações-limite, de extrema violência e quebra dos laços sociais e afetivos. Os militantes se defrontaram com um Estado militarizado e diante de mecanismos de supressão de liberdade política, que os impediram

de se exercitarem como sujeitos políticos. A resistência ao regime militar lhes exigiu prova de integridade e coragem, mas talvez não tivessem consciência de que a opção que fizeram lhes cobraria a vida. Para os que conheceram a prisão, as ameaças, os gritos e sussurros de agonia na calada do dia e da noites nos cárceres e sentiram na carne o regime que combatiam, Alex Polari, militante secundarista que integraria a Var-Palmares, nos conduz a uma reflexão sobre o que significa estar preso e sob ameaça de alguém que lhes tira a autonomia do corpo físico:

"[...] Eu sentira todas coisas, enfrentara todas as escolas de dor física; optara mal ou bem por todas as gradações da ética; descobrira que esta não era mais a livre escolha de opções possíveis, mas um cruel masoquismo em nome da essência, da transcendência, da História. A ética com que tive que me deparar, a moral com que a minha geração se deparou nas câmaras de tortura foi a mesma dos exterminados nos campos de concentração, dos condenados à morte. Que escolha tivemos? Existiam duas dignidades. Uma que os que não foram tocados, tiveram. E isso lhes deve ser computado: resistiram a pressões, ameaças. A outra, dos que tiveram o corpo retorcido. Ou que não tiveram essa tal dignidade. Mas não tiveram porque o corpo foi triturado (POLARI, 1982. p. 160)

4.4: TÉRMINOS E MUDANÇAS: NOVOS SUJEITOS EM CENA

Com a entrada na clandestinidade de Celeste Dantas, Carlos Machado e Cristina Oliveira e a ameaça de prisão dos dirigentes regionais Carlos Augusto Diógenes Pinheiro e Sérgio Miranda de Brito, que os levariam a sair de Salvador e deslocarem-se para São Paulo, além das prisões de militantes de base, pode-se concluir que se encerrou um capítulo na trajetória dos militantes do PC do B no período de 1965 a 1973.

Dos antigos membros do C.U, ficaram Maria Lúcia Teixeira e Paulo Carvalho, ex-militante estudantil da JEC. O militante Carlos Eduardo Carvalho que tinha sido do C.U e responsável pela Comissão para organizar os intelectuais, profissionais liberais e membros do partido deixaria a cidade em novembro de 1973 em direção a São Paulo. Ele iria compor a rede de contato pessoal de Pedro Pomar e auxiliava na infra-estrutura da Comissão de Organização do Comitê Central, realizando atividades como viabilizar o aluguel de residências (apartamento), conduzir dirigentes

e auxiliar na retirada de militantes para o exterior (CARVALHO, 07/07/2000; POMAR, 2003, p. 309-310).

Na direção do C.R da Bahia, ficaram os ex-militantes da AP, João Baptista Franco Drummond e Edson Silva que, posteriormente, deixaria Salvador em direção à Albânia, em 1975. Já o dirigente Arnóbio Viana tinha abandonado a cidade em julho de 73.

Possivelmente, entre os anos de 72 e 73, essa direção foi apenas formal. Com as quedas sucessivas ao longo do ano e a falta de uma direção presente e atuante, criaram-se as condições para construção de lideranças restritas ao segmento estudantil. Acossada pela repressão policial e pela ditadura militar que, sem eufemismo algum, ousava matar e desaparecer com militantes de esquerda, a organização teve que encontrar brechas para demarcar a sua atuação política, mesmo consciente de que os canais de atuação – fossem legais ou ilegais - estavam povoados por perigos. Mas se os militantes se mantivessem inertes estavam rendidos à constatação de que o regime militar se fortalecia cada vez mais e que toleravam o medo e a falta de liberdade. Nem heróis, nem pessoas voluntariosas, mas ativistas políticos engendrando formas de resistência com possíveis vitórias e também derrotas, recuos e novos estratagemas para resistir.

Nessa perspectiva é possível entender a trajetória política dos militantes na cidade de Salvador quando o PC do B passou a ser atingido mais diretamente pela repressão policial na Bahia. O partido nacionalmente cada vez mais envolvido com a guerrilha do Araguaia, privilegiando o campo como seu espaço privilegiado de ação política. O deslocamento de membros para integrar-se à guerrilha significou a saída de militantes importantes para a estrutura partidária, pois tinham rede de amigos e simpatizantes necessários à organização quando esta precisasse de recursos financeiros ou necessitasse proteger algum militante perseguido. Além de que tais militantes demonstravam capacidade de conduzir a organização do partido. Com os dirigentes regionais transferidos às áreas de trabalho político-partidário a fim de fomentar lutas entre os trabalhadores no interior do estado, os militantes de base e ligados ao C.U na cidade de Salvador iniciaram atividades de reorganização dos diretórios acadêmicos e com a perspectiva de empreender movimentos de massa.

Tudo isso, porém, parece ter ficado à margem do C.R. Como ficou evidente no depoimento de Sérgio Miranda de Brito para quem a atuação política na cidade de Salvador se restringia a [...] manter os nossos contatos, manter as células, fazer discussão política, acompanhar a realidade, o

debate político, ações de propaganda e agitação, distribuir papel, manter viva a organização” (BRITO, 25/11/2003).

Militantes que atuavam no movimento estudantil avaliam que, em função da direção não centralizada, os membros do partido puderam imprimir uma linha de massa mais intensa. Abandonavam as atividades políticas de panfletagem e se preocupavam com atividades culturais com uma inserção no meio estudantil e entre intelectuais na cidade (CARVALHO, 07/07/2000). Segundo nos relatou Celeste Dantas, como o partido localmente se encontrava no processo de estruturação isto permitiu aos militantes a possibilidade de não ficarem restritos a uma estrutura partidária burocrática. Como ficou evidente no depoimento: “[...] cabia uma certa liberdade. Ele (*o partido*) era menos burocrático, estava se reestruturando. Os mais velhos deixaram, souberam aproveitar o talento e as aspirações de certos militantes individuais.” (DANTAS, 17/11/2002).

Essa relativa liberdade de aproveitar o “talento” e o esforço individual e coletivo da militância pôde ser acompanhada pela inserção que acabaram conquistando no meio universitário. Em função dos problemas decorrentes da Reforma Universitária (aumento de excedente interno, falta de verbas, vagas), os militantes estudantis puderam canalizar as insatisfações para reorganizar os diretórios acadêmicos e criaram uma série de artefatos culturais, mobilizadores, como “Semanas Culturais” e CUCA, referidos no capítulo II.

Neste interim de reorganização do movimento estudantil, ocorreu a incorporação de parte de militantes da AP ao PC do B, cujo processo em Salvador teve algumas peculiaridades, pois a entrada de João Baptista Franco Drummond no PC do B no ano de 1972 ocorreu sem esperar a conclusão do debate interno que oficializaria a adesão da organização ao partido e teria sido considerada precipitada. Esta entrada coincidiu com a deflagração da luta no Araguaia (OLIVEIRA, 2000 p. 427; LIMA, 21/12/2002). Em 17 de maio de 1973, o Bureau Político da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B), designação que a organização assumiu após março de 1971, divulgou a circular **Integramo-nos ao PC do Brasil** que marcou oficialmente o processo de incorporação.

Chegava ao fim um processo de luta interna generalizada desde 1971, em virtude de divergências políticas-ideológica entre as duas organizações. Havia setores na AP que defendiam o pensamento de Mao Tse-Tung como uma nova etapa da teoria revolucionária, e, conseqüentemente, a construção de um novo partido marxista-leninista-maoista; advogavam o caráter capitalista da sociedade brasileira e propunham a “revolução nacional, democrática e

popular' em transição para o socialismo. Já o PC do B condicionava a entrada de militantes na estrutura partidária ao reconhecimento da agremiação como o "único partido da classe operária" e a caracterização da sociedade como "semifeudal" e "semicolonial" e da necessidade das duas etapas da revolução: a nacional e democrática. Além disso defendia o ingresso individual na organização (RIDENTI, 2002, p. 248-250; LIMA&ARANTES, 1980, p. 143-149).

Para Haroldo Lima, a adesão ao PC do B estaria assentada no convencimento ideológico em torno de o partido ser o "[...] núcleo central. Tinha clareza da linha, e nós éramos um partido ainda de origem pequeno-burguesa que estava se proletarizando" (LIMA, 21/12/2002). Na avaliação de Oliveira Jr (2000), não houve uma integração ao redor do pólo do proletariado mas sim uma cooptação - militante a militante-, um pedido de ingresso de cada um para o "partido do proletariado". Alguns militantes reivindicaram a continuidade da APMML até o ano de 1981. O Comitê Regional da Bahia manteve-se organizado até 1982.

A entrada de membros da AP foi significativa para o PC do B, pois a maioria iria recompor a estrutura do C.C. Contudo não pode lhes ser atribuída a inserção que o partido conquistou no movimento estudantil baiano na década de 70. Em 1973, ocorreu a eleição indireta de Olival Freire à presidência do DCE. Este militante ganhou projeção pela liderança conquistada na campanha contra o fim do "Ciclo Básico" e passou a integrar o PC do B em março de 1973.

Durante a trajetória do PC do B na cidade de Salvador houve momentos de mútua colaboração com a AP, mas este relacionamento também era marcado por tensões. Militantes baianos com liderança estudantil não aderiram ao partido como Luis Silva Pedroso, Antônio Jorge Fonseca Sanches, José Sérgio Gabrielli e Creusa Ione Borges..

Com estas ressalvas, queremos deixar pistas para novas pesquisas, pois a consolidação da influência de militantes do PC do B no segmento estudantil e no movimento social não teria relação direta com a incorporação da AP. Ela foi conquistada, sobretudo, pela ação de militantes estudantis que pautaram sua ação política por movimentos culturais na universidade e com crítica ao cerceamento à liberdade política, cultural e de expressão, como observamos no capítulo II.

Além disso, houve mudanças na organização política do PC do B, oriundas, possivelmente, em virtude da necessidade de rever os métodos de segurança e de trabalho após "quedas" em todo o país. Como ressaltou o comunicado da *A Classe Operária*, citado anteriormente: [...] os comunistas devem reexaminar seus métodos de trabalho, tirar experiência e substituir, sem

vacilação, os processos rotineiros de atuação orgânica que facilitem os golpes do inimigo (A CLASSE OPERÁRIA, nº 73, ano IX, 1973).

Em Salvador, a organização promoveu maior seletividade no recrutamento e houve recuo nas ações políticas clandestinas, a fim de resguardar a estrutura partidária. Depoimentos com militantes que entraram ao longo do ano de 73 revelaram que o processo de recrutamento não seria imediato e o contato com uma hierarquia superior, exemplo C.U, seria feito com a intermediação de um membro do partido, que necessariamente não revelava sua vinculação como integrante da estrutura dirigente. A estrutura do C.U seria mantida na clandestinidade¹²⁰, ou, possivelmente, foi reestruturada com normas de segurança mais rígidas, sem expor os dirigentes a movimentos de massa, mas é uma hipótese a ser investigada com novas pesquisas. Depoentes relataram que contatos com membros efetivos do C.R e integrantes da estrutura clandestina do partido só viriam a ocorrer em 76, quando, possivelmente, foi reestruturado.

É válido ler depoimento de Olival Freire, presidente do DCE em 1973. O militante estabeleceu contato com um membro do C.R apenas em 1976. Ele se referiu ao método de organização e linha político-partidária, que consistia em atrair membros para o partido sem vinculá-lo, imediatamente, à estrutura orgânica do PC do B, a exemplo dos comitês:

"[...] O fato é que nós atuávamos próximo às pessoas do PC do B, mas a política do PC do B não era chamar para dentro do partido a pessoa no primeiro momento. Havia uma palavra à época chamada "se fingir de morto". Isso quer dizer: o partido se "fingia de morto". Significava, exatamente, não expor sinais do PC do B. Isso é uma política que prevalece até 76 e 77. (...) Existiram pessoas que atuaram, fizeram a política do PC do B, mas nunca tiveram vínculos orgânicos com o PC do B [...]" (FREIRE, 30/08/2003)

Ao longo do ano de 73, a ação política esteve circunscrita a ações legais, como atividades culturais, campanhas de solidariedade aos guerrilheiros do Araguaia e distribuição do documento "Carta a um Deputado Federal"¹²¹, mas sem a perspectiva de integrar grupo armado.

¹²⁰ A nova estrutura do C.U teria, provavelmente, a participação de Manoel José Ferreira de Carvalho (OLIVEIRA, 25/11/2003). Outros militantes estudantis como Frederico Mendonça, Eduardo Araújo, Ana Portela, Eulina Lordelo, Sônia Sampaio também podem ter integrado o comitê no período imediatamente posterior ao ano de 1973.

¹²¹ Documento de propaganda política que circulou entre os militantes, como sendo expressão do "pensamento político das Forças Guerrilheiras do Araguaia" e tinha a intenção de difundir a luta ocorrida no sul do Pará. A "Carta." teria sido reproduzida por iniciativa de grupos de militantes e circulou com diversos formatos, com ilustração. (A CLASSE OPERÁRIA, nº 70, ano IX, novembro de 1972).

Uma outra constatação presente nos depoimentos com militantes estudantis, que entraram na universidade no ano de 73 e aderiram ao partido posteriormente, seria a relação que desenvolveriam com a organização política por meio da mobilização cultural e por lutas específicas no movimento estudantil. Elsa Sousa Kraychete nos revelou que, embora tivesse acesso a documentos partidários, a vinculação partidária só ocorreu após 1975. Presidente do D.A da Faculdade de Economia, em 75, a ex-militante nos relatou o primeiro contato com a militância partidária na Faculdade de Economia, em 73:

"[...] quando eu entrei na escola, teve uma atividade para calouro e a polícia federal proibiu, porque tinha que passar pela censura o filme, para (*então*) poder ser exibido. E uma pessoa da plateia levantou e disse: "nós devemos levar (*o filme*) para Polícia Federal, porque eles estão lá e vamos dar trabalho". E um menino que depois viria a compor a chapa do (*D.A*) disse: "não, era um direito nosso!" Então, eu me identifiquei muito com aquele tipo de discurso. Por que é que eu queria ver um filme e a Polícia Federal tinha que censurar e dizer se eu podia ver ou não? Então, eu gostei muito, fui muito atraída pelo discurso dele, pelo discurso do PC do B, por essa postura frente à ditadura, postura mais radical naquele momento" (SOUSA KRAYCHETE, 25/02/2003).

A citação acima é emblemática de toda uma trajetória de militantes que aderiram ao PC do B no período posterior ao ano de 73. Foi reivindicando a tradição de luta contra o arbítrio, a censura e a falta de liberdade política e de expressão que a organização tentaria se constituir como partido político capaz de ocupar o campo da mediação política ao longo dos anos setenta.

CONCLUSÃO

*“... Você corta um verso, eu escrevo outro
Você me prende vivo, eu escapo morto
De repente, olhe eu de novo
Perturbando a paz, exigindo troco
Que medo você tem de nós”
(Maurício Tapajós e Paulo C. Pinheiro)*

Esta dissertação procurou demonstrar que, ao longo do período analisado, a militância do PC do B pautou sua ação política no campo da resistência à ditadura militar, utilizando-se tanto de mecanismos legais de atuação quanto a defesa da luta armada como possibilidade de realizar a revolução no país. Durante esse percurso os militantes se defrontaram com desafios inerentes à precariedade da infra-estrutura partidária e institucionalização da repressão política, que concebia as atividades políticas como “potencialmente” perturbadoras da ordem e desenvolvimento econômico propagado pelo regime militar. O partido surgido com a cisão no PCB, em 1962, conseguiu chegar até o século XXI trazendo resquícios das lutas travadas nos anos sessenta e

setenta, uma delas o movimento de guerrilha no sul do Pará com a morte de 59 guerrilheiros, cujas circunstâncias das mortes e paradeiro dos corpos ainda não foram plenamente revelados.

Longe de produzir uma versão definitiva da trajetória da militância partidária, julgamos que alguns aspectos da história desse partido foram desvendados e possam contribuir para a construção da memória sobre um período crucial da história recente no país e na Bahia e o papel desempenhado pelos movimentos sociais e os partidos políticos.

Entre os anos de 1965 e 1973, a história da militância do PC do B na cidade de Salvador esteve, intimamente, ligada aos vínculos construídos no movimento estudantil, segmento no qual a organização pôde conquistar adeptos que fizeram do partido a sua razão de existência. Originário de um núcleo de estudantes na Faculdade de Direito, da UFBA, o partido se caracterizou por um discurso, prática política e identidade tida como “radical” no movimento de massa no ano de 1968, qualificativo usado pelas demais forças presentes no espectro político das esquerdas na Bahia e também um elemento de diferenciação do grupo diante da disputa política com o PCB. A organização foi, gradativamente, conquistando espaços de atuação em meio a outras organizações de esquerda e aliados no segmento estudantil independente que não tinha um alinhamento com a AP, o PCB ou POLOP.

Houve o AI-5 que significou a interrupção de um movimento de efervescência cultural e política e trouxe consigo elementos dissuasivos para a prática política. O grupo de militantes do PC do B sofreu um abalo, com a suspensão de matrículas no ambiente universitário, processo judicial e o afastamento voluntário de alguns membros do partido. Mas, contraditoriamente, não se extinguiu. Como demonstramos, a partir de 1969, iniciava no partido um período de ampliação e conquista de uma influência cultural e política no meio estudantil baiano. Uma geração carente de canais legítimos de atuação política recorreu a métodos legais e ilegais, atividades clandestinas e localizadas, na tentativa de construir representação social.

Dando provas de engenhosidade política, o PC do B na Bahia conseguiu executar uma proposta político-partidária aparentemente ambivalente: preparar-se para a luta armada que levaria a guerrilha do Araguaia, com a integração de várias lideranças estudantis ao trabalho armado no campo, e uma linha de massa com atividades legais e clandestinas para reestruturar as entidades estudantis colocadas na ilegalidade.

A particularidade da atuação política da militância em Salvador está precisamente em saber combinar estas duas táticas distintas: a luta de massa e a armada. Para alguns autores, como

afirmamos, isto marcaria uma contradição insolúvel na teoria e prática do partido, um “dualismo tático-estratégico”, pois ao mesmo tempo em que defendia uma tática de “Frente Ampla” com vários segmentos sociais, tendia a privilegiar a preparação do movimento de guerrilha no sul do Pará, planejado desde 1967.

Esperamos ter demonstrado que a perspectiva de aliar-se a um partido que defendia a luta armada sob a forma da guerra popular prolongada foi um elemento constituinte da identidade política da militância, que rejeitava a concepção política dos grupos de esquerda que pregavam a luta armada imediata e estavam voltadas, naquele momento, às ações de confronto armado. De modo que a perspectiva da luta de massa sempre esteve presente. Ao contrário do que ocorria com as esquerdas da guerrilha armada que ficavam, cada vez mais, envolvida em ações políticas de confronto aberto com o regime, a militância do PC do B na cidade de Salvador conseguiu desenvolver e engendrar atividades localizadas no movimento estudantil, com a reestruturação dos diretórios acadêmicos e do DCE, que contribuíram para o ressurgimento de manifestações estudantis no ano de 1975. Além disso, o partido conseguiu uma hegemonia política e cultural na condução do movimento estudantil baiano.

Isto não quer dizer, contudo, que houve abandono da perspectiva da luta armada. Houve no período analisado uma intensa “campanha de revolucionarização”, cujos objetivos visavam preparar o militante para integrar-se ao trabalho no campo, particularmente, na região do Araguaia, e no interior do estado. Recomendação que seria seguida por alguns militantes estudantis, deslocados para área onde foi desflagrado o confronto armado. Assim como a saída de dirigentes regionais e ex-militantes estudantis de Salvador para cidades do interior do estado também esteve inserida na lógica de fomentar lutas de massa entre trabalhadores rurais no campo e com possibilidade de enfrentamento armado. Os militantes não pegaram em armas na cidade de Salvador nem planejavam ações de confronto direto, mas estavam imbuídos da perspectiva da luta armada no campo, da possibilidade de se integrar em áreas de trabalho camponês e realizar ações clandestinas de confrontação e oposição ao regime.

Em relação aos objetivos do confronto armado direto com o regime militar, a militância conheceria, como as demais organizações de esquerda que atuavam na Bahia, a prisão diante da repressão política, assassinato, como ocorreu com os militantes que aderiram à guerrilha no Araguaia, e a perda de representatividade política no segmento social que desejavam representar. A classe operária que o PC do B concebia como força dirigente da revolução aliada aos

estudantes, camponeses e forças progressistas não fazia parte do campo de interlocução do partido no estado. Somente a ação política de estudantes não bastaria para ensejar movimentos sociais de resistência, tampouco estavam diante de uma situação revolucionária, em que “[...] formas alternativas de representação destroem a organização representativa institucional vigente [...]” (RIDENTI, 1993, p. 247).

Tampouco a organização conseguiria recrutar de forma massiva adeptos para o projeto revolucionário de tomada de poder diante de um regime militar que institucionalizou a repressão política, fechou canais de representação legais e legítimos – como as entidades estudantis –, e se impôs como uma contra-revolução modernizadora, que ofereceu condições para o crescimento de empresas e instituições capitalistas, inclusive do próprio Estado, implantou um mercado favorável à “indústria cultural”, depurou dos sindicatos os representantes das forças progressivas, sufocou a classe trabalhadora com perdas de rendimentos nos salários, enquanto lograva-se ostentar crescimento econômico.

A avaliação partidária de que o regime militar seria “fraco”, “instável”, cuja economia passava por um período de estagnação, e havia “condições objetivas suficientemente maduras” para desencadear um processo revolucionário demonstrou-se uma análise equivocada. As “condições subjetivas” forjadas por meio de vanguardas que pegariam em armas não seriam capazes de, a partir do campo, deflagrar a guerrilha. Apesar da integridade moral e ética dos militantes e o exemplo de resistência, a derrota do movimento guerrilheiro no Araguaia revelou que não bastava um punhado de militantes para empunhar armas, integrar-se ao cotidiano dos demais trabalhadores rurais e camponeses, conhecer-lhe os modos de vida e de convivência com a terra, ganhar a simpatia e o apoio da população, faltava-lhes representatividade entre os camponeses e trabalhadores rurais para que se desenvolvessem movimentos de massa que se contrapusessem ao regime militar. Faltou à organização constituir-se plenamente no campo da mediação política, função que cabe a um partido político.

Jacob Gorender usou a expressão “protesto armado” para poder explorar um novo sentido à luta das organizações de esquerda armada durante o regime militar. Para Gorender, a esquerda armada não teve condições – sequer mínimas – para o enfrentamento pelas armas com a ditadura militar. Ela teria apenas conseguido, em termos concretos, protestar com atos de violência, em resposta à violência terrorista institucionalizada pelos generais (GORENDER, 1999, p. 289).

O autor reconheceu que as tentativas de revide frontal “imediate” pela via armada resultaram ineficazes e terminaram sempre em desastre para os opositoristas. Porém, segundo o autor, em regimes de exceção, não se pode esperar que estes se decomponham e se diluam por si mesmos. A luta de massas, geralmente, encontraria dificuldade enormes para progredir na situação de regimes repressivos fechados, mas a resistência opositorista seria possível, desde o início ou pouco depois, uma vez que se realizasse sob “[...] orientação realista, explorando as mínimas brechas favoráveis, sem a pretensão romântica ou meramente revanchista de derrubada do regime ditatorial a curto prazo (...). Desde que se assuma claramente como protesto armado e não como operação estratégia [...] (id. ibidem, p.290). Agindo assim os grupos de esquerda talvez pudessem atingir o inimigo, mas sem as mortes e desaparecimentos políticos como aconteceu.

Ainda estamos distante de uma conclusão definitiva sobre a trajetória da militância política nos anos sessenta e setenta e a opção pela luta armada. Por último, esperamos ter demonstrado que os militantes baianos que predispuseram a se engajarem em movimentos de resistência - seja por meio de ações localizadas e pequenas ou a pegar em armas contra o regime militar - fizeram tudo isso imbuídos da crença de que não podiam tolerar o cerceamento aos canais institucionais de atuação política e também marcados por uma “utopia” de transformar a sociedade. Como nos ressaltou o ex-militante Osvaldo Barreto, sintetizando de modo significativo os anseios e as aspirações da militância:

“ [...] O pós-guerra vai ser marcado por movimentos revolucionários. A Revolução Chinesa, a Revolução Cubana, Guevara, tudo isso vai marcar a nossa geração. Nossa geração foi marcada pela utopia, pela possibilidade de transformação. Nós tínhamos certeza de que queríamos uma sociedade melhor. Claro que foi uma utopia, uma utopia generosa. Você pensa em construir uma sociedade melhor. Isso não era uma utopia só de jovens. Essa utopia dominava grandes escritores, intelectuais, filósofos. Então, tudo indicava que nós estávamos em um mundo em ebulição, que estava se construindo uma nova sociedade. Havia uma sinergia para uma sociedade coletiva, mais igual, que era um desejo mundial. Nós não estávamos sozinhos. No nosso caso, era lutar contra a ditadura, no sentido de caminhar por uma sociedade mais democrática, tirar os militares do poder [...]” (BARRETO, 04/07/2000)

A revolução não aconteceu. Militantes entraram na clandestinidade, alguns conheceram as prisões, as mortes e os desaparecimentos, e nos ofereceram experiências, acertos e erros de um tempo histórico em que um grupo de militantes ousou combater o regime militar. Luta vencida, mas luta, resistência. Um tempo em que a liberdade procurou ensaiar passos e ocupar frestas.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PROCESSOS MILITARES, DOCUMENTOS, JORNAIS

Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp -

Fundo PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS (BNM)

1: PROCESSOS MILITARES

BNM 71/69 (referente ao movimento estudantil na Bahia); BNM 367/71 (referente à participação de AP e PC do B); BNM 268/70; BNM 376/72, BNM 199/73; BNM 213/1973 (sobre Molipo e PC do B); BNM 363 (sobre PC do B e PCBR); BNM 696/1973 (sobre o PC do B no Ceará); BNM 188/1972 (milîtância da OCML-PO).

2: ANEXOS

BOLETIM INFORMATIVO DO CENTRO ACADÊMICO RUI BARBOSA – JUNHO DE 1968 - Nº 8163.

OS MILITARES NO PODER – ANEXOS 6721

OS GENERAIS CONTRA OS TRABALHADORES – ANEXOS 6723

SALVE A VITÓRIA DA GUERRA POPULAR, Lin Piao, (p.144-157) - ANEXOS 48

SOBRE A PRÁTICA, de MÃO TSÉ TUNG, JUNHO DE 1937 – Reproduzido em março de 1968. ANEXOS 6196

SOBRE O TRATAMENTO CORRETO DAS CONTRADIÇÕES NO SEIO DO POVO, ANEXOS 1765.

ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA – APML [autoria atribuída a dirigentes pro-PCdoB (sic)]; 2ª edição. JANEIRO DE 1973. ANEXOS 491

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL BAHIA E SERGIPE – Acervo do Departamento de Ordem Política Social – Documentos Cartoriais.

Inquérito Policial (IPL)

IPL 09/67 (referente às mobilizações estudantis no ano de 1967).

IPL 20/69 (militantes do PC do B presos na Faculdade de Direito em 1969)

IPL 31/69 (inquérito sobre a prisão de Gildário Vieira e manifestação contra a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil em junho de 1969).

IPL 52/71 (referente à prisão de militantes secundaristas do PC do B no ano de 1971).

IPL 14/72 (inquérito abordando a participação de militantes do PCB).

CENTRO DE ESTUDO E AÇÃO SOCIAL (CEAS), SALVADOR.

A Classe Operária – edições avulsas dos anos 1967-1973.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Jornal A Tarde – 1965-1973.

Jornal da Bahia – 1965-1973.

ACERVOS PESSOAIS

Amálio Couto – documentação judicial: “Sentença do Mandado de Segurança. Autos nº 2002/69”, Livro de Sentença da Justiça Federal. Folhas 10-11.

Carlos Eduardo Carvalho – Documentos pessoais: 1) Testemunho concedido a Márcia Micheli, Marco Togeiro Galvão e José Tadeu Arantes, datado de 1980; 2) memorial “A todos os companheiros do PC do B: a respeito da minha saída do PC do B” (1981).

Célia Bandeira – cópias do jornal *Saíva*, junho de 1972, e boletim *O Circo*, publicação do grupo de teatro “Sonhos Concretos” da Faculdade de Arquitetura/UFBa, datado de 1976

FONTES ORAIS

1) Militantes e ex-militantes do PC do B.

Amalio Couto de Araújo, advogado, ex-militante estudantil e Secretário Político do Comitê de 1965-1968, deixou o partido em 1969. Depoimento em 26/06/2000.

Arnóbio Viana David, ex-militante, engenheiro, membro do C.R de 1972 a 1973. Milita, atualmente, no PT. Depoimento em 24/11/2003, na cidade de Brasília, onde reside.

Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, militante, dirigente estadual do PC do B entre 1969-1971, e atualmente membro do Comitê Central e dirigente do Comitê Estadual dos Ceará. Depoimento em 23/12/2003.

Carlos Antônio Machado, jornalista, ex-militante, membro do Comitê Universitário entre 1971-1972, saiu do partido em 1980. Depoimento em 16/11/2002 na cidade de São Paulo, onde reside.

Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, economista, professor universitário, ex-militante, membro do Comitê Estudantil em 1971 e membro do Comitê Regional/SP no final da década de 70. Participou da dissidência e saiu do partido em 1980. Depoimento em 07/07/00 na cidade de Salvador. Reside em São Paulo.

Celeste Dantas, ex-militante, membro do Comitê Universitário de 1971-1972. Membro do Comitê Regional em São Paulo. Participou da dissidência e saiu do partido em 1980. Milita no PT. Depoimento em 18/11/2002 na cidade de São Paulo.

Célia Bandeira, arquiteta, ex-militante estudantil, definiu-se como simpatizante e colaboradora da organização no período analisado. Participou do Movimento Feminino pela Anistia. Depoimento em 17/09/2002.

Elsa Sousa Kraychete, economista, ex-militante estudantil, participou da dissidência no final da década de 70. Depoimento em 25/02/2003.

Fábio Nóvoa, advogado, ex- militante estudantil secundarista. Depoimento em 7/6/2001.

Gabriel Kraychete Sobrinho, economista, professor universitário, ex-militante estudantil. Participou da dissidência no final da década de 70 (7/2/2001)

Hiidebrando Dias, advogado, ex-militante estudantil em Alagoinhas. Depoimento em 2/12/2000 na cidade de Alagoinhas.

João Ribeiro Souza Dantas, advogado, ex-militante. Depoimento em 21/03/2000.

Juracy Novato, advogado, ex-militante estudantil. Depoimento em 6/5/01 na cidade de Jequié.

Luzia Reis Ribeiro, economista, militante estudantil, participou da Guerrilha do Araguaia, e foi presa em 1972. Entrevista realizada em 26/11/1999. A depoente só autorizou divulgar a versão transcrita e revista do depoimento, datado de dezembro de 2003.

Manoel Neto, historiador, professor universitário, militante desde 1971. Depoimento em 1/7/2000.

Maria Alba M. Guedes Mello, professora universitária, ex-militante, fez trabalho político no Pará no ano de 1976-1979. Participou da dissidência no final da década de 70 Depoimento em 13/09/2002.

Maria Cristina Sá Oliveira, militante, engenheira civil. Membro do C.C em 1972. Depoimento em 25/11/2003 na cidade de Brasília.

Maria José da Silva, professora, ex-militante, saiu do partido no início da década de 80. Depoimento em 16/11/2002, na cidade de São Paulo.

Olival Freire, físico e professor universitário, militante desde 1973, e presidente do DCE por eleição indireta em 1973. Depoimento em 30/08/2002.

Oswaldo Barreto, economista, professor universitário, ex-militante. Depoimento em 04/7/2000

Paulo Cunha, ex-militante, atuou na cidade de Itabuna entre 1971 e 1973. Depoimento em 28/11/2000.

Raimundo Batista da Luz – professor, assessor parlamentar ligado ao PT, ex-militante. Depoimento em 19/11/2000.

Ruy Hermann de Araújo Medeiros, advogado, professor universitário, ex-dirigente do Comitê Regional entre 1969 a 1971. Integrou base em Vitória da Conquista em 1972/1973. Participou da dissidência no final da década de 70. Depoimentos por contato telefônico em 20/04/2000. Reside em Vitória da Conquista (Ba).

Sérgio Farias, professor universitário, ex-militante e participou das atividades do CUCA. Depoimento em 12/03/2003.

Sérgio Miranda de Brito, militante, dirigente do Comitê Regional entre 1971-1973, e atualmente membro do Comitê Central. Depoimento em 25/11/2003, em Brasília.

Vitor Hugo Soares Borges, ex-militante estudantil, jornalista. Depoimento em 27/01/2000.

Antônio Ubirajara Dantas Batista, advogado, ex-militante e irmão de Uirassu Batista. Depoimento em 22/11/99 e 13/11/00.

2- Depoimentos com militantes de outras organizações

Ana Guedes, militante, ex-militante estudantil da AP e integrou o PC do B em 1972. Depoimento em 30/11/99

Haroldo Lima, Militante, ex-dirigente da AP e membro do Comitê Central do PC do B, desde 1976. Depoimento em 18/12/2002.

Jacy Célia Franca Rocha, ex-militante da AP, fez trabalho político em Ilhéus. Depoimento em 6.4.2003.

Jorge Almeida, ex-militante da AP, preso em 1971. Depoimento em 16/06/00.

José Sérgio Gabrielli, ex-militante da AP. Depoimento em 15/4/2002.

Juca Ferreira, militante do MR-8, 1/12/99.

Israel Pinheiro, militante da VAR-Palmares, depoimento a Muniz Ferreira e Sandra Regina Barbosa da Silva em 31/03/2000.

Ubiratan Castro de Araújo, militante da Di-BA, depoimento a Muniz Ferreira e Sandra Regina Barbosa da Silva em 29/09/2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEL. **CADERNOS DO AEL**. Tempo de Ditadura. Campinas. UNOCAMP/IFCH/AEL, v. 8, n 14/15, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil – 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 4ªed. 1987.

AMADO, Janaina. O Grande Mentiroso: tradição, veracidades, imaginação em História Oral. **História**. v. 14. São Paulo, 1995

AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta de M (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDRADE, Rachel Maria de Araújo. **Migração e industrialização: o caso do CIA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.

BENEVIDES, Sílvio. **Proibido Proibir – uma geração na contramão do poder**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BERSTEIN, Sergie. Os partidos. In: **Por uma história política**. René Rêmond (org.). Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 1996, p. 57-58.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**: 2ed. São Paulo, Unesp, 1992.

BANDEIRA, Luiz A Moniz. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

BRANDÃO, Gildo M. **A Esquerda Positiva: as duas almas do partido comunista – 1920/1964**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

BRITO, Antonio Mauricio F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**, Salvador: Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, FFCH/UFBA, 2003.

CALDAS, Alberto L. **Oralidade - Texto e História: para ler a história oral**. São Paulo: Editoras Loyola. 1999.

CALDAS, Álvaro. **Tirando o Capuz**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CARONE, Edgard. **O PCB-1922-1982**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1973, 3 vols.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil, 1945-1964**. vol. 2, SP, DIFEL, 1979.

CARVALHO, Inaiá M.M de. **A Questão Nordeste de Tantas Soluções**. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

CARVALHO, Maria do S. S. **Imagens de um Tempo em Movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**/Maria do Socorro Silva Carvalho. Slavador: Edufba, 1999.

CAVALCANTI, Pedro C.U; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do Exílio: Brasil (1964-19??)**. São Paulo: Livramento, 1978.

CHAGAS, Fabio André Gonçalves. **A Vanguarda Popular Revolucionária: dilema e perspectiva da luta armada no Brasil (1968-1971)**, Franca, Dissertação de Mestrado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2000

CÍCERO, Péricles. **PC do B (1962-1984): a sobrevivência de um erro**. São Paulo, Ed. Novos Rumos, 1985.

CUNHA, Maria de Fátima da. **A face feminina da militância clandestina de esquerda: Brasil anos 1960/70**. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2002.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA DO ESTADO, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**. Recife: Ed. De Pernambuco, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **A memória militar sobre o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Os Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

DESLANDRES, Suely F et alii. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ESPIÑEIRA, Maria Victória. **O Partido, a Igreja e o Estado nas Associações de Bairros**. Salvador, EDUFBA- Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

ESPINHEIRA, Regina. **Acesso das Diversas Classes Sociais aos Cursos de Nível Superior em Salvador no ano de 1965**. Trabalho mimeografado. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia – Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais; Salvador, 1996.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu Conheci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FERREIRA, Elisabeth F. X. **Mulheres, Militância e Memória**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERRERA, Jorge. **Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense: Mauad, 2002.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. In: **Estudos de História**. Franca, vol.8, n1, 2000, pg. 69-90.

FILHOS, João Roberto Martins. O Movimento Estudantil na Conjuntura do Golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p.75-81.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso Companheiro?** 34 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GALDINO, Antônio Carlos. **O PC do B e o Movimento de Luta Armada nos anos 60**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. 1994.

GARCIA, Marco Aurélio Garcia (org.). **Rebeldes e Contestadores**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 ed. Campinas. SP. Editora da Unicamp.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, Ática, 2ª ed. 1990.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. (Edição Revista e Ampliada). São Paulo, Ática, 5ª ed. 1999.

GORENDER, Jacob. **A Sociedade Cindida**. *Revista Teoria e Debates*. São Paulo. nº57 março/abril, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia – 1930 a 1964**. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA-FFCH, 1982.

GUIMARÃES, Ary. **As Eleições Baianas de 1970**. Tese (Concurso para professor titular do Departamento de Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1973.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HECKER, Alexandre. **Socialismo Sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Fundação Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1998.

HOBSBAWM, Eric. J. **História Operária e Ideologia**. In: **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LENIN, V. I. **Que Fazer?**, in – **Obras Escolhidas**, Vol. I, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

LEVY, Nelson. O PC do B. Continuidade e ruptura. In: **Teoria e Debate**, 1(1), São Paulo, Brasil Debates, 1980, pp. 22-59.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo, Alfa Ômega. 1984.

LIMA, Haroldo. **Itinerário**. Joviniano Soares de Carvalho Neto (Org). Salvador. Comitê Brasileiro pela Anistia. núcleo Bahia. 1979.

MAGALHAES, Marionilde Dias B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 17, São Paulo: 1997.

MAKLOUF, Luís. **Mulheres que foram a luta armada**. São Paulo: Globo, 1999.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MIR, Luís. **A revolução impossível**. São Paulo: Best Seller, 1994.

MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Campinas. Unicamp-IFCH, 2001.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desenvolvimento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. In: **Tempo Social**, nº 1, vol. 2, 2º semestre de 1989. p. 135-158.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10), dez.1993.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo A. **O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 2002.

OLIVEIRA JR, Franklin. **A Usina dos Sonhos- sindicalismo petroleiro na Bahia 1954-1964**. EGBA, 1996.

OLIVEIRA JR, Franklin. **Paixão e Revolução: capítulos sobre a história da Ação Popular**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Recife, Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco. 2000.

PAIVA, Marcelo R. **Não és tú, Brasil**. São Paulo: Mandarim. 1996

PANDOLFI, Dulci. **Camaradas e Companheiros: Memória e História do PCB**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

PASSERINI, Luísa. **Mitobiografias em História Oral. Projeto História**, nº 10, São Paulo, Dezembro/1993, pp.29-39.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil**. Ed. Maria da Fonte, 1974a. (Coleção Documentos).

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Política e revolucionarização do partido**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977 (Coleção Documentos).

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil**. Lisboa, Maria da Fonte, 1974b.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Cinquenta anos de luta**. Rio de Janeiro, PC do B, 1972.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Guerrilha do Araguaia. São Paulo, Anita Garibaldi, 1996.

PAZ, Carlos Eugênio. Viagem à luta armada: memórias romanceadas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

POERNER, Artur José. O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLARI, Alex. Em busca do tesouro: uma ficção política vivida. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio”, In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp.3-15.

POMAR, Pedro E. da Rocha. O Massacre na Lapa. São Paulo: Busca Vida, 1987.

POMAR, Valter Ventura R. Comunistas do Brasil: interpretação sobre a cisão de 1962. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

POMAR, Wladimir. Araguaia: O partido e a Guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

POMAR, Wladimir. Pedro Pomar: Uma Vida em Vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.

PORTELA, Fernando. Guerra de Guerrilhas no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 1979.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO,

Janaina (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz a História Oral Diferente. **Projeto História**: São Paulo, nº 14, fevereiro de 1997.

PORTELLI, A. “Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”, **Projeto História**. nº 10, São Paulo, Dezembro de 1993.

PROJETO: BRASIL NUNCA MAIS. São Paulo: Vozes, 1985.

REIS FILHO, Daniel. A. **A revolução chinesa**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

REIS FILHO, D. A, e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel. A. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel. A. O Maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros, In: **História do Marxismo no Brasil** REIS FILHO, Daniel. A (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, Vol. I. pp. 105-132.

REIS FILHO, Daniel. A. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: **Versões e ficções: o seqüestro da história**. REIS FILHO, D.A, SADER, Emir, et. Alli (org). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro: Romantismo Revolucionário de Artistas e Intelectuais (pós-1960)**. Tese de livre docência em sociologia. Campinas, UNICAMP, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução brasileira**. São Paulo, Edit. da UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. **Ação Popular: cristianismo e marxismo: In História do Marxismo no Brasil – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. REIS, Daniel A .(org.). Campinas. Editora da Unicamp, 2002. Vol V, p. 213-282.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – Propostas Teóricas e Prática Política – 1962-1976**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. 2000.

SALES, Jean Rodrigues. **O Partido Comunista do Brasil nos Anos Sessenta: Estruturação Orgânica e Atuação Política**. In: **Cadernos AEL: Tempo de Ditadura**. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, No. 14/15, 2001, p. 13-50.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Memórias da Resistência – Perfil Biográfico dos Desaparecidos Políticos Baianos no Araguaia**. Projeto Experimental de Conclusão de Curso de Graduação em Comunicação Social. Universidade Federal da Bahia. 2001.

SILVA, Sandra Regina Barbosa. **“Ousar Lutar, Ousar Vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, FFCH/UFBA, 2003.

SOUZA, Daniel; CHAVES, Gilmar (orgs). **Nossa paixão era inventar um novo tempo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas, S.P, Editora da Unicamp.1999.

VINHAS, M. **O partidão: a luta por um partido de massas. 1922-1944.** Rio de Janeiro, Graal, 1982.

VICENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, P. e DUBY, G. (dir.). **História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias.** vol. 5, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p. 427-457.

APÊNDICE

Lista de Tabelas

Militantes do PC do B indiciado na 6ª Circunscrição da Auditoria Militar, com processos arquivados no fundo Brasil:Nunca Mais (BNM) e inquérito policial (IPL 20/69), arquivado na Superintendência da Polícia Federal Bahia e Sergipe.

Tabela I:

TABELA POR SEXO			
SEXO	QTD	%	
HOMENS	60	80,00	
MULHERES	15	20,00	
TOTAL	75	100	

Tabela II

TABELA POR NATURALIDADE				
	QTD	%	QTD	%
SALVADOR	10	16,67	3	20,00
INTERIOR	42	70,00	10	66,67
OUTROS	8	13,33	2	13,33
TOTAL	60	100	15	100

Tabela III

TABELA POR NÍVEL DE ESTUDO				
	MASCULINO		FEMININO	
	QTD	%	QTD	%
UNIVERSITARIO	16	26,67	5	33,33
SECUNDARISTA	18	30,00	3	20,00
OUTROS	26	43,33	7	46,67
TOTAL	60	100	15	100

Tabela IV

	TABELA POR FAIXA ETÁRIA			
	MASCULINO		FEMININO	
	QTD	%	QTD	%
16-18	9	15,00	2	13,33
19-21	12	20,00	5	33,33
22-24	8	13,33	1	6,67
25-27	13	21,67	0	0,00
28-30	4	6,67	0	0,00
31-33	2	3,33	0	0,00
37-38	0	0,00	1	6,67
Acima de 40	6	10,00		0,00
Não identificada	6	10,00	6	40,00
	60	100,00	15	100,00

Tabela V

ÁREA	TABELA POR ÁREA DE ATUAÇÃO			
	MASCULINO		FEMININO	
	QTD	%	QTD	%
INTERIOR	24	40,00	7	46,67
CAPITAL	36	60,00	8	53,33
TOTAL	60	100	15	100

ANEXOS

Colocamos na dissertação os seguintes anexos (reproduções textuais e fotocópias) para referendar algumas passagens do texto.

- 1) Manifesto distribuído por estudantes da Faculdade de Direito, no ano de 1968 (BNM 71/69)
- 2) Cópia do boletim informativo do CARB, de julho de 1968.
- 3) Reprodução da Sentença Judicial referente ao Mandado de Segurança, impetrado por estudantes da Faculdade de Direito.
- 4) Carta do militante Vandick Reidner Coqueiro ao irmão Ubirajara Coqueiro
- 5) Ofícios do IV Exército, referente a relatórios sobre prisão dos militantes do PC do B no ano de 1971 e organograma da organização.
- 6) Fotocópia do Jornal da Bahia, de 15 de janeiro de 1972.
- 7) Cópias ilustrativas dos boletins *Saiúva* e *O Circo*.

Manifesto distribuído por estudantes da Faculdade de Direito, no ano de 1968 (BNM 71/69)**Aos estudantes e ao povo**

Os universitários baianos voltam às ruas porque a Faculdade de Direito continua fechada. 600 alunos estão sendo prejudicados em seu meio três agentes policiais que a ditadura colocou dentro da escola para delatar, reprimir e amedrontar os estudantes.

Já fomos às ruas uma vez para denunciar a atitude arbitrária dos representantes da Ditadura na Universidade. Mostramos ao povo a engrenagem do terrorismo que se instalou nas Universidades brasileiras para reprimir qualquer forma de manifestação estudantil contra o massacre que o governo cada dia impõe ao povo brasileiro. As autoridades não adotaram qualquer medida no sentido de solucionar a crise.

Voltaremos às praças públicas 4ª feira, dia 9, às 17 horas para reafirmar a nossa disposição de continuar firmes na luta contra a infiltração policial na Universidade e exigir a reabertura imediata da Faculdade de Direito.

Carta do militante Vandick Reidner Coqueiro ao irmão Ubirajara Coqueiro

Salvador, 9 de março de 1971.

Querido mano

Quantas saudades hem rapaz. Do futebol, dos "salões" em frente da casa aporrinhando os "velhos"¹²², das nossas brigas, dos nossos papos e das nossas pequenas e raras conversas sérias que tivemos. Só agora sinto o quanto vocês, os manos, são importantes para mim. E quanto os amo.

Bem mano a essa altura você já deve saber do que eu vou tratar aqui. Vou-me embora e provavelmente não o verei mais, bem como não vou ver os "velhos" e os outros manos. O "velho" já deve ter discutido isto com você. Ele só não esperava que não fosse revê-los pela última vez. É que estive discutindo com o "pessoal" aqui e eles acham, nisto tem condições de nos orientar, que é melhor uma saudade que uma cela de tortura. Ou seja, é melhor não ir vê-los e manter a saudade que perder a liberdade e além disto ter saudades e dores físicas. Por isto, vou-me embora sem vê-los. E por isto escrevo.

Soube pelos velhos dos acontecimentos e da reação de vocês frente ao problema. Para mim foi imensa a alegria em saber da reação positiva, principalmente sua, mano. É ótimo quando a gente confia nas pessoas e esta confiança é correspondida.

Bem mano, a coisa engrossou e só me resta dar no pé. Este dar no pé vai representar além de tudo aquilo que eu sempre busquei. Até agora não tenho vacilado e espero não vacilar mais nunca. Mesmo ante coisas mais sérias.

Vocês, talvez, estejam sentindo pela presença, problemas maiores que os meus: o sofrimento dos "velhos", a preocupação (eu e o baixinho¹²³) e sentindo que mais cedo ou mais tarde uma opção do tipo que estamos fazendo aparecerá para vocês. E em vocês, persistem várias perguntas que em mim já foram respondidas. E a 1ª delas deve ser: vale a pena o que os "manos" estão fazendo? Em vocês talvez não exista resposta mas em mim é: "os sacrifícios serão maiores mas a causa é justa e a vitória é certa". O que me dá a tranquilidade para continuar e que em vocês talvez aumente apenas a confusão. E mano, a coisa mais dura de se manter é uma consciência culpada. E se não fizesse esta opção, eu como homem viveria eternamente fugindo de minha própria sombra.

¹²² Refere-se aos pais Arnóbio e Elza Pereira Coqueiro.

¹²³ Referência ao irmão Euzenóbio Wagner Coqueiro, militante do PCBR.

Não quero também forçá-los a pensar em optar pelo que fizemos em cima dos problemas sentimentais que hoje nos afligem, mas sim por uma conclusão dura e séria, consciente da necessidade no futuro. O futuro pertence à humanidade e não aos exploradores. Estes sentirão o pé da história a esmagar seus ossos cadavéricos.

Tenho coisas a lhe pedir. Peço-lhe que não esqueça, pois será importante para mim que não os esqueçam, para vocês e para os "velhos" já tão sofridos pelo desenrolar rápido dos acontecimentos.

- inicialmente, quero que você ajude os manos a manterem a tranquilidade dos "velhos". Evitem dar-lhes preocupações e sofrimentos desnecessários. Isto não quer dizer que vocês devem criar as bases espirituais para uma não participação futura nos problemas do povo. Digo, preocupação e sofrimentos na manutenção do respeito que devem ter por eles, observando em 1º lugar o amor que eles nos dedicam, respeitar os que eles acham certo (religião, etc); ...

Teria motivos para a continuar por muito tempo ainda escrevendo, mas isto só faria aumentar minha tristeza em ter que deixá-los. Tristeza é o que eu não quero agora. Prefiro a alegria de poder confiar em vocês, de saber que estamos não apenas pensando em nós, mas também no povo, e também a alegria de partir em busca do que eu desejava e tenho certeza que é justo.

Bem mano, adeus. Espero encontrá-lo um dia com o sorriso largo, participando da luta do povo. Se não nos encontrarmos, espero que encontremos o nosso povo sorrindo junto com a vitória consagrada.

Adeus, levo-os na saudade, do mano.

Salvador 8 de marzo de 1972

Querido Mauro

Muertas saudades sem papag. Do futebol, dos "palcos" em frente da casa, a promiscuidade os "velhos", das grossas bingas, dos novos "papos" e das nossas frequentes e raras conversas pessoais que tivemos. Só agora sinto e quanto você os meus, são importantes para mim e quanto os seus.

Seu Mauro à essa altura você já deve saber do que eu vou tratar aqui. Vou-me embora e periodicamente vou o ver mais; bem como vou ver os "velhos" e os outros meus. O "velho" já deve ter discutido isto com você. E' ele se não esperava que não fosse possível fazer isto. E' que estes discutindo e o "personal" aqui e eles acham, e visto bem condições de me orientar, que o melhor seria pagar que uma cela de tortura. Ou seja, é melhor

and in v'fos e unites a standard que
puder a libeplante
des e doros fissas. Por isto vou-
embora pme v'fos. E' por isto escrevo.

Soube pelo "v'fos" das aconteci-
mentos e da p'cord de v're's frente
ao problema. Para mim foi i'cense
a alegria em saber da reaç'õ posit'as,
principalmente pna, mano. E' ótimo
quando a gente conf'ia nest pessoas e esta
confiança e' correspondida

Comunismo, a utopia e o marxismo, e
pó' me resta dar no fe'. L'íste dar no
fe', vai representar a l'ím de tudo aquilo
que eu sempre busquei. Até agora não
tenho vacilado e espero não vacilar
mais nunca. Mesmo ante coisas mais
sérias.

Você, Talley, estejam sentindo, pela
ausência, problemas maiores que os meus;

O problema dos "valhos"; a presença
do novo (em o baixinho) e sentindo que
nada está de mais tarde uma opção
de tipo ole que estamos fazendo aqui

era para voçs. E em voçs, persistem
 várias perguntas que em pouco já
 foram respondidas. E a 5ª delas
 deve ser: vale a pena o que os "ma-
 nos" estão fazendo? E em voçs talvez
 não exista resposta mas em mim é:
 "os pacifistas foram maiores graças a
 cause e justiça e a vitória está" o
 que me dá a tranquilidade para
 continuar e que em voçs talvez au-
 mente apenas a confusão. E nisso,
 a coisa mais dura de se vencer é
 uma consciência culpada. E se não
 fizere isto agora, ~~com~~ um corpo humano
 vivo e ternamente fugindo de um
 abra própria sombra.

Não quero também forçá-los a pensar
 em optar pelo que fizemos em cima
 dos problemas recentemente que hoje
 não afoligem, mas sim por uma
 conclusão dura e séria, consciente da
 necessidade e confiança no futuro. O
 futuro pertence à humanidade e não
 aos exploradores. Estes pertencem o país

do pó de húbria ad esmagar para
isso cadáveres.

Terho coisas a lhe pedir. Para lhe
que não esqueça, pois tem importância
para mim que não é só para
para mim, para si, para
sopista pelo descurar
atentamente

- amavelmente, quero que você
le as mãos as a quantidade a
multiplicar dos "velhos". Então de
lhes preocupar, a respeito
necessário. Isto não quer dizer que
você devam criar bases espiri-
tuais para uma tão participativa
futuro, mas profissões de povo. Deje
preocupações e sentimentos, na man-
tenção do respeito que devem ter
por eles, obediência aos seus
a educação que eles não têm, as
habituais que eles actam a tal
religioso, etc), manter uma vida
em sentido de evitar as coisas
funcionários de lá, etc.

Bahia

255
119 2/86

BOLETIM

INFORMATIVO

N.º 68/69

CENTRO ACADÊMICO RUY BARBOSA
um mês de atividades

JUNHO DE 1968

Este é o primeiro número de nosso boletim informativo. Seu programa é simples: pretende ser o veículo de prestação de contas da atual diretoria do Centro Acadêmico Ruy Barbosa. Acreditamos que é nosso dever manter os colegas a par das atividades desenvolvidas pelo CARB.

Até agora temos contado com a colaboração da maior parte dos estudantes desta casa. Queremos ampliar o número de nossos colaboradores e que os atuais não desanimem no meio do caminho. Queremos todos UNIDOS. Só assim poderemos desenvolver uma administração profícua, cujos primeiros passos já são sugestivos. É chegada a hora de todos apresentarem sua parcela de trabalho.

Mas não devemos permanecer tão somente nesta tarefa administrativa. A situação por que passa a sociedade brasileira exige que cada estudante se transforme em político; que cada estudante conheça a realidade brasileira e participe das manifestações pela liberdade; que cada um esteja em comunhão com os ideais de nosso povo.

LEIA

1. Mobiliza-se a Campanha Contra o Estágio.
2. Estruturado o departamento de apostilas
3. Juri simulado até 20 de junho
4. CARB analisa resultado da pesquisa
5. Biblioteca transferida para o 1º andar.
6. Campanha do disco
7. Revista Ângulos: publicação prevista para outubro
8. MURAL aprovado pelos estudantes
9. Conferência de Wilter foi aplaudida

ÚLTIMA PÁGINA:

I SEPEG, iniciativa séria

8 C A R B E DE TODOS
COLABOREM COM O C A R B

Gulian

ATUAÇÃO DO NOVO CARB

A Diretoria do Centro Acadêmico Ruy Barbosa encaminhou à Direção da Faculdade uma série de reivindicações, todas relativas a problemas de melhor atendimento aos estudantes.

BIBLIOTECA DA FACULDADE - Expusimos as deficiências facilmente constatáveis, que prejudicam principalmente os colegas do curso noturno, em virtude, principalmente, do horário de funcionamento. Reivindicamos a abertura da biblioteca aos sábados e feriados, nos propondo colaborar para a concretização da nossa reivindicação.

BEBEDOUROS E SANITÁRIOS - Não tendo a dimensão e as implicações do problema da biblioteca, fizemos, entretanto, ver à Direção da Faculdade que a situação dos bebedouros e sanitários é passível de melhorias críticas. Os sanitários apresentam condições mínimas de higiene e os bebedouros geralmente estão quebrados.

ELEVADOR - A insatisfação é patente, não só entre os alunos, mas também entre os professores. O elevador não funciona há mais de seis meses e nenhuma satisfação foi dada aos alunos e professores da escola.

CAMPAINHA DAS SALAS DE AULA - Outro pequeno problema mas tem prejudicado, circunstancialmente, os estudantes. O não funcionamento faz com que as aulas se prolonguem além do tempo regulamentar invadindo até horários de outros professores.

LIMPEZA DAS SALAS - Notadamente as do segundo andar, revelam falta de um maior cuidado pelas condições higiénicas indispensáveis às mesmas.

Além dos problemas mínimos apontados acima, pretendemos levantar questões relativas a curriculum, contratação de professores, sistema de provas, assistência ao estudante, etc.

O levantamento desses problemas é o início do trabalho concreto que a Diretoria pretende realizar no campo das reivindicações, pois através delas poderemos mobilizar todos os estudantes e, da luta reivindicatória, partirmos para a conscientização e para a luta política contra o corte de verbas da Universidade.

Só fortalecido o Diretório, e todas as correntes políticas do movimento estudantil na Faculdade conscientes de que esta luta se dirige contra o inimigo comum - o imperialismo norte americano e seus agentes aqui no Brasil - é que, unidos, nós os estudantes teremos condições de ajudar realmente o povo brasileiro a vencer a luta gigantesca a ser desencadeada contra os nossos opressores.

CURSO PRÉ-VESTIBULAR

Está funcionando, a noite, o curso pré-vestibular.

Depois de reestruturado é que sentimos quanto pode tal curso correr para o efetivo preparo do estudante desejoso de ingressar na Universidade.

O grande número de participantes e o alto nível das aulas ministradas faz com que nos orgulheemos deste trabalho cujos frutos havemos de colher em janeiro do próximo ano: o resultado positivo do vestibular.

O CARB ESTÁ ABERTO A TODOS OS COLEGAS QUE DESEJAREM TRABALHAR PELO FORTALECIMENTO DOS ESTUDANTES

256
97 2/3

CAMPANHA CONTRA O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

A primeira providência tomada pela Diretoria foi a criação da Comissão de Mobilização Contra o Estágio. Num trabalho bem coordenado, já se conseguiu sensibilizar os estudantes de Direito da Faculdade Católica de Salvador e da Faculdade de Aracaju. Estamos prontos para entrar em entendimentos com os colegas da Faculdade de Direito de Ilhéus e de outros Estados. A Comissão que foi a Aracaju teve ótima receptividade dos estudantes de lá, tendo, inclusive, o Diretório Acadêmico promovido uma Assembleia Geral para se debater o problema.

Esperamos que todos os nossos colegas se integrem nesta campanha contra o humilhante estágio obrigatório que só atenderá a uma minoria privilegiada.

APOSTILAS

Objetivando o atendimento das necessidades dos estudantes da nossa Escola, foi estruturado o Departamento de Apostilas, o qual Departamento já fez entrega da apostila de Direito Processual Civil (3º ano) e parte da apostila de Teoria Geral do Estado (1º ano). No momento, está sendo preparada a apostila de Economia Política (1º ano) e serão feitas Direito Processual Civil (4º ano), Direito Civil (2º ano) e Direito do Trabalho (4º ano).

JURI SIMULADO

Será realizado até o dia 20 de junho o primeiro júri simulado na Faculdade. Foram sorteados Mário Pitanga e Jackson Azevedo para funcionarem na Defesa e Armando Campos e José Elizeu Brito na Acusação. O processo escolhido será o de "Gaúcho". Os Prof. Thomas Bacelar e Edson O'Dweyer estão apoiando inteiramente esta iniciativa do CARB sob a direção de João Ranulfo.

QUESTIONAS

Foram distribuídos entre os alunos questionários solicitando a opinião dos colegas a respeito de problemas da Faculdade e do Serviço Médico e Dentário da Universidade.

Serão analisadas as respostas e o CARB pretende encaminhar reivindicações e tomar providências outras ao seu alcance.

BIBLIOTECA

A fim de melhor atender aos estudantes, o CARB transferiu do segundo andar para o primeiro (em frente à sala do 1º ano) a biblioteca. Nela funcionará também o Departamento de Cultura e será um ótimo local para a integração dos estudantes ao Diretório.

Dela também são responsáveis pela biblioteca os colegas Vitor Hugo e João Dantas. À noite, a responsabilidade está com Deodato do 4º ano.

DISCOTECA

Iniciada pelo Departamento de Cultura uma campanha junto às casas de disco da cidade: "Dê um disco ao CARB". Já se conseguiu vários discos. Nesta oportunidade, solicitamos dos colegas o oferecimento de discos ao CARB. A discoteca está sob a responsabilidade da Secretária Geral, colega Maria da Graça - Gracinha.

Quando atingirmos um número x de discos, começaremos a emprestá-los aos colegas que desejarem.

DEPARTAMENTO DE CULTURA

A revista "Ângulos" vai sair. Já foram mantidos os primeiros contatos para a publicação. Recebemos ajuda do Departamento de Cultura da Sec. de Educação do Estado e da Reitoria. A proposta para a publicação deverá ser estudada imediatamente pelo Departamento de Cultura, à frente do qual está o colega C. Humberto Guedes.

MURAL

Com uma apresentação elogiada por todos, inclusive pelo colunista de "Ronda Universitária" do Jornal "A Tarde", está funcionando o jornal mural do CARB, sob a direção de Jorge Oliveira. Quanto a matérias a serem divulgadas, os interessados devem procurar Jorge, pois teremos muito prazer em receber colaborações.

CONFERÊNCIA

Foi realizada na Faculdade uma conferência no dia 29, tendo o conferencista Wlter Santiago abordado o tema: "Atual Crise Política na França". Foi expressiva a participação dos estudantes. Também compareceu o deputado Marcelo Duarte.

O SEU PROBLEMA É APOSTILA? - SE É, PROCURE RICARDO MARTINS QUE SÓ ENCONTRARÁ, POIS É O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOSTILAS DO DIRETÓRIO

Última Página

Está sendo realizado no salão do CARB, de 3 a 8 de junho, o I SEMINÁRIO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO - SEPAG, promoção da União dos Estudantes da Bahia e Diretório Central dos Estudantes.

NOTA DA UEB/DCÉ

A Reforma Universitária que o "governo" brasileiro tenta implantar na Universidade no Brasil, quer pelo seu caráter ideológico quer pelas suas perseguições políticas, quer pelas suas perspectivas sociais, tem se constituído dia a dia na preocupação maior de todo universitário brasileiro.

É procurando transformar a Universidade para adaptá-la aos interesses inconfessáveis de um regime de classes e de opressão que este "governo" procura transformar a estrutura universitária, alienando e deturpando a mais significativa das suas funções - a função social. E nós, universitários brasileiros, conscientes da necessidade da nossa atuação e produção para a transformação histórica, tentamos deter os passos da ditadura na concretização deste seu objetivo.

Mas, para que tenhamos uma atuação consequente, precisamos conhecer a realidade brasileira, a função social da universidade, as diretrizes ideológicas da política educacional do governo. Sem isto, jamais conseguiremos resolver, e muito menos orientar o presente como história.

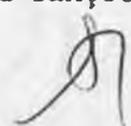
A UNIÃO DOS ESTUDANTES DA BAHIA/UEB, movida pela preocupação acerca dos problemas que acabamos de expor, convida a todos os universitários brasileiros para participarem do I SEMINÁRIO DE POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO, que se propõe a estudar, analisar, e debater os problemas que afligem a Universidade no Brasil, e principalmente definir e sistematizar uma linha de ação prática para as lutas que teremos de travar contra a Política Educacional do Governo.

A UEB assume neste momento crítico sua função máxima de entidade representativa dos universitários baianos, e espera que cada estudante em particular compreenda o seu papel de estar ao fortalecimento da entidade e da luta contra a política educacional da ditadura, pelo desenvolvimento dos povos de todo o mundo.

Es
in
te
ta
co
de
de
At
da
Es
co
me
NI
ad
pa
ra
tr
Ma
ne
po
ge
pr
al
fe
te
po

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA SENTENÇA MANUSCRITA, REGISTRADA ÀS FLS. 10v., 11, 11v. E 12 DO LIVRO DE REGISTRO DE SENTENÇAS DO ANO DE 1969, PROLATADA NOS AUTOS DO MS Nº 2.002/69, IMPETRADO POR AMALIO COUTO DE ARAUJO FILHO E OUTROS CONTRA ATO DO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA, PROCESSADO E JULGADO NA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, EM 1969.

“Autos nº 2002 – Mandado de Segurança – Amalio Couto de Araujo Filho e outros contra Diretor da Faculdade de Direito da UFBA. Vistos. Os impetrantes Amalio Couto de Araujo Filho, João Ribeiro de Souza Dantas, Victor Hugo Soares, Dermeval da Silva Pereira, Armando Paraguassu de Sá Filho, Ruy Herman Araújo Medeiros (solteiros), Eduardo José Monteiro Teixeira (casado), e Juracy de Souza Novato (solteiro), todos brasileiros, estudantes, residentes e domiciliados nesta Capital impetram, através de seu ilustre Advogado, mandado de segurança contra ato do Exmo. Sr. Dr. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, o qual, conforme alegam os impetrantes, violou direito líquido e certo dos mesmos impetrantes. Declara a inicial que os cinco primeiros impetrantes obtiveram aprovação nas matérias do 4º ano do curso de Bacharelado, o sexto obteve aprovação nas matérias do 3º ano, o sétimo e o oitavo nas matérias do 2º ano, adquirindo, assim, todos os requerentes o direito de acesso à série imediata àquelas em que foram aprovados, havendo o Diretor da Faculdade referida, sem razão plausível, indeferido os respectivos requerimentos, sem haver procedido à inquérito ou processo em que enseja-se aos impetrantes o direito de defesa, sendo informados, sem cunho oficial que a autoridade coatôra se espaldou na suposição de que os requerentes haviam tomado parte nas passeatas estudantis levadas à efeito nos últimos meses do ano próximo passado, em cuja época não existia nenhuma lei definindo manifestações estudantis como atos de subversão e cominando seus participantes pena de qualquer espécie, o que somente se verificou, posteriormente, quando o Governo, com base no ato institucional nº 5, emitiu um a respeito, impondo restrições ao comportamento de alunos, professores e funcionários de estabelecimento de ensino, bem como estabelecendo várias sanções para os



transgressores. Foi notificada a autoridade coatora no sentido de prestar as devidas informações e exibir os documentos solicitados pelos impetrantes, havendo o ilustre Diretor em exercício oferecido as informações constantes de fls. 11 à 19 e juntado os documentos de fls. 20 à 27, que são as petições de matrícula dos impetrantes com os respectivos despachos de indeferimento por motivo superior. A autoridade coatora nega, em suas informações a este juízo, a qualidade legal de alunos dos impetrantes, ao tempo em que alega a impropriedade da ação proposta, bem como a inexistência de direito líquido e certo a ser protegido, alegando, outrossim, a ineficácia da medida à esta altura do período escolar. Foi chamado à lide pelos impetrantes – o Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia – na qualidade de litisconsorte passivo, o que foi negado pela autoridade coatora, havendo Sua Magnificência, em seu ofício de fls. 36, ratificado, em todos os seus termos, as informações prestadas pelo Diretor em exercício. Ouvido a respeito o solicitado – declarando textualmente: “Em verdade, a denegação da matrícula para permanência de pessoas no corpo discente de Escola Superior é daqueles atos incluídos na alínea III do art 5º da Lei nº 1533/51, a saber: “Não se dará mandado de segurança... quando se tratar de ato disciplinar, salvo quando praticado por incompetente ou com inobservância de formalidade essencial”. Dotada de autonomia disciplinar, a Universidade Federal da Bahia, somente dar-se-ia mandado de segurança contra ato do Diretor da Unidade Universitária impetrada se, na forma de seus estatutos, o ato impetrado estivesse eivado de vício de forma, o que indemonstrado com a petição inicial”. O que tudo devidamente examinado: O eminente Ministro Themistocles Cavalcante – em seu precioso tratado “Do Mandado de Segurança” – assim se manifesta inicialmente: “A precedência na criação dos “Writs” protetores das garantias individuais cabe, sem dúvida possível, ao direito anglosaxônico” – Por sua vez – o eminente constitucionalista Castro Nunes – em seu também precioso tratado “Do Mandado de Segurança” – assim se manifesta inicialmente: “As origens do mandado de segurança estão naquele memorável esforço de adaptação; é alegado pela jurisprudência sob a égide do Supremo Tribunal, em torno de “habeas-corpus”, para não deixar sem remédio certas situações jurídicas que não encontravam no quadro das nossas ações a proteção adequada”. Mais adiante declara o eminente mestre: “O ato contra o qual se requer o mandado de segurança terá de ser manifestamente inconstitucional ou ilegal para que se autorize a con-

cessão da medida. Se a ilegalidade ou inconstitucionalidade não se apresenta aos olhos do juiz em termos inequívocos, patente não será a violação e, portanto, certo e incontestável não será o direito. É pela evidência do dever legal da autoridade, seja para praticar o ato, seja para abster-se de o praticar, que se mede o direito correspondente com a qualificação de certo e incontestável". A autoridade coatôra cujos méritos pessoais são bastante conhecidos, nega, em suas informações, aos impetrantes a qualidade legal de estudantes, mas, nas mesmas informações, declara textualmente: "O Diretor desta Faculdade limitou-se a negar-lhes simplesmente a matrícula para o ano letivo em curso, com base na decisão unânime adotada para todas as unidades em situação de colegiado no âmbito da Universidade, decisão essa à vista de comunicação da autoridade repressora da criminalidade informando que os impetrantes, além de vários outros, estavam indiciados como autores de fatos criminosos contra a segurança nacional, envolvidos em inquéritos policiais o que lhes retirava, como retira, aquele requisito, também essencial para a matrícula, de idoneidade". Certamente – por não reconhecer aos impetrantes a condição de estudantes – por esse motivo a autoridade coatôra não enviou a êste juízo uma cópia autêntica das anotações referentes à aprovação dos mesmos impetrantes nas matérias das séries anteriores. Mas – pelos despachos proferidos nas petições de matrícula dos impetrantes se infere, illogicamente a qualidade legal de estudantes dos mesmos impetrantes. Não se pode negar que o indeferimento de matrícula por determinação superior é explicado nas informações da autoridade coatôra – constitui uma pena disciplinar prevista no art 180 – combinado com o art. 10, inciso 5º do Regimento Interno da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, sendo certo que o impedimento de um aluno para freqüentar um estabelecimento de ensino – importa, implicitamente na sua expulsão. De outra parte – o Decreto-Lei nº 477, de 26/2/1969, "que define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados dos estabelecimentos de ensino público ou particular e dá outras providências" – assim dispõe em seu artigo 1º: "Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado público ou particular que I – alicie ou incite à deflagração de movimentos que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe dêsse movimento. III – pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados,



ou dêles participe". Parágrafo Único – Inciso II – “Se se tratar de aluno – com a perda ou desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos”. Mas, de outro lado, o art. 5º da Lei 1533 – de 31 de dezembro de 1951 – que “Altera disposição do Código de Processo Civil, relativas ao mandado de segurança” – determina em seus incisos I e III, respectivamente: Não se dará mandado de segurança quando se tratar: I – de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução; III – de ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial”. Aplicando-se o mencionado dispositivo legal ao fato “sub-judice” verificamos que os impetrantes não se utilizaram do recurso previsto no art 173 do Regimento Interno da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, bem como não há ensanchas para impetração de mandado de segurança contra ato disciplinar. Por êsses fundamentos: Denegamos a segurança solicitada pelos impetrantes mencionados, lamentando que uma minoria da gloriosa e honrada mocidade brasileira se tenha deixado arrastar pelos inimigos da ordem e da disciplina, que pretendiam mudar o regime democrático, em que vivemos, abusando da tolerância das nossas autoridades constituídas, as quais, felizmente, chegaram a tempo de salvar a nossa pátria estremecida de uma catástrofe iminente. É o toque de clarim dos brasileiros patriotas. Custas pelos impetrantes. Publique-se na audiência do próximo dia 11 do corrente mês, às 14:30 hs, cientificando-se, em seguida, as partes interessadas. Salvador, 9 de setembro de 1969. Ass.: Antonio de Seixas Salles Filho”.

Transcrição digitada em
2 de setembro de 2003.

Antonio de Seixas Salles Filho

CÓPIA DO LIVRO DE REGISTRO DE SENTENÇAS DE 1969

... e, assim, até fevereiro de 1969, quando, após o tempo foi
... com as razões deste que contidas por Tereza, julgam
... de fato e do objeto em que foi não podem, quanto a
... tendo em vista as circunstâncias, defendendo através de interdito,
... sindicatas: Ocellin, fone, na forma de lei, o direito de fato de
... em direitos pelo fato de serem os filhos contidas pelo seu pai,
... de fato de que foi, por meio de carta a sua O. fone, quanto
... militari e piqueteira julgam sua parte acide as facções regulares de
... e a U.S. tem que proporcionar-se pag de e em qual
... de fato, sendo de a os anos de que a liberdade civil, julga
... para condensa a U.S. os pagamentos de indenizações que
... foi aprovada em 1969, entre, fone, com a participação e homenagem
... de advogado R. P. e J. B., 23-81-1969. Que: Ollona P. e L. M. T. e
... Data: 21 de março de 1969 para T.B.F. X

Outro de 2002 - Mandado de Segurança - Qualis Lente de Queif Filla e
... a a Dipita da Faculdade de Direito da U.F.B.A. dita em frente a
... Qualis Lente de Queif Filla, José Ribeiro de Souza Dantas, Vitor Hugo Sa-
... Diogo de Silva Pereira, Augusto Passos de S. S. Lilla, Ruy He-
... Queif Medeiros (cultura), Pedro de Jesus Martins Teixeira (ciência) e
... Juracy de Souza Costa (cultura), todos brasileiros, estudantes, residentes e domiciliados
... em Capital, impetram, através de seu advogado, que desde
... a criação desta instituição de ensino Superior, Dipita da Faculdade de Direito
... da Universidade Federal de Bahia, a qual, a favor de alguns dos impetrantes,
... o diploma de Direito, do qual, impetrante declarou a social que a nível
... pesquisas jurídicas obtiveram avanços que consistem de 4º ano de curso de Ba-
... hia, e sexta obtiveram avanços nas matérias de 3º ano, a sétima e a
... tem que consistem de 2º ano, adquirindo, assim, todos o pagamento a
... de fato de acusa à juris jurídica regular e que foram aprovados, havendo
... da Dipita da Faculdade referida, sem razão plausível, julgado os papers
... tem que consistem, sem haver procedido à juris, ou porque em que se
... e nos impetrantes a dipita de defesa, se de impetrantes, sem embargo oficial
... a autoridade contém se aplica por superior de que os impetrantes ha-
... com a seguinte parte que consistem estudantes leuadas, a dipita por impetrantes
... de fato de a proximidade passada, em que época não existia nenhuma lei de
... de fato de impetrantes estudantes como ato de submissão e entrega de as

pelo juízo punitivo sob a égide do Sup. Esp. e Tribunal, Tomo de
 "barras e cofres", para se deixar sem prejuízo certas situações jurídicas que
 se mantiverem nos quadros das normas após a prática adequada. "Mas
 não se declara o seguinte ponto: "O ato contra o qual se segue o
 mandado de sigilo e sigilo de sua manifestação é inconstitucional ou ilegal
 por se antojar a concessão da medida. Se a ilegalidade ou inconstitucionalidade
 não se apresenta aos olhos do juiz. Têm-se inquiridos, por
 tanto, não são os violados, portanto, não é inconstitucional não é o
 direito. Não pela evidência do dano legal da autoridade, seja para praticar
 o ato, seja para abster-se de o praticar, que se made o direito consan-
 fadente com a qualificação de ato inconstitucional". A autoridade contra
 cujo império pensam não bastante conhecido, seja, em sua jurisdição, as
 infrações a qualidade legal de estudantes, pois, em algumas jurisdições,
 declara textualmente: "O Direito desta Faculdade limitou-se a seguir-lhe
 simplesmente a prática para o ato lícito em curso, com base na
 decisão unânime adotada para todas as unidades em situação de colégio
 da no âmbito da Universidade, desde que a falta de comunicação da auto-
 ridade referente da originalidade imposta de que os infrações, além
 de várias outras, estavam indicadas como autores de fatos quaisquer con-
 tra a segurança nacional, envolvidos em inquirições policiais e que elas se
 tratam, como prática, aquele requisito, tal há essencial para a
 manutenção, de inconstitucional". Certamente - por não conhecer os infra-
 tos a condições de estudantes - por não conhecer a autoridade contra
 cujas a int. Juiz uma cópia autêntica das posturas referentes à
 apreensão dos mesmos infrações nos quadros das séries anteriores. Mas
 - pelas disposições previstas nas práticas de prática de prática de prática, lógi-
 camente, a qualidade legal de estudantes dos mesmos infrações. Não se pode
 negar que o indigentemente de prática por deturpações superiores e explicando
 nos infrações da autoridade contra - constitui uma boa disciplina prevista
 no art. 180 - substituída com o art. 170, inciso 5º do Regulamento Interno da
 Faculdade de Direito da Universidade Federal de Bahia, sendo isto que o infrações
 de alunos para frequentar um estabelecimento de ensino - infrações, implicita-
 mente por um regulamento de prática - o Decreto-lei nº 492 de 26/2/1969,
 que define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários
 ou empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares e de outras pre-
 vidências - assim dispõe em seu artigo 1º: "Compete infrações disciplinares a

URGENTE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
BRASIL - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo nº 5895
16/8/71

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV Ex - 6.ª R.M.

Salvador, BA, /3 de agosto de 1971

OFÍCIO N.º 225 E2/71

Do Chefe do EMR/6

Ào Sr Del Regional do DPF/BA

Assunto: Complementação de ofício (faz)

Referência:

1. Complementando ainda o ofício nº215-E2, de 11 Ago 71, informo-vos que em decorrência dos depoimentos do prãco subversivo ANTONIO LELLO MARTINS DE SOUZA foram presos os seguintes elementos vinculados aos bandos subversivos AP (AÇÃO POPULAR) e PC do B, com atuação nos meios estudantis:

Y.P. 9.1.10.71

Dia 30 Jul 71:

- AP:
- EDVAL PASSOS DE SOUZA
- JOSÉ EDUARDO FONSECA KRUSCHENZSKI

Dia 31 Jul 71:

- AP:
- FRANCISCO VASCONCELOS
- JOSIDELTE PEREIRA DE OLIVEIRA
- WALTER SIMÕES RIBEIRO
- GEORGETE PEREIRA DE OLIVEIRA X

Dia 01 Ago 71:

- AP:
- SIOMARA ETELVINA OLIVEIRA ORRICO - (menor) >
- GREUZA IONE DA SILVA BORGES

Dia 03 Ago 71:

- AP:
- JOSÉ SÉRGIO GARRILLI DE AZEVEDO
- MÉRCIA MIRIAN CARVALHO FERREIRA X
- ANTONIO JORGE FONSECA SANCHES
- PC do B:
- OSVALDO GARCIA RIBEIRO
- MARIA ZITA DE CARVALHO BRAGA X

Continua...

v.v.

(Continuação do Of nº 225 B2, de 12 Ago 71, do Ch do EMR/6)

Dia 09 Ago 71:

PC do B:

PAULO JORGE NUNES DE ARAUJO X

ISABEL MARIA SAMPAIO OLIVEIRA LIMA - (menor - 17 anos) X

Dia 10 Ago:

PC do B:

ANGELA MARIA ANDRADE BRASILEIRO X

DILSON ARAUJO ALVES PEIXOTO - (menor - 16 anos)

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO - (menor - 17 anos)

MAURICIO LIMA BARRATO - (menor - 17 anos) X

2. Reitero-vos os protestos de estima e consideração.

(a) ULYSSES ALBUQUERQUE REBUÁ
Cel Ch do EMR/6

Por delegação:

Nilton de A. Albuquerque
NILTON DE ALBUQUERQUE CORQUEIRA
Maj - Chefe de 2ª Sec do EMR/6

CONFIDENCIAL

96
097
107

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV - EXÉRCITO
SEXTA REGIÃO MILITAR
QUARTEL - GENERAL
SEGUNDA SEÇÃO

1249/41

13.04

Signatário

INFORMAÇÃO Nº 413/13-2/71

Salvador-BA, 31 de agosto de 1971.

ASSUNTO: ESTRUTURA DO PC de B

ANEXO: Organograma da Estrutura do PC do B. *Redundante de Salvador/BA.*

DIFUSÃO: CIB - IV EX - 2º DV - 337/BA. *13/8 - ASV/SNI - MBA*

S.L.
1 - *... ..*
2 - *... ..*
3 - *... ..*
23-8-71
Luiz COR

1.0 - Esta Agência encaminha o organograma constante do anexo e informa o seguinte:

1.1 - Elementos levantados pelo CODI/6:

- 1) MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO (Colégio Manoel Devoto, menor) (a)
- 2) DILSON ARAÚJO ALVES PEIXOTO (Colégio Manoel Devoto, menor) (a)
- 3) JOSÉ PIATINI DOURADO (Escola Técnica) (c)
- 4) OSWALDO GOUVEIA REFEIRO (Colégio de Aplicação) (b)
- 5) MAURÍCIO LIMA BARRETO (Colégio de Aplicação, menor) (a)
- 6) ANGELA MARIA LEMOS DE SAUSI (Colégio de Aplicação) (a)
- 7) MARI ZITA DE CARVALHO BRAGA (Colégio de Aplicação, menor) (a)
- 8) ISABEL MARIA SIMPLIO OLIVEIRA LIMA (Colégio de Aplicação) (a)
- 9) CARLOS EDUARDO FERREIRA DE CARVALHO (Colégio Antônio Vieira) (a)
- 10) PAULO JORGE HUNES DE ARAÚJO (a)

OBS: (a) - Esteve preso(a) e foi liberado.

(b) - Está preso.

(c) - Ainda não foi localizado.

A Secretaria para cumprir 6.9.71
CC

- Estrutura do PC do B na área: ORGANOGRAFIA anexo.

- Relação dos elementos integrantes das Diretorias:

1 - Diretoria da ABES em 1970: (Associação Baiana de Estudantes Secundários).

- 1) GABRIEL (UBES)
- 2) FÁBIO ANTONIO MAGALHÃES NOVOA (Colégio Central)
- 3) ANTÔNIO DANILO BARRETO (Colégio Central)

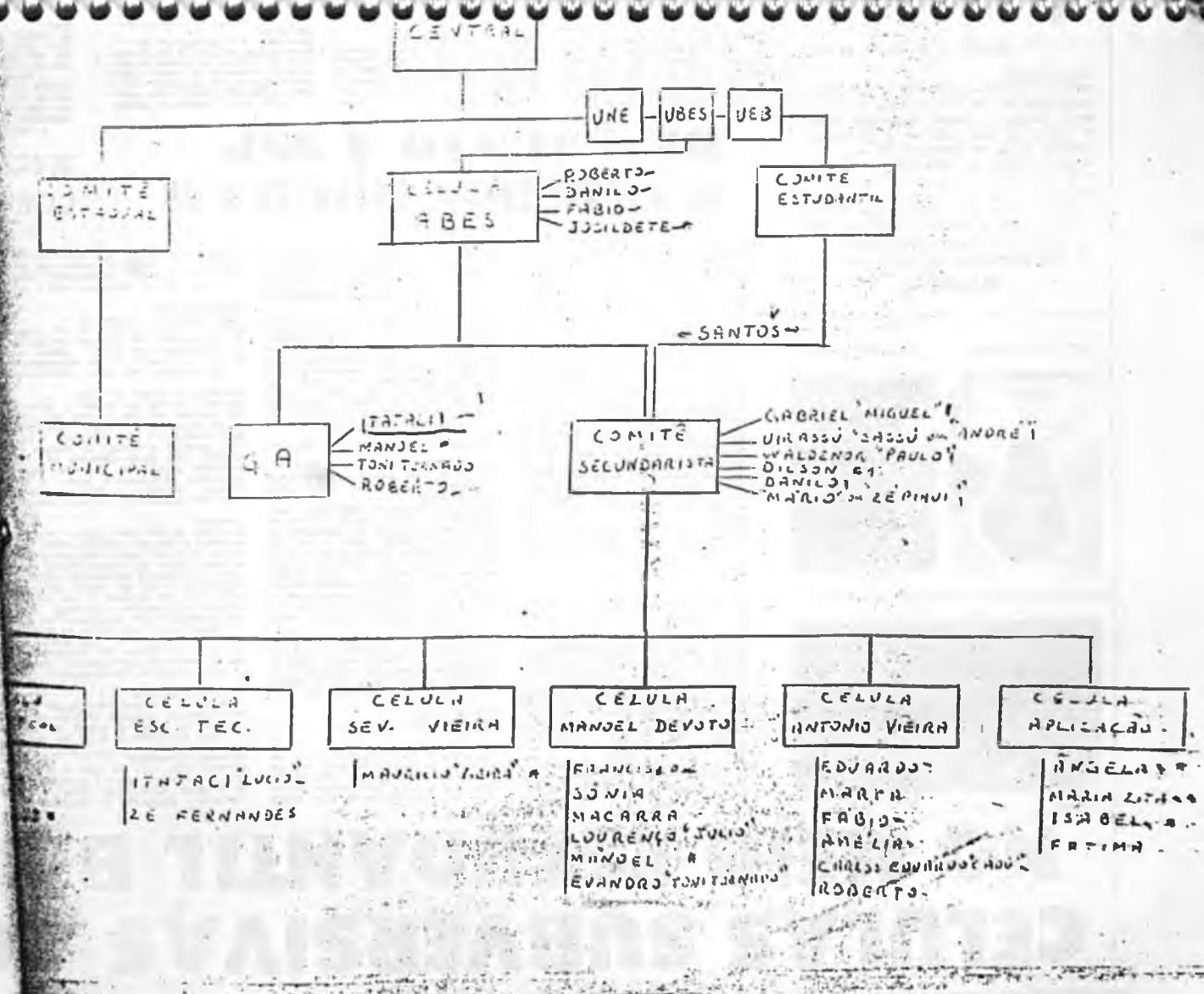
CONFIDENCIAL

(Continuação da Informação nº 488, de 31/10/71 - Fl. 2)

- 4) REGINA (Colégio Central)
- 5) MARIA ZITA DE CARVALHO DE SA (Colégio de Aplicação)
- 6) WALDENOR (Colégio de Aplicação)
- 7) MAURÍCIO LIMA BARRERO (Colégio de Aplicação)
- 8) MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO (Colégio Manoel Davy)
- 9) ROBERTO (Colégio Antonio Vieira)
- 10) SASSUL (Colégio Central)
- 11) ZÉ FERNANDES (Escola Técnica Federal)
- 12) TIBÉRIO CESAR (Escola Técnica Federal)
- 13) OSVALDO GOUVELA RIBEIRO (Colégio de Aplicação)

3.3.2 - Diretoria da ABES em 1972:

- 1) VÁLIO ANTONIO MAGALHÃES NETO (Colégio Central)
- 2) DARILO (Colégio Central) (MAURÍCIO DANILLO BARRERO)
- 3) TIBÉRIO CESAR (Escola Técnica Federal)
- 4) MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO (Colégio Manoel Davy)
- 5) CARLOS EDUARDO FERREIRA DE CARVALHO (Col. Ant. Vieira)
- 6) ROBERTO (Colégio Antonio Vieira)
- 7) ZÉ ANTONIO
- 8) LUIZ



GINAL
21
10

CÉLULAS SUBVERSIVAS AGIAM NO MEIO ESTUDANTIL BAIANO



Material subversivo encontrado pelo CODI



José Sérgio Gabrielle

José E. Kruschewsky

Os órgãos de segurança distribuíram ontem, à imprensa, comunicado informando o desbaratamento de grupos subversivos no meio estudantil baiano, depois de longos meses de trabalho.

Segundo o documento, as células desbaratadas pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI/6) funcionavam nas próprias residências dos estudantes. "Seus pais ficaram incrédulos ao tomarem conhecimento de seus departamentos prestados aos órgãos de segurança. As células se compunham de três a quatro estudantes que, sob o pretexto de estudar em grupo, em suas residências, traçavam planos subversivos, incluindo seus pais e responsáveis. Os nomes dos menores envolvidos não foram, por precaução, divulgados pelos órgãos de segurança".

ALERTA AOS PAIS

É o seguinte, na íntegra, o comunicado distribuído ontem sob o título "Subversão no Meio Estudantil — Alerta aos Pais":

"Em meados de agosto de 1971, o Centro de Operações de Defesa Interna (CO. DI/6), após intensas atividades, desbaratou uma organização estudantil ligada à Ação Popular (AP) de orientação marxista-leninista. Esta organização, Associação Baiana de Estudantes Secundários (ABES), filiada à União Brasileira de Estudantes (UBES), entidade clandestina, já contava com ramificações e envolvia alunos (as) dos principais colégios da Capital, formando células ou núcleos. Um de seus objetivos era fazer renascer a estrutura regional da subversão de esquerda no meio estudantil para tentar retornar a agitação dos idos de 68. Novas diligências conduziram ao levantamento da íntima ligação, no nível de base e no meio estudantil, entre as organizações de extrema esquerda denominada Ação Popular e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Assim novas prisões foram realizadas, inclusive de menores, e apreendido material subversivo, ressaltando-se 9 revólveres de diversos calibres e farta mu-

nição, desmantelando-se as duas organizações. Os menores e os integrantes apenas das células, da colégios, após cuidados e tomadas as medidas de praxe pela Polícia Federal, foram entregues aos responsáveis.

ORGANIZAÇÃO E METODO DE TRABALHO

As células se compunham de 3 a 4 estudantes do nível médio que se reuniam nas próprias residências, a pretexto de estudar em grupo, quando então, eram traçados planos para subverter a ordem sob o manto protetor de seus lares e iludindo seus responsáveis.

Os pais, incrédulos de início, chocaram-se ante os frios depoimentos de seus filhos, a esta altura já contaminados pelo germe do comunismo, veneno inoculado por falsos amigos e indivíduos mais velhos que, face sua experiência subversiva, conseguiram manter-se fora de alcance da lei, devido, ainda, a um falso sentimento de lealdade dos estudantes indicados aos antigos líderes que só são conhecidos através de codinomes e identidades falsas.

Dentre os subversivos presos, destacam-se pela sua atuação e alta periculosidade, os seguintes:

JOSE SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

— Em 1968, tendo sofrido intensa doutrinação comunista, foi ampliado para o movimento subversivo denominado Ação Popular (AP) que prega a tomada do poder através da Luta Armada, da guerra fratricida entre brasileiros para a implantação do regime comunista. Desde então se encontra vinculado à área subversiva com atuação no setor estudantil, procurando sempre mascarar a sua e o amparo da lei, como participante de Diuturno Acadêmico.

— Em 1968, preparou e mobilizou estudantes para a greve dos "60 dias", que culminou com a ocupação de algumas unidades da UFBA pelos grevistas. Neste mesmo ano, participou do planejamento,

confeção e distribuição de panfletos contra o acordo MEC-USAD, contra a ação das Forças Armadas contra o Governo, etc, tomando parte ativa em todas as passeatas então organizadas.

Como presidente do DCE, por determinação dos órgãos de cúpula dos grupos subversivos, promoveu agitação no interior do restauroamento universitário, sempre dissimuladamente.

Tomou parte no planejamento e criação de grupos de "Auto-defesa", destinados à defesa armada das manifestações estudantis e políticas da Ação Popular.

Apesar de sua vinculação às atividades subversivas, mas acreditando na sinceridade da juventude e firmando convicção em suas palavras e nas de seu responsável à que um antigo Chefe do Órgão de Segurança ofereceu-lhe uma nova oportunidade. Esta serviu apenas para comprovar a sua enorme capacidade para mentir e enganar, conforme podem testemunhar os seus mais íntimos parentes e amigos.

A sua impregnação ideológica não lhe permitiu afastar-se de suas atividades subversivas, mantendo-se ligado à organização, julgando ter obtido um salvo-conduto. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, procurou novamente no decurso de 1971, tumultuar o meio estudantil, à soldo do Movimento Comunista Internacional, inclusive no final do ano, por ocasião da realização das provas de Seleção Específica do 1º ciclo da UFBA.

No momento está sendo enquadrado no art. 477, visando o seu afastamento da Universidade, ao mesmo tempo em que foi indiciado em inquérito da Polícia Federal, já em andamento no 6a. CJM. JOSE EDUARDO FONSECA KRUSCHESKOWSKY

— Em 1970, foi ampliado para a organização subversiva denominada Ação Popular (AP), sendo encarregado de desenvolver trabalho de aliciamento no Co-

légio Severino Vieira, onde estudava.

Participou do Conselho da Associação Baiana de Estudantes Secundários, organização clandestina ligada à extinta UNE, estando intimamente ligado a Sérgio Gabrielli.

Compôs uma célula com a finalidade de intensificar os trabalhos de aliciamento nos Colégios ANÍSIO MELHOR, ESTADUAL DA BAHIA e VALENÇA.

Participou em maio de 1970 de comício de protesto realizado no Largo de São Miguel e na Barroquinha, visando a avaliar as comemorações de 7 de setembro.

— Está com prisão preventiva decretada pela 6a. CJM onde corre seu processo.

EDVAL PASSOS DE SOUZA

— cursava a 3a. Série científica no Colégio Estadual da Bahia quando foi ampliado para a organização subversiva denominada Ação Popular (AP) com atuação no meio estudantil.

Participou de várias ações de panfletagens e pichamentos no bairro de Cosme de Farias, Colégio Central e no Vale do Canela.

CLEUSA IONE DA SILVA BORGES

— Terceiranista de medicina da UFBA. Foi ampliado em 1968, para os quadros da organização subversiva Ação Popular (AP), havendo militado no movimento securdarista, sendo responsável pelo aliciamento e ampliação de securdaristas.

Participou de reuniões onde eram discutidas e exploradas, visando a politização dos estudantes, as contradições sociais e de planejamento e execução de panfletagens e pichamentos nos logradouros de Salvador.

Está sendo processada pela 6a. CJM."

BANDIDOS ROUBAM BEM JUNTO À SSP

Três assaltantes armados de revólveres, ocupantes de uma camioneta roubada, na madrugada de ontem, em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Avenida Sete de Setembro, alguns metros distantes da Secretaria de Segurança atacaram o Sr. César Barbosa de Souza e roubaram

Os indivíduos foram logo ameaçando disparar as armas se não reagisse ao tempo em que arrancavam o relógio de seu pulso e metiam as mãos em seu bolso, do onde tiraram a carteira de câmbios com o dinheiro e a sua carteira de identidade.

Outra turista, Magda R. Bernardes, residente em Brasília onde trabalha na Câmara dos Deputados, que se encontra hospedada no Grande Hotel da Barra, também foi furtada na Largo do Bonfim; carteira de câmbios com documentos e a importância de R\$ 180,00.

CORREU MUITO E SE MACHUCOU NO POSTE

A Kombi de chapa AC-4979, trafegando em alta velocidade pela Avenida Otávio Mangabeira, ao atingir o trecho da Boca do Rio, após tentar uma contra-mão, acabou se chocando contra um poste de iluminação, ferindo todos os seus cinco ocupantes.

O acidente se registrou quando o motorista João Manoel Santana de Castro, de 18 anos, tentou ultrapassar um Volks. Em sentido contrário, vinha outro veículo. Quando João Manoel quis voltar para a sua mão de direção, a Kombi se desgovernou e se encalçou no poste.

RETIFICAÇÃO

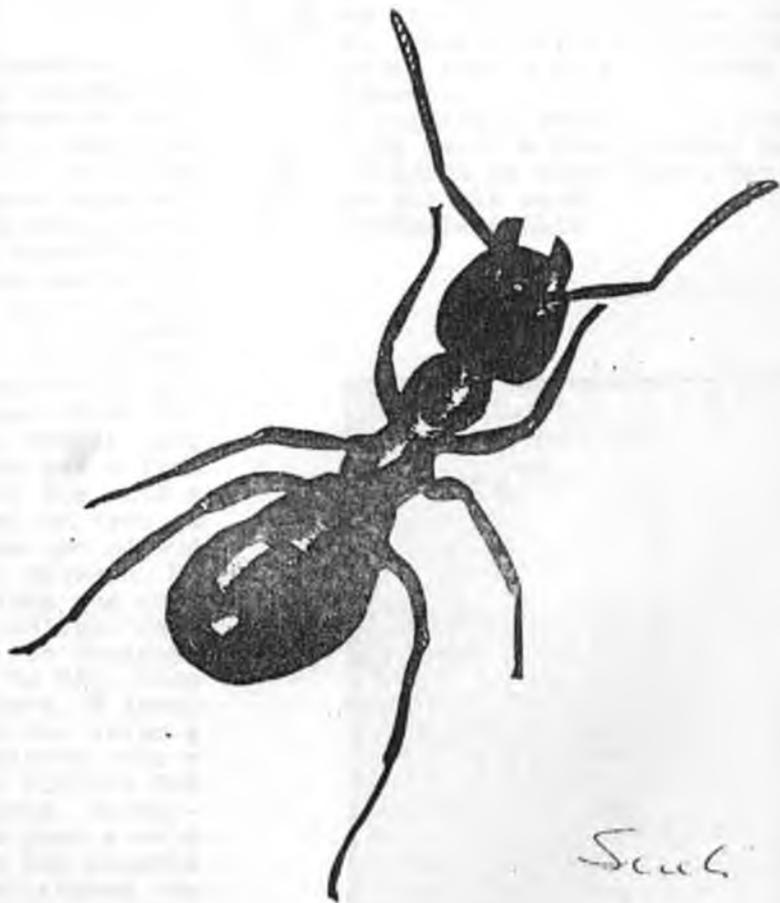
A COOPERATIVA HABITACIONAL DOS OPERÁRIOS CETEPRO

Autorizada a funcionar pelo BNH sob nº 03 — Sede Provisória à Rua Juliano Moreira, 6 — 8º andar, sala 811 — Edifício N. S. da Ajuda — SALVADOR — BAHIA, retifica o Edital de Convocação publicado nos dias 30, 31 de dezembro de 1971 e 1º de janeiro de 1972, onde se lê Assembléia Geral Ordinária, leia-se Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 21 de janeiro do corrente ano no local já fixado anteriormente.

Salvador, 3 de janeiro de 1972

SAÚDE

bahia, junho 72



Suck

"pouca saúde e muita saúva :
os males do brasil são"
macunaíma

Pop Art

Olha gente: é preciso fazer um a distinção importante: uma coisa é ser consumidor de arte,, ouvir, ler, gostar. Outra coisa é ser produtor de arte: você pode gostar dos Beatles mas tem de fazer música brasileira. Não é nenhum dever cívico, por nenhuma ordem superior nem portaria oficial. É porque, se você não falar das coisas que experimenta e sente no dia a dia, não faz nada. Copia, se em broma. Embroma os outros. E passa com a moda.

A barra está pesada. Isso está mesmo. É difícil ver o rumo no meio de nevoeiro tão denso. O caminho da gente vai sendo o passo a passo. O horizonte parece fechar. Então o cara diz: tudo isto aqui é uma bosta. Vou me embora pra PASÁRGADA. E pensa que é novo. E como não há PASÁRGADA, e como não há saída, imediata, o cara começa a dar pontapé em tudo que está perto. O que está longe seu pé não alcança. (...)

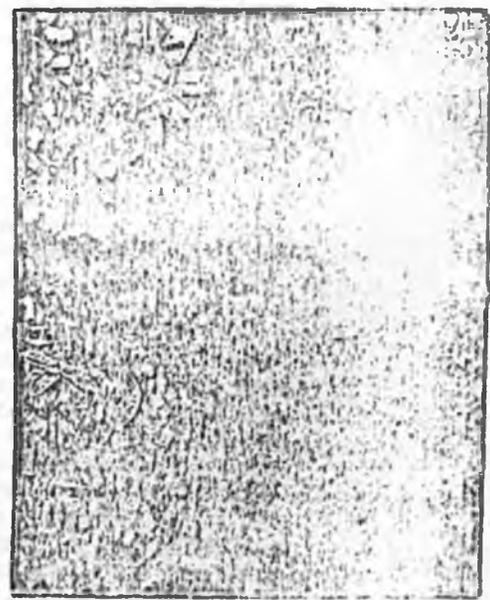
A música popular brasileira não se renova a cada semana? É verdade. Por isso mesmo é que ela é popular. Como o povo mesmo, ela é densa, complexa. Custa a mudar. Mas cada pequena mudança é um avanço real, porque não se fez pela aporrinhagem pessoal, de ninguém sozinho, pela chateação de um cara ou outro. Nisso como em tudo o mais, a realidade revela a sua essência, a sua densidade. A gente gostaria que tudo fôsse mais depressa, claro. Mas de que vale a gente sonhar que o trem está andando quando ele está parado? É preferível um trem que anda devagar a um que só anda na imaginação das pessoas. Mas cada um pega o trem que quer. Vou no trem do Paulinho da Viola, do Martinho, do Pixinga, do Baden, do Tom, do Edu. Pego uma carona nêsse trem. É devagar? É o mais veloz dos trens que na realidade existem. Não espero que a MÚSICA POPULAR BRASILEIRA mude o Brasil. Basta-me que ela ajude o povo a se manter solidário em sua alegria e na sua esperança. Aberta para novos Chico Buarque, novos Gil, novos Caetano. E capaz na sua densidade, de absorvê-los. Fora da história existia Deus. Mas esse, dizem que já morreu, que há nevoeiro é inevitável. Mas não se deve confundir o nevoeiro

é inevitável. Mas não se deve confundir o nevoeiro com a montanha, com as árvores, com as pessoas. É cuidado para não dissolver as pessoas. É mais cuidado ainda para não se dissolver a si mesmo. Vamos ouvir Janis Joplin mas não copiá-la.

E muita atenção para este detalhe: defender a música brasileira, a arte brasileira, a cultura brasileira é coisa nova. Pensar que é novidade é enganar a cultura brasileira e preparar rendição total à invasão internacional, é equívoco. Revela desconhecimento do problema cultural do país. De nossos poucos séculos de existência, mas de três quartos foram dedicados a copiar, arremedar, puxar o saco da cultura estrangeira. E embasbacar-se. A posição nacionalista de 22 foi uma revolução. De lá pra cá aumentou a nossa consciência de nós mesmos. É a revolução brasileira. No campo da cultura. Fechar as portas, trancar-se, é atitude não boba como a do entreguista cultural.

O negócio é peito aberto para todo mundo e pés fincados na realidade de nossa vida. Por pior que ela seja.

FERREIRA GULLAR



Qualquer Acácio sabe, e frequentemente diz, que as aparências escondem a realidade. A realidade é uma, a aparência é outra. Muitas vezes, coisas apresentadas como importantes, são desimportantes; coisas tidas como desimportantes são decisivas. Mas o fato é que, na maioria dos casos, para maioria das pessoas, a realidade é julgada pelas aparências, julgada pela sua fisionomia superficial, por aquilo que, dela, parece à simples observação, ao alcance de todos ainda dos menos espertos. Os chamados meios de massa, no plano da transmissão de imagens e ideias, tornaram a aparência realidade, isto é, aprofundaram a falsidade de que a realidade é a aparência; é a imagem que dela gravam os que a recebem por via daqueles meios de massa. Tais meios, aprofundando a falsificação do real, multiplicam infinitamente a possibilidade de gerar e gravar estereótipos.

Vale mais o exemplo: há dias, conhecido apresentador de televisão, em programa de larga audiência, mostrou um livro e proclamou suas qualidades; dois dias depois a edição desse livro estava esgotada. O que aconteceu? Aconteceu que milhares de pessoas admitiram o como verdade aquilo que o apresentador dizia, isto é, que o livro era bom. Não interessa, no caso, discutir a realidade - se o livro era bom ou não era. Interessa constatar que ele foi tido como bom, por que poderoso método de massa veiculou, em dado momento, para milhões, que era assim.

A possibilidade de gravar falsas verdades no espírito de milhões: consequentemente, passou a constituir um dos aspectos mais interessantes da época em que vivemos. Essa possibilidade, como é sabido, foi largamente utilizada pelas ditaduras: elas fizeram - e fazem - repetir, sem pausa, e de maneira convincente, que determinadas aparências são realidades. E tais aparências passam a ser realidades, para milhões, passam a funcionar como realidade. Não importa que não o sejam.

Este não é apenas um segredo político, que permite existir e funcionar aquilo que a luz das divergências dos de-

bates, das discussões, provaria sua inata falsidade. É o segredo comercial de numerosos produtos, apregoados como úteis, quando são superfúos, como bons, quando são nocivos ou inúteis. Beberagens, objetos, roupas, ornamentos, coisas de toda natureza, entram, assim, no consumo, por força da confusão entre a realidade e a aparência. É o que se chama "sociedade de consumo", eufemismo que esconde as suas exatas características e suas mazelas gravíssimas.

Essa confusão entre a realidade e a sua aparência leva a uma distorção ainda mais grave. É que, sentindo, mas não compreendendo, a razão dessa troca de imagem verdadeira pela falsa, e sofrendo as condições da chamada "sociedade de consumo", milhares, ou milhões, de pessoas, em todo o mundo, revoltam-se contra tais condições e lutam contra elas, recusando submeter-se ao domínio que lhes é imposto, aos padrões que, tornados gerais, igualam as criaturas, como se fossem meros robots. Essa revolta, entretanto, essa repulsa, em formas de comportamento que geram, visam a aparência, e não a realidade.

Ora, quando os beneficiários dessa gigantesca engrenagem conseguem desviar a revolta e a repulsa, fazendo com que ela se manifeste contra as aparências - esta preservando a realidade, está-lhe assegurando a continuidade.

É claro que, aqui, estamos generalizando, e apontando um momento do processo. Na verdade, e na medida em que a experiência vai sendo acumulada, há numerosos grupos de jovens que compreendem do que se trata e passam a lutar contra a realidade que lhes é imposta, adotando formas de luta compatíveis e eficazes, e abandonando a rebeldia contra as aparências e formas de luta que apenas levam à consolidação da situação repudiada, ou ao prolongamento do seu domínio. Assim, não são os que gritam mais, os que escandalizam mais, os que radicalizam mais, aqueles que, realmente, estão lutando pela melhoria das condições da sociedade humana. Com frequência, aquelas formas de manifestação - seja por atos, seja por palavras - escondem apenas a intenção

ingenuidade, desêspero. Servem, como sintoma de que as coisas, não vão bem. Mas apenas como sintomas. Não abrem perspectivas de mudança.

Essas considerações têm propósito. Não estão aqui alinhadas por simples especulação. Trata-se de distinguir com clareza, na simples área de cultura, em nosso país, a realidade da aparência, no momento em que vivemos. Dizem alguns, utilizando amplos e poderosos meios de massa, principalmente, a rudimentar mas eficaz, técnica de repetição—que o senhor Goebbels sabia utilizar magistralmente—que tudo vai bem no Brasil, em termos de cultura. Nós ousamos dizer que tudo vai mal. É simples verificar, pela simples constatação, e cada um poderá fazê-lo no campo de sua preferência: teatro, cinema, literatura, imprensa, artes e ciências.

Começemos pelas ciências pois é o campo menos conhecido porque desprezado, normalmente pelos meios de massa. Que estão fazendo, neste momento, e onde, os nossos maiores físicos? Sabem? Indaguem dos que sabem. O Brasil tem meia dúzia de grandes físicos, de renome universal, respeitados em todo o mundo. Sabem onde estão trabalhando? Em muitos lugares, menos em nosso país, menos em suas universidades. E se alguém tiver dúvida, consultem os que podem informar. E se alguém vier na defesa da aparência, sustentando o contrário, estamos, prontos a fazer um rol dos físicos brasileiros afastados das funções em que estão sendo úteis ao nosso país...

...Tivemos, a certa altura, na década dos sessenta, singular e fecundo impulso na criação teatral no Brasil. Foi a rigor, o grande momento do teatro brasileiro...

...o teatro brasileiro está estagnado, dominado pela mediocridade, derrotado pela contracultura. Plínio Marcos, há dias disse algumas verdades a tal respeito.

Muito bem, e o cinema brasileiro? Está melhor hoje, o cinema brasileiro do que há cinco anos atrás, ou há dez anos?

...É simples constatar isso, confrontando a quantidade, e a qualidade dos filmes produ-

zidos antes e agora. É conveniente considerar, neste terreno, outro aspecto: não conseguimos e mergir do impasse em que se viu o chamado "cinema novo"; outras fossem as condições no Brasil, e talentos dos nossos cineastas teria já encontrado a saída. Passemos adiante....

...A música popular brasileira, que atravessou, a bem pouco tempo, extraordinária e riquíssima fase, entrou em estagnação ou retrocedeu. Claro que há exceções. Falamos no conjunto, e as exceções apenas confirmam o que acontece com o conjunto...

E a arquitetura?

Oscar Niemeyer declarou/ o seguinte: "o importante para Brasília, como para todas as outras cidades deste mundo estranho em que vivemos, é que o homem seja feliz, transpondo em paz, sem ódios e ameaças, esse instante ilusório que o destino nos concede. Quando falta isso, quando a vida é amarga, quando a injustiça e a opressão estão prestes nesses casos pouco importa a cidade que lhe ofereçam". Não é preciso dizer mais nada...

...A verdade—é que a televisão, o rádio e a imprensa, no Brasil estão em crise, dominadas pela mediocridade mais ostensiva e alarmante...

...e essa mediocridade não deriva das pessoas que trabalham nesses meios de transmissão de imagens é de ideias. Pelo contrário, temos material humano excelente nos três meios referidos...

...Restaria em termos de cultura, mencionar os instrumentos de sua transmissão sistemática. Restaria falar da educação. Falando dela, seria necessário lembrar as portas que se fecharam a tantos professores e alunos. Seria necessário analisar a reforma do ensino apregoada como milagrosa, num país de milagres, em que a própria economia é apresentada como sofrendo transformações desse tipo. Mas não há aqui espaço nem condições para isso...

...É de fazer corar qualquer analfabeto. É o coroamento e a sistematização do reinado da mediocridade.

Gal. Nelson Werneck Sodré
(transcrito do Jornal de Debates nº2)

Universidade

A crise da instituição UNIVERSIDADE não é uma coisa apenas de se ter notícia. Nós, estudantes, sabemos que ela existe, que é real. A UFBA. foi uma das pioneiras na aplicação da RU, sendo portanto, a esta altura, bastante flagrantes os problemas que atravessamos e que são acirrados com o tempo.

JUBILAMENTO. Motivo de júbilo? Distingão máxima? As leis de jubilação na Universidade são as que regulamentam a expulsão dos seus alunos. Atualmente estão ocorrendo 2 processos de expulsão na Câmara de Graduação; os jubilados são 2 colegas de Arquitetura. O artigo 6º do Decreto 464 de fevereiro de 1969, que prevê a expulsão dos estabelecimentos de ensino superior, dos alunos que forem reprovados em matérias cujas cargas horárias, soam 1/5 do ciclo básico e 1/10 do curso completo. As matérias que você perde, vão se acumulando e não adianta cursar novamente e ser aprovado. Quer dizer que até no quarto, quinto ano, você pode... E além disso, você, independente do ano de sua entrada na universidade, pode ser enquadrado, porque você tem de se submeter às leis em vigor, para concluir o seu curso, isto é, a lei tem caráter retroativo. Ela só foi divulgada este ano confirmando o velho problema de comunicação dos órgãos da UFBA. conosco. A aplicação a partir deste ano, será sistemática. Segundo alguns jornais, no MEC a lei está sendo reformulada, como consequência da ra dos protestos emitidos pelo ambiente estudantil. Continuam porém as reformulações sem a participação dos mais interessados, os estudantes, que vêm posta em jogo sua permanência na universidade.

O pessoal de Psicologia estava ameaçado de não poder concluir o curso. Pois é, não tinha o 5º ano, que habilitaria o estudante a seguir realmente a sua profissão - psicólogo. Ai o pessoal se mexeu, reuniu, discutiu, trabalhou e o 5º ano saiu. A Câmara de Graduação de Ensino aprovou o projeto, mas com uma condição: apenas 30 vagas foram abertas - não há professores, as condições materiais não permitem 70 alunos no curso de formação, etc, etc, alegações já bastante conhecidas. Conclusão, o galho é verde e o curso todo está às voltas com a coisa. Se pretende estabelecer um critério de seleção para os alunos ingressarem no 3º ano. A posição dos alunos, discutida em assembleia é única: todo critério de seleção implica em injustiça. Os alunos enviaram um documento à Câmara, no qual reafirmam a necessidade da efetivação do curso para o 2º semestre, a posição contrária ao limite de vagas, e solicitam um relatório da situação financeira, não só do curso como da universidade em geral.



EXCEDENTE INTERNO. Previsto pela RU, o ciclo básico seria uma formação imprescindível em cada área que daria uma ampla visão dos caminhos universitários; em verdade, ele não só contradiz o propósito como se transformou num instrumento de arrocho, funcionando como um 2º vestibular, gerando ainda, o gravíssimo problema de excedentes internos para o qual se encontrou uma solução bastante "reformista": o que não for aprovado, está automaticamente desligado da universidade. O quadro é o seguinte: MEDICINA, 180 vagas x 395 candidatos
ENG; CIVIL, 200 vagas x 262 candidatos
PSICOLOGIA, 70 vagas x 105 candidatos; 432 alunos serão postos fora da Universidade. (Fonte- UFBA. Assessoria de Planejamento)



SEMANA DE ARTE MODERNA
SEMANA ESTOPIM

1922
1972

" A Semana de Arte não deve ser revivida no Brasil. E sim o ano da arte moderna ou a década da arte moderna. Como? Abrindo a praça brasileira para a discussão aberta de todos, todos os assuntos. Somos um país que para sermos grandes, para realizarmos a nossa cota-parte de vocação da humanidade, só poderemos fazê-lo se não tivermos medo das idéias, medo das palavras."

HOUAISS

Se um acontecimento de 3 dias tem a capacidade de influenciar todos os acontecimentos (principalmente artísticos) ocorridos em um país 50 anos depois, não se pode negar seu indiscutível papel de vanguarda. Voltada para as profundas e fecundas raízes nacionais, a semana reuniu artistas, excêntricos por excelência, das mais diversas tendências e das mais diferentes classes econômicas, e realizou um trabalho de vanguarda, a divulgação das artes dos novos artistas. Importante e básico foi seu caráter e coragem de divulgar o nacional, em termos próprios e compreendendo que essas condições e realizações não independem da situação geral.

Mais importante que a comemoração em si é uma compreensão do fato, de que é hoje a idéia de modernismo de 22, de que significa se dar hoje um passo como foi dado pela Semana de Arte Moderna. "Aliás, pode-se ter duas atitudes em relação à Semana: rejeitá-la, procurando transformá-la num fenômeno extraordinário, acadêmico, para em balsamar e pôr num museu, ou dizer: a Semana não é um fato histórico mas é um exemplo. O problema é ver o que podemos fazer hoje de equivalente ao que os modernistas fizeram."

Mais do que uma semana, ou comemoração de uma semana, é importante haver consciência do processo. O que se discute é onde se deve iniciar. É mostrar que a Semana não é um fim. É ligar a situação das artes com o quadro geral. É desmistificar o nacionalismo ufanista. É compreender os pontos básicos. Tudo isso é que é comemorar hoje a Semana de Arte Moderna.

Por compreendermos que esse processo não deve ser interrompido, e tentando retirá-lo da estagnação em que se encontra, é que surge a Semana Estopim, como lançamento do CUCA, que pretende revitalizar a criação artística no meio estudantil. Não se limitará a Semana a uma simples evocação de 22, mas será o ponto de partida para uma reestruturação de todo um potencial criativo latente em nosso meio e que tem sido inibido ou mal orientado pelos que detêm os meios de comunicação.

A comemoração, preparada em termos de uma semana, pretende uma ligação estreita com a realidade de hoje, que é o espírito que moveu a realização da SAM. Por isso é que uma comemoração da Semana, não pode mostrar só o modernismo de 22, mas também a vanguarda de hoje. E com esse caráter de integração será realizada a Semana Estopim, com a apresentação de filmes importantes dentro da realidade nacional justamente quando o cinema viveu sua fase mais atuante, para vermos quanto alienado se encontra hoje; com um show que recorde a música ligada ao contexto de sua época, e apresente o que se faz nas condições existentes; uma exposição retrospectiva com obras dos iniciadores do Modernismo na Bahia; com uma experiência no campo da comunicação sensorial com "Entroncamentos" do Seminário da UFBA.; conferências sobre o Modernismo e seu papel na cultura de hoje.

Pois é, o CUCA pretende estimular, auxiliar e orientar a realização de arte aqui e agora, pegar você que quer fazer algo e lhe dar condições de trabalho, abrir perspectivas, ser e catalizar necessário afim de que sua obra se realize e se lance.

organização para os estudantes, liberdade de pensamento para os professores, currículos adaptados às realidades e às necessidades do desenvolvimento econômico, social e cultural independentemente. O aumento substancial de verbas para a Universidade e a re-organização do Decreto-Lei 477 são reivindicações fundamentais.

Achamos que é participandoativamente dos trabalhos de nossas Entidades, nos informando, discutindo e lutando pelos nossos direitos e interesses que encontraremos, juntos, a resposta e solução para os nossos problemas. Que nenhum de nós isoladamente terá chance de obter, a maioria unida conquistará.

UNIVERSIDADE

Genaldo Mourão

As faculdades que deveriam ensinar a pensar, e que na pobre Universidade brasileira se abanam em Filosofia, são modestas escolas de nível secundário. Delas não sai, não pode sair, um filósofo. Nem um pensador, nem um descobridor da História ou da Economia, da Econômica, da Ciência Política, das Letras ou das Artes. Mesmo porque a história, a Geografia Econômica, a Ciência Política, as Letras e as Artes são extremamente perigosas para a segurança da classe dominante.

É espantoso verificar o número de cursos e cursinhos que ocupam o tempo e o espaço das Universidades brasileiras, desviando-as de suas finalidades, transformando-as numa feira de aulas, gerenciando as possibilidades de estudos sérios, e distraído de diversificações levianas, de recursos e suas potencialidades. A pobreza cultural do nosso tempo é rigorosamente cultivada através da remuneração pouco satisfatória para mestres de melhor categoria. A Universidade, que dos poucos "scholars" deste país, o saudoso Anísio Teixeira, queria que fosse berço e mansão da liberdade, vai se tornando cada dia mais, uma triste agência de mediocridade e da ignorância, pois, da submissão. E o que é mais grave, insistimos, é que o Brasil não atinge apenas esta situação daquela Universidade, mas ameaça estender-se sobre todas as outras, pois a crise não é apenas da Universidade, mas de todos os

TIRADENTES

(Jornal de Debates)

nº 2

O regime colonial português levava o ouro e os diamantes, deixando os buracos hiantes que os viajantes ainda encontram nas Minas Gerais, e que são os únicos resultados que a mineração deixou. Os exploradores, hoje, levam riquezas naturais, que lhes são concedidas por 10 réis de mel coado, e levam lucros, oriundos de investimentos em que os fundamentos são poupanças nacionais, e trabalho nacional. E continuamos, por tudo isso, a luta para ter o direito, quando menos, de honrar a memória de Tiradentes.

...Recordar o martírio de Tiradentes é oportunidade inestimável para rever os conceitos de liberdade e de independência no propósito de lembrar o conteúdo que os tornam urgentes e não meras experiências históricas. Na medida em que isso acontecer, a glória de Tiradentes crescerá - como ele bem merece, como expressão máxima da grandeza de nossa gente.



conceito da instituição - uma instituição em crise em todo mundo ocidental, e cuja salvação, se não pode ser promovida pelos que a utilizaram, deve ser empreendida pelos que a buscam, por esperança juvenil de um encontro com a sabedoria e a liberdade.

...E ESTUDANTE?
...E ESTAR NA FICHA!

NÃO DOUTOR, EU
ESTOU BEM, TENHO
STATUS UNIVERSITÁRIO,
SOU GENTE!

MAS VOCÊ É UM
EXCEDENTE
INTERNO DA
UFBA.

...E, MAS JÁ TOMEI
RO PARA O PRÓX.
PROVAO. DEI TAN
DUDEO PRA ENTRA
NA UNIVERSIDAD
E...

MAS VOCÊ PODE SER JUBILADO!
CHOTADO FORA!

CERTO, PÔ!
MAS EU VOU
AO REITOR...

...É...

...EU VOU AO
MINISTRO...

...E A DEUS...

EU...

SOCORRO!

Alves

FRIB

... que minha fonte está nesse...
vivi por muito tempo, e cuja recor-
dacao me preserva ainda de dois pe-
ríodos contrários que assolam to-
dos os artistas: o ressentimento e
a satisfação." Albert Camus

NOS

Numa sociedade esclerosada como a nossa, o artista é formado com uma única vocação: a de ser celebre, a de receber os aplausos e as regalias do público. É natural toda prostituição fascina. É a desforra, a vingança do provinciano contra a provincialidade. É preciso sair da Bahia. Artista na Bahia morre de fome. Morre, sim. De várias formas - sobretudo da fome de popularidade - a maior fome que todos sentem.

Nossa realidade é outra. E para mim essa realidade é mais preciosa e mais bela do que qualquer sonho. A realidade não acaba. E querer transformá-la não é um sonho. A realidade muda sempre. Pois é. Eu quero agora. E na hora.

O problema do teatro entre nós não é o de um teatro em liquidação: velho, desatualizado, tradicional, decadente. É outro: muito pior. O teatro entre nós corre o perigo de ser construído com material pedra. Não é agradável dizer isso, mas é necessário. Uma virtude difícil: essa constante falta de construção.

Se o teatro entre nós é ainda uma manifestação sem maior transcendência artística, sem nenhum valor social, sem nenhuma emoção humana, o erro não é do público - mas é do que se fez, do que se faz ou de quem pretende fazer teatro entre nós com essa mentalidade. O desinteresse que existe é o efeito da prudência sobre a nulidade. Não, os produtores.

Muita gente que faz teatro ainda confunde o ator com artista. A maioria dos atores tradicionais confunde interpretação com prisão de ventre. A maioria dos atores quer "estar na moda". Não adianta desenvolver muito esse pensamento aqui. É perigoso ser sincero, a não ser que se seja também estúpido, como dizia Shaw. Um espetáculo não é nada. Mas todo ator é artista. Não icento o público da sua parcela de erro. Não possui atribuir-lhe a culpa de tudo como quer uma espécie entre nós.

É preciso repetir, até que meus contrários me convençam, que não há condições para o teatro na Bahia em termos de Rio - São Paulo. Felicidade que não há. Hoje não é mais o espetáculo híbrido, a obra aberta, o "mistura e manda", o espetáculo "por a cabar", que me interessa - mas um teatro pobre, subdesenvolvido. Não a pobreza de Grotraski. Mas um "sub teatro" que pode refletir o estado de coisas que somos, que temos, que nos vivezmos. Um teatro absurdo e marginal - sem culturalismo, sem "Udigrudi" ou charme, sem o toque de "progresso" sem a pressura experimental dos intelectuais menores. Um teatro "rico", como a Bahia.

Para mim, o teatro tem que ter um propósito transcendente
"Qual seria o grande tema do Brasil se fosse a realidade".

(Excerto de "O Homem do Rio", p. 24)

"Nosso teatro precisa estimular a medida da inteligência e instruir o povo no prazer de mudar a realidade. Nossa plástica precisa não apenas saber que Prometeu foi libertado, mas também precisa familiarizar-se com o prazer de libertá-lo"

BERTOLD BRECHT



fi...to espremido entre
la... de um teatro ou
te... de formas do un
de... com outras que r
de... para subvertar

Os comemorativos de 50 anos da fundação da UFRJ, que se dão
 pôr a uma liberdade de avaliação
 estranhos à nossa realidade, ver
 ificamos estar ainda no mesmo
 passo. Como estudantes estamos à
 frente do processo cultural da vi
 da brasileira favorecendo uma c
 onsciência nacional, apesar de q
 oferecermos um processo de alienaçã
 o compulsório impedidos de pensa
 r e atuar como vanguarda cultura
 l. sem ter entidades o represent
 antes que falem de nossa visão d
 o mundo, do país, da Universidad
 e, da cultura e da ciência, dos
 nossos problemas e conflitos de
 dia a dia. Na maioria das Univer
 sidades brasileiras não existem
 DAs abertas ou funcionando efeti
 vamente. Na UFRJ, por ex., dos
 40 cursos existentes, apenas 16
 possuem diretórios, os outros são
 de ensino brasileiro, os múltiplos
 cursos, mas a maioria não funciona
 nte. Inicialmente, os estudantes e
 lhetos de cada curso que teorizam
 nte de ser beneficiários. as e
 ntidades estudantis sempre foram
 uma realidade concreta, colocan
 do-se à frente dos problemas da
 vida universitária e influindo na
 panorama socio-cultural de com
 unidade. Como que hoje, a existên
 ça é limitada em cada disciplina,
 em cada departamento, limitando
 sua margem de ação, restringindo
 suas atitudes coletivas. esse si
 tuação não nos desagrada, e si
 m, nos unimos a fortalecer no ser
 das entidades representativas, p
 artimos do conhecimento dos nos
 os direitos, deveres e obrigações
 e para a melhoria do país e do
 povo. Os diretórios acadêmicos da
 UFRJ, e os outros, a começar por
 r, diante dos inúmeros problemas
 que surgem, apanhar do modo a im
 pedia em que se tenha a Universida
 de, onde toda atividade é confun
 dida com subversão, precisamos d
 emitir nossa posição, como diretoria

UFRJ



B. VOCÊ APOIA OS EXCEDENTES?



A. CLARO B. POR QUE?



... EXCEDE.

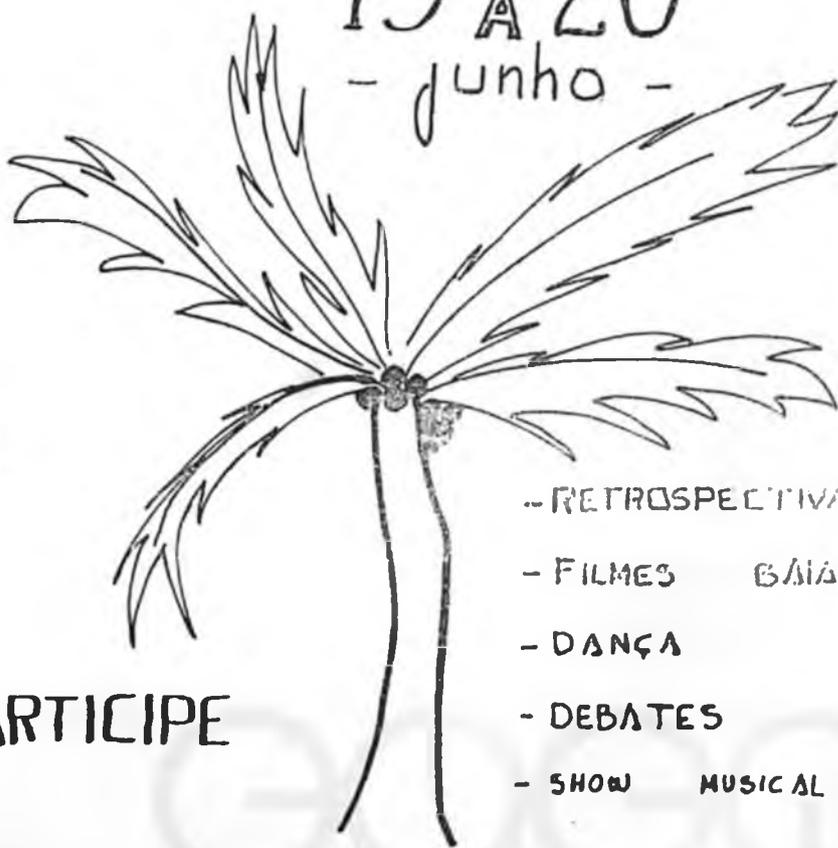
Ao contrário dos primeiros anos da década passada, a de agora não apre
 senta na nenhum dos diversos setores da nossa cultura nem propostas no
 vas nem aquela efervescência criativa que caracterizou o início dos a
 nos 60, antecipando alguns dos acentos da cultura brasileira mais rí
 cos em inovação e pesquisa (...) e no setor do cinema, nenhum movimen
 to como o Cinema Novo; nada como aqueles movimentos de auto-reflexão c
 rítica do país.
 (Transcrito da UFRJ, julho de 1971).

22 72

50 anos de arte moderna

SEMANA ESTOPIM

15 A 20
- junho -



PARTICIPE

- RETROSPECTIVA DE ARTE
- FILMES BAIANOS
- DANÇA
- DEBATES
- SHOW MUSICAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA
E ARTE + DIRETÓRIOS ACADÊMICOS

estamos aí gente. no fim do semestre, com muitas dificuldades, mas com uma perspectiva nova de trabalho. dentro da universidade -problemas- e muitos. assembleias são realizadas para discutí-los. jubalamento. assistência deficiente. colegas de psicologia lutam para concluir o curso. nossa atividade inicial gira em torno da procura de soluções para este estado de coisas. uma entrevista com o reitor está marcada. um ambiente propício para quem faz e gosta de arte, propomos a "semana estopim": o Diretório Central dos Estudantes está sendo reestruturado. esse jornal, organizado em conjunto pelo CUCA e DAS, representa a materialização de todo esse trabalho. neste primeiro número, tentamos uma visão geral dos problemas que atravessamos, utilizando textos e depoimentos de artistas e intelectuais. queremos sair do esconderijo e dizer que existimos com um jornal, uma peça, uma música, um poema.

TEATRO UNIVERSITARIO



cuca - centro universitário de cultura e arte
diretório central dos estudantes

O CIRCO

PUBLICAÇÃO DE SONHOS & CONCRETOS / TEATRO DE ARQUITETURA



TEATRO

UNIVERSITÁRIO

editorial

A necessidade que temos de estar em contato com as pessoas, à procura de afinidades, de identificação de idéias e em consequência disto, produzir algo, existe em todos nós, embora com intensidades diferentes. Para uns é apenas latente, depende de uma motivação mais forte, para outros as dúvidas, as incertezas estão completamente afloradas. O próximo passo é justamente procurar se agregar e daí em diante descobrir as soluções, se enriquecer nas discussões, tornar progressivamente importante a troca de idéias.

Dentro do sistema de educação montado pra nós essa necessidade inicial pode ficar castrada. Nossa universidade não apenas deixa de incentivar a formação destes núcleos, como também cria todas as dificuldades para que sobrevivam.

Há muita coisa a ser resolvida. A tentativa de criação de grupos, de entidades representativas, visa sempre unir, congregar os que queiram levar à frente algum tipo de trabalho.

Em 68 os Diretórios foram fechados. Em 71, embora com o processo de implantação da Reforma Universitária em andamento, e com as dificuldades por ela criada, o movimento estudantil conseguiu criar algumas formas de organização. Reabertos alguns Diretórios, criou-se o CUCA-Centré Universitário de Cultura e Arte- uma entidade que congregava estudantes de vários cursos e que conseguiu fazer alguns trabalhos: Circuito de Cinema, publicação do jornal SAÚVA, promoção de Mostras de Som, Fotografia, de Semanas para exposições e debates sobre arte e incentivos à criação de grupos de teatro.

No começo os grupos de teatro eram voltados para si mesmos, não existindo a preocupação consciente de para quem seus trabalhos seriam mostrados, daí surgirem as dificuldades na época das apresentações por não se ter criado sequer expectativa em relação ao que seria apresentado. Os estudantes não estavam mobilizados o suficiente, para garantir a continuidade dessas realizações.

No 2º semestre surge o Grupo de Psicologia apresentando "A gente não tem cura". Sonhos & Concretos continua e se prepara para um 2º trabalho. Tentam formar-se mais 4 grupos na UFBA.: dois em Medicina, um em Economia e outro em Direito. Em meio à luta por melhores condições de assistência, surge o Grupo de Teatro do Restaurante Universitário, mostrando "Mil garfos me mordam", e sua apresentação garantida por uma presença maciça de estudantes, o mesmo tendo acontecido nas apresentações de todos os grupos. Enquanto isso, nosso 2º trabalho foi se desenvolvendo em reuniões na sala do Diretório, onde 14 pessoas ensaiavam em péssimas condições, principalmente de espaço.

O Auditório da escola, antigo local de ensaios e reuniões nos foi negado. Nos foi negado por fim, utilizar o Auditório para a estréia de "Corpo de Prova". Fizemos a apresentação no pátio da escola, única, já que a Censura proibiu uma apresentação posterior no Instituto de Arquitetos.

Os grupos de teatro estão caminhando para uma compreensão maior do seu papel no movimento estudantil. Vamos continuar com o objetivo de fazer um trabalho cada vez mais ligado à escola, com uma maior participação e vinculado ao nosso dia a dia.

O Circo é uma iniciativa e também uma proposta .

É iniciativa de registrar o teatro feito pelos estudantes universitários de 72 pra cá . Como surgiram os grupos , seus processos de trabalho , suas apresentações , seus objetivos .

A proposta é de que a publicação se amplie e continue sendo feita por todos os grupos universitários , pra fazer nossos trabalhos mais divulgados e representativos dentro das escolas .

- os asteriscos indicam que trata-se do mesmo grupo.

ANO	GRUPO	TRABALHO	APRESENTAÇÃO
1972			
1º semestre	ARQUITETURA	EXPRESSION CORPORAL	não apresentado
2º semestre	ARQ - DIREITO	ANTOLOGIA POÉTICA - colagem de poesias & expressão corporal	DIREITO
	ARQ - CIEN. HUMANAS	CACTO - colagem de poesia, música & expressão corporal	proibido pela polícia federal no II ENEA em ARQUITETURA
1973			
1º semestre	DIREITO*	ANTOLOGIA POÉTICA Nº 1 - texto anterior revisado	DIREITO, MEDICINA, BE LAS ARTES
	PSICOLOGIA**	AQUELE QUE DIZ SIM, AQUELE QUE NÃO - peça de Brecht	CIENCIAS HUMANAS, FISI CA, LETRAS, ADMINISTRA ÇÃO, ARQUITETURA
2º semestre	DIREITO*	CANUDOS - adaptação de 'os ser- tões' de euclides da cunha	FCH ICBA, depois foi sus- penso pelo diretor da proibido pela polícia federal e diretor da FCH
	PSICOLOGIA**	TIRADENTES - colagem de textos	
	TEATRO	O ABORTO	TEATRO, LETRAS, proi- bido em FCH
	HISTÓRIA	ALFAIATES - baseado na Declara- ção dos Direitos Humanos	CIENCIAS HUMANAS, TEA TRO e LETRAS
1974			
1º semestre	FÍSICA	CACTO - adaptação do texto ante rior	FÍSICA
2º semestre	FÍSICA	CABEÇAS & MÃOS - expressão cor- poral com música de Luiz Gonza- ga jr	III MOSTRA DE SOM EM ARQUITETURA
	ECONOMIA	EXPRESSION CORPORAL	MOSTRA DE SOM EM ECO- NOMIA
	VETERINÁRIA	EXPRESSION CORPORAL	não apresentado
1975			
1º semestre	ADMINISTRA- ÇÃO***	CARTÃO DE PONTO - criação cole- tiva	ADMINISTRAÇÃO, ARQUI- TETURA, ECONOMIA, e no II encontro de escolas de ADM
1976			
1º semestre	ADMINISTRA- ÇÃO***	AVES DE ARRIBAÇÃO - criação co- letiva	ADMINISTRAÇÃO
	ARQUITETURA ****	SONHOS & CONCRETOS, IDEALIZADO- HA E CONSTRUTORA S/A - criação coletiva e colagem de textos	ARQUITETURA (2 vezes), IAB, CACHOEIRA
2º semestre	RESTAURANTE UNIVERSIT; ARQUITETURA ****	MIL GARFOS ME MORDAM - criação coletiva	RESTAURANTE, FCH
	REST. UNIVER SITÁRIO	CORPO DE PROVA - criação coleti va	ARQUITETURA, proibida pela censura no IAB
		PÃO NOSSO DE CADA DIA	RU

TEATRO UFBA - 72/76

A IMPRENSA FALOU

A TARDE

(Cleise Mendes)

Com todas as restrições que se possa fazer, eu sinto na produção das pessoas que es crevem pra teatro no Brasil, um borbulhar muito grande de idéias, de maneiras de colo car e como se tem que driblar no meio disso tudo a censura.

Por isso, a existencia da censura não pode desculpar o artista que deixa de criar. Agora, o artista é forçado a buscar uma outra maneira de fazer as coisas e essa busca faz com que ele, na maioria das vezes, obscureça.

De 68 pra cá, de tudo o que foi produzido de poesia, de música popular, voce percebe que as palavras são jogadas com reticencias. Nós podemos dizer que esta é a década das reticencias em termos de ar te. Todo mundo fala e deixa os tres pontinhos. Quase nin guém colocou um ponto, sequer de exclamação, no final.

Aí entra a autocensura - que é o que a censura pretende desenvolver na verdade. Exis te uma produção atual muito forte, de grande peso, apesar de existir um mecanismo de o pressão. Esses autores foram forçados a buscar outras for mas para dizer o que querem dizer e que às vezes passa desaperecebido pelo público.●



Agora o que eu acho da ma ior importancia é o trabalho de universidade. Pelo menos os grupos de Administração e Arquitetura. Acho da maior im portancia mesmo. Melhor e mais importante do que qualquer teatro profissional.

Eu não acho que o teatro anador ou o teatro universi- tário seja um estágio para a pessoa se profissionalizar ou fazer carreira teatral. Pelo menos eu entendo assim. Eu a cho que o universitário "en passant" ele faz teatro en- quanto está na universidade. E o anador deve ser preserva do porque ele trabalha para a família do cara que está a li, pro bairro, etc, que é um público essencial e que nun ca vai frequentar nem um te atro universitário nem tea- tro profissional.



teção do próprio sistema, de maneira à assegurar a realização do espetáculo".

Na sua opinião, a maneira como os universitários se expõem é primário "a linguagem que eles usam, na maioria dos casos, pressupõe a existência de uma platéia que precisa aprender o bêabá e isso não é verdade embora exista muita gente tacanha. E depois eu acho que a gente deve confundir um pouco ao invés de só querer explicar o óbvio. É a crítica que eu faço diretamente a eles: vocês são tão chatos quanto uma aula tradicional de história". Admite, no entanto, que últimamente têm se modificado: é perceptível nos grupos de arquitetura e administração, embora ainda se trate de "vamos aprender a ver isso". De qual quer forma, eu acho válido qualquer coisa que eles apresentem, porque, antes de tu do, eu vejo no que eles fazem o sentido de congregação dos estudantes. ●



Eu sinto que o teatro universitário possui um sangue muito quente (o mesmo caso do teatro amador), mas eles estão muito mais preocupados com aquilo que não querem fazer. Não querem fazer peça alienada, não querem fazer uma peça falando disso ou da quilo; e muito menos preocupados em pesquisar o teatral.

Eles discutem o diretor da escola ou discutem a qualidade de ensino... Tudo isso é muito válido, tudo é maravilhoso dentro daquela condição deles de universitários, de pessoas que estão se abrindo para toda a problemática, toda a injustiça, todas as falhas desse sistema. ●

(Cleise Mendes)

TRIBUNA

A TARDE

DEU NA

TRIBUNA

'Sonhos e Concretos' e 'Aves de Arribação', dois espetáculos da maior importância para o público e teatro baiano aconteceram a quem não viu perdeu muito. Até agora o melhor "off-off" baiano.

Nossas universidades não chegaram a constituir-se uma instituição de pesquisa transmissora de uma cultura comunicacional, nem se tornaram um centro de consciência crítica e de pensamento criador.

O conhecimento que a universidade vem transmitindo não passa de uma "reprodução cultural" (como a maioria dos espetáculos na Bahia em 76), quando devia ser uma "força de produção" nos vários campos dentro da sociedade. (Por destinação a universidade é ensino e pesquisa. Uma atitude de irracional é incompatível com as origens e funções da universidade.) Para o ensino e pesquisa, para o exercício do saber, é preciso que haja um clima de tolerância, de liberdade. O clima de repressão leva o estudante ao individualismo, o estudante universitário acaba internalizando a instituição sem questioná-la. Isso castra sua capacidade de criação. Esse clima de repressão está aparecendo sob forma de listas de presença, sistemas de notas,



e - o que mais nos afeta - negação de participação em atividades culturais. É absurdo atividades culturais nas escolas da UFBA. Por que? A universidade não tem seu departamento de música e artes cênicas? Como justificar uma atividade cultural numa escola? A não ser que... só se... claro, por corrupção, subversão!

Fora do Departamento a UFBA viu acontecer alguns espetáculos (Sonhos e Concretos, Aves de Arribação e Corpo de Prova) da maior importância para o teatro na Bahia. O teatro universitário só pode ser um teatro socialmente comprometido. Que espécie de teatro querem que o estudante universitário faça? A UFBA viu acontecer, atônita e alvoroçada, a criação - em boa hora - do Teatro do Restaurante Universitário. Querer reprimir tais manifestações é ir contra os princípios de uma Universidade.

(João Augusto)